

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ARQUEOLOGIA GUARANI NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
ARARANGUÁ, SANTA CATARINA**

Dissertação de Mestrado

Jaisson Teixeira Lino

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias

Porto Alegre, junho de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Jaisson Teixeira Lino

**ARQUEOLOGIA GUARANI NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
ARARANGUÁ, SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias (Orientadora)

Profa. Dra. Valéria Soares de Assis (UEM)

Profa. Dra. Gislene Monticelli (ULBRA)

Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva (PPG-Antropologia/UFRGS)

Para meus pais:
Pedro Teodoro Lino
Sinézia Teixeira Lino
(in memoriam)

Para minha esposa:
Gislaine I. de Melo Lino

“A transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução”.

SAHLINS (2003: 174)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos para:

Primeiramente, agradeço a meus pais, Pedro Teodoro Lino e Sinézia Teixeira Lino (*in memoriam*), por acreditarem em meus sonhos e se orgulharem de minhas conquistas. À minha esposa Gislaine I. de Melo Lino, pelo companheirismo, paciência, carinho e ajuda.

Minha orientadora Profa. Adriana Schimidt Dias, pelos ensinamentos e por uma orientação participante, acompanhando incessantemente todos os passos desta pesquisa.

Meus irmãos Joelson Teixeira Lino e Gelso Teixeira Lino, pelo companheirismo.

Meus colegas de Programa de Pós-graduação, em especial à Mariana Neumann, por toda a atenção, ajuda e troca de idéias sobre o Guarani de “cerâmica”.

Aos meus colegas de trabalho e que viraram amigos do Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) de Criciúma/SC. Juliano Bitencourt Campos, pelos anos de luta e companheirismo. Everson Semler Matias pelos desenhos, e participações em saídas de campo e análise cerâmica, Leonardo Gedeon pelas participações nas saídas de campo e análise cerâmica, Alanna Fernandes Duarte e Simone de Souza Alves pelas participações em saídas de campo e organização de texto e planilhas, além dos biólogos Rafael Casagrande da Rosa e Rodrigo Ávila Mendonça, pelos trabalhos de fauna complementares.

Rodrigo Lavina, que me iniciou no fascinante mundo da arqueologia, estimulando e abrindo caminho para o desenvolvimento desta dissertação.

Os meus amigos “arqueológicos” Adriana Teixeira, Katianne Bruhns, Everson Paulo Fogolari, Rossano Lopes Bastos e Osvaldo Paulino da Silva.

Os gestores do IPAT/UNESC Eduardo Nosse, Marcos Back e Salésio Nolla, pela compreensão e apoio a esta pesquisa de mestrado.

O rock n’ roll, Corinthians (todo poderoso Timão!), cerveja, vinho, café, chimarrão, Pedreira (100% periferia) e demais estimulantes que me acompanharam nestes dois anos de mestrado.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

A presente dissertação têm como objetos de estudo o sistema de assentamento e a cultura material de vinte sítios arqueológicos Guarani, localizados na Bacia Hidrográfica do rio Araranguá, litoral sul do Estado de Santa Catarina, durante projetos de arqueologia de contrato. A partir de dados arqueológicos e etno-históricos, propõe-se um modelo de mobilidade e área de domínio que contemple uma história dialética Guarani de longa duração na área, que se desenvolveu com sucesso por meio da abundância de recursos disponíveis na área, principalmente no que se refere a caça e a coleta, além dos produtos da roça, sendo manejados de maneira dinâmica, garantindo fontes de alimentação e usos diversos durante todo o ano. Um modelo interpretativo alternativo é proposto aqui, principalmente pelo fato de que o modelo *standard* formulado por Betty Meggers para explicar presumíveis “fatores limitantes” não têm correspondência nos dados ambientais disponíveis para a área. Por meio de estudos etnográficos, procura-se demonstrar os motivos multicausais de mobilidade Guarani que podem resultar na conformação do registro arqueológico. Através do estudo de três coleções de fragmentos cerâmicos, escavados durante a vigência de um projeto de arqueologia de contrato, procura-se desenvolver o perfil tecnológico e a funcionalidade dos vasilhames, culminando com a observação da variabilidade artefactual destes assentamentos.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 01: Arqueologia Guarani e uso do espaço	15
1.1. O Enfoque Histórico-Cultural.....	16
1.2. O Enfoque Histórico Direto.....	39
1.3. Continuidade e Mudança na Arqueologia Guarani.....	58
1.4. Um Modelo de Sistema de Assentamento para a Ocupação Guarani na Bacia do Rio Araranguá.....	64
Capítulo 02: Contexto Arqueológico e etno-histórico regional	73
2.1 Arqueologia Guarani em Santa Catarina: Histórico das Pesquisas.....	73
2.2 Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Araranguá: os Projetos Interpraias e Jazida Eckert.....	83
2.2.1. Descrição dos Sítios arqueológicos Localizados Durante o Projeto Arqueológico da Rodovia Interpraias – Trecho Araranguá-Içara.....	87
2.2.2. Sítios arqueológicos localizados durante o Projeto de Levantamento Arqueológico da Jazida Eckert – Campo Mãe Luzia, Araranguá.....	95
2.2.3. Projeto de Salvamento Arqueológico.....	97
2.2.4 As Expedições ao Litoral Catarinense no Século XVII.....	102
Capítulo 03: Sistema de assentamento Guarani na Bacia do Rio Araranguá	107
3.1. Aspectos Ambientais em Âmbito Regional.....	108
3.2. Aspectos Ambientais em Âmbito Local.....	111
3.2.1. Análise Sedimentar e Produtividade Agrícola no Vale do Araranguá.....	113
3.2.2. Influência dos Recursos Hídricos no Sistema de Assentamento Guarani no Vale do Araranguá.....	118
3.2.3. Disponibilidade de Recursos Florísticos no Vale do Araranguá.....	121
3.2.4. Disponibilidade de Recursos Faunísticos no Vale do Araranguá.....	124

3.2.5. Sistema de Assentamento e Organização Social Guarani no Século XVI para o Sul de Santa Catarina: As Fontes Etno-históricas.....	128
a) O Relato do Padre Jerônimo Rodrigues (1605-1607).....	128
b) O Relato do Padre Inácio de Cerqueira (1635).....	137
Capítulo 04: Perfil tecnológico da cerâmica Guarani.....	145
4.1. Metodologia de Análise.....	145
4.2. Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves.	150
4.3. Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia.	157
4.4. Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves.	172
4.5. Análise Comparativa das Coleções.....	188
Considerações Finais.....	191
Referências Bibliográficas.....	197
Anexos.....	207
Anexo 01: Tabela dos sítios arqueológicos.....	208
Anexo 02: Tabela dos levantamentos de fauna e flora.....	211
Anexo 03: Tabelas de fenologia e taxonomia Guarani para fauna e flora.....	238
Anexo 04: Desenhos dos vasilhames reconstituídos.....	255
Anexo 05: Mapas Ambientais.....	270

INTRODUÇÃO

A Arqueologia Guarani praticada durante mais de 40 anos no Estado de Santa Catarina pode ser resumida em um pequeno número de publicações que, em sua grande maioria, contêm apenas rápidas descrições sobre a localização dos sítios arqueológicos e o conseqüente material encontrado. Em termos gerais, a prática arqueológica em Santa Catarina pode ser enquadrada, quanto a sua orientação teórico-metodológica, em quatro tipos: 1) Trabalhos Pioneiros; 2) PRONAPA ou sob influência dele; 3) Pesquisas em Arqueologia de Contrato e; 4) Sob orientações teóricas processuais e pós-processuais. A maioria, no entanto, relaciona-se com os dois primeiros tipos e, com poucas exceções, trazem dados superficiais para o entendimento da ocupação Guarani no Estado.

A área geográfica que pretendemos trabalhar situa-se no litoral sul do Estado de Santa Catarina, na foz da Bacia Hidrográfica do rio Araranguá, compreendendo os municípios de Araranguá e Içara. Nossas problemáticas estão temporalmente situadas desde a chegada das primeiras ocupações Guarani, a cerca de 1000 anos AP, até o seu desaparecimento, a cerca de 350 anos AP.

O clima da região é caracterizado pela presença de duas estações bem definidas - inverno e verão - e a praticamente inexistência de época seca, com invernos rigorosos. As temperaturas médias anuais situam-se entre 18 e 20 °C, com picos máximos de 41 °C e mínimas próximas a 0° C, sendo a região classificada como área de clima temperado (NIMER, 1990).

Geomorfológicamente, a Bacia Hidrográfica do rio Araranguá está classificada na Unidade de Relevo Planície Gaúcha, com área aproximada de 41.594 km². É comumente sub-classificada em três áreas: 1) Planície Marinha; 2) Planície Lagunar e 3) Planície Alúvio-colvionar (JUSTUS, 1990). A região de estudo está situada dentro da Planície Lagunar e possui características geológicas compostas por “terrenos de domínio da cobertura sedimentar cenozóica, distribuída pelo litoral sul de Santa Catarina, formada por areias quartzosas siltico argilosas. O depósito fóssilífero formou-se no pleistoceno, em ambientes marinhos de águas rasas e ambientes lacustres (LAVINA, 2000: 45).

Segundo LEITE & KLEIN (1990), a vegetação é formada por elementos de Formações Pioneiras de Influência Marinha (restingas). Outrossim, ocorre nesta área

formações de Floresta Ombrófila Densa, mais conhecida como Mata Atlântica. Embora ocorra em áreas subtropicais como a região em tela, seu conteúdo vegetacional é formado basicamente por espécies de origem tropical.

Desde 1997, desenvolvem-se pesquisas arqueológicas na região do litoral sul e sudeste de Santa Catarina, com ênfase em sítios Guarani. Através da Arqueologia de Contrato desenvolvida no Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), foram escavados cinco sítios e localizados cerca de trinta e cinco sítios arqueológicos (LAVINA 2000; 2006; LINO, 2005). Com exceção de descrições sumárias nas fontes acima mencionadas, apenas o trabalho de LAVINA (2000) tem em seu conteúdo um estudo ambiental do entorno de sítios arqueológicos na região. Porém, este não analisa aspectos do sistema de assentamentos e as estratégias de captação de recursos Guarani tradicionais, apresentando apenas levantamentos de flora, fauna, solos, relevo, entre outros.

Devido a esta escassez de trabalhos que privilegiem conceitos como sistema de assentamento, mobilidade e variabilidade artefactual é que pensamos ser necessário este tipo de enfoque analítico que tentamos desenvolver nesta dissertação. Os sítios que são objetos de nosso estudo somam um total de 20, localizados na área-tema deste projeto durante trabalhos de Arqueologia de Contrato para a implantação de uma rodovia (LAVINA, 2000) e para uma área de extração de areia (LAVINA, 2006). Quanto ao estudo da cultura material analisamos os vestígios cerâmicos de três sítios escavados por LAVINA (2000), durante vigência do Projeto Interpraias: Aldeia Escola Isolada Lagoa dos Esteves, município de Içara; Aldeia do Cemitério Lagoa dos Esteves, município de Içara; Aldeia da Lagoa Mãe Luzia, município de Araranguá.

O Projeto Arqueológico da Rodovia Interpraias (Trecho Araranguá-Içara) surgiu de uma pesquisa envolvendo Arqueologia de Contrato em um trecho de 15 km, entre a comunidade de Morro dos Conventos, no município de Araranguá, e Lagoa dos Esteves, no município de Içara. A Unidade de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), de Criciúma, foi contratada para executar a etapa de levantamento arqueológico, nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento, que aconteceu entre os meses de dezembro de 1997 e janeiro de 1998. A mesma instituição foi contratada para os trabalhos de escavação de três sítios arqueológicos, que estariam diretamente

ameaçados de destruição pela construção da referida rodovia, em uma etapa posterior, que aconteceu entre janeiro de 1999 e março de 2001.

Já no Projeto de Levantamento Arqueológico da Jazida Eckert, foram identificados 4 sítios arqueológicos Guarani, sendo esta pesquisa realizada no mês de janeiro de 2006, em função da intenção de extrair-se comercialmente areia na área, por isso os estudos de impacto ambiental e cultural exigidos por lei.

Ambas as pesquisas, portanto, situadas na Bacia do rio Araranguá, puderam somar importantes dados empíricos para que, em um segundo momento, pudéssemos tentar desenvolver, em nível de pesquisa de mestrado, um quadro interpretativo que possa contribuir para o entendimento da história pré-colonial em uma perspectiva regional.

O objetivo desta pesquisa de mestrado foi identificar os aspectos culturais e ecológicos das populações Guarani pré-coloniais e coloniais, que tiveram como cenário a Bacia do Rio Araranguá, localizada no litoral sul do Estado de Santa Catarina, através do estudo do sistema de assentamento e da variabilidade dos artefatos encontrados nas escavações anteriormente mencionadas. Apesar de um crescente levantamento de dados empíricos na área, em particular, e no Estado, de modo geral, ocorre uma total falta de trabalhos interpretativos de caráter regional, principalmente no que se refere à Arqueologia Guarani.

Nossas problemáticas de pesquisa se concentraram na constituição de um enfoque interpretativo que pudesse dar conta da distribuição de sítios arqueológicos na área em tela. Com a contribuição de estudos ambientais desenvolvidos ali, questões sobre disponibilidade de recursos e sua influência na configuração das aldeias no território de domínio, puderam ser refletidas à luz de um modelo de mobilidade alternativo daqueles até então predominantes na Arqueologia Guarani.

A estrutura desta dissertação organiza-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo procura descrever os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para a construção de um modelo de ocupação e mobilidade Guarani na referida área. Nesta parte, discutimos os principais modelos interpretativos sobre sistema de assentamento Guarani pré-coloniais e como estes se relacionam às problemáticas específicas de nosso trabalho. Ressaltamos que este tipo de enfoque não tem precedentes no Estado de Santa Catarina, utilizando-se como referência a bibliografia concernente a Arqueologia Guarani no Rio Grande do Sul, bem

como as discussões sobre a relação entre sistema de assentamento e cultura material, conforme discutido por DIAS (2002; 2003).

Nosso estudo propõe a construção de um modelo de sistema de assentamento Guarani na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, no litoral do Estado de Santa Catarina. Este conceito, por seu turno, está intimamente relacionado com questões de mobilidade e territorialidade. Portanto, se faz necessário observar como estes temas têm sido tratados na literatura arqueológica específica para os grupos Guarani, contextualizando-as com as principais correntes teóricas associadas.

Em um primeiro momento, observamos os dois principais enfoques teóricos utilizados para interpretar os assentamentos Guarani no sul do Brasil, a partir de pesquisas na região amazônica. De um lado, tem-se o enfoque histórico-cultural, associado às teorias de “fatores limitantes”, cuja matriz se encontra na ecologia cultural, formulada inicialmente por Julian Steward e adaptada às condições sul americanas por Betty Meggers. De outro, o viés teórico que designaremos como “histórico-direto”, desenvolvidos pelos arqueólogos José Proenza Brochado e Francisco Noelli e igualmente aplicados na Arqueologia Guarani. Analisando-se estes dois modelos interpretativos, sugerimos que ambos apresentam limitações, em medidas diferentes, na constituição de um modelo de assentamento e mobilidade Guarani.

Haja vista esta relação, entre ação e ordem cultural, sugerimos motivações multicausais que poderiam ocasionar a mobilidade Guarani no vale do rio Araranguá, onde aspectos simbólicos e ecológicos desencadeavam múltiplos processos de movimentos de aldeias, conformando a atual dispersão de sítios arqueológicos observados pelo pesquisador no presente. Tal interpretação é inspirada em trabalhos etno-históricos e etnográficos, como aquele desenvolvido por GARLET (1997), entre os índios Mbyá do sul do continente americano.

No capítulo 02, procuramos apresentar as características gerais sobre nosso objeto de estudo, isto é, os grupos Guarani que ocuparam a Bacia Hidrográfica do rio Araranguá. Procuramos contextualizar em nível local, as fontes que disponibilizaram dados arqueológicos e etno-históricos que serão submetidos à análise e discussão nos capítulos 02 e 03.

Apresentamos no capítulo 02 o estado da arte da Arqueologia Guarani no Estado de Santa Catarina, que aponta para escassez de dados. Em seguida, descrevemos os trabalhos feitos na região da Bacia do Rio Araranguá, onde pesquisas em Arqueologia de Contrato localizaram os sítios arqueológicos que ora estudamos. Descrevemos as características gerais dos sítios estudados quanto ao seu estado de preservação, tipo de intervenção arqueológica e aspectos de sua implantação na paisagem. Os dados etno-históricos são também aqui apresentados, objetivando a descrição de expedições jesuíticas que ocorreram na região sul da Ilha de Santa Catarina, a partir do século XVII. Dentro do amplo projeto de evangelização ameríndia, algumas destas investidas coloniais foram registradas em documentos escritos, fornecendo algumas importantes informações para a definição de uma história de longa duração Guarani na área.

No capítulo 03, sugerimos que a percepção das variáveis ambientais na área de estudo, pode fornecer informações importantes sobre o sistema de assentamento e a área de captação de recursos dos grupos Guarani, cujas preferências locacionais e de abastecimento podem ter sido condicionadas por uma conjunção de aspectos ecológicos, sociais e simbólicos.

As características ambientais da área analisada estão presentes em LAVINA (2000) e a dinâmica de apresentação destes dados respeitará os dois modos diferentes em que foram realizadas as pesquisas ambientais. Em um primeiro momento, chamado de “âmbito regional”, descreveram-se os recursos naturais presentes para toda a região da Bacia do Rio Araranguá. Em uma outra etapa, as análises se dirigiram especificamente para a área do entorno imediato dos sítios arqueológicos levantados no projeto Interpreaias.

Os pesquisadores utilizaram como procedimento de pesquisa, fontes bibliográficas, cartográficas e saídas de campo. Os levantamentos foram coordenados por Vanilde Citadini Zanette e Robson dos Santos (botânica), Rose Maria Adami e Yasmine Moura da Cunha (geologia e geomorfologia), Mário Ricardo Guadagnin e Roberto Recart dos Santos (solos) e Morgana Ciribeli Gaidzinski e Rodrigo Lavina (zoologia). Foram realizados dois transects, um no sentido NE-SW, e outro SE-NW, tendo seu eixo principal próximo ao sítio arqueológico Aldeia da Lagoa Mãe Luzia. Os caminhamentos tiveram como principais objetivos observações *in situ* e coleta de amostras para análises laboratoriais. Já para as análises pedológicas, foram realizados sondagens com trado, extraindo amostras para

posteriores análises químicas, com o intuito de observar-se o potencial produtivo de plantas nos solos da região. Para a caracterização da vegetação, o trabalho de campo consistiu com coletas controladas de amostras, em áreas que estivessem mais preservadas, e também contaram com saídas de campo. Durante a pesquisa de mestrado, foram realizados ainda estudos faunísticos e ambientais complementares, aumentando a gama de informações para a área.

Estas informações ambientais, associadas com os dados arqueológicos descritos no capítulo 02, são aqui interpretados à luz de um modelo de territorialidade e mobilidade Guarani descritos no capítulo 01, demonstrando a inoperância do modelo standard formulado por Betty Meggers e apontando para a sustentabilidade de uma ocupação de longa duração do ponto de vista ecológico a partir da análise dos recursos naturais disponíveis para a área.

Com base nos estudos de BROCHADO & LA SALVIA (1989), BROCHADO, MONTICELLI & NEUMANN (1990) & BROCHADO & MONTICELLI (1994), no quarto e último capítulo apresentamos os resultados das análises comparativas das coleções cerâmicas Guarani, associada a três sítios da área estudada, acima mencionados. A seleção de atributos para a elaboração da metodologia de análise empregada privilegiou elementos que contribuíssem para a construção de um perfil tecnológico e funcional para os conjuntos cerâmicos dos sítios arqueológicos Guarani na Bacia do rio Araranguá.

Estes sítios foram escolhidos por terem sido submetidos à escavação durante o Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias, embora a maioria dos demais sítios arqueológicos registrados durante o Projeto de levantamento deste mesmo empreendimento tenham sido submetidos à coletas de superfície, formando um acervo considerável de material cerâmico. Apesar de terem sido escavados de acordo com o impacto da construção de uma rodovia, observa-se que produzem um bom diagnóstico de distribuição, já que os sítios Escola Isolada e Cemitério Lagoa dos Esteves estão relativamente distantes do sítio Lagoa Mãe Luzia.

CAPÍTULO 01

ARQUEOLOGIA GUARANI E USO DO ESPAÇO

Nosso estudo propõe a construção de um modelo de sistema de assentamento Guarani na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, no litoral do Estado de Santa Catarina. Este conceito, por seu turno, está intimamente relacionado com questões de mobilidade e territorialidade. Portanto, se faz necessário observar como estes temas têm sido tratados na literatura arqueológica específica para os grupos Guarani, contextualizando-as com as principais correntes teóricas associadas.

Em um primeiro momento, observamos os dois principais enfoques teóricos utilizados para interpretar os assentamentos Guarani no sul do Brasil, a partir de pesquisas na região amazônica. De um lado, tem-se o enfoque histórico-cultural, associado às teorias de “fatores limitantes”, cuja matriz se encontra na ecologia cultural, formulada inicialmente por Julian Steward e adaptada às condições sul americanas por Betty Meggers. De outro, o viés teórico que designamos “histórico-direto”, influenciado originalmente pelos estudos de Donald Lathrap. Esta linha de pesquisa foi originalmente desenvolvida em modelos interpretativos para a Arqueologia Guarani por José Proenza Brochado e ampliada mais tarde por Francisco Noelli.

Analisando-se estes dois modelos interpretativos, sugerimos que ambos apresentam limitações, em medidas diferentes, na constituição de um modelo de assentamento e mobilidade Guarani. Partindo dessa constatação, propomos um modelo alternativo que considera as relações dialéticas entre evento e estrutura e, conseqüentemente, entre mudança e continuidade cultural como elemento chave para a construção de uma história Guarani de longa duração. Buscamos desta forma trazer uma nova contribuição para este campo de estudos, no presente restrito à oposição entre propostas analíticas de caráter prescritivo (enfoque histórico-direto) ou performativo (enfoque histórico-cultural).

Haja vista esta relação entre ação e ordem cultural, sugerimos motivações multicausais que poderiam influenciar a mobilidade Guarani no vale do rio Araranguá, onde aspectos simbólicos e ecológicos desencadeavam múltiplos processos de movimentos de aldeias, conformando a atual dispersão de sítios arqueológicos observados no presente.

Tal interpretação é inspirada em trabalhos etnográficos sobre mobilidade Guarani como o desenvolvido por GARLET (1997) entre os Mbyá do sul do continente americano.

1.1. O Enfoque Histórico-Cultural

Antes da segunda metade do século XX, a Arqueologia era realizada de forma praticamente amadora no Brasil, sendo poucos os trabalhos arqueológicos sobre o Guarani. Estes consistiam, em sua maioria, em descrições sobre a localização de sítios arqueológicos e em atividades de coletas superficiais.

A partir de 1965 é implementado no Brasil o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), cujo objetivo era definir as principais “culturas arqueológicas” e suas conseqüentes dispersões pelo território nacional. Entre os vários estudos sobre o papel deste programa na arqueologia brasileira, destacamos aqui os trabalhos de SOARES (1997), ALVES (1991), FUNARI (1994), BARRETO (1998), DIAS (1994) e MENDONÇA DE SOUZA (1991) em função das interpretações críticas apresentadas sobre o tema, sendo estas as fontes que embasaram as análises que seguem.

Teoricamente pautado no histórico-culturalismo, o PRONAPA surgiu a partir de um seminário na UFPR (Universidade Federal do Paraná), tendo na ocasião o casal de arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans orientado pesquisadores brasileiros, para uma arqueologia com pouca preocupação crítica para com a interpretação do passado. Divulgaram-se conceitos que até hoje são utilizados por grande número de arqueólogos no país como “fases”, “tradições” e “subtradições”, rejeitando-se com estes conceitos qualquer vinculação com reflexões relacionadas à identidade cultural.

O PRONAPA prolongou-se até 1970 e inegavelmente proporcionou uma série de benefícios para o desenvolvimento de uma prática acadêmica para a arqueologia brasileira que antes da década de 1960, salvo raras exceções, como os trabalhos do casal francês Emperaire a partir de 1959 e a conseqüente criação do Projeto Paranapanema, no Estado de São Paulo. Como exemplo, foram registrados mais de 1500 sítios em todo o território nacional, muitos dos quais com datações de C₁₄, o que delimitou espacialmente e temporalmente a ocupação pré-colonial do país e, em especial, a dos grupos da chamada “Tradição Tupiguarani”, que ora nos interessa:

Apesar das procedentes críticas posteriores feitas (...) o PRONAPA impôs um ritmo que influenciou parcialmente na mudança das perspectivas científicas na pesquisa da tradição “Tupiguarani”, no Brasil e nos países vizinhos. Saiu-se em definitivo de um quadro onde a situação amadorística da pesquisa era predominante. Antes do PRONAPA não havia uma noção clara das áreas de domínio geográfico das populações pré-históricas, praticamente tudo era deduzido a partir dos dados etno-históricos e etnográficos NOELLI (1993: 38).

A cerâmica tornou-se o veículo principal e quase único para se construir um quadro histórico e cultural sobre o passado, através da utilização do método quantitativo elaborado pelo arqueólogo norte-americano James Ford e adaptado às condições latino-americanas pela publicação de MEGGERS & EVANS (1970). O objetivo principal era criar uma padronização na terminologia e nos trabalhos de campo e laboratório, permitindo estudos comparativos subseqüentes.

O manual de análise cerâmica produzido pelos autores e utilizado como referência de pesquisa pelo PRONAPA ressalta que para que esta organização ocorra, deve-se tomar como exemplo os sistemas de classificação advindas das ciências naturais e físicas: “a construção de uma boa classificação é, conseqüentemente, um pré-requisito necessário para o progresso de qualquer campo científico. Um breve exame da situação das ciências físicas e biológicas, demonstrará a validade desta afirmação” (MEGGER & EVANS, 1970: 1). O sistema taxonômico da biologia, talvez seja o exemplo classificatório que mais influenciou as análises pronapianas, partindo da observação de que “quando relatórios arqueológicos são examinados, especialmente aqueles que utilizam o método de análise quantitativa, descrito neste manual, torna-se evidente que os conceitos teóricos subjacentes se assemelham àqueles que orientam os biólogos na classificação evolutiva das espécies” (MEGGER & EVANS, 1970: 6).

A seriação cerâmica é focada aqui sob um viés evolucionista, na qual tipos cerâmicos “evoluem” de um estágio a outro, independentemente de outros tipos. Além disso, não há lugar para o extraordinário nas coleções estudadas, a utilidade do método se dá somente pelas semelhanças, descartando elementos “exóticos”, que não se conformariam a nenhum tipo comum na amostra. Com a análise das curvas de frequências dos tipos separados e identificados, pode-se visualizar as mudanças ocorridas temporalmente em um

dado sítio arqueológico e, conseqüentemente, torna-se possível comparações com sítios que apresentem semelhanças de tipos (MEGGERS & EVANS, 1970).

Descrevendo o que chamam de “características da amostra” necessárias para uma correta seriação, os autores ressaltam a necessidade de que os fragmentos cerâmicos não sejam selecionados, porém destacam a importância de que tenham uma certa dimensão mínima, descartado-se aqueles fragmentos com dimensões reduzidas. Cem é o número mínimo de fragmentos sugeridos para uma seriação segura, alertando ainda que a “análise quantitativa não deve ser interpretada como se exigisse a suspensão da coleta ao serem obtidos 100 cacos. Este número serve principalmente como um guia para se ter certeza de conseguir uma coleção utilizável” (MEGGERS & EVANS, 1970: 14).

A ausência de “monumentalidade” dos sítios arqueológicos em território brasileiro justificaria uma metodologia de campo contemplando um ou dois cortes com cerca de 1 x 1 ou 2 x 2 m, com decapagens obedecendo a níveis artificiais de 10 centímetros cada. Este método ficou conhecido nos trabalhos posteriores como cortes tipo “cabine telefônica”, uma analogia aos formatos das quadrículas. Segundo os autores, a realização de um segundo corte, se possível, diminuiria os riscos de alterações pós-deposicionais presentes e não evidenciadas pelo pesquisador. Quando o sítio era considerado “raso”, procedia-se a uma coleta de superfície, tentando-se ao máximo eliminar as “tendências” do arqueólogo no momento da coleta. Quando não se tinha uma amostra satisfatória, remexia-se o solo com uma picareta e, de forma rápida, fragmentos em profundidade afloravam em superfície.

O objetivo central da seriação cerâmica, a mudança através do tempo, é assim sintetizado pelos autores:

Do ponto de vista do método para a seriação cerâmica, a classificação da mesma tem um objetivo: revelar a mudança sistemática através do tempo. Isto significa que não há “certo” ou “errado” na classificação da cerâmica de um determinado sítio ou cultura, exceto no sentido de que um é melhor do que o outro na indicação de mudança através do tempo. Desde que estamos procurando um meio de medir o tempo, não importa se as pessoas ao fazerem a cerâmica tinham consciência ou não de estar produzindo as diferenças que nós selecionamos como critérios de classificação. Ao usarem certos tipos de tempero, e ao aplicarem decorações, os

oleiros estavam, indubitavelmente, seguindo intencionalmente certos padrões culturais (MEGGERS & EVANS, 1970: 22).

Os autores seguem “guiando” àqueles que estarão desenvolvendo as análises. Várias sugestões são passadas para que a amostra se enquadre nos resultados esperados. “Acidentes de percurso” devem ser explicados e encaixados neste ou naquele tipo, evitando dessa forma falta de sincronia no desenvolvimento e decadência dos tipos. De acordo com o casal, o fabricante de cerâmica desta parte do continente americano não era um especialista. Com isso, apesar de seguir as normas culturais do grupo, podia realizar modificações devido ao gosto pessoal e momentâneo que, por seu turno, causaria desvios dos padrões encontrados na cerâmica, como diferenças no antiplástico e no tratamento de superfície.

O resultado final das percentagens resultantes da popularidade dos tipos é passada para tiras de papel coladas em papel milimetrado seguindo a ordem estratigráfica da quadrícula escavada. Como as análises primárias são obtidas geralmente pelas características do tratamento de superfície, num primeiro momento, e antiplástico, em segundo, caso ocorra falta de sincronia nas tiras, resultando na não observação visual do desenvolvimento, clímax e decadência dos tipos, deve-se reorganizar a amostra levando-se em consideração outros atributos, até então tidos como de menor importância, como os padrões de queima, a espessura de fragmentos ou ainda a forma reconstituída, por meio de um ábaco, de bordas e vasilhames. A etapa final consiste em nomear o tipo obtido na seriação que “batizarão” as tradições e fases. Muitos destes nomes são retirados de lugares ou características geográficas, seguido do tipo mais freqüente no tratamento de superfície. O manual se encerra realizando um balanço das possibilidades de sucesso ou fracasso da seriação. Se o primeiro caso ocorre, pode, inclusive proporcionar uma cronologia mais coerente que as próprias datações de C_{14} . Já se o fracasso acontece, deve-se ajustar os gráficos, podendo inclusive até inverter a ordem estratigráfica do corte, até que se chegue à uma seriação satisfatória.

SOARES (1997) dá ênfase especial às contradições entre o método Ford e sua adoção prática, pelo Programa. O arqueólogo James Ford desenvolveu uma metodologia, de fundo evolucionista, que tinha como objetivo estudar as mudanças de tipos culturais através do tempo. As mudanças, por seu turno, só poderiam ocorrer por meio de difusão

e/ou migração, já que as inovações tecnológicas eram inventadas uma única vez, espalhando-se desde seu centro de origem, até áreas mais “atrasadas”. A apropriação de tal enfoque por parte do PRONAPA enfatizou a ausência de problemas interpretativos, dando-se importância para o levantamento de dados empíricos que, com a análise adequada, forneceriam por si só os resultados esperados. O autor considera que, “no caso do Programa, não havia fins interpretativos. O fim último era determinar o conjunto ao qual pertenciam os artefatos, sem problematizar as informações obtidas” (SOARES, 1997: 33).

Enquanto Ford enfatizou o cuidado que se deve ter nas coletas e nas escavações estratigráficas, o PRONAPA pouco se preocupou com o rigor da pesquisa de campo, efetuando coletas assistemáticas e escavações do tipo cabine telefônica, com quadrículas de 1 x 1 m e níveis artificiais de 10 cm cada. Outra má apropriação do método se refere às análises laboratoriais, com finalidade de construir seriações cerâmicas. A tipologia deveria ser montada com base em vários outros atributos além do tratamento de superfície e do tempero, unicamente utilizados pelo Programa. A quantidade de fragmentos e as dimensões presumíveis dos vasilhames também deveriam ter sido observadas com cuidado, devido à possibilidade dos tamanhos diversos que as vasilhas poderiam ter, já que obviamente peças maiores poderiam acarretar maior número de fragmentos, além de que podem ocorrer diferentes tratamentos de superfície na mesma vasilha. O pouco crédito dado à estratigrafia também é ressaltado pelo autor (SOARES, 1997).

No tocante à seriação propriamente dita, Ford recomendava um número mínimo de 100 fragmentos por sítio, que em muitos casos não foi respeitado pelos pesquisadores pronapianos. Além disso, nas coletas de superfície as amostras poderiam ser alteradas desde que os fragmentos recolhidos fossem selecionados, seja por seu tamanho ou por seu tratamento de superfície, ignorando-se desta forma as distintas funcionalidades das vasilhas. A ocupação relativamente recente das terras baixas da América do Sul também é mencionada por Soares, ignorando-se na maioria das vezes os sítios sem cerâmica, legitimando uma prática que privilegiou apenas sítios com cerâmica e que, além do mais, dispensavam maiores reflexões sobre a dinâmica ocupacional. Quanto aos resultados das seriações, isto é, as mudanças cronológicas, afirma que “a premissa básica de que as culturas obrigatoriamente apresentavam mudanças significativas, mesmo em curtos

períodos de tempo, obrigou os pronapianos a adequar os sítios à regra, ao invés do contrário” (SOARES, 1997: 37)

O inventário de equívocos do autor ainda contém: 1) ênfase nas migrações, sobrepujando sítios fora das rotas dos grandes vales fluviais; 2) idéia básica de que quase todos os sítios são rasos, já que tinham sido ocupados recentemente; 3) o tipo de escavação ignorava a existência de diferentes áreas funcionais no mesmo sítio; 4) ignorância total da observação de níveis naturais; 5) não utilização de levantamento sistemático; 6) total falta de critérios nas coletas superficiais; 7) criação de uma confusão terminológica, principalmente no tocante ao termo “Tupiguarani”; 8) determinismo cerâmico nas análises e 9) ausência de estudos interdisciplinares. A análise do PRONAPA pelo autor finaliza com a constatação de que mesmo depois de quase 30 anos de finalização oficial do programa, muitos pesquisadores continuam seguindo a maioria dos pressupostos básicos aplicados à Arqueologia Guarani do sul do Brasil.

Ao realizar um balanço dos últimos 50 anos de arqueologia no Brasil, BARRETO (1998) levanta importantes implicações da presença do casal Meggers-Evans no Brasil. Segundo a autora, estes foram responsáveis por deslocar pela primeira vez a ênfase das pesquisas da região amazônica para outras partes do país. Apesar de estarem atuando desde a década de 1940 na América do Sul, as idéias de Meggers e Evans tiveram maior penetração no país somente após o advento do Regime Militar, em 1964. Tal fato não ocorreu por acaso, uma vez que a criação de um programa de longo alcance como o PRONAPA encontrou eco nas políticas culturais alinhavadas entre Estados Unidos e Brasil, principalmente após o advento do programa MEC-USAID, motivando o patrocínio de órgãos governamentais de ambos os países. A implantação desta tradição cultural nos meios acadêmicos, cujo caráter era despolitizado e alheio às questões sociais, se contrapôs a um modelo francês de influência esquerdista até então vigente nas universidades.

De maneira geral, Barreto aponta como características do Programa a intensa fiscalização do casal norte-americano, a identificação de centenas de sítios, os métodos de campo e laboratório, as datações relativas e de radiocarbono e a constituição de tradições e fases culturais. Como pontos positivos, destaca uma mudança no quadro de pesquisa arqueológica até então vigente no país, com um mapeamento geral de sítios, o

levantamento de dados empíricos novos e a padronização da nomenclatura, facilitando o entendimento entre pesquisadores de distintas áreas.

As críticas são dirigidas principalmente para a confusão causada pelas seriações cerâmicas, que por sua vez, resultou em um caos terminológico na definição de tradições e fases. Baseando-se somente no antiplástico e no tratamento de superfície, os pesquisadores ignoraram as diferentes funcionalidades dos sítios. Com relação às publicações, enquanto que uma grande massa de trabalhos “parciais” foram publicados, nenhuma síntese geral do programa foi levada a efeito. Assim como mencionado por André Soares, Barreto também percebe a continuidade da maioria dos métodos pronapianos na arqueologia brasileira atual, com o exemplo mais nítido percebido no PRONAPABA, até o presente vigente na região amazônica.

A autora chama a atenção para o fato de que o “vácuo teórico” ainda vigente na arqueologia brasileira tem como culpados, não somente os pesquisadores pronapianos, mas também as missões francesas da década de 1950 em diante, que não produziram avanços teóricos, e os pesquisadores brasileiros, cuja “timidez teórica” ainda se faz sentir. Tanto sob influência de franceses, bem como de norte-americanos, os pesquisadores brasileiros tiveram a preocupação inicial de coletar o maior número de dados possíveis, para somente em uma segunda etapa realizar as devidas reflexões. Este segundo momento se iniciou apenas de modo acanhado na década de 1980.

A autora afirma ainda que em outros países da América Latina, ao invés das idéias de Meggers e Evans terem acompanhado uma filosofia política conservadora, se integrou, muito pelo contrário, à questões relativas à arqueologia social, de fundo marxista.

As apropriações teóricas e sua implicância no registro arqueológico realizada pelo PRONAPA é o tema central da crítica de DIAS (2004), que procurou traçar o percurso intelectual de sua principal figura, Betty Meggers, que de início, por volta dos anos 1940 e 1950, pouco interesse tinha em desenvolver pesquisas no Brasil, dada as condições amadorísticas em que se encontrava a disciplina arqueológica no país. Passando em revista os projetos iniciais do Programa, a autora observa que o PRONAPA proporcionou o prosseguimento de um projeto mais amplo desenvolvido pelo casal em outras partes da América do Sul onde os grandes vales fluviais eram tidos como ótimos objetos de estudos,

principalmente no que se refere à migração e difusão. Logo, o Brasil com os vales dos rios Amazonas e Paraná, dentre outros, poderia oferecer sua contribuição para tais estudos.

Por seu turno, o Brasil apresentava, além de uma vasta rede hidrográfica, poucos acidentes geográficos semelhantes à região andina. Estas constatações somadas contribuíram para a premissa básica pronapiana de que os grupos pré-coloniais se movimentariam pelo território de maneira livre e constante. A padronização de metodologia de campo e laboratório permitiria traçar uma cronologia relativa destes movimentos, que seriam visualizados no registro arqueológico por meio de fases e tradições resultantes de seriações cerâmicas.

Segundo Adriana Dias, uma concepção apriorística de Meggers de que não haveriam sítios em profundidade estratigráfica em território brasileiro condicionou uma metodologia de pesquisa extremamente equivocada, onde as coletas superficiais se tornaram prioridade na maioria dos sítios. Em uma média de 30 sítios prospectados em seis semanas, os pesquisadores vinculados ao Programa também tinham pressa para as atividades de campo, uma vez que dependiam de publicações de resultados anuais para o recebimento de novas verbas de pesquisa de órgãos brasileiros e norte-americanos. Contudo, os objetivos de cumprimento de cronograma do PRONAPA foram dificultados, por outra premissa de que além de rasos e sem monumentalidade, os sítios em território nacional seriam escassos. O que ocorreu, na prática foi justamente o oposto com muitos sítios, com cerâmica ou não, sendo identificados nas mais diversas partes do Brasil.

Além da pobreza teórica subjacente à execução do Programa, Dias destaca a ausência de reflexões críticas sobre a teoria, os métodos e os resultados alcançados, observando que “tal laconismo pode ser observado na arqueologia brasileira como um todo, na qual consolidou a idéia de que a neutralidade científica de sua produção estaria garantida pela ausência de qualquer debate de ordem teórica.”(DIAS, 1994: 21).

Uma presumível ausência de teoria está intimamente associada com a constituição da disciplina arqueológica, a qual o desenvolvimento de métodos e técnicas e os dados empíricos seriam por si só suficientes para o desenvolvimento das pesquisas. Tal aconteceu com o PRONAPA que, apesar de se desenrolar em pleno processo de avanços na teoria arqueológica internacional, com o advento da abordagem processual, ignorou as abordagens teóricas em prol de uma atenção para com os métodos:

No caso da abordagem pronapiana, a importância dada aos métodos mascarou os substratos teóricos que guiavam seus objetivos de pesquisa, conduzindo a equívocos interpretativos quanto a sua capacidade de explicar os fenômenos arqueológicos. Assim, a aplicação dos métodos pronapianos oportunizou um conhecimento apenas aproximativo dos grupos pré-históricos brasileiros, decorrente das limitações explicativas oferecidas pela abordagem teórica que sustentava suas pesquisas. (DIAS, 1994: 22-3).

Não que a teoria estivesse ausente, mas antes se encontrava “oculta”, no dizer da autora, principalmente mascarada por meio da formulação de dois conceitos: tradições e fases. Estes, por sua vez, foram apropriados e re-significados arbitrariamente pelo casal Meggers-Evans, sendo influenciados por autores norte-americanos como Willey, Philips e Ford. Por meio de abordagens histórico-culturais, evolucionistas e funcionalistas, os conceitos de tradição e fase, além de outros como “horizonte” e “componente”, contribuíram a partir da década de 1950 para o estabelecimento de “estágios” não necessariamente evolutivos observados no registro arqueológico. Contudo, estes conceitos tinham outro tipo de conotação, transformando-se com o PRONAPA em definições mesmas de “unidades culturais”, correspondendo desta forma a “grupos tribais”.

Quanto ao método de seriação relativa criada por Ford, foi adotado na mesma época em que as datações de C₁₄ tinham sido aprimoradas. Mesmo assim, não apenas se ignoraram muitas vezes tal tipo de datação, como em muitos casos foram colocadas em xeque, devido a resultados diferentes daqueles obtidos pela seriação cerâmica. Por fim, Dias salienta o desleixo para com os sítios sem cerâmica, que foram abordados muito sumariamente pelo Programa.

A análise de FUNARI (1994) sobre os anos de PRONAPA está intimamente contextualizada com a história do país, mencionando que o advento do Programa um ano após o Golpe Militar de 1964 não foi uma simples coincidência e sim, que ambos estavam relacionados. Com uma arqueologia pouco preocupada com questionamentos críticos, o PRONAPA encontrou boa aceitação entre o novo sistema político autoritário instaurado no Brasil, afinando as relações culturais com os Estados Unidos, país de origem do casal Meggers-Evans, inclusive com o recebimento de verbas para pesquisa de fundações norte-americanas. Em contraposição, uma arqueologia com uma proposta engajada se viu privada

do desenvolvimento de pesquisas, principalmente por meio de corte de recursos e de perda de cargos em órgãos públicos, que ficaram sob comando dos militares, como aconteceu com o jornalista Paulo Duarte na Usp.

Seguiu-se, conforme o autor, um sucateamento dos órgãos de pesquisa e fiscalização do patrimônio, que a partir do fechamento do regime tiveram suas diretorias alteradas e no mais das vezes, com burocratas assumindo responsabilidades técnicas. Desta forma, criou-se no país o que Funari chama de “*stablishment* arqueológico”, a partir do sucesso do Programa e da abordagem dos “fatores limitantes” a ele associado. O modelo interpretativo de Meggers obteve grande aceitação em território brasileiro, sendo que as vozes dissonantes eram caladas pelo controle de um pequeno grupo de pesquisadores. Donald Lathrap, por exemplo, nunca obteve licença para pesquisar na Amazônia brasileira, já que utilizando um modelo que refutava o determinismo ecológico-cultural de Meggers, foi por isso, muito provavelmente apontado como um “subversivo” e impedido de aprofundar suas pesquisas, que seriam retomadas somente na década de 1980 por BROCHADO (1984).

Em seu histórico do PRONAPA, MENDONÇA DE SOUZA realiza um inventário dos participantes e dos eventos mais importantes do Programa, como o seminário do Paraná de 1964, que “acabaria por se tornar na principal matriz do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas” (MENDONÇA DE SOUZA, 1991:114).

Após o exame do caráter geral do PRONAPA, o autor percebe que o Programa permitiu uma melhor distribuição geográfica das áreas de pesquisa e pesquisadores, não permitindo a bipolarização de pesquisa do eixo Rio-São Paulo, como vinha acontecendo com outras disciplinas. Esta descentralização também permitiu uma melhor fiscalização do patrimônio arqueológico, já que o órgão oficial, na época chamado SPHAN, não tinha condições financeiras para tal empreitada. Ocorreu, contudo, um ponto negativo de extrema importância, que foi o acúmulo de poderes pessoais de alguns poucos arqueólogos, que possuíam condições inclusive de vetar a pesquisa de outros colegas não vinculados ao programa. Criou-se, portanto, o que o autor chama de “cartelização da arqueologia brasileira”, que tem seus representantes ainda nos dias de hoje.

Uma outra crítica importante é dirigida pelo autor para o fato de se ignorar as pesquisas anteriores efetuadas no país que, em que pese o tom amadorístico de muitas

delas, não deixavam de contribuir para o acréscimo de informações sobre o registro arqueológico, “inaugurando uma tendência para a reinvenção da arqueologia no Brasil” (MENDONÇA DE SOUZA, 1991: 117).

Mendonça de Souza ainda observa que, após o fim oficial do PRONAPA, muitas instituições privadas e públicas iniciaram pesquisas na área de Arqueologia, basicamente devido a dois motivos: ou se deveu a continuidade das pesquisas pelos participantes do programa, ou foi motivada por uma reação a “cartelização” dos anos anteriores, que impediu a criação de novas frentes de pesquisa.

ALVES (1991), submete o PRONAPA a um histórico rigoroso, descrevendo muitos detalhes importantes dos anos de vigência do mesmo. O entusiasmo por parte dos brasileiros animou o casal Meggers-Evans a elaborarem um amplo projeto que visava a “integração de um grupo de arqueólogos treinado num único sistema de teoria arqueológica, análise e interpretação de dados, especialmente adaptados para o estudo de culturas ceramistas” (ALVES, 1991: 22). A autora cita ainda os demais objetivos do programa: 1) realização de pesquisas fora da região amazônica; 2) constituir cronologias culturais, identificando os caminhos de migração e difusão; 3) estudos de sítios pré-cerâmicos; 4) aprofundamento de questões relativas a difusão dos horizontes cerâmicos na amazônia e 5) realizar estudos de ecologia cultural fora da amazônia. Dentre as críticas ao Programa, Alves discute mais detalhadamente a confusão terminológica criada pelas denominações de fases e tradições, com particular ênfase para o termo “Tradição Tupiguarani”.

A Tradição Tupiguarani é fruto de uma relação complexa entre dois tipos de classificações, uma lingüística e outra cerâmica, que tem origem na história da pesquisa etnográfica do país. Trata-se de uma classe cerâmica, que coincide com as primeiras classificações etnográficas feitas em torno dos grupos étnicos Tupi e dos grupos étnicos Guarani. Isto significa que os parâmetros iniciais que caracterizavam a cerâmica, originavam-se em disciplinas outras, não especializadas nos estudos das coleções cerâmicas. Desta forma, na análise da origem do termo “Tupiguarani”, deveremos considerar a associação lingüística das línguas Tupi Antigo (Tupinambá) e o Guarani Antigo, ambos conhecidas por documentos dos séculos XVI e XVII. (ALVES, 1991: 43).

Diferentemente das outras tradições nomeadas, a Tradição Tupiguarani tem raiz semântica em grupos indígenas que estiveram em contato com os europeus. Tal prática não era um expediente comum do programa, cujo projeto não contemplava as implicações dos remanescentes arqueológicos com os grupos indígenas sobreviventes. A partir do seminário de 1968, esta tradição ficou assim conceituada:

Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e, pelo uso de tembetás (TERMINOLOGIA, 1976: 146).

Aí reside o grande problema em relação a processos identitários: reunir grupos com diversidade cultural aparentemente sobre o mesmo nome, possuindo-se como elementos diagnósticos alguns poucos atributos materiais (conhecidos como “fósseis-guia”). No caso “Tupiguarani”, cerâmica, machados polidos, tembetás e os enterramentos em urnas bastaram para caracterizá-la. Porém, muitos sítios foram classificados nesta “tradição” apenas a cerâmica sendo o atributo perceptível.

Sob o enfoque histórico-cultural, modelos de área de domínio Guaraní podem ser exemplificados por SCHMITZ (1985) e ROGGE (1996). O principal aporte teórico destes trabalhos é buscado na Ecologia Cultural, de Julian Steward, e no determinismo ecológico de Leslie White (TRIGGER, 2004) e que no Brasil, foi desenvolvido principalmente por Betty Meggers em pesquisas na região amazônica (VIERTLER, 1988; NEVES, 2002). Tal viés enfatiza as adaptações ecológicas como um sistema de relações complexas entre seres humanos e natureza que, por seu turno, determina o grau de desenvolvimento das aldeias.

Dentre os trabalhos que desenvolvem tal enfoque teórico, destacamos aqui o mais conhecido de todos e que acabou se tornando um guia indispensável para todos aqueles arqueólogos que procuraram adicionar tais preocupações adaptacionistas em suas pesquisas: “Amazônia – A Ilusão de um Paraíso”, de Betty Meggers. Nesta obra MEGGERS (1987) afirma que as questões relacionadas à subsistência acabaram se transformando no carro-chefe para o entendimento da ocupação indígena na Bacia Amazônica. A cultura ali só pode se desenvolver desde que houvesse condições apropriadas de produção e consumo de alimentos.

Através do estudo das condições ambientais da região amazônica, a autora procurou desenhar o padrão de assentamento de dois tipos diferentes de ecossistemas. A terra firme, formada por solos pobres, precipitações pluviiais imprevisíveis e vegetação exuberante, cujo equilíbrio depende de complexas interações químicas entre estes três fatores citados, fruto de adaptações de milhares e milhares de anos, até chegar ao equilíbrio atual. Uma quebra destas interações ocasionada pelo desmatamento, por exemplo, traduz-se em um empobrecimento dos solos de forma acelerada. Mesmo a agricultura itinerante, praticada por séculos pelas sociedades indígenas, suporta no máximo três ou quatro estações de plantio, tendo-se que, posteriormente, procurar-se nova área para tal atividade. A agricultura intensiva então, revela-se ainda mais catastrófica, com agravantes irreversíveis para os solos da terra firme. A pobreza dos solos, conseqüentemente determinou a escassez de nutrientes nas plantas que, por sua vez, condicionaram uma fauna de pequeno porte, também pobre em proteínas para as sociedades indígenas que ali viveram.

O outro ecossistema estudado por Meggers é o da Várzea. As características ambientais neste tipo de ambiente distinguem-se da terra firme principalmente por conta dos alagamentos ocasionados por enchentes, que carregam depósitos orgânicos desde a cordilheira dos Andes, depositando-os nas margens dos grandes rios. Do ponto de vista da subsistência, a várzea é considerada muito mais atrativa do que a terra firme, destacando-se a produtividade agrícola que ali se desenvolve em maior quantidade e qualidade. As plantas também puderam concentrar maior valor protéico, determinando o desenvolvimento de uma fauna de maior porte. Contudo, a imprevisibilidade destas enchentes também põe em cheque uma maior abundância na várzea. De quando em quando, o rio alaga a área acima do previsto, causando prejuízos importantes para a agricultura, por exemplo.

Com o ambiente assim caracterizado, a pesquisadora norte-americana propõe dois modelos distintos de ocupação humana pré-colonial para cada área, no entanto resultando em conclusões nem tão díspares assim, como poderia se pensar em um primeiro momento. Com relação à ocupação da terra firme, procurou compreender as atitudes adaptativas de cinco diferentes grupos indígenas: Os Kayapó, os Kamayurá, os Sirionó, os Jívaro e os Waiwai. Os critérios para tais escolhas recaíram no aparente isolamento geográfico e cultural de cada grupo, com a coincidência apenas da ocupação territorial da terra firme amazônica. Cada grupo é descrito, por meio de estudos etnográficos, contemplando-se

dados referentes à localização, povoamento, subsistência, vestuário e adornos, organização social, ciclo reprodutivo, cerimônias, comércio, guerra e religião.

Á luz dos dados obtidos e manipulados pela autora, a primeira conclusão importante se refere às semelhanças culturais apresentadas a respeito da adaptação a este tipo de ecossistema, em que pese as diferenças geográficas já apontadas. À homogeneização ambiental, segue-se também semelhanças culturais, como os tipos de habitações, de vestuário, rituais com funções biológicas, etc. Retoma-se aqui os efeitos limitantes do ambiente como causais para o resultado de homogeneização cultural, como a pobreza dos solos, as oscilações pluviométricas e as deficitárias proteínas advindas da flora e da fauna. Para superar tais problemas, as populações que viveram sob estas condições tiveram que criar mecanismos adaptativos, sintetizados da seguinte forma:

É óbvio que nenhuma comunidade humana pode sobreviver sem que seus membros consigam as calorias suficientes para a manutenção da vida, precisando ainda de certa quantidade de proteínas, vitaminas e sais minerais. O fato de que a planície amazônica era bem mais populosa ao tempo da conquista européia demonstra que aquelas populações tinham realizado uma feliz adaptação cultural às características especiais do meio. Tal adaptação implicaria num equilíbrio entre o tamanho da população e a capacidade de produção, a longo prazo, por parte do meio-ambiente, impedindo, assim, a superexploração das fontes de subsistência e, conseqüentemente, uma dilapidação irreversível dos recursos essenciais. Dois são os meios principais de se conseguir tal equilíbrio: (1) desenvolvendo medidas para maximizar o rendimento dos alimentos de uma determinada área e (2) impedindo que a população cresça ou se concentre a tal ponto que venha a pôr em perigo os recursos do meio-ambiente local. Quando os costumes e as crenças das cinco tribos de nossa amostra forem examinados, segundo essa ética, muitos aspectos adaptativos se tornarão evidentes (MEGGERS, 1987: 145-6).

No que concerne ao primeiro item, ou seja, as atitudes adaptativas para garantir a subsistência anual da aldeia parecem indicar um sucesso produtivo, uma vez que a autora não constatou carência alimentar em nenhum dos cinco grupos em foco. Estratégias foram criadas para suprir tais limitações ambientais. Por exemplo, a pobreza dos solos é compensada por meio do plantio de cultivares mais resistentes e adaptados a solos pobres, como a mandioca, a batata-doce e o inhame. As aldeias são transferidas de local em

períodos aproximados de cinco anos, permitindo um remanejamento dos solos, da flora e da fauna, impedindo desta forma o desaparecimento de muitas espécies.

A população destes grupos não pode crescer a tal ponto que se torne insuportável para o meio ambiente uma sustentação protéica suficiente. Deste modo, defesas naturais e culturais são acionadas, protegendo o grupo de um auto extermínio. Ambos tendem, portanto, a desenvolverem-se a fim de que tal catástrofe não ocorra. A adaptação cultural têm sentido em “muitas práticas culturais que podem parecer estranhas, ou mesmo cruéis, aos observadores civilizados são explicadas em termos de sua importância para com uma ou ambas dessas funções” (MEGGERS, 1987: 151). As funções citadas pela autora são o controle sobre a natalidade e a distribuição igualitária desta população em um determinado território. Portanto, adaptações culturais e ambientais se equivalem no complexo jogo da sobrevivência neste tipo de ecossistema. Dentre estas práticas culturais de controle no aumento da população, destacam-se os tabus sexuais, a guerra, o infanticídio, os métodos contraceptivos, a punição por adultério, entre outras.

As defesas culturais são destacadas também no quesito distribuição da população da aldeia. Para que haja um sucesso reprodutivo, as aldeias necessitam quando em quando serem deslocadas, evitando, por exemplo, o esgotamento permanente dos solos e a exploração intensa da fauna comestível. As práticas xamânicas são elementos controladores, já que muitas cissões ocorrem devido a acusações de feitiçarias, mesmo entre parentes próximos. A guerra também faz parte deste jogo de cissões, caracterizando-se por uma falta de interesse em anexação de terras e captura de botins. Serve, portanto, para manter até mesmo grupos aparentados dispersos. Ainda outro fator cultural que é interpretado sob este enfoque é o abandono das casas, após a morte de parentes e/ou chefes.

Este tipo de análise permite à pesquisadora classificar os cinco grupos de acordo com um grau maior ou menor de “evolução cultural”, destacando que quanto maior a ação de restrições alimentares e demográficas por parte dos grupos, menor a sua “complexidade cultural”: “os fatores ecológicos que impõem tais restrições são os mesmos que impedem o progresso da evolução” (MEGGERS, 1987: 169).

Como conclusão geral das análises adaptativas destes cinco grupos da terra firme, tem-se que as atitudes culturais tiveram sucesso ao restringir o crescimento descontrolado da população. Conseqüentemente, estes controles sobre o ecossistema resultaram em

padrões culturais diferentes entre cada grupo indígena estudado, em que pese o fundo ecológico comum. Meggers ainda resume da seguinte forma estas análises:

Com exceção dos Sirionó, as tribos da terra firme aparentam dispor de abundantes recursos de subsistência e, via de regra, de uma vida fácil. Na verdade, elas ilustram bem a existência idílica que levou os observadores provenientes de zonas temperadas a encarar a Amazônia como um paraíso ainda não de todo explorado pelos habitantes indígenas. Entretanto, é perigoso concluir precipitadamente que uma abundância de caça e roças produtivas significam a existência de um potencial não utilizado. Pelo contrário, o conhecimento das limitações inerentes ao meio-ambiente da terra firme leva à conclusão de que o oposto é verdadeiro e que a abundância é o reflexo do equilíbrio da adaptação conseguido pelos habitantes indígenas. Importa também saber, a esse respeito, que os zoólogos já verificaram o quanto é ilusório pensar que os animais são bem menos numerosos do que lhes permite o meio-ambiente. Como veremos adiante, as conseqüências desastrosas da exploração descontrolada na fase pós-européia demonstram ainda mais claramente que a Amazônia, longe de ser a terra da promessa, não passa de um paraíso ilusório (MEGGERS, 1987: 172).

Enquanto que o ambiente da terra firme sofre uma variabilidade devido à inconstância do volume de chuvas, a várzea sofre variações de caráter fluvial, sendo comum enchentes com maior ou menor volume de águas, tomando-se também como um fator ambiental inconstante. No entanto, apesar de dificuldades advindas das cheias, os grupos indígenas da várzea puderam desenvolver um maior grau de complexidade cultural, com relação aos grupos da terra firme.

Percebendo que para o estudo dos grupos da terra firme foram utilizadas pesquisas etnográficas, os grupos da várzea são caracterizados e discutidos à luz de dados etnohistóricos sobre duas grandes sociedades indígenas que viviam às margens do rio Amazonas: os Omagua e os Tapajós. Estes são também descritos de acordo com as características apontadas para os grupos da terra firme. Após esboçar um perfil cultural destes dois grupos a muito desaparecidos, Meggers parte para comparações entre os dois ecossistemas e suas conseqüentes respostas adaptativas. Entre as semelhanças, observa uma exploração similar de recursos alimentícios, a disposição das aldeias e das habitações e em alguns aspectos da cultura material como artefatos confeccionados em cestaria e cerâmica.

As diferenças na organização social e política e em alguns itens da cultura material, refletem uma maior complexidade cultural, ocasionada basicamente por dois fatores: 1) influências andinas e 2) favorecimento do meio ambiente da várzea.

Também para os grupos da várzea respostas adaptativas precisaram ser dadas para uma maximização dos recursos de subsistência e um efetivo controle da reprodução e distribuição humanas entre estes dois grupos focados. Apesar dos solos da várzea serem ricos em nutrientes e conseqüentemente mais férteis do que os da terra firme, apresenta sérias dificuldades de uma agricultura permanente na área, devido à inconstância das cheias, que podiam inclusive em certas épocas destruir as plantações e causar uma escassez na subsistência indígena. Como os problemas ecológicos são de diferente natureza, a autora afirma que diferentes são as respostas culturais para minimizar a escassez. Ao que parece, os grupos responderam a estas dificuldades advindas do regime de enchentes através do armazenamento de produtos da roça e também da divisão do trabalho, que elevava o aproveitamento do tempo disponível antes que as enchentes pudessem causar danos irreparáveis. Meggers supõe então que, a divisão do trabalho teria determinado o desenvolvimento de chefias, que pudessem organizar e vigiar as atividades. Mesmo a religião pode ser explicada, sob tal enfoque, em razão do ciclo cambiante do rio. As crenças serviriam para assegurar um conforto espiritual, visto a imprevisibilidade ambiental da área.

Já os mecanismos de controle do crescimento populacional são mais semelhantes aos da terra firme, com um sistema de tabus, feitiçarias e guerras que não se diferem muito. Tanto a terra firme quanto a várzea, portanto, apresentaram dificuldades ambientais que, a despeito de serem diversas, convergiram para um mesmo resultado evolutivo, isto é, “os imperativos ambientais excluíram a possibilidade de intensificação de ambos os padrões e, assim fazendo, eliminaram a Amazônia como um berço em potencial de uma civilização mais avançada” (MEGGERS, 1987: 204).

Os itens mais “avançados” dos grupos da várzea como características do vestuário e de armas e a organização sócio-política, por exemplo, podem ser explicadas não como um desenvolvimento local, mas como resultados da difusão. Neste caso, a presença próxima ao rio Amazonas permitiu o transporte de traços culturais andinos que, encontrando um ambiente limitado na várzea amazônica, sofreram uma decadência cultural. Este

“fenômeno” difusionista e degradativo é exemplificado pela pesquisadora por meio de pesquisas arqueológicas na Ilha de Marajó, na foz do rio Amazonas. Como conclusão geral do estudo adaptativo dos grupos Omagua e Tapajós, temos o seguinte:

Embora fragmentários, os dados sobre a adaptação cultural indígena ao habitat da várzea indicam que a concentração de população era maior e o nível de complexidade sócio-política mais avançado do que na terra firme adjacente. Isso não resultou de uma melhoria dos recursos de subsistência introduzida pelo homem, mas, ao contrário, de uma adaptação cultural sensível que permitiu a utilização eficiente da singular produtividade natural da várzea. Esta produtividade natural tem dois defeitos importantes: (1) é altamente sazonal; (2) está sujeita a flutuações imprevisíveis. Desenvolveram-se mecanismos culturais para compensar as variações estacionais, mas a escassez de alimentos que é resultante da inundação, quer prematura, quer prolongada, não   previsível nem pode ser contrabalançada. Em tais condições, a adaptação fixou um teto para o desenvolvimento cultural e, ao que tudo indica, os grupos da várzea, como os Omagua e os Tapajós, atingiram o nível máximo de elabora o cultural permitido pelas condições locais ao meio-ambiente (MEGGERS, 1987: 208).

O que estes mecanismos adaptativos significaram para os aspectos evolutivos da bacia amazônica? Meggers responde que, por exemplo, esta inconstância, seja pluvial (terra firme), seja fluvial (várzea), acabou barrando uma complexidade social e política que seria ocasionada por uma maior sedentariiedade, impossível de se obter em tais condições. Apesar de não seguirem rumo a uma “civiliza o”, os grupos indígenas em ambas as áreas puderam desenvolver mecanismos culturais que criaram condições ideais de sobrevivência para grupos de pequeno porte demográfico. O sucesso, portanto, residiu na adapta o e estagna o evolutiva obtida por meio de seleções biológicas e culturais que permitiram a manuten o de um padrão de vida controlado pela densidade populacional. A evolu o para uma “civiliza o avançada”, como a que ocorreu nos altiplanos, estava fora de cogita o. Não só esta evolu o não foi possível, mas igualmente ocorria uma “decadência cultural” quando surgiam elementos de complexidade, adquiridos por difusão.

A partir destes pressupostos básicos, o modelo *standard* de Meggers foi transposto para o estudo dos sítios arqueológicos Guarani no sul do Brasil, notadamente no curso dos grandes rios do interior do Rio Grande do Sul. Dentre os trabalhos que de forma explicita

ou implícita utilizaram tal modelo teórico, gostaríamos de destacar dois estudos sobre a natureza dos assentamentos Guarani pré-coloniais.

O primeiro deles é um estudo do arqueólogo Pedro Ignácio SCHMITZ (1985), que a partir da seriação cerâmica e datações em C_{14} , interpretou a partir do modelo *standard* o uso do espaço em duas áreas nos Vales Médio e Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul. O autor parte de duas observações básicas comuns nos estudos sobre sítios Guarani. A primeira delas diz respeito a grande quantidade de sítios encontrados em áreas relativamente pequenas e a conseqüente conclusão dos arqueólogos de que se trata de um povoamento denso. Ao contrário, a hipótese do autor é de que a grande quantidade de sítios não significa densidade populacional e sim resulta de grande mobilidade em busca de recursos naturais de algumas poucas aldeias (em número de três, no máximo, para este caso).

O segundo ponto é definido no alargamento da área de estudo em um dado rio e a tentativa frustrada em encontrar resultados ordenados na seriação cerâmica. O próprio autor constatou estes problemas nos vales dos rios Ijuí, Uruguai e Jacuí. Sítios arqueológicos encontrados nas regiões do Alto e Médio Jacuí foram escolhidos para explicar um modelo de sistema de assentamento, que o pesquisador faz crer ocorrer em todos os lugares onde houver um conjunto de sítios com tal conteúdo cultural, inclusive nas regiões de lagoas, como é o caso dos sítios estudados nesta dissertação.

O Médio e Alto vale do rio Jacuí foi estudado por dois projetos arqueológicos diferentes. O primeiro contemplou uma área de 100 quilômetros de extensão, e o segundo 20 quilômetros. Em ambas as áreas foram criados modelos de assentamento Guarani de acordo com a seriação cerâmica e datações relativas pelo método Ford, além de diversas datações em C_{14} (apenas para o primeiro caso).

Os resultados da seriação obtidos para a primeira área apontaram duas ocupações antigas, separadas por uma área entre elas com ausência de sítios. Em uma fase mais recente foram enquadrados sítios dispersos por toda a área, denotando uma mesma ocupação.

O estudo da seriação cerâmica para a segunda área descrita neste artigo, de acordo com o autor, pode melhor definir o modelo ocupacional Guarani. Registrou-se uma aldeia datada do início da era cristã se movimentando na várzea em distâncias não maiores que um quilômetro. Por volta do século V, o aumento populacional deve ter aumentado,

forçando o desmembramento e o surgimento de uma nova aldeia, ocupando um território menos favorável para a subsistência. A partir do século XVII supõem-se novos desmembramentos a partir desta aldeia original, com os grupos Guarani cada vez mais ocupando “lugares menos adequados, com terrenos fortemente inclinados e menor fertilidade do solo; devido a condições inferiores do ambiente, as aldeias são menores, mais *pobres* e provavelmente menos estáveis, o que viria acentuar ainda mais a sua *pobreza*” (grifo nosso) (SCHMITZ, 1985: 48).

Com base nos resultados obtidos no estudo destas duas áreas, Schmitz pode ainda tirar uma série de conclusões, que visavam reforçar suas hipóteses interpretativas. O fluxo de mobilidade destas aldeias pode ser visto através de conjuntos de sítios, relativamente bem separados um do outro em uma fase inicial de ocupação. Tem-se como resultado que as aldeias das áreas selecionadas se movimentam principalmente em relação à pobreza dos solos. Algumas outras vezes estes movimentos seriam proporcionados também pela escassez de caça. Destaca-se também a proposição do autor de que a variabilidade dos artefatos nos sítios arqueológicos Guarani pode ser resultado da divisão das aldeias, que se desenvolveriam separadamente uma da outra, mesmo que concorrentes de uma mesma área. Com estas sugestões tomadas como premissas, poder-se-ia então mensurar o tamanho das áreas de domínio Guarani em diferentes regiões e ecossistemas.

O estudo de Jairo ROGGE (1996) ampliou o modelo de territorialidade proposto e descrito anteriormente por Schmitz em uma área do Vale médio do Rio Jacuí e de um de seus tributários o Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Identificou-se três aldeias distintas na área de estudo através da seriação cerâmica, cada qual explorando os recursos naturais nas várzeas dos rios. O modelo da ecologia cultural é neste trabalho explicitado, enquanto que na pesquisa de Schmitz ele encontrava-se apenas subentendido.

A problemática central deste estudo procura entender como um grupo que criou mecanismos adaptativos complexos e bem sucedidos na região amazônica pôde enfrentar as diferenças ambientais em áreas de floresta subtropical nos vales dos rios. Tal abordagem procurou por meio do estudo do uso do espaço e da cultura material perceber quais são estes mecanismos acionados na adaptação e quais os fatores limitantes que inibiram um maior desenvolvimento desta tradição cultural.

Nossa idéia é de que tal resposta adaptativa é parte de um modelo engendrado em áreas ecologicamente mais complexas, como a floresta tropical amazônica. Quando populações, oriundas destas áreas, ocupam as regiões subtropicais do sul do Brasil e se deparam com locais propícios a manutenção de seu ciclo vital, encontram também uma série de limitações que restringem um desenvolvimento mais amplo. A resposta adaptativa vem em forma de ajustes locais ao modelo básico, buscando uma inter-relação mais equilibrada. Uma das respostas pode ser a migração para outros vales, mecanismo pelo qual parece ter se dado a ocupação sistemática dos vales das grandes bacias subtropicais (ROGGE, 1996: 13).

O modelo *standard* elaborado por Betty Meggers é aqui utilizado, portanto, para explicar as possíveis limitações que as várzeas dos rios Jacui e Pardo podem ter oferecido aos grupos Guarani que ali se estabeleceram. A construção de um modelo de padrão de assentamento, conseqüentemente, deve ser tentado levando-se em conta uma abordagem ecológica, como se os aspectos culturais pudessem estar de fora na tomada de decisões das sociedades indígenas. O autor acertadamente enfatiza que o enfoque ecológico ainda domina os estudos do uso do espaço, apesar das consistentes críticas dirigidas para tal abordagem, empobrecendo uma análise que também deveria levar em consideração os aspectos sociais e simbólicos dos grupos humanos estudados.

Analisando os aspectos ambientais apresentados por Rogge, percebe-se o surgimento de um grande problema para que o modelo de fatores limitantes barrasse o desenvolvimento dos grupos indígenas pudesse fazer sentido. Nota-se, de imediato, a grande abundância de recursos naturais e, o que é mais importante para tal abordagem, os solos se apresentam férteis, propícios para o desenvolvimento de qualquer cultivo conhecido pelos Guarani. Após identificar dois tipos distintos de solos nas várzeas, conclui que,

(...) os solos tem alto teor de nutrientes e alta fertilidade, fatores que propiciaram o estabelecimento de sítios e suportariam uma agricultura efetiva por um longo período de tempo, fato comprovado pelo uso intensivo da terra desde meados do século XIX até hoje, por imigrantes europeus e seus descendentes (principalmente de origem alemã), sem mostrar sinais de esgotamento (ROGGE, 1996: 70).

Os recursos alimentares também estão presentes em abundância em áreas próximas das várzeas onde se estabeleceram as três aldeias estudadas pelo autor. O único recurso que pode ter sido mais dificultado de se obter foram os frutos da *Araucária Angustifolia*, cujas árvores localizam-se em maiores altitudes, controladas por grupos horticultores Jê. Com relação ao espaço das várzeas, mesmo ali onde ela se encontra mais estreita, pressionada por um maior encaixamento do vale, parece ter fornecido de maneira abundante os espaços necessários para a instalação de aldeias e a constituição das roças.

Uma possível escassez de recursos deveria estar relacionada com a alta mobilidade percebida pela quantidade de sítios arqueológicos registrados na área, em um total de 63 assentamentos. Por meio da seriação cerâmica, estes sítios refletem os deslocamentos de não mais que três aldeias. Um modelo sociobiológico logo foi descartado, uma vez que a grande circulação destas aldeias deveria estar respondendo a proteção de recursos contra outros grupos. De acordo com o autor, não poderia, devido à abundância de recursos, haver uma relação de custo e benefício suficientemente positiva para que compensasse tais movimentos.

Mas se a proposta inicial era perceber uma pobreza, que limitasse o desenvolvimento de grandes aldeias, solicita-se então uma explicação de ordem ambiental para dar conta de tal modelo. A abundância de recursos de todo gênero pôs um problema de difícil solução para a área estudada. O desfecho ideal foi encontrado por meio de uma hipótese extremamente frágil de se sustentar em bases empíricas.

A mobilidade das aldeias deve ser explicada, portanto, por conta de fatores que envolveriam uma certa displicência e falta de cuidados para com as áreas da roça e/ou das casas. Os Guarani se deslocariam constantemente nas várzeas férteis do vale porque, se por um lado o solo continha uma fertilidade considerável, por outro a vegetação, pouco tempo depois da derrubada da mata e abertura das clareiras para plantio, retomaria seu lugar rapidamente, crescendo por entre os cultivos, dificultando sobremaneira a produção de alimentos.

Esta hipótese é cruzada com outra, pensada a partir do estudo de um sítio Guarani escavado no município de Candelária, vale do rio Pardo, Rio Grande do Sul (SCHMITZ 1990). A partir da evidência do grande acúmulo de vestígios arqueológicos no chão das habitações, conclui-se a partir destes dados que os Guarani, ao invés de realizarem a

limpeza de tais espaços, preferiam construir suas casas em outros locais, longe da sujeira acumulada. Percebe-se, portanto, uma analogia realizada tendo em vista a explicação para os deslocamentos Guarani na região em tela.

Por conseguinte, a movimentação intensa das aldeias teve como causa lógica o pouco “desenvolvimento cultural” destes grupos, além de prováveis épocas de escassez, uma vez que deveria haver uma fragilidade alimentícia tendo como base tais deslocamentos. Assim então é entendido o sistema de assentamento Guarani neste estudo:

Em resumo, procuramos demonstrar que o estabelecimento de um território de domínio reproduz um modelo de interrelação com o ambiente que leva ao desenvolvimento de estratégias de defesa econômica. O padrão de assentamento pode estar direcionado a estas estratégias, vistas como respostas adaptativas a determinadas condições ambientais locais traduzidas, na área do médio Jacui, principalmente pelo confinamento do grupo em várzeas que, apesar de uma alta fertilidade, contrasta com suas extensões laterais limitadas (ROGGE 1996: p. 74).

Desta forma, a partir destes resultados pode-se perceber uma semelhança entre as respostas adaptativas encontradas na região amazônica. Inclusive uma densidade de vestígios arqueológicos pode ser interpretado, assim como no modelo *standard* adotado para a Amazônia, antes como índices de reocupações breves do que como ocupações densas e duradouras.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é a extrema fragilidade dos dados nos quais o autor se apoiou para definir a diferenciação dos sítios em três aldeias distintas. Unicamente a decoração (leia-se, tratamento de superfície) da cerâmica foi utilizada para realizar tal classificação. Como tentaremos demonstrar no capítulo 4, a variabilidade cerâmica está intimamente ligada com a sua funcionalidade. Portanto, tais análises devem partir principalmente da leitura de dados referentes à relação entre forma e função dos vasilhames reconstituídos.

O sucesso adaptativo Guarani é visto por meio da alta rotatividade das aldeias, que acionaram tais mecanismos para se protegerem dos problemas relacionados com a dificuldade de um processo produtivo das roças duradouro e que o autor chama de “defesa econômica”. Como consequência, os grupos assentados em áreas da várzea mais estreitas,

teriam uma maior mobilidade do que aqueles localizados nas áreas cultiváveis mais extensas.

Em uma área onde a abundância de recursos de todos os tipos é relativamente grande e constante, como no médio Jacui e no Rio Pardo, tal estratégia pareceria dispensável. No entanto, existem elementos que podem assumir características limitantes. Acreditamos que a formação de territórios de domínio, no médio Jacui, está ligada à ocorrência diferenciada das áreas disponíveis de várzea ao longo do rio, influenciando o modo de deslocamento dos sítios no interior de cada território: mais móveis, alternados e curtos onde a várzea é mais restrita e não permite maiores reacomodações, nem expansões, mais estáveis e em distâncias mais longas onde a várzea é mais extensa, permitindo a formação de um território maior, mas também limitado (ROGGE, 1996: 141).

Completando esta limitação do território, têm-se também as barreiras culturais ocasionadas pela presença de grupos Jê no planalto, contribuindo para um maior isolamento dos grupos Guarani no vale do Jacui. Em suma, com algumas poucas mudanças adaptativas, os grupos Guarani puderam ocupar e controlar esta estreita faixa de terra do vale do rio Jacui, reproduzindo um modo de vida que teve sucesso do ponto de vista adaptativo em áreas de floresta tropical.

1.2. O Enfoque Histórico Direto

Constituídos a partir de uma crítica contumaz aos modelos pronapianos, este viés teórico foi adotado na Arqueologia Guarani principalmente pela influência dos trabalhos de LATHRAP (1975) e BROCHADO (1977, 1980, 1984, 1989). Tem como corolário principal a aceitação de uma continuidade entre os grupos pré-contato, estudados somente pela arqueologia, e os grupos encontrados e descritos pela sociedade européia, permitindo a ampliação do campo de fontes, com a utilização de dados provenientes da etnohistória, lingüística e etnologia (NOELLI, 1993).

Assim como Betty Meggers, o arqueólogo norte-americano Donald LATHRAP reuniu suas premissas básicas através da publicação de um livro síntese de divulgação, intitulado “O Alto Amazonas” (1975). Suas páginas contêm uma proposta alternativa à

explicação ecológico-cultural até então vigente para o desenvolvimento cultural de toda a bacia amazônica, que ficou conhecido como “modelo cardíaco”, uma alusão à expansão majoritária de grupos e objetos por via fluvial (analogia às artérias do sistema sanguíneo).

O complexo sistema fluvial da bacia amazônica constituiu, segundo o autor, no principal meio de difusão cultural para as mais diversas direções cardiais, sendo que muitos grupos utilizavam o sistema de navegação constantemente. Pessoas, objetos e sistemas simbólicos subiam e desciam os rios, a partir de um poderoso centro original de invenções: a Amazônia Central. Por sua vez, aqueles grupos que não constituíram sistemas fluviais de transporte para se movimentarem e comunicar-se com os demais grupos da bacia, ficaram alheios às rotas de inovações tecnológicas transportadas pelas águas.

As diferenças ambientais das áreas de terra firme e várzea, são também aqui destacadas, com esta última considerada muito mais produtiva do ponto de vista agrícola, somado à uma abundância de recursos resultantes da caça, pesca e coleta. Para o autor, a relativa escassez destes solos aluviais deve ter influenciado a dinâmica ocupacional, gerando competição por estas áreas privilegiadas no período pré-colonial.

Para Lathrap, a floresta fornecia uma infinidade de recursos para os grupos indígenas em forma de alimentos, matéria prima para a confecção de artefatos, princípios ativos para narcóticos e produtos farmacológicos. Tanto em termos quantitativos, bem como em qualidade, as espécies ocorrem de forma equitativa em ambos os ambientes da grande planície amazônica. A mesma constância distribucional não ocorre com a fauna. No ambiente da várzea, a presença de animais de grande porte como o peixe boi e a capivara, aliados a uma grande variedade de aves e peixes, são tidas como “fascinante”, nas palavras do autor. Já na terra-firme, encontra-se uma fauna de menor porte, dispersa e difícil de ser caçada.

Os solos merecem atenção especial por parte do pesquisador, já que são tidos, como descritos no item anterior, como elemento limitante de desenvolvimento cultural nas terras baixas sul americanas. Antes de se tirar uma conclusão apriorística da pobreza dos solos, deve-se relacioná-lo com uma série de problemáticas levantadas por Lathrap, que podem ou não influenciar na produção agrícola dos grupos indígenas. Ao se estudar um determinado grupo, tem-se que ter em mente uma série de perguntas, como o valor protéico que um determinado espaço de roça pode fornecer, o tipo de cultura que se procura plantar, a

importância das plantas cultivadas na dieta alimentar, se a complexidade sócio-política poderia permitir ou não o desenvolvimento de mecanismos maximizadores de produção agrícola e, talvez o quesito mais importante, o grau de conhecimento dos índios para com os cultivares, condicionando no mais das vezes estratégias diferenciadas para a maximização da produção, considerando as características do solo e das plantas.

Provavelmente poucas regiões haverá nas zonas tropicais e temperadas onde o potencial agrícola não possa ser largamente melhorado mediante a aplicação de maior engenho e esforço. Os estudiosos da história da cultura do Novo Mundo deveriam ter presente o facto de que várias populações pré-colombianas puseram em prática esquemas de recuperação e de melhoramentos dos solos, fazendo o melhor uso do trabalho intensivo (LATHRAP, 1975: 39-40).

Algumas plantas não necessitam de solos férteis para se desenvolver, como a mandioca, um dos elementos diagnósticos da chamada “cultura de floresta tropical”. Como veremos no capítulo 3, este cultivar se desenvolve relativamente bem nos solos com poucos nutrientes, proporcionando inclusive a oportunidade de várias safras em um mesmo local.

Lathrap também parte de uma crítica contumaz à classificação dos povos amazônicos dentro do conceito de “cultura de floresta tropical”, taxonomizado por Julian Steward, em oposição à “cultura circun-caribenhas”. Esta possui características “positivas” de um ponto de vista evolutivo, como complexidade social e política. Em contraposição, a cultura da floresta tropical foi definida por conta de ausências importantes em todos os graus de complexidade. Possuíam tais limitações pelo rigor do ambiente, que lançava os grupos em uma luta diária pela sobrevivência, impossibilitando o aumento populacional.

As críticas do autor centram-se na idéia de que qualquer elemento que denote complexidade e que por ventura tenha sido localizado na Amazônia é explicado em termos de influências andinas, cuja difusão ou migração logo entrava em decadência no ambiente hostil da selva. Outra importante crítica do autor é dirigida para o nível de comparações, havendo para o caso amazônico, o uso de grupos indígenas atuais como exemplo para o passado indígena da região:

Eu não aceito o ponto de vista defendido por alguns estudiosos segundo o qual existia um marcado contraste entre o nível cultural dos povos circuncaraíbos e o dos das florestas tropicais. Só através da comparação entre os habitantes da zona circuncaraíba, do florescente século XVI, e as tribos marginais e dispersas que hoje sobrevivem na bacia do Amazonas, o contraste se torna de facto evidente. Aqueles que insistem nele esquecem os relatos dos primeiros exploradores europeus da bacia do Amazonas, que se referiram de forma verossímil a densas populações, unidades políticas vastas, chefes ou reis poderosos, sacerdotes, templos e ídolos ao longo do curso principal do Amazonas, desde a nascente, perto de Nauta, até à foz. Estes povos ribeirinhos há muito desaparecidos foram os habitantes mais numerosos da bacia por volta de 1500 d. C. e apresentam todas as condições para serem tomados como os representantes típicos da cultura da floresta tropical; mas foram os povos ribeirinhos os primeiros a serem destruídos pelos efeitos combinados das doenças europeias, da missionação e do tráfico de escravos (LATHRAP, 1975: 49).

Deste modo, o autor elabora um quadro alternativo para dar conta de uma definição da “cultura da floresta tropical”, opondo-se frontalmente aos modelos explicativos calcados no determinismo ecológico. Além desta complexidade social e política, os grupos indígenas possuíam um aparato tecnológico considerável, exemplificado pela produção da mandioca, intensamente manejada e necessitando de vários processos transformativos, até o produto final desejado. Os produtos da mandioca também deveriam ter papel importante nesta complexidade cultural. A farinha poderia ser importante moeda de troca e o cauim a base de mandioca proporcionava festas rituais com intuito de obtenção de alianças e prestígio.

Observando a grande disseminação de vários aspectos tecnológicos e culturais, Lathrap conclui que a maioria destes elementos teria se difundido desde muito tempo e que teriam sido inventados em sua maioria em algum lugar da floresta amazônica. Portanto, elimina-se a região andina como centro irradiador de cultura para as terras baixas, já que a grande maioria dos elementos que configuram a chamada cultura da floresta tropical se originou ali mesmo na bacia amazônica, desde cerca de 5000 anos antes do presente.

Com o aporte dos estudos lingüísticos disponíveis para a região, o pesquisador traça um quadro das presumíveis migrações em tempos pré-coloniais. Tal reconstituição da expansão de grupos portadores de diferentes línguas enfatiza a idéia de complexidade e de que o *habitat* da floresta tropical permitia o aumento demográfico, dada a grande dispersão

de algumas línguas, como o Araucano e o Tupi-Guarani: “Estas explosões demográficas são uma prova segura de que a base de subsistência em que se apoiava a população se tornou mais eficaz” (LATHRAP, 1975: 74).

Os grupos portadores da proto-língua Tupi-Guarani que nos interessa aqui em particular, teriam sua origem, conforme os dados lingüísticos disponíveis, nas proximidades da confluência do rio Madeira com o Amazonas, na parte sul da bacia amazônica. Todavia, o autor reproduz a premissa básica e já então de senso comum de que os grupos Tupi-Guarani estariam, ainda no período colonial, realizando suas migrações para fora da Amazônia, reproduzindo a hipótese de expansão recente.

Também se desenvolvem as hipóteses de migrações pelo estudo de alguns atributos cerâmicos, concluindo-se que a tecnologia de confecção de artefatos em argila teria sua origem na região central da bacia amazônica, com povos portadores de tal tecnologia migrando para áreas do Alto Amazonas, invertendo a direção das migrações de Meggers. Mais que o tratamento de superfície, o autor insiste que o estudo das tradições cerâmicas deve passar pela identificação das diversas funcionalidades das vasilhas, cujas características nos informam melhor sobre o sistema econômico de um determinado grupo, e ainda concluindo-se que “as maneiras básicas de preparar e servir as refeições e as formas dos vasos que elas exigem parecem ter perdurado por períodos mais longos do que os modos de tratamento da superfície e dos motivos decorativos” (LATHRAP, 1975: 119).

Com relação à Tradição Policroma definida e estudada pelo arqueólogo alemão Peter Hilbert, Lathrap inverte, a partir dos mesmos dados utilizados por Meggers, as ondas migratórias deste estilo cerâmico, cuja origem também deve ser identificada na Amazônia central. De particular interesse é a definição de uma subtradição batizada de “Guarita”, que José Proenza Brochado anos depois associaria como um estilo que daria origem aos grupos que migrariam para fora da floresta amazônica, ocupando muitas áreas do leste da América do Sul, a saber os Tupinambá e os Guarani. Em suma, com base nas classificações de tratamento de superfície, antiplástico e forma/função dos vasilhames cerâmicos, associado aos dados lingüísticos e etnográficos, Lathrap propõe a região central da bacia amazônica como centro irradiador de diversos povos e culturas, cuja densidade demográfica se fazia sentir desde muito tempo.

Em NEVES (1999/2000), encontra-se uma síntese sobre o desenvolvimento dos diferentes enfoques teóricos e metodológicos na região amazônica, ressaltando-se que foi nesta região que a disciplina arqueológica mais cresceu em importância no Brasil, intimamente relacionada com as preocupações teóricas da antropologia e da lingüística. Tais avanços se fizeram sentir de maneira mais intensa a partir da década de 1940, com a definição da cultura de floresta tropical e da publicação do “Handbook of South American Indians”. A partir de então, se polarizou o debate entre o modelo *standard* de Meggers e cardíaco de Lathrap, ambos criticados pelo autor.

O modelo *standard* postulava a origem da cerâmica em além mar, por meio de migrações do Japão até o Equador e só daí, expandindo-se para outras áreas da América do Sul. Já Lathrap, como vimos, indicava a Amazônia Central como foco difusor da cerâmica. Estudos mais atuais apontam, ao contrário destes dois autores, que a cerâmica se originou em diferentes partes da região, descartando-se o difusionismo como motivo monocausal para a expansão da cerâmica para outras áreas.

Apesar da grande importância dos estudos de ecologia cultural realizados na região, Neves critica o determinismo ambiental radical que norteou tais pesquisas. Refletindo sobre pesquisa posteriores, que utilizaram enfoques teóricos diversos, escreve que:

Os resultados dessas pesquisas indicam que, na Amazônia, a natureza não oferece necessariamente um limite contra o crescimento demográfico ou a emergência da complexidade social, já que a natureza é parcialmente um produto da ação humana e não uma variável externa totalmente independente. Tal constatação é sugestiva o suficiente para lançar dúvidas ao determinismo ambiental extremo que caracteriza as pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia sob a influência de Meggers (NEVES, 1999/2000: 95).

As críticas ao modelo cardíaco são principalmente dirigidas à correlação entre dados arqueológicos, lingüísticos e etnográficos. Longe de abdicar das potencialidades que estes estudos interdisciplinares podem oferecer, o autor critica a dificuldade de localizar-se fronteiras étnicas por meio destes estudos na região amazônica. Descreve como exemplo o sistema de aldeias do alto Xingu, cuja cerâmica é confeccionada somente por um grupo, mas distribuída por meio de comércio para os demais. Nota também que, apesar da

diversidade cultural, a disposição das casas das aldeias é semelhante em todo o alto Xingu, o que levaria um arqueólogo alheio a estas informações a classificar todo o conjunto de aldeias como pertencentes a uma mesma cultura ou tradição cultural.

Conclui o artigo, exibindo um quadro atual de pesquisas com muitos aportes teóricos distintos, contribuindo sobremaneira para a consolidação da disciplina arqueológica e antropológica no norte do país. Contudo, tais aportes alternativos não se fizeram ainda sentir na Arqueologia Guarani, predominando os modelos *standard* e cardíaco, principalmente para se explicar a mobilidade destes grupos de origem amazônica.

O responsável maior por este enfoque dado à Arqueologia Guarani foi sem dúvida José Proenza Brochado que integrou pela primeira vez informações etnográficas e lingüísticas na interpretação do registro arqueológico, de forma ordenada e coerente (BROCHADO, 1977, 1980, 1984, 1989).

Ainda em fins da década de 1970 lançou uma publicação de extrema importância para os estudos de sistema de assentamento Guarani, partindo de um plano teórico-metodológico processual, novidade para a época. O autor propôs o uso da analogia etnográfica como método dedutivo para relacionar a forma e função das vasilhas cerâmicas com a produção da mandioca, que julgava ser o alimento principal dos grupos Guarani em todas as partes por onde colonizaram. Como veremos no capítulo 03, os solos pobres e áridos do litoral não impediam que se desenvolvessem uma variedade grande de espécies de mandioca amarga em maior grau e doce (BROCHADO 1977).

Em outro artigo (BROCHADO 1980), o autor propõe a reinterpretação de alguns dogmas presentes na Arqueologia Guarani. Em primeiro lugar, a chamada “Tradição Tupiguarani”, devia ser encarada como possuindo ligação lógica com os grupos historicamente conhecidos e contatados a partir de 1500. A distribuição da cerâmica arqueológica coincide com as áreas de dispersão dos grupos indígenas Tupinambá, mais ao norte, e Guarani, ao sul.

Outro importante questionamento confronta seriamente as seriações cerâmicas propostas por EVANS & MEGGERS (1970). Para Brochado, perde-se o sentido da classificação em subtradições “pintada” e “corrugada”, tratando-se antes de variações regionais do que marcadores temporais. Isso abre, portanto, a proposta de que a variabilidade artefactual nos sítios arqueológicos seja antes, produto de diferentes áreas

funcionais, tanto no interior dos sítios, bem como entre os sítios ou manchas pretas. Somente a chamada subtradição “escovada” pode então, ter coerência temporal, indicando transformações na cultura material pós-contatos interculturais com os europeus aqui chegados.

A partir da análise prévia do sistema de assentamento de cerca de 1000 sítios arqueológicos da “Tradição Tupiguarani”, o autor pôde descrever aqueles elementos que atraíam ou não os grupos Tupi, em termos de preferências ecológicas.

A tradição não ocupou indiscriminadamente todo e qualquer ambiente existente dentro da imensa área de sua dispersão; pelo contrário, a aproximação ecológica do estudo das determinantes dos padrões de ocupação, indica que a tradição apresentou correlações positivas e negativas com determinadas características dos diferentes ambientes à sua disposição. As correlações foram positivas com respeito (a) à temperatura média anual, (b) à quantidade de chuva anual, (c) às formações florestais, principalmente à mata pluvial tropical e às matas subtropicais e (d) à proximidade dos grandes rios, das lagoas e do oceano. As correlações foram negativas com (e) a extensão da estação seca ou o número de dias biologicamente secos do ano, (f) a altitude, que se relaciona, é claro, com a diminuição da temperatura média anual e (g) as formações não-florestais: campos, cerrado e caatinga (BROCHADO, 1980: 51-2).

Alguns elementos etnográficos Guarani são destacados e cruzados com dados arqueológicos, mostrando uma correspondência entre estes diferentes tipos de fontes. Por exemplo, a etnografia mostra uma agricultura realizada de forma itinerante pelo processo de coivara, variando-se os cultivos no decorrer do ano. Há, portanto, uma correspondência, com os ambientes onde estão localizados os sítios arqueológicos. Outro importante registro etnográfico é o de que os Guarani eram exímios canoeiros, sempre explorando intensivamente os cursos d’água disponíveis. De acordo com os dados arqueológicos, a grande maioria dos sítios localiza-se muito próximo de um rio, lagoa ou mar.

BROCHADO (1984) propõe algumas mudanças radicais no modo de conceituar os grupos da família lingüística Tupi-Guarani. Principalmente por meio de datações arqueológicas, dividiu a então conhecida “Tradição Tupiguarani” em duas “sub-tradições”, com histórias distintas de expansão migratória desde suas origens, na Bacia Amazônica: a) Guarani, que teria migrado para o sul, seguindo pelo oeste pelas bacias dos rios Paraguai,

Paraná e Uruguai, chegando até a Bacia Platina e daí expandindo-se para o litoral; b) Tupinambá, cujos povos migraram pelo litoral norte até aproximadamente onde hoje se encontra as divisas dos Estados do Paraná e São Paulo, ali encontrando uma “barreira humana”, que também vinha expandindo-se pelo litoral (só que no sentido sul-norte): os grupos Guarani. Estes deslocamentos devem ter se iniciado por volta de 3.000 anos.

Brochado defendia a ligação lógica que deveria haver entre os índios Guarani do passado e do presente:

A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais [pois, alerta ele] se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que os produziram, o mais importante terá se perdido (BROCHADO,1984: 565).

Outro ponto a ser destacado de sua tese, é a constatação de que as formas das vasilhas cerâmicas dos grupos Guarani contêm variações funcionais, podendo proporcionar diferenças regionais na cultura material.

Pela primeira (e de uma só) vez, estavam sendo reparados equívocos históricos, separando os grupos Tupinambá e Guarani que, considerando terem a mesma origem no Tronco lingüístico Tupi, tiveram histórias completamente diferentes em cerca de 3000 anos, culminando com cultura material e imaterial diferentes, apesar de algumas semelhanças que sobreviveram. Outrossim, reclamava a devida identificação dos Guarani atuais com os sítios arqueológicos, anteriormente negligenciados devido as conotações políticas “perigosas” contidas nestes argumentos. Dava-se, então, a incorporação do índio na memória e identidade nacional. Já em relação às variações tipológicas das formas das vasilhas, suscita a possibilidade de variações identitárias regionais contidas no estilo tecnológico da cerâmica.

BROCHADO (1989) atualiza e reafirma os dados referentes às migrações de grupos portadores de cerâmica no leste da América do Sul, ressaltando alguns elementos sobre sistema de assentamento dos grupos Tupi. O modelo de expansão Tupi-Guarani é proposto a partir de fontes etnográficas, lingüísticas e arqueológicas, que fazem coincidir as rotas utilizadas por estes grupos, desde as primeiras migrações a partir do sul da Amazônia.

Os dados lingüísticos, pesquisados principalmente por Aryon Rodrigues, ressaltam a relativa semelhança da língua falada em várias partes da América do Sul, desde o norte da Amazônia até a bacia platina. Estes grupos ocupavam praticamente todas as terras baixas do leste sul-americano e ainda podia-se visualizar as ondas migratórias mesmo após 1500, concluindo-se que “uma tão grande dispersão sugeriu imediatamente que deveria representar o resultado de extensas migrações de falantes de línguas do mesmo tronco” (BROCHADO, 1989: 67).

Desde o século XIX, pesquisadores procuraram responder de onde se originaram estes grupos cuja demografia e homogeneidade lingüística chamava atenção. Dentre os vários modelos que tentaram dar conta desta problemática, se destacaram dois, que possuíam um maior número de adeptos. Havia a proposição de que este tronco tenha se originado em algum lugar entre o Paraguai e a área adjacente brasileira e outra que apontava a região do curso médio do rio Amazonas. Em ambas as correntes havia aqueles que apostavam em uma migração recente, dada a pouca diferenciação da língua em um amplo território. Todavia, a origem amazônica dos falantes Tupi foi confirmada pelos estudos de glotocronologia, realizados a partir da metade do século XX. Estes estudos também permitiram responder mais duas importantes questões: que os Guaraní e os Tupinambá teriam se derivado de proto-línguas diferentes e que dessa maneira, as migrações teriam se dado em direções diferentes e em épocas muito recuadas. Os resultados levantados pelo autor sugerem então a seguinte rota: “os Tupinambá próprios teriam descido ao longo da costa atlântica, a partir da desembocadura do Amazonas, enquanto os Guaraní teriam ocupado o sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai descendo do médio Amazonas ao longo do Madeira e do Guaporé” (BROCHADO, 1989: 68). Põe-se então em evidência a antiguidade da família lingüística Tupi, que, de acordo com os dados lingüísticos, surgiu à cerca de 5000 anos atrás, com a família Tupi-Guarani tendo se originado a cerca de 2500 anos.

As informações arqueológicas levantadas por Donald Lathrap e José Proenza Brochado permitiram relacionar a origem da família Tupi-Guarani com a Tradição Policrômica Amazônica (TPA), que posteriormente se espalhou pela América do Sul, coincidindo com a dispersão lingüística. Aqui também é retomado o debate sobre os modelos utilizados para explicar a ocupação indígena amazônica, com as hipóteses de

Meggers e Evans contraditas pelos estudos de Lathrap e Brochado, já apontadas anteriormente.

O desenvolvimento da TPA é mostrado por meio dos estilos cerâmicos, principalmente o tratamento de superfície, forma/função e eventualmente o antiplástico. A partir destes componentes, definiu-se dois estratos, que por sua vez foram divididos em seis estágios. No estrato I teríamos a Tradição Palo Blanco e Pedra do Caboclo, cuja cerâmica relativamente simples teria se espalhada por adoção, isto é, com as técnicas de fabricação transmitidas de grupo para grupo, até atingir áreas no sul do continente americano. Esta mesma cerâmica evoluiu para outras tradições com decorações e formas mais elaboradas, constituindo o Estrato II e se espalhando por várias regiões amazônicas através do curso dos grandes rios. No estágio seis deste estrato, surgiu a Tradição Guarita, de onde provavelmente se originaram as levas migratórias para fora da Amazônia. Estas novas frentes, ao contrário dos estágios anteriores, se processaram com a migração de grupos inteiros, ao invés de apenas influências tecnológicas.

Esta proposta original de dispersão Tupi também foi reafirmada pelas datações radiocarbônicas proporcionadas pelos estudos em torno do PRONAPA, totalizando 125 datas para as regiões amazônica, bacia do Paraná e do Prata, além do litoral atlântico, de norte a sul do país. As sucessivas ondas expansionistas para fora da Amazônia se deram, conforme a proposta de Brochado, por cinco caminhos diferentes, com a utilização dos grandes cursos fluviais e seus afluentes. Uma destas, originada da subtradição Guarita, migrou pela bacia dos rios Madeira e Guaporé. Por meio de influências de outros grupos, teve os elementos cerâmicos alterados, perdendo-se as incisões e o modelado, por exemplo, e adquirindo novas formas e tratamentos corrugado e pintado, seguindo-se com estas características para o restante do leste do Brasil até atingir a bacia do Prata, formando, portanto, a sub-tradição Guarani.

Já a sub-tradição Tupinambá se originou da sub-tradição Miracanguera, cujas migrações também deram origem à sub-tradição Marajoara. Da foz do Amazonas, desceram o litoral atlântico e ocuparam também os principais rios da região nordeste. Para esta expansão também se evidenciaram modificações substanciais na cerâmica. O quadro de ocupação proto-Tupi foi assim sintetizado:

Para entender a pré-história do leste da América do Sul extra-amazônica temos que inicialmente conceber um longo período de tempo, antes da chegada dos Guarani e Tupinambá, durante o qual a maior parte da área estava ocupada unicamente por falantes de línguas do Tronco Macro-Jê ou da Família Guaikurú, representados arqueologicamente pelas cerâmicas relativamente simples e geralmente não decoradas do Estrato I (Tradições Pedra do Caboclo e Palo Blanco). Esta área foi invadida primeiro pelos Guarani – vindos do interior – depois pelos Tupinambá – descendo ao longo da costa – seus movimentos conjuntos rodeando o planalto central e meridional brasileiro, num imenso movimento convergente. Do encontro entre os dois grupos, separados por quase um milênio, resultou a formação de uma fronteira ativa e hostil no sul do Brasil, em parte ao longo do Tietê, a qual substituiu até o início do período histórico, só terminando com a destruição dos Tupinambá e a dispersão dos Guarani (BROCHADO, 1989: 75).

Esta dinâmica ocupacional foi interrompida pela presença européia que realizou os primeiros contatos interétnicos com ambos os grupos, Tupinambá e Guarani, rapidamente exterminado a totalidade dos primeiros e parte do segundo.

Ainda a etnografia foi utilizada por Brochado como contribuição para o entendimento destas expansões, com a caracterização do espaço das aldeias, da organização social e subsistência. Com relação à agricultura, defende que não se pode considerá-la como incipiente, uma vez que havia uma variedade muito grande de espécies cultivadas, havendo, portanto, um alto grau de especialização e manipulação de plantas como feijões, mandioca, batatas, milho, tabaco, etc. Além disso, a intensidade e exploração destes recursos da roça variava de acordo com as características de cada região ocupada, sendo que “cada ramo das migrações enfatizou certos cultivares, adaptados aos seus próprios sistemas agrônômicos, assim como favoreceram certos modos de consumo em detrimento de outros” (BROCHADO, 1989: 77).

Ainda afirma que, longe de refletirem diferenças temporais, os fragmentos cerâmicos encontrados nos sítios arqueológicos Tupi podem oferecer importantes informações sobre as preferências alimentares:

Das formas diferentes de preparação e consumo dos alimentos, derivaram utensílios diferenciados, os quais aparecem no registro arqueológico como conjunto de formas de vasilhas contrastantes, e

permitem reconstruir os padrões alimentares já desaparecidos, pelo recurso à analogia etnográfica (BROCHADO, 1989: 78).

Este modelo de expansão, de modo geral, aponta que a explosão demográfica nos ambientes de várzea amazônica, proporcionada pelos ricos recursos disponíveis, ocasionaram sucessivas ondas migratórias para outras áreas, com os grupos que migravam procurando ambientes semelhantes àqueles do lugar de origem, isto é, os grandes vales fluviais, propícios para a prática da agricultura. Chamado pelo autor de “movimento de pinças”, fez com que expansões posteriores fossem ocupando áreas fluviais de menor porte, menos favoráveis do ponto de vista da subsistência. Esta dinâmica de ocupação de novas terras foram vistos pelo autor como um enxameamento: “os movimentos dos Tupi não eram exatamente migrações, no sentido de que as regiões de onde saíram não ficaram vazias, pelo contrário, a população continuava crescendo até o ponto de obrigar a saída de novas vagas humanas” (BROCHADO, 1989: 80).

Em resumo, pode-se afirmar que os trabalhos de Brochado abriram a oportunidade para a construção de modelos alternativos para dar conta da dinâmica dos sistemas de assentamento Guarani. Contudo, trinta anos depois da primeira publicação que apostava nestas mudanças, são ainda poucos os trabalhos que deram um passo além nestes argumentos iniciais. Destacamos no presente trabalho duas pesquisas que se distinguem pelo fato de avançar nas abordagens da Arqueologia Guarani, inclusive em relação as interconexões entre cultura material e territorialidade. Estamos nos referindo a NOELLI (1993) e SOARES (1997).

Em linhas gerais, tomando por referência os dados etno-históricos do século XVI, em especial os relatos de Montoya, o trabalho de NOELLI (1993) propõe um modelo etnoarqueológico para ser utilizado nas análises de padrão de assentamento, ecossistema e estratégias de subsistência, partindo-se do conceito de “tekohá”. Esta palavra é utilizada pelos grupos Guarani estudados por MILLER (1989) para indicar o espaço arbitrário onde estabelecem a aldeia e obtêm os recursos provenientes de caça, manejo e coleta (orgânica e inorgânica) e agricultura. Portanto, trata-se de um conceito êmico para o que chamaríamos de área de domínio, na qual os aspectos ambientais têm relevância na delimitação destes territórios. O autor divide estes espaços em três âmbitos: “a vegetação circundante, as roças e a aldeia. Na interconexão entre esses três espaços localizam-se as formações

geológicas com suas distintas ofertas de matérias minerais, que acabam por demarcar empiricamente os diversos raios mínimos de ação a partir dos sítios arqueológicos” (NOELLI, 1993: 113). Noelli delimita a área do “tekohá” do sítio Arroio do Conde em um eixo de cerca de 50 km que, nos parece apropriado para utilizarmos em torno dos sítios arqueológicos da Bacia do Rio Araranguá.

O autor também faz uma importante revisão bibliográfica sobre a produção arqueológica que diz respeito aos estudos sobre sítios Guarani no Brasil, que se iniciou ainda no século XIX. Observa, a partir disso que, apesar do grande volume de páginas dedicadas a tal tema, em termos qualitativos a produção deixa muito a desejar. Poucos são os trabalhos com problemáticas teoricamente orientadas, predominando análises cerâmicas descritivas. Estudos etnoarqueológicos, por exemplo, utilizando dados de outras disciplinas somente, até então, tinham sido realizados por dois pesquisadores do Rio Grande do Sul: o já citado José Proenza Brochado e Fernanda Tochetto.

Contra os enfoques da escola histórico-cultural, Noelli propõe uma revisão sobre as bases de subsistência Guarani, mudando-se a idéia de uma pobreza e escassez de recursos, para um inteligente método de manejo agroflorestal, que garantiu uma abundância de fontes alimentícias e instrumentais no decorrer do longo processo de migração Guarani, desde a região amazônica, até o sul do continente americano. Por seu turno, o manejo permitiu o estabelecimento de aldeias em uma determinada área por períodos longos, para que os resultados fossem usufruídos de forma plena. Esta constatação, logicamente contrasta com um quadro de escassez e movimento constante em busca de recursos alimentares, salientado por pesquisadores adeptos da escola histórico-cultural, que pouco ou nada se interaram das pesquisas etno-biológicas e bio-tecnológicas realizadas principalmente na floresta amazônica e que embasaram o estudo de Noelli. Outro erro grave que bloqueou a constatação de um complexo manejo dos recursos de um tekohá, vale sempre dizer, foi a projeção simplista de grupos indígenas atuais, transpostos acriticamente para um modelo de ocupação pré-colonial Guarani. As próprias fontes etno-históricas, depois de uma leitura atenta, permitem visualizar um suporte de abastecimento considerável, como observado, por exemplo, nos relatos do século XVI de Alvar Nunes CABEZA DE VACA (1999).

Este enfoque permitiu também uma revisão sobre o conceito de roça para os Guarani que pressupõe uma relação complexa entre as plantas cultivadas e as manejadas.

Ambas em muitos momentos ocupavam o mesmo espaço da aldeia. A diferença básica deve ser notada não em termos de cuidados dispensados, mas antes do fato de que os cultivos da roça somente podem se reproduzir por meio de intervenção humana. Deve-se rever também a mobilidade das aldeias à luz da importância do manejo agroflorestal que permitia uma maior sedentariedade, devido ao lento processo de desenvolvimento das plantas.

Noelli também destaca que havia uma diversidade de áreas onde muitas plantas eram cultivadas e/ou manejadas. Quintais das casas, roças, caminhos, clareiras naturais e matas primárias e secundárias eram intensamente estudadas e cultivadas, oferecendo alimentação e matéria-prima durante toda as épocas do ano. Os Guarani dispunham também de uma variedade de técnicas de cultivo, acionadas nas áreas de manejo visando a derrubada da mata, limpeza de roças e uma variedade de implementos utilizados no plantio e na colheita. Destaca ainda o uso de artefatos como armadilhas, arco e flecha para a caça em áreas manejadas cujas plantas atraíam diversos animais.

Por meio da interpretação de dados arqueológicos, etnológicos, etno-históricos e lingüísticos, Noelli advoga uma continuidade cultural, lingüística e ideológica de cerca de 3000 anos para os povos Guarani:

Os Guarani reproduziram sua cultura e impunham sua ideologia perante as outras sociedades das regiões que iam sendo paulatinamente colonizadas, desde a Amazônia até a foz do rio Paraná, bem como das regiões limítrofes no Leste e no Oeste (...) Parto do princípio de que desde que adquiriram sua identidade étnica a partir da Proto-Família Lingüística Tupi-Guarani, os Guarani atravessaram mais de três mil anos até os primeiros contatos com os invasores vindos da Europa, reproduzindo fielmente sua cultura material e as técnicas de sua confecção e uso, sua subsistência. Concomitantemente, a linguagem definidora destes objetos, técnicas e comportamentos (NOELLI, 1993: 09).

Neste trecho, fica explícita a utilização de categorias étnicas para definir os Guarani, desde suas origens até os contatos com os europeus, que teriam desestruturado esta prescritividade. Alinhado com as concepções de OLIVEIRA (1976), que por sua vez se fundamentou em BARTH (1998), Noelli demonstra através de estudos etnográficos que os Guarani constantemente buscavam o “Ñande Reko”, um modo de ser autenticamente

Guarani. Este “modo de ser” seria mais consolidado ainda em situações de conflitos e contatos (NOELLI, 1993: 15).

Esta citação também exhibe uma rejeição por parte do autor da mudança nas sociedades Guarani. Para ele, tal fato aconteceu somente após o contato intercultural com os brancos, em que os índios foram rapidamente transformados e culturalmente descaracterizados. O estudo da língua e da cultura material procura afirmar tal reprodução fidedigna da cultura Guarani, concordando fielmente com a noção de história de longa duração para povos ágrafos.

Este viés que o autor classifica de radical, defende que a reprodução contínua e fiel da cultura Guarani garantiu o sucesso da expansão destes povos. Por onde passaram e colonizaram, deixaram sua marca, impondo uma “guaranização” aos povos conquistados e submetidos. Se assim não fosse, teriam sido transformados em vários aspectos, modificando língua e cultura material, por exemplo. A disposição da aldeia, os instrumentos domésticos e de trabalho em geral, as estratégias de subsistência e a área de domínio são utilizados com o objetivo de demonstrar a prescritividade Guarani, além de informar importantes aspectos sobre o sistema de assentamento, tema de maior importância para nossa dissertação.

De acordo com as fontes principalmente de cunho antropológico, esta continuidade cultural era acompanhada pela noção de “nande reko”, isto é, a busca incessante por parte dos Guarani de ser o mais autêntico dos seres humanos, respeitando desta forma costumes e tradições de seus antepassados. Sendo conservadores, os Guarani então não podiam ser considerados como inventores, mas antes como impositores de sua cultura: “os Guarani seriam representantes de uma sociedade etnocêntrica impositora de comportamentos, colonizadora e conquistadora de regiões e de outras sociedades” (NOELLI, 1993: 15).

Este modo de ser Guarani, por sua vez, é obtido mediante a educação, que diversos estudos antropológicos destacaram como de fundamental importância para a reprodução tanto da cultura material bem como imaterial: “a educação é o meio pelo qual se dá a perpetuação simbólica e material da ordem estabelecida” (NOELLI, 1993: 16). Tanto é verdade nas palavras do autor que, para o caso da língua, por exemplo, os Guarani não a modificaram substancialmente durante quase quinhentos anos de contato.

Neste trabalho, Noelli faz uma importante revisão das rotas de expansão Guarani, discutindo as diferentes hipóteses de dispersão. Cita autores que trabalharam com o tema, como Alfred Metraux, Curt Nimuendaju e Branislava Susnik. Alega que a maioria dos arqueólogos se apropriou acriticamente das hipóteses migratórias, sem problematizá-las com o registro arqueológico. Somente, a partir da década de 1970, iniciou-se uma tentativa séria de se produzir um mapa coerente com as rotas de migração Tupinambá e Guarani, por meio dos trabalhos pioneiros de José Proenza Brochado. Estas novas idéias surgiram depois das pesquisas de Donald LATHRAP (1975) que proporcionou um modelo alternativo de interpretação do povoamento pré-colonial na região amazônica, como descrito anteriormente.

Para o que nos interessa aqui, este trabalho possibilitou a constituição de um modelo de sistema de assentamento Guarani alternativo com relação às proposições adaptativas até então disponíveis, através da conjunção interdisciplinar de diversas fontes, sejam antropológicas, lingüísticas e arqueológicas. Apesar da imensa importância deste trabalho, lamenta-se o fato de até hoje não ter sido publicado, oportunizando seu conhecimento a um maior número de pesquisadores.

A primeira conclusão importante que se tira do estudo das aldeias Guarani é a de que nem todas as estruturas arquitetônicas podem ser consideradas como “habitações”. Este ponto de vista permite afirmar então que as manchas pretas encontradas nos sítios arqueológicos podem refletir outros tipos de estruturas, cuja função não se resumem a moradias, podendo estar relacionadas com atividades especializadas, por exemplo. Deste modo, abre-se a possibilidade para uma nova interpretação destas manchas, comprovando uma variabilidade funcional nos assentamentos.

Procurando avançar na interpretação, as “manchas pretas” podem ser caracterizadas como um contexto arqueológico bem definido no caso Guarani, podendo ser divididos em dois tipos distintos de: a) estrutura de habitação; b) estruturas anexas com diversos fins, como processar alimentos (ralar, pilar, descascar, moquear, assar, cozinhar, etc, que também poderiam ocorrer nas da habitação), depositar, manufatura de objetos, lazer, etc. Essas informações estão apoiadas em informações etnográficas (NOELLI, 1993: 77).

A organização social, por seu turno, joga um papel importante na disposição dos assentamentos, sendo que os grupos politicamente mais organizados tenderiam a ocupar as regiões com maior disponibilidade de recursos, com as aldeias menores e menos influentes se assentando na periferia destas áreas. Contudo, as questões referentes à organização social Guarani são aqui apenas pinceladas, sendo retomadas posteriormente por André SOARES (1997).

As estratégias para a captação de recursos, a partir de tal ponto de vista, portanto, oferece um resultado muito diferente daqueles obtidos por ROGGE (1996) e SCHMITZ (1985), defendendo intervenções dinâmicas no meio ambiente por parte dos grupos indígenas. Resulta disso que, antes de ser uma sociedade da escassez, sofrendo periodicamente para obter as proteínas necessárias para a sobrevivência, ilustra-se uma abundância de recursos, inteligentemente manejados com o intuito de que haja uma distribuição qualitativa e quantitativa de alimentos durante todo o ano.

SOARES (1997) enfatiza em sua pesquisa as relações da Arqueologia com a Organização Social. Reproduz a hipótese de continuidade cultural Guarani por cerca de 3000 anos, tanto no que se refere à cultura material, bem como a língua e a organização social. Um dos conceitos mais importantes deste trabalho é o de “guará”, entendido como um correlato de “província, a reunião de diversos teko’às ligados por laços sociais, de reciprocidade, de aliança e identidade grupal, sendo ao mesmo tempo espaço físico, social e político” (1997: 146). A idéia central da pesquisa, portanto, é:

(...) trato da importância da compreensão da organização social em relação à interpretação dos sítios arqueológicos e padrões de assentamento. Embora pouco comuns no Brasil, os trabalhos que demonstram a existência de uma relação ou associação entre dados arqueológicos e o comportamento social dos grupos já são bastante conhecidos em outros países. Estes estudos procuram demonstrar a utilidade de fontes históricas etnológicas e lingüísticas na interpretação dos sítios arqueológicos (SOARES, 1997: 19).

Parte-se do pressuposto neste trabalho, a partir de NOELLI (1993), que os Guarani eram extremamente prescritivos em termos de língua, cultura material e, o que é mais importante aqui, organização social. Como os elementos da organização social estão

intimamente relacionados com a cultura material produzida, deve haver uma continuidade em ambos os casos.

Para justificar a utilização de dados etno-históricos e etnológicos, o autor postula que esta continuidade atravessou inclusive os contatos interétnicos com os brancos, havendo poucas mudanças ainda nos dias atuais. O conceito de continuidade é também adquirido a partir do estudo de Noelli e da noção de *habitus* por ele adotada. Por seu turno, o *habitus* Guarani conduz a uma prescritividade, como descrita por SAHLINS (2003). De maneira contraditória, o autor afirma que, a partir da tradição, os Guarani encaram o novo, transformando sua sociedade, por meio de um contexto histórico considerando também atores não-Guarani e desta forma, “o presente não é o mesmo que o passado” (SOARES, 1997: 24).

Enquanto que, de início advoga-se a prescritividade como norma, arraigada a tradição, posteriormente aceita-se algum tipo de performance na estrutura Guarani, em seus contatos interculturais com os demais grupos indígenas em tempos pré-coloniais e que tais eventos seriam importantes na conformação deste mesmo *habitus*. Segue-se disso uma importante conclusão:

(...) Não se conhece, através da etnografia, uma sociedade somente prescritiva ou performativa (...) pois isto impediria seu relacionamento com os outros grupos circunvizinhos. Afirmo que a cultura material e a organização social possuem a mesma matriz cultural, mas a reprodução de ambas ocorre de formas diferenciadas. Ainda que uma e outra possam ser consideradas prescritivas, acredito que a cultura material pode ser ‘mais performativa’ ao longo do tempo. Os diferentes ambientes ocupados pelos Guarani ao longo do tempo, bem como os diversos grupos aos quais se miscigenaram podem tê-los feito assimilar diversas características exógenas que provavelmente determinaram a existência das distintas parciaisidades no período pré-contato (SOARES, 1997: 26).

Esta afirmação é de grande importância para nosso estudo, já que vem ao encontro com a preocupação que, ao estudar os grupos Guarani, devemos considerar as relações com outros grupos não-Guarani na construção de uma identidade grupal. Pensar que tais contatos, seja por meio de comércio, casamentos ou até mesmo guerra, não alteraram a ordem cultural, podem comprometer sobremaneira o estudo da dinâmica dos assentamentos

arqueológicos, cujos eventos desta natureza devem ter causado reestruturações na ordem cultural. Sobre isso, retomamos no próximo tópico deste capítulo.

Apesar de alertar para a importância dos demais elementos da cultura material, Soares reconhece que a cerâmica é o elemento mais adequado para que se possa cruzar os elementos do registro arqueológico com a organização social, registrada fragmentariamente pelos documentos etno-históricos e etnológicos. Soares ainda ressalta que, a organização social está longe de explicar por si só a dinâmica da distribuição espacial dos sítios arqueológicos. Para um resultado mais efetivo, é necessário que os dados sobre parentesco, chefias política e alianças inter aldeias, por exemplo, sejam cruzados com as informações ecológicas, tal qual formulado por NOELLI (1993). Estes dados conjugados em um mapa podem fornecer importantes informações sobre a ocupação Guarani de uma determinada área, cuja mobilidade em seu território de domínio pode ser explicada em termos de preferências ambientais e/ou sociais. Resumindo, o autor, através da utilização de dados etno-históricos, lingüísticos e arqueológicos aponta importantes fatores sociais que poderiam influenciar a conformação das aldeias, como relações de reciprocidade e hostilidade, por exemplo, buscando desenvolver os aspectos sociais que influenciam o sistema de assentamento, destacando as relações políticas e sociais entre territórios (guarás).

1.3. Continuidade e Mudança na Arqueologia Guarani

Ambos os enfoques tratados aqui que procuraram explicar o sistema de assentamento Guarani no sul do Brasil pecam, em nosso entendimento, pela ausência de uma discussão envolvendo continuidade e mudança presentes nestes grupos. Tanto o modelo histórico-cultural, bem como o enfoque histórico-direto, suprimiram as complexas relações estabelecidas entre evento e estrutura. Principalmente os estudos de NOELLI (1993) e SOARES (1997), sacralizaram uma reprodução fidedigna da cultura material e imaterial Guarani durante cerca de 3000 anos, desde o início da expansão através dos rios amazônicos, até as ocupações mais recentes no litoral brasileiro.

Esta supressão do evento é resultado da adoção acrítica dos modelos explicativos surgidos a partir da fundação da Revista Annales na França em 1929. Principalmente por

meio dos estudos de Fernand Braudel, consolidou-se uma luta pela eliminação do eventual, tido como anti-histórico, herança de uma história positivista do século XIX que, a todo custo precisava ser suprimida.

SAHLINS (2000) procurou discutir, a partir do contexto historiográfico contemporâneo, as relações do evento, de um lado, e as ordens culturais, de outro. Ainda nos dias atuais, nas disciplinas de história e antropologia, insiste-se em opor radicalmente o evento da estrutura. Para desenvolver tais argumentos, utilizou como estudo de caso a história moderna das ilhas Fiji, cujos eventos aparentemente fortuitos desenvolvidos ali deflagraram uma guerra de grandes proporções. O autor destaca a tentativa por parte dos historiadores dos Annales de suprimir o evento: “Os historiadores que não vivem no elemento narrativo, em especial os que seguem a escola dos Annales, devem ter passado muitas horas em vigília matutando sobre eventos, afim de inventar todas aquelas maneiras de suprimi-los” (SAHLINS, 2000: 318).

Por outro lado, a antropologia suprimiu o evento das agendas de pesquisa principalmente por influência de Durkheim e Saussure: “as idéias durkheimianas foram cruzadas com as saussurianas para produzir a oposição radical entre estrutura e história que observamos no início da antropologia estrutural francesa (...) transpostas então para a antropologia continental, ‘estrutura’ e ‘história’ tornaram-se forças em combate no campo da sociedade” (SAHLINS, 2000: 323).

A cultura, para uma parte dos antropólogos ocidentais, é tida como imaculada, estabelecida e transmitida sem interferências dos sujeitos, do indivíduo. Esta visão, que o autor chama de “super-ôrganica”, têm suas raízes conceituais na contraposição ao utilitarismo, outra importante tendência antropológica que enfatiza a busca de satisfação individual, obtida por meio de racionalizações econômicas, academicamente conhecida como o “homem econômico”. Esta dicotomia da disciplina contribuiu sobremaneira para a manutenção de uma série de divisões binárias, dentre elas, o indivíduo versus o coletivo e, o que é quase a mesma coisa, a ação particular e a cultura. Como resultado geral, temos que “o utilitarismo escondeu a cultura numa epistemologia humana defeituosa, enquanto o ‘superorgânico’ dissolveu a humanidade numa ontologia cultural fantasiosa” (SAHLINS, 2000: 305).

Ao contrário das concepções super-orgânicas e utilitaristas, o indivíduo tem papel importante na conformação da cultura. O antropólogo norte-americano discute que nas relações entre sociedade e indivíduo, a cultura desempenha uma dialética interpenetrável, onde o sujeito modifica a cultura, ao efetuar uma ação simbólica perante a ordem cultural, isto é, a tradição de uma dada coletividade. Deve-se, além do mais, dar importância às biografias individuais, que são exclusivas de cada ser humano, já que não existem trajetórias de vida iguais. Uma visão de mundo particular e uma concepção de vida auto-interessada penetra na estrutura, causando alterações em ambos (SAHLINS, 2000).

Considerando a importância das complexas relações entre evento e estrutura, propõe-se aqui a constituição de uma história Guarani dialética, nos termos propostos por SAHLINS (2006). Segundo este pesquisador, os historiadores necessitam tomar consciência da importância da cultura em seus trabalhos. Por outro lado, os antropólogos precisam contemplar os intrincados processos históricos envolvidos mesmo naquelas sociedades consideradas quase como a-históricas, caso das sociedades indígenas. Mesmo a longa duração, nesta perspectiva, é encarada como uma seqüência de eventos em “câmera lenta”.

Percebe-se que, os grupos indígenas foram jogados em um limbo a-histórico por parte de uma intelectualidade ocidental, cujas raízes remontam à Tucídides. A antropologia e a história retiraram destas sociedades quaisquer possibilidades de ação cultural, servindo de característica essencial para os povos não europeus. Ainda na atualidade, o mundo acadêmico procura reproduzir tais assertivas (SAHLINS, 2006).

As ideologias de “modernização” e “desenvolvimento” que vieram na esteira da dominação ocidental extraíram suas premissas básicas do mesmo antigo regime filosófico. Até os argumentos críticos esquerdistas acerca da “dependência” e da “hegemonia” capitalista puderam chegar a visões igualmente sombrias da capacidade histórica dos povos nativos e da vitalidade de suas culturas. Em um sem-número de narrativas da dominação ocidental, as vítimas indígenas aparecem como neopovos sem história: sua própria ação desaparece, mais ou menos junto com sua cultura, no instante em que os europeus irrompem em cena (SAHLINS, 2000: 536).

Portanto, o viés teórico da longa duração e conseqüentemente da prescritividade dos grupos indígenas americanos, serviram para criar uma falsa imagem de povos jogados em

um vazio temporal e cultural, a espera de uma salvação, de uma entrada na história, que só poderia ocorrer com o advento da sociedade européia. Longe disso, o enfoque aqui adotado visa considerar as complexas relações históricas e ações culturais realizadas por parte dos grupos Guarani no vale do rio Araranguá em tempos pré-coloniais. Portanto, anteriormente a uma suposta abertura para a “civilização”, enfatizada principalmente por filósofos iluministas e pelo senso comum moderno.

Conseqüentemente, ao se considerar as ações históricas e as ordens culturais como complementares para a constituição de uma história dialética, abre-se um novo campo de possibilidades nos estudos sobre a alteridade. O “outro” deve ser encarado não de maneira excludente, como os modelos anteriormente descritos assim fizeram, mas como um agente ativo na constituição de sua própria história. Esta abertura para alteridade pode ser encarada como uma complexa cadeia de eventos que atingem de forma significativa a estrutura dos grupos estudados, transformando-a.

Esta premissa é inspirada no estudo de Marshall SAHLINS (2003) sobre a presença do Capitão James Cook nas ilhas havaianas no século XVIII. Tal fato desencadeou transformações estruturais na sociedade havaiana de três modos diferentes: 1) entre chefes e estrangeiros, 2) entre o povo e estrangeiros e, 3) entre chefes e povo, que em conjunto, moldaram a história dos povos destas ilhas.

Não quer se afirmar aqui, que tudo é mudança, ou mesmo que a mudança é um motivo causal para a destruição da tradição. Os pronapianos esqueceram que, ao procurarem mudanças bruscas e rápidas no registro arqueológico, não perceberam que os eventos são transformados pela estrutura, sendo redimensionados de acordo com a ordem cultural vigente, isto é, a tradição. A transformação dos tabus na sociedade havaiana é sintomático e diagnóstico. Inicialmente serviam como mediadores entre os reis com poderes sobrenaturais e o povo em geral. Com o surgimento dos navios europeus, transformaram-se para garantir os direitos de posse sobre os bens materiais estrangeiros (SAHLINS, 2003).

Daí a esterilidade dos modelos interpretativos vigentes na arqueologia brasileira de modo geral, e na arqueologia Guarani em particular. Os grupos Guarani pré-coloniais não podem ser enquadrados nestes pressupostos, que são, como demonstrados anteriormente, antitéticos, excluindo da matriz explicativa um dos dois componentes que, juntos, formam

o processo simbólico e cultural destes grupos. De um lado, a “fossilização”, de um grupo que atravessou 3000 anos de história, ocupando diferentes lugares e se relacionando com diferentes “outros”. De outro, uma performance exagerada, onde ocorrem mudanças bruscas e vertiginosas, identificadas pela constatação de tipos cronológicos. Em suma, tradição e mudança, impossíveis de conviverem no mesmo tekohá.

Portanto, perde-se o sentido da velha dicotomia entre estrutura e história, como se ambas pudessem apenas caminhar separadas, sem se cruzarem no complexo jogo dos processos culturais das sociedades indígenas, consideradas no mais das vezes fora da história, vivendo em um contínuo estrutural a-histórico. As mudanças, quando ocorrerem, resultam na destruição de tudo aquilo que havia anteriormente, sendo dali pra frente, tudo constituído a partir de estruturas novas. Síntese inexistente, antítese presente.

O que, então, acontece com a oposição corolária entre estabilidade e mudança? O pensamento ocidental pressupõe, mais uma vez, que estas sejam antitéticas: contrários lógicos e ontológicos. Efeitos culturais são identificados enquanto contínuos com o passado, ou descontínuos, como se existissem tipos alternativos de realidade fenomenal, em distribuição complementar em qualquer espaço cultural. Essa distinção atravessa em profundidade uma série inteira de categorias elementares organizadoras do saber comum: o estático vs. o dinâmico, ser vs. devir, estado vs. ação, condição vs. processo e, - por que não incluir? – substantivo em oposição a verbo. A partir desse ponto, resta apenas um pequeno passo lógico até confundir história com mudança como se a persistência da estrutura através do tempo (...) não fosse histórica (SAHLINS, 2003:180).

Procuramos, no entanto, a síntese cultural dos grupos Guarani que ocuparam a bacia do rio Araranguá em Santa Catarina. O passado e o presente ali contribuíram para uma história indígena dinâmica, em resposta às configurações ambientais e culturais. As particularidades históricas dos indivíduos, somados à estrutura tradicional destes povos, possibilitam a constituição de um campo fértil de análise, em oposição à “pobreza teórica” dos determinismos utilitaristas e estruturalistas.

Tudo muda, mas tudo permanece o mesmo. Os tabus, rituais e meios materiais permanecem, podendo ser re-significados devido aos encontros interculturais. A abertura ao “outro” significa, neste contexto, na abertura da estrutura para a história, para a

reapropriação particular dos eventos, afinal, “toda mudança prática também é uma reprodução cultural” (SAHLINS, 2003: 180).

O estudo de FAUSTO (2001) sobre os índios Parakanã da região amazônica, exhibe de maneira contundente a eficácia que tal abordagem pode ter nos estudos sobre as sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul. Eclodiu, neste grupo, em fins do século XIX, um conflito interno que acabou culminando com a separação em dois grupos. Em resumo, o autor escreve que,

Os blocos diferenciavam-se, assim, não apenas nas estratégias de subsistência, mas também nos mecanismos sociológicos de produção e reprodução do grupo: de um lado, abertura para a guerra, descentralização política, morfologia social não-diferenciada, poligamia generalizada; de outro, isolamento, centralização, morfologia dualista, poligamia restrita. Enquanto os ocidentais ampliavam sua zona de atuação, deferindo seguidos ataques contra novos inimigos, raptando várias mulheres e tomando bens, os orientais isolavam-se e defendiam-se das intrusões de seu território (FAUSTO, 2001: 62).

A pesquisa procurou analisar as formas sociais dos dois blocos Parakanã, dentro de um contexto histórico particular. Estas formas sociais se referem principalmente à morfologia social e à estrutura política dos grupos. Sobre uma base comum em termos de língua, cultura material, preferências matrimoniais, rituais, cosmologia, criou-se diferenças significativas entre os dois blocos como resultado das distintas relações exteriores, “focalizando a guerra como uma forma de sociabilidade particular, como um modo de relação com a alteridade e de sua produção” (FAUSTO, 2001: 251).

Enquanto os orientais pouco se propuseram a guerra devido a uma atitude centrípeta, fechados em seu corpo social, os ocidentais não só guerreavam como procuravam a guerra, iam ao encontro do inimigo, ordenando relações centrífugas na busca de alteridade. Motivos como a procura de paz ou tecnologia guerreira deficitária não podem dar conta do fato de os orientais terem tido poucas inclinações bélicas. Tanto é que nas muitas vezes que foram atacados, na maioria delas conseguiram se defender bem, acuando os inimigos. A explicação deve ser encontrada na forma social e política que o grupo adotou após a cisão. Portanto, o que ocorreu foi “produto de um conjunto de determinações interna e externas, estruturais e conjunturais que conformaram as ações e, ao mesmo tempo,

foram-se conformando através delas” (FAUSTO, 2001: 261). Percebe-se, nesta passagem, a influência que o modelo de história dialética de Sahlins teve para o estudo dos dois blocos Parakanã.

1.4. Um Modelo de Sistema de Assentamento para a Ocupação Guarani na Bacia do Rio Araranguá

Se queremos então estabelecer bases coerentes para a constituição de um modelo de sistema de assentamento Guarani, necessitamos ter em mente as variáveis envolvidas na dialética entre estrutura e história. Os acontecimentos históricos e as relações com outros grupos humanos são de importância fundamental para a caracterização de uma área de domínio. Os arqueólogos que trabalharam com assentamentos Guarani ainda não se aperceberam destas problemáticas. Contudo, a pesquisa de GARLET (1997) entre os Mbyá nos forneceu importantes *insights* para a elaboração de um modelo que contemple o inter-relacionamento entre acontecimentos históricos e aspectos culturais e suas conseqüências para o sistema de assentamento.

Já de início, Garlet faz uma pergunta que tentará responder no decorrer de seu trabalho: “Por que caminham os Mbyá?”(1997: 8) Esta indagação nasceu do engajamento do autor na defesa dos direitos dos grupos Mbyá do Rio Grande do Sul, que reivindicavam terra em diversas partes do Estado. A principal barreira encontrada pelo autor para que estes espaços fossem demarcados era a alegação por parte dos órgãos oficiais de que estes grupos Guarani eram nômades, devido a relativa mobilidade, deslocando-se de lugar em lugar em espaços curtos de tempo. Logo, surgiu a necessidade do entendimento dos mecanismos que ativavam tal mobilidade. Por outro lado, o autor ouvia por parte dos índios que não queriam ver demarcadas qualquer terra, mas sim “terra Mbyá”. Procurou-se também os elementos que permitiam que determinados locais pudessem ser ou não nomeados de tal forma.

O grande problema para a busca de novas respostas para a mobilidade Guarani se refere aos estudos hoje tidos como clássicos nas ciências sociais, que cristalizaram um motivo mono-causal para tais deslocamentos: a busca pela Terra Sem Males. Este modelo explicativo teve origem no estudo de um grupo Guarani pelo interior de São Paulo na

década de 1910, estudado por NIMUENDAJÚ (1987). Em síntese, os Guarani migrariam em busca de uma terra da promessa, na qual epidemias e fome seriam banidas de vez de seu universo por meio da viagem a algum lugar além do Oceano Atlântico. Outros pesquisadores seguiram o mesmo caminho explicativo e com poucas variações, aceitavam os deslocamentos como motivações exclusivamente religiosas.

Mais recentemente, alguns estudos têm tentado a busca de outras motivações para a mobilidade Guarani. Um exemplo notável é Bartomeu Meliá que, segundo Garlet, tem vinculado questões econômicas para tal fenômeno, sem, no entanto, abandonar por completo as motivações religiosas da Terra Sem Males. Outro pesquisador destacado é Leon Cadogan, que propõe a influência das pressões interétnicas entre índios e brancos como um fator importante. De qualquer forma, consolidou-se nos meios acadêmicos a busca da Terra Sem Males como motivo central para esta inquietude Guarani.

Percebe-se, portanto, que os temas migração e Terra sem Males são colocados numa relação de interdependência. No que diz respeito aos Mbyá, os estudos que direta ou indiretamente têm abordado a questão dos deslocamentos espaciais, têm priorizado as migrações e estas centradas sobre a busca da Terra sem Males. As diferenças básicas observadas ocorrem no plano das interpretações do que cada pesquisador entende pela expressão (GARLET, 1997: 16).

Enquanto diversos pesquisadores apontados pelo autor trabalharam com a noção de migração, Garlet propõe uma substituição pelo conceito de mobilidade que daria conta da complexidade dos deslocamentos. Sob o termo migração, não se poderia englobar visitas a parentes e abandono da aldeia devido a mortes, por exemplo. Deste modo, “considera-se que o uso do conceito de mobilidade contempla e engloba de forma satisfatória todas as modalidades de deslocamentos, inclusive a migração” (GARLET, 1997: 16).

Por seu turno, o conceito de mobilidade ocorre em termos de uma circularidade dentro de um dado território, onde os grupos criam um sentido de identidade para com o espaço circundante. Tal ocupação em forma de círculos se dá tanto por motivos simbólicos, econômicos ou ainda sóciopolíticos. Após o contato com o invasor europeu, os Mbyá sofreram uma transformação na dinâmica ocupacional do espaço, passando por processos aqui chamados de desterritorialização e reterritorialização, com motivos externos, que veremos melhor adiante, influenciando a configuração dos espaços tradicionais Guarani.

Longe de pensar os Mbyá como agentes passivos nas relações inter-étnicas, Garlet também articula os conceitos de evento e estrutura desenvolvidos por SAHLINS (2003) em resposta a esses processos de expulsão do território original e realocamento em outras áreas, por parte dos Mbyá. Os próprios mitos são re-elaborados após o contato e os conseqüentes eventos históricos, buscando-se uma melhor compreensão para a presença de grupos estrangeiros em suas terras. A proposta central do autor pode assim ser sintetizada nos seguintes termos:

Tais elementos, conjugados, permitem pensar na elaboração de uma explicação mais complexa sobre os deslocamentos Mbyá. A perspectiva histórica possibilita visualizar que até o momento do contato interétnico, a mobilidade espacial desta sociedade configurava-se muito mais como uma circulação dentro de um território, do que como uma migração. A migração, de fato, intensificou-se marcadamente a partir do impacto ocorrido no confronto com a sociedade ocidental. Desta forma, observa-se que a mobilidade Mbyá é multifacetada e multicausal, necessitando de uma abordagem mais ampla que contemple aspectos históricos e culturais que não se encaixam na categoria migração e/ou busca da Terra Sem Males. Portanto, pretende-se enfocar a mobilidade Mbyá como resultado de uma combinação de traços culturais com o impacto interétnico, ou seja, como o resultado de um traço cultural historicamente construído, que possui variáveis que se combinam e recombina a cada momento e situação (GARLET, 1997: 20).

O exame da mobilidade Mbyá foi realizado pelo autor basicamente por meio do estudo de duas fontes. Pesquisas etnográficas foram realizadas junto a grupos Mbyá em diferentes áreas indígenas no Rio Grande do Sul. Foram também consultadas fontes bibliográficas referentes a estudos etno-históricos e etnográficos. A interpretação destas fontes à luz de um modelo de deslocamentos multi-causais resultou na identificação dos diversos motivos que desencadeiam a busca por novos espaços.

Constatou-se, até aqui, que os Mbyá localizavam-se originalmente sobre um território cujos limites eram bem definidos. A mobilidade (-guata) sobre o mesmo era determinada pela necessidade de encontrar espaços que correspondessem às demandas culturais e à sua racionalidade econômica-religiosa. Tais deslocamentos podem ser caracterizados como de circularidade, sendo ordenados e orientados segundo a dinâmica própria do grupo étnico em questão.

À medida em que os colonizadores foram estabelecendo sobre o território original Mbyá, ameaçando diversos aspectos de sua cultura, muitos grupos passaram a utilizar, de forma cada vez mais enfática, a mobilidade como um mecanismo que lhes proporcionou respostas aos desafios gerados a partir do contato interétnico (GARLET, 1997: 140).

Ivori Garlet propõe uma divisão das causas dos deslocamentos Mbyá entre fatores externos e internos. O faz assim porque permite uma melhor sistematização dos dados, uma vez que tal divisão em termos ênicos, parece inexistir. As causas dos deslocamentos estão sempre se inter-relacionando e mesmo em situações de contato interétnico as causas podem ser de ordem interna. Portanto, os fatores internos dizem respeito a respostas para os aspectos culturais próprios dos índios, enquanto que os fatores externos respondem a situações advindas pelo contato inter-étnico. Por seu turno, os fatores internos foram divididos por causas da mobilidade relacionadas com a cosmologia, aspectos econômico-ambientais, aspectos sociais e sobre doenças e mortes na aldeia.

Um mito fundador da terra nos passa importantes informações sobre a terra ideal para os Mbyá viverem. Nele, estão presentes os elementos essenciais para que os índios pudessem ali desenvolver um modo de vida adequado. O espaço não pode ser apenas concebido em termos ecológicos e econômicos, já que a religião impõe uma série de exigências para que os Mbyá possam se tornar o mais perfeito dos seres humanos (ñande reko). A busca do espaço ideal está, portanto, intimamente ligada à procura por uma perfeição individual, por meio de rituais espirituais. Não é por acaso que após a chegada em uma área, os Mbyá erguem primeiramente a opy (casa de cerimônias).

Ao contrário dos deslocamentos coletivos em direção à Terra Sem Males, o paraíso terrestre dos Mbyá estudados por Garlet aponta para uma busca individual, sem necessariamente estar conjugada com a mobilidade. Mesmo após o contato com os brancos, estes índios ainda esforçam-se na tentativa de se tornarem cada vez mais perfeitos em carne e espírito. Se a busca da perfeição é em um primeiro momento exercitada em termos individuais, se a coletividade da aldeia não seguir as mesmas regras e preceitos religiosos, ninguém conseguirá concretizar tal tarefa. Após a expulsão das terras originais, os Mbyá apesar das dificuldades, se esforçam por manter estes preceitos cosmológicos. O objetivo

ainda entre os grupos atuais é buscar o que chamam de “aguyje”, que pode ser traduzido como “a terra boa”.

Outro importante aspecto que deve ser levado em conta quando nos referimos ao universo cosmológico é o conceito Guarani em torno do fim do mundo. Para esta parcialidade, várias catástrofes naturais são tidas como sinais do eminente apodrecimento do mundo. No entanto, ao invés de se pensar que a terra será destruída de maneira definitiva, a destruição reparará o caos e instalará uma nova ordem cósmica, rejuvenescendo o mundo. Os brancos foram re-estruturados dentro deste mito, sendo hoje responsabilizados pela podridão em que o mundo se encontra. Os sinais desta decadência da terra são mostrados por meio do baixo rendimento das plantas e o conseqüente esgotamento do solo, poluição de cursos d’água ou ainda pelo desaparecimento de recursos como animais e plantas silvestres. Além da óbvia destruição da “terra boa” por parte dos brancos, os Mbyá muitas vezes também se responsabilizavam por este estado de degradação, culpando-se por não seguirem os preceitos espirituais já citados anteriormente. É necessário, portanto corrigir tais erros e retomar as regras que resultam na plenitude do espírito e da “terra boa”. Para isso servem os deslocamentos, se a terra está podre, é preciso mover-se para um lugar em que se possa estar salvo da destruição.

A mobilidade Guarani ocasionada por fatores econômicos e ambientais é basicamente a via de mão única utilizada pelos arqueólogos que se debruçaram sobre o estudo dos sistemas de assentamentos pré-coloniais. É necessário de início, ressaltar que mesmo estas motivações estão impregnadas e conjugadas com elementos culturais, que fazem parte do universo cosmológico Guarani. Ao invés de pensar-se em termos utilitários, é necessário “culturalizar o ambiente” na qual estes grupos circulam, encaixando aí a busca por recursos econômicos, como bem demonstra este estudo que ora sintetizamos.

O teko’a, se torna então, não apenas o local de produção e consumo, mas também o lugar ideal para a reprodução cultural do “modo de ser” Guarani. Por exemplo, não se translada uma aldeia para qualquer outro lugar. A terra boa, ideal para a reprodução da vida Guarani deve ser, antes de mais nada, sonhada. Portanto, o universo onírico está intimamente ligado aos deslocamentos. Há aqui, uma íntima relação entre a constituição do espaço e da pessoa, já que, para que a criança possa surgir no ventre da mãe, existe também o processo de sonho, antes disso não há pessoa. Outra ligação mantida entre a constituição

da pessoa e do lugar, é que, de início, ambos não recebem nome, até o momento de apropriação definitiva. Ainda ocorre o mesmo com a criação das crianças e a manutenção do espaço, sendo toda a coletividade da aldeia responsabilizadas pela saúde de ambos.

Em suma, o ambiente escolhido deve estar intimamente associado aos aspectos simbólicos Guarani. A reprodução do “modo de ser” então, só se torna viável com uma série de recursos naturais disponíveis no interior destes espaços, como águas limpas, solos agricultáveis e caça e coleta (alimentos e matéria-prima) em abundância.

A mobilidade Guarani causada por características particulares de sua organização social, também são constantes e não menos importantes, considerando-se aqui também o entrelaçamento com aspectos cosmológicos. A visita a parentes é um importante aspecto da organização social. Garlet anotou a constância de tais deslocamentos, que é “cumprida quase como que uma determinação divina” (1997:163). As visitas ativam uma intrincada rede de parentescos, que englobam, atualmente, várias partes do continente sul-americano. Proporcionam, além de tudo, uma reprodução cultural e um intercâmbio de coisas e idéias extremamente importantes, como afirma Garlet:

Por estes canais circulam as informações, as experiências pelas quais os diferentes grupos passaram, as múltiplas práticas rituais são reativadas e/ou dinamizadas, os intercâmbios de diversos itens da cultura material, as trocas de sementes das variedades tradicionais, os conhecimentos sobre o ambiente, enfim, a unidade cultural depende em grande parte da visitação (GARLET, 1997: 163).

Com as pressões inter-étnicas, os Mbyá aumentaram o fluxo destas visitas que, a despeito das razões culturais já apontadas, se reveste de uma maneira de escapar ao confinamento a áreas isoladas definidas pelos brancos. Conclui-se, daí, que “o fato de não se fixarem permite estarem em diversos lugares e, ao mesmo tempo, em nenhum” (GARLET, 1997: 166).

As disputas internas também são fatores importantes para a mobilização, ao menos em parte, da aldeia. Ocorre principalmente pelo surgimento de concorrência entre diferentes aspirantes a chefes, que procuram reunir em torno de si o maior número de famílias possíveis. Quando não se chega a um acordo, parte da aldeia sob a influência de um destes líderes, pode se realocar em outro espaço, formando uma nova aldeia. A cisão

acontece então, como um meio de amenizar rixas intra-aldeia, que resultariam certamente em conseqüências desastrosas.

As mudanças de espaço da aldeia também são ocasionadas por motivos relacionados à doença e à morte. Mais que os vivos, os mortos são muito temidos e daí surge a necessidade de se tomar atitudes, protegendo-se dos males que a proximidade possa ocasionar. Após a morte do indivíduo, surge uma relação de alteridade entre este e os vivos: “Ao deslocar-se para o plano da mais extrema alteridade, o morto, agora o outro, constitui-se em ameaça constante à integridade dos indivíduos e ao equilíbrio do corpo social” (GARLET, 1997: 170).

Contudo, não é todo e qualquer ente que ameaça a reprodução da vida Mbyá. Em seu universo religioso, os índios distinguem dois tipos de almas, basicamente. Para aqueles que seguiram as normas do modo de ser Guarani seguem um destino de ordem divina, seguindo para a morada eterna dos mortos. Por outro lado, para aqueles que não prescreveram as regras morais e espirituais em terra, chamadas pelo autor de “almas telúricas”, continuam no espaço da aldeia, transformados em um espírito maligno, conhecido como Mbogua, atormentando os vivos, principalmente parentes, durante a noite ou por meio de sonhos.

Os fatores externos que motivavam os deslocamentos para outros lugares se referem basicamente aos contatos interculturais entre brancos e índios. Os Mbyá foram expulsos de seu território original e, em cada processo de reterritorialização, estavam sujeitos a novas desterritorializações, devido a interesses por parte dos brancos nas terras que ocupavam. Até mesmo as ações da política indígena oficial tem contribuído para tais deslocamentos, confinando diversas famílias diferentes, em um mesmo espaço circunscrito pelos órgãos oficiais. Estes fatores também são de suma importância para entendermos a mobilidade Mbyá, mostrando claramente a importância dos acontecimentos históricos na análise etnográfica.

Somados a estes fatores, acrescentaríamos ainda as guerras mencionadas por SOARES (1997) e FAUSTO (2001) como motivadores de deslocamentos de aldeias. Poderiam conformar a junção de diferentes aldeias temporariamente para se defenderem ou atacarem, ou ainda poderiam ser deslocadas devido a ataques inimigos, procurando-se locais mais protegidos ou mais distantes destes vizinhos hostis.

Observando como a Arqueologia Guarani utilizou-se de modelos para interpretar o sistema de assentamento e a cultura material, percebe-se a manutenção de dois tipos distintos de enfoques. Sob a influência da escola histórico-cultural, muitos pesquisadores estudaram os assentamentos buscando mudanças bruscas e ocupações recentes, devido à escassez de recursos, que limitou os índios Guarani a integrarem um “nível superior de evolução” e, conseqüentemente, ocasionando uma desvinculação entre o registro arqueológico e os grupos indígenas históricos.

Com um número menor de adeptos, o enfoque histórico-direto proporcionou uma série de mudanças importantes pela utilização interdisciplinar de fontes advindas da etnologia, lingüística, história, biologia, geografia, e pela conseqüente vinculação do registro arqueológico com a história dos grupos indígenas pós-coloniais. Respeitando a historicidade destes diferentes grupos, corrigiram-se erros graves criados pelo PRONAPA, como a separação entre os Tupinambá e os Guarani. A defesa de uma história Guarani de longa duração também talvez tenha sido a maior contribuição desta vertente, associada à noção de manejo agroflorestal que permitia abundância de recursos e o estabelecimento de aldeias sedentárias. Também aspectos de ordem simbólico e sócio-político também foram incluídos, mesmo que ainda de maneira tímida, nas agendas de pesquisa dos pesquisadores vinculados a estes aportes teóricos.

Embora utilizamos uma série de modelos vinculados ao enfoque histórico-direto, principalmente no que se refere ao manejo agroflorestal e a longa duração, propusemos uma terceira alternativa para o estudo do sistema de assentamentos no vale do Araranguá. Buscamos uma visão mais holística da paisagem que se está estudando, procurando desta forma aproximar-se das concepções nativas, já que um aporte êmico, no pleno sentido da palavra, se torna impossível para um estudo acadêmico (INGOLD, 2000). Do nosso ponto de vista, estas “percepções nativas” estão presentes no estudo de Ivori Garlet sobre os Mbyá-Guarani, cuja observação sobre os deslocamentos enriquecem sobremaneira o estudo dos vinte sítios arqueológicos identificados na área-tema desta pesquisa. Partindo-se de tal enfoque, abandona-se a busca por motivos monocausais, para dar conta das características dos sítios e da cultura material neles presentes. Ao contrário, as perspectivas interpretativas abrem-se para vários caminhos, diferentes daqueles que, sob um ponto de vista

exclusivamente ecológico, associam tais dados a um eterno continuum histórico, regido pela permanência da ordem cultural.

CAPÍTULO 02

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E ETNO-HISTÓRICO REGIONAL

Neste capítulo procuramos apresentar as características gerais da história de ocupação Guarani na Bacia Hidrográfica do rio Araranguá através das fontes arqueológicas e etno-históricas, sendo estas discutidas nos capítulos 03 e 04.

Iniciamos esta discussão demonstrando o estado da arte da Arqueologia Guarani no Estado de Santa Catarina, que aponta escassos trabalhos na área. Em seguida, descrevemos os trabalhos feitos na região da Bacia do Rio Araranguá, onde pesquisas em Arqueologia de Contrato localizaram os sítios arqueológicos que ora estudamos. Descrevemos as características gerais dos sítios estudados quanto ao seu estado de preservação, tipo de intervenção arqueológica e aspectos de sua implantação na paisagem.

Os dados etno-históricos são aqui apresentados, objetivando a descrição de expedições jesuíticas que ocorreram na região ao sul da Ilha de Santa Catarina, a partir do século XVII. Dentro do amplo projeto de evangelização ameríndia, algumas destas investidas coloniais foram registradas por escrito, fornecendo algumas importantes informações para a definição de uma história de longa duração Guarani na área.

2.1 Arqueologia Guarani em Santa Catarina: Histórico das Pesquisas

As primeiras pesquisas arqueológicas de sítios Guarani no Estado de Santa Catarina ocorreram na década de 1950, através dos trabalhos de Guilherme Tiburtius, João José Bigarella e Pedro Ignácio Schmitz. TIBURTIUS e BIGARELLA (1950-1951) realizaram prospecções em um sítio chamado Itacoara, no norte do Estado. Foram observados fragmentos cerâmicos identificados como de origem Tupi-Guarani. Recentemente, BANDEIRA (2004) o classificou como pertencente à Tradição Itararé, devido a presença de cerâmica mais fina e diferente daquela tipicamente associada aos Guarani, juntamente com uma série de sepultamentos escavados pela autora.

Após este trabalho inicial, foram realizadas pesquisas arqueológicas por Schmitz para o vale do Rio Uruguai, no município de Itapiranga (SCHMITZ, 1957). Na área,

encontravam-se três manchas de solo escuro, compreendendo um diâmetro de 200 x 200 m. A cerca de 500 m deste local, encontrava-se uma área de enterramentos. No momento da pesquisa, o autor encontrou apenas fragmentos cerâmicos. Contudo, foi informado que centenas de urnas funerárias teriam sido retiradas ao longo dos anos, pelos agricultores da área. As manchas de solo antropogênico foram assim caracterizadas: a) mancha 01: com dimensões de 23 x 18 m e forma irregular, a camada arqueológica atingia de 30 a 40 cm de espessura; b) mancha 02: distante 05 metros da mancha 01 e com as mesmas características, tem dimensões de 45 x 20 m; e c) mancha 03: com 30 x 30 m de diâmetro, está a 20 m da mancha 02, apresentando espessura de material arqueológico em torno de 60 cm. Nestas manchas, foram encontrados carvão vegetal e uma lente de fauna malacológica variando entre 15 e 30 cm de espessura total.

Buscando interpretar o significado destas manchas, o autor sugere que “o carvão e a cinza resultantes de fogueiras, acesas dentro da maloca e que, de noite ardiam debaixo da rede, para fins vários, misturam-se com o solo e lhe imprimem esta cor escura indelével” (SCHMITZ, 1957: 124). O material arqueológico encontrado em coletas de superfície caracterizou-se pela presença de vestígios cerâmicos, líticos e arqueofaunísticos. O material cerâmico é representado por quatro vasilhames inteiros, além de centenas de fragmentos, que foram divididos pelo tratamento de superfície em lisos, plásticos e pintados, sendo estes últimos identificados pelos motivos, apresentados em uma prancha ao final do texto. Também foram realizadas inferências sobre forma e função das vasilhas, concluindo-se que a má conservação das peças se devia à queima irregular. Os artefatos líticos estavam representados por mãos de pilão, lâminas de machado, pontas de projétil, bolas de boleadeira, alisadores e polidores manuais, entre outros. Além de conchas e carvão, também foram identificados fragmentos ósseos de animais e humanos. Realizado o inventário das descobertas, Schmitz ainda conclui que “juntando num rápido escorço o material elaborado nestas linhas, notamos que todo ele converge num sentido: o paradeiro visitado apresenta as características da cultura guarani” (SCHMITZ, 1957: 139).

Neste mesmo momento Schmitz publica os dados relativos a um conjunto cerâmico Guarani associado a uma coleção particular (SCHMITZ, 1959). A coleção tem o nome de seu antigo proprietário, Carlos Berenhauser, que colecionava objetos arqueológicos, retirados dos mais diversos locais da parte sul da Ilha de Santa Catarina e que se encontra

ainda hoje depositada nas dependências do Colégio Catarinense, em Florianópolis. Possui um acervo total de 80.000 fragmentos, além de algumas vasilhas inteiras, composto em sua maioria por cerâmica Guarani. Antes da análise propriamente dita, o autor realiza uma tentativa de síntese da ocupação Guarani da ilha catarinense, onde estes grupos eram conhecidos pelo nome de “Carijós”. Com base nas escassas informações da época, afirma que estes grupos indígenas teriam chegado por volta do século XIV na região, pouco tempo antes do povoamento português. Ainda cita uma série de viajantes europeus que estiveram na Ilha a partir do século XVI, como D. Rodrigo de Acuña, João Caboto, Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca.

A metodologia utilizada visou construir um perfil descritivo deste conjunto cerâmico, privilegiando atributos como tratamentos de superfície, dimensões, formas e funções presumidas. Porém, o enfoque principal foi descrever e desenhar os motivos geométricos da decoração pintada, sendo ainda hoje tido como um trabalho de referência, buscando identificar todos os tipos presentes na coleção. De modo geral, o autor acreditava que “os motivos ornamentais que apresentamos são simples e, ao menos em parte, artísticos, de uma arte singela como era próprio de um povo sem grande cultura e sem moradias sólidas” (SCHMITZ, 1959: 274). A cerâmica foi dividida entre aquelas com acabamento melhor e tratamento de superfície pintado e, aquelas confeccionadas com menor cuidado e tratamento de superfície plástico. As peças sem nenhum tipo de tratamento foram classificadas em um ou outro dos grupos descritos, de acordo com a qualidade de que foi feita. A cerâmica era pintada em vermelho, preto ou vermelho com preto, sob engobe branco em todos os casos. Schmitz ainda afirma que “toda a cerâmica pintada parece ter sido usada pelos indígenas para fins mais nobres, como para se servirem de bebidas e alimentos, ou para preparar a bebida fermentada nas grandes içaçabas, dentro das quais depois se enterravam os mortos” (SCHMITZ, 1959: 275).

No que se refere à cerâmica com tratamento plástico, conclui que,

Para um recipiente de uso comum, facilmente substituível, não é costume empregar-se ornamentação muito escolhida ou custosa. É o que verificamos em toda essa cerâmica de uso cotidiano. O tipo mais comum é o de impressões digitais, dispostas uma ao lado da outra por filas paralelas ao redor de todo o corpo, a começar do bordo até o centro da base. Não é um ornato grandioso, mas quando bem

acabado não deixa de causar alguma impressão de beleza. Este enfeite, normalmente se estende por toda a superfície exterior dos exemplares grandes e médios. Nas panelas menores e nos recipientes pequenos muitas vezes orna o colo ou bordo. No litoral ao contrário do que verificamos no Alto-Uruguai, são muito raros os vasos em que o ornato se apresenta com algum bom-gosto. Em geral estão mal acabados, dando a impressão de trabalho rápido e descuidado. Isso se nota mais ainda na base das panelas e na parte que entra em contato com a terra, enquanto o recipiente se mantém direito. Quase todos os vasos grandes e médios não têm outro motivo ornamental a não ser o da impressão de dedos, enquanto entre os pequenos onde também é muito freqüente, compete com o unguicular que é o segundo em uso. Encontra-se este de preferência nos recipientes pequenos e um pouco nos médios, não existindo nos grandes (SCHMITZ, 1959: 282).

Schmitz conclui este artigo comparando a cerâmica da coleção Berenhauser com material encontrado em outros lugares, como em Itacoara, no Vale do Itajaí, pesquisado por Guilherme Tiburtius, em trabalhos do etnólogo Herbert Baldus, com pesquisas do mesmo autor em Itapiranga (Santa Catarina) e Osório (Rio Grande do Sul) e com a cerâmica Guarani da região de Misiones, na Argentina. Finaliza apontando as aproximações e as distâncias entre a cerâmica produzida pelos Guarani e os demais grupos Tupi.

Na década de 1960 as pesquisas arqueológicas em Santa Catarina relativas a sítios Guarani foram realizadas por Alfredo Rohr e Walter Piazza, este último associado ao Programa de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Os trabalhos publicados por ROHR (1966; 1968), divulgam as pesquisas realizadas entre 1966 e 1967 no município de Itapiranga, extremo oeste do Estado. Como resultado destas duas expedições (a segunda foi acompanhada por Pedro Ignácio Schmitz), localizou-se diversos sítios Guarani junto às barrancas do Rio Uruguai, na divisa com a Argentina. Por meio de escavações e coletas de superfície, recolheu-se fragmentos cerâmicos, líticos e carvão, cuja amostra resultou em uma datação de C₁₄ entre 700 e 1180 anos AP. Também se obteve, por escavação, doação ou compra, urnas funerárias de grandes dimensões.

João Alfredo ROHR (1969), realizou três visitas ao município de Jaguaruna, em 1961, 1967 e 1969, localizando e registrando 53 sítios arqueológicos, dentre estes 20 foram identificados como “paradeiros guaranis”, que, em síntese,

Caracterizam-se por extensas manchas de terra preta no solo, de cinco a dez metros de diâmetro, com restos de fogueira, cerâmica corrugada, ungulada, escovada, lisa e pintada de vermelho, sobre engobe branco. A grande maioria situa-se, atualmente, em roças ou pastos (potreiros). Alguns localizam-se nas dunas. Quase todos sofreram perturbações, em larga escala, tendo sido, muitas vezes, revirados, superficialmente, pelo arado do lavrador (ROHR, 1969: 7).

O autor ainda extraiu, em áreas próximas aos sítios, seis urnas funerárias, realizando uma breve comparação com outras urnas que o mesmo encontrou em pesquisa no Vale do Rio Uruguai. Na descrição de cada sítio, priorizou as seguintes informações: proprietário, localidade, delimitação e descrição, vegetação, fonte d'água mais próxima, solo, pesquisas anteriores, acesso ao sítio e descrição do material encontrado. Porém, como não foram registradas as coordenadas geográficas, a grande maioria destes sítios Guarani encontra-se hoje “desaparecido”, sendo necessária sua re-localização para avaliação das condições de preservação.

Em ROHR (1984), encontramos a descrição mais detalhada de sítios arqueológicos do Estado de Santa Catarina reunidas em uma só publicação, localizados pelo autor durante anos de levantamentos exaustivos em várias regiões. Os sítios Guarani, aqui denominados “paradeiros guaranis”, estão representados por 91 registros. Destas, 20 encontram-se no município de Jaguaruna, dois em Imbituba e dois em Garopaba (litoral sul), um em Paulo Lopes, um em Palhoça, seis em Florianópolis (litoral central), 52 em Itapiranga, dois em Mondai, dois em Caxambu do Sul, um em Águas de Chapecó e quatro em São Carlos (região oeste). Boa parte destes sítios foi registrada durante a década de 1960 e, por falta de coordenadas geográficas, tem-se dificuldade para reencontrá-los atualmente.

O sítio arqueológico Rio Tavares encontra-se na Ilha de Santa Catarina e está a 500 metros do mar. PIAZZA (1965), realizou escavações nos anos de 1964 e 1965, publicando os resultados. Em uma área total estimada em 10.767 m², foram escavados mais de 30 m² em duas etapas de campo, chegando-se a uma profundidade média de 60 cm. Foram encontradas duas urnas funerárias e 434 fragmentos cerâmicos que, em laboratório foram analisados levando-se em conta atributos tecnológicos como pasta, formas e tratamento de superfície. O material lítico do sítio é representado por lâminas de machado, furadores, batedores e alisadores. O autor questiona o fato do termo “tupi-guarani” ser muito amplo,

reunindo grupos culturais distintos baixo este conceito. Como solução para o impasse, sugere que “há que se fazer um estudo global dos caminhos pré-históricos, dos contatos étnicos e culturais, para, então, adotar-se uma nomenclatura que, efetivamente, exprima a realidade pré-histórica brasileira” (PIAZZA, 1965: 74). Na última parte do trabalho, intitulada “conclusões preliminares”, propõe que no local houve apenas uma ocupação e que a mesma tinha funções cerimoniais e de enterramento, considerando que as urnas mostram sinais de diferenciação social.

EBLE & SCHMITZ (1972) descrevem a localização de um sítio com cerâmica Guarani sob uma duna na região de Laguna, litoral sul do Estado. A primeira parte do artigo faz um interessante levantamento dos recursos naturais em torno do sítio arqueológico, contemplando aspectos geológicos, orográficos e florísticos. As intervenções no sítio consistiram em coletas superficiais e um poço-teste de 1 x 1 m, onde foram encontrados um total de 460 fragmentos cerâmicos, além de uns poucos fragmentos líticos e ossos de peixe, não especificados. Por meio do método Ford, criaram-se duas fases arqueológicas (Itapirubá e Guaiúba), cujos fragmentos de cerâmica foram analisados percebendo-se os tipos de pastas, superfície e formas. Como resultado da seriação, temos que,

Aparentemente, então, os vasilhames foram executados, segundo os dados acima, para preencher alguma função imediatista. Pelas dimensões, inclusive, não seriam vasilhames facilmente transportáveis. Assim, parece que o fato de os vasilhames terem sido utilizados temporariamente justifica a fragilidade, a queima mal conduzida, o pouco cuidado e falta de standardização no preparo do tempero e na confecção e obtenção das formas e dimensões (EBLE & SCHMITZ, 1972: 49).

Finaliza-se a pesquisa com algumas considerações sobre a cronologia do sítio, comparando-o com sítios da fase Maquine, pesquisados por Eurico Miller no norte do Rio Grande do Sul, sem, no entanto, chegar-se a qualquer conclusão.

Dados parciais sobre a localização e coletas de superfície em um sítio Guarani no Alto Vale do Itajaí são apresentados em EBLE & SCATAMACCHIA (1974). Foi realizada a seriação cerâmica em 811 fragmentos cerâmicos, identificando-se aspectos tecnológicos como pasta, queima, colorações interna e externa, espessura dos fragmentos e formas.

Porém, deste universo de objetos, alguns foram considerados “intrusivos”, por não apresentarem as características da cerâmica Guarani. A relevância deste sítio, no entanto, está no fato de localizar-se a muitos quilômetros de distância do litoral (não especificados no artigo), tratando-se, até os dias de hoje, como o sítio com ocorrência de cerâmica Guarani mais afastado do mar no litoral do Estado.

Em 1978 iniciaram-se as pesquisas arqueológicas para a instalação das Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho, junto aos rios Uruguai e Pelotas, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trata-se do primeiro trabalho de Arqueologia de Contrato no Estado e a síntese dos trabalhos de prospecção e escavação encontra-se em GOULARTI (1997). O projeto, que durou 19 anos, resultou na localização de 310 sítios arqueológicos e no salvamento de vários deles. Destes, nos interessam aqueles classificados como Tupiguarani que juntamente com os classificados como da Tradição Taquara, totalizaram 190 sítios (os sítios são descritos apenas como “cerâmicos” neste relatório). Os procedimentos de pesquisa adotados no levantamento foram os de tipo probabilístico e oportunístico. As escavações foram divididas de acordo com o estado de conservação do sítio. Os que foram considerados muito perturbados, foram escavados por níveis artificiais de 10 cm, privilegiando-se apenas algumas áreas e buscando-se com isso algumas amostras materiais dos sítios. Já aqueles conceituados como “semi-intactos”, foram objeto de minuciosas decapagens. Como resultado,

A visão global das estruturas arqueológicas dos sítios escavados, decorre da aplicação do método de superfícies amplas, através da técnica de decapagem. Essas estruturas mostraram-se ricas em material lítico e cerâmico, dispostas no interior das manchas de terra preta. As decapagens horizontais, nas manchas, evidenciaram concentrações de fogueiras, fragmentos cerâmicos associados às fogueiras, núcleos de carvão com lascas e concentrações de carvão, que testemunham o cotidiano do grupo que habitou as cabanas (GOULARTI, 1997: 93).

Também constam deste projeto pesquisas geológicas e geomorfológicas realizadas por especialistas, contribuindo sobremaneira para o entendimento do ambiente regional. Destacam-se, no entanto, as grandes lacunas presentes na apresentação dos resultados das pesquisas, devido, em parte, ao falecimento da coordenadora dos trabalhos que ainda

estavam em andamento. Por exemplo, torna-se difícil separar os sítios encontrados no Rio Grande do Sul dos encontrados em Santa Catarina, bem como identificar aqueles classificados como “Taquara”, daqueles chamados “Tupiguarani”. Também a construção de um modelo de sistemas de assentamento, não foi adiante, ainda que se tivessem muitos dados interessantes para se tratar tal problema de pesquisa.

Em fins da década de 1980, FOSSARI (1987) publicou os resultados de um levantamento intensivo na Ilha de Santa Catarina. Esta pesquisa permitiu o recadastramento de sítios já registrados por outros pesquisadores, como o Pe. João Alfredo Rohr, por exemplo, além de registrar novas ocorrências, totalizando cerca de 15 sítios com ocorrência de cerâmica Guarani.

Quanto aos trabalhos mais recentes dedicados a aspectos da arqueologia Guarani em Santa Catarina, podemos destacar SILVA e colaboradores (1990), MONTARDO (1995) e BANDEIRA (2004) que analisam aspectos destas ocupações em sua relação com outras populações pré-coloniais.

As escavações do sítio da Praia da Tapera realizadas por João Alfredo Rohr na década de 1960 foram analisadas e publicadas por SILVA e colaboradores (1990). O sítio, situado no município de Florianópolis, foi ocupado em três momentos distintos. Os dois períodos mais antigos foram identificados como pertencentes à Tradição Itararé, e um terceiro, datado de aproximadamente 600 anos AP, é constituído por cerâmica Guarani. As análises sobre tecnologia e padrão de assentamento, marcando uma tendência processualista neste trabalho, enfocaram basicamente a ocupação Itararé. Porém o material Guarani, composto de cerca de 19.491 fragmentos cerâmicos, foi sumariamente analisado tendo em vista a pasta, tratamento de superfície e a forma dos vasilhames. Devido à mistura de material dos diversos extratos de ocupação, no que concerne ao “assentamento Tupiguarani, pouquíssima coisa pode ser dita” (SILVA e colaboradores, 1990: 196).

MONTARDO (1995) sistematizou os dados sobre sepultamentos de populações pré-históricas em Santa Catarina em sua dissertação de mestrado. Com base principalmente nos trabalhos dos arqueólogos Walter Piazza e João Alfredo Rohr, descreveu as ocorrências de urnas funerárias no litoral e no extremo oeste do Estado. A autora enfatizou dados referentes à biologia, tratamento corporal, vestígios associados, deposição, redeposição, entre outros. Conclui que a analogia etnográfica permite inferências importantes para o

estudo das práticas mortuárias, lançando algumas pistas iniciais para análises futuras, sem avançar algum tipo de interpretação para o caso Guarani.

Em parte de sua tese de doutorado, BANDEIRA (2004), trata de sintetizar os dados etno-históricos e arqueológicos sobre a ocupação Guarani no norte do Estado, com ênfase nos municípios de São Francisco do Sul, Joinville e Araquari. De acordo com a autora, somente um sítio arqueológico Guarani foi encontrado na região, sendo identificado pelo arqueólogo Walter Piazza na década de 1970. Em sua pesquisa de campo, não encontrou um único sítio arqueológico com cerâmica Guarani, realizando observações inclusive em vários sambaquis, onde aparece apenas cerâmica relacionada à Tradição Itararé. As estratégias de pesquisa também consistiram em visitas a uma aldeia Guarani atual em Araquari, cujos moradores não puderam informar locais de antiga moradia. Também se conferiu a toponímia de cidades, rios e localidade que apontam uma grande correlação com palavras em Tupi. Como não se localizaram mais sítios deste tipo, a autora decidiu escavar o sítio Poço Grande, anteriormente localizado por Piazza. Distante 30 km do mar, o sítio tem dimensões de 80 x 30 m, totalizando uma área de 2400 m². Foram escavadas 15 quadrículas de 1 x 1 m em níveis artificiais de 10 cm até uma profundidade média de 10 cm, raramente chegando-se aos 30 cm. Como resultado, resgataram-se fragmentos cerâmicos e alguns líticos sem alteração antrópica. As análises laboratoriais consistiram em analisar a cerâmica, dividindo-a em corpo, base e borda, e observando espessura das paredes, queima, antiplástico, tratamento de superfície, direção e formato das bordas. Procedeu-se a uma datação por TL, resultando na idade de 340 ± 35 anos AP. A análise da autora permitiu estabelecer novas informações sobre as populações que possuíam cerâmica, cujas pesquisas anteriores correlacionavam-na com grupos Guarani, apontando para a ocupação de diversos sítios por outra “tradição cultural”. Conclui, desta forma, que não houve ocupação Guarani propriamente dita na Baía de Babitonga.

Uma tentativa de síntese para a Arqueologia Guarani em Santa Catarina foi realizada por LAVINA (2004) que descreve os trabalhos até então realizados, destacando o viés teórico histórico-cultural. A partir desta opção, o autor desenvolve as principais características desta “tradição”, como a cerâmica, a disposição das aldeias, os enterramentos e os meios de subsistência, realçando fatores ambientais como atrativos ou não para a fixação de aldeias em determinadas áreas. Conclui o artigo com considerações

sobre os rumos que as pesquisas poderiam tomar em termos de hipóteses de trabalho, testáveis com novas escavações.

Mais recentemente, os trabalhos de arqueologia de contrato tem contribuído para ampliar o quadro referencial da arqueologia Guarani no Estado de Santa Catarina. Em LAVINA (1999), encontra-se os resultados da escavação do sítio arqueológico Guarani “ZPE” no município de Imbituba. Foram realizadas coletas superficiais e escavações em 25 manchas escuras, umas próximas das outras, além do resgate de sete urnas funerárias, localizadas fora das manchas de terra escura. A cultura material recuperada totaliza cerca de 50.000 fragmentos cerâmicos, artefatos líticos como lâminas de machado em basalto, amoladores em canaleta de arenito, lascas de calcedônia, entre outros, além de dezenas de fragmentos de restos arqueofaunísticos. Também foram identificadas cinco estruturas de combustão dentro das manchas. Trata-se de um sítio extremamente importante, sendo o de maior dimensão e densidade de material até o momento encontrado na região sul do Estado, com várias manchas ainda preservadas, devido ao cancelamento da construção das instalações do empreendimento que seria ali instalado.

LINO, LAVINA & CAMPOS (2004) e LINO (2005) divulgaram os resultados parciais dos trabalhos de Arqueologia de Contrato em uma área a ser impactada por obras de um aterro sanitário, no município de Laguna, onde se encontrava um sítio arqueológico Guarani. Os procedimentos adotados em campo consistiram no quadriculamento de duas áreas, denominadas Quadra 01 (600 m²) e Quadra 02 (400 m²), em quadriculas de 2 x 2 m. A escavação foi realizada por meio de níveis artificiais de 10 cm, sendo o sedimento peneirado. Foram encontrados vestígios cerâmicos e líticos, em sua maioria em condições precárias de conservação. O material, higienizado e catalogado, está em processo de análise científica.

A mesma equipe foi responsável pela localização de 16 sítios Guarani durante a realização do projeto da Rodovia Interpraias, dos quais três foram escavados, e de quatro sítios no Projeto de Levantamento Arqueológico da Jazida Eckert. Os resultados de ambos os projetos são o objeto de pesquisa desta dissertação, sendo descritos a seguir.

2.2 Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Araranguá: os Projetos Interpraias e Jazida Eckert

Atualmente, a Arqueologia brasileira está dividida basicamente em dois campos, no que se refere a problemas de pesquisa e áreas de atuação. Por um lado, a chamada “arqueologia acadêmica”, como o próprio nome sugere, é realizada por pesquisadores universitários, que tem a opção de escolher o recorte geográfico e temporal que desejam trabalhar, além de geralmente terem mais tempo para resolver os problemas de pesquisa. A arqueologia de Contrato, também conhecida como “Arqueologia Preventiva”, “Arqueologia por Contrato”, “Arqueologia em Obras de Engenharia” ou “Arqueologia de Salvamento”, atua em obras de impacto ambiental e cultural e pressupõe a existência no meio científico de empreendedores e/ou clientes (CALDARELLI & SANTOS, 1999-2000: 53). Tem como características básicas: 1) definição arbitrária da área de estudo, condicionada pelo empreendimento; 2) cronograma em concordância com o tempo de execução das obras; e 3) pouca probabilidade de retorno à área de pesquisa, para coleta de novos dados (CALDARELLI & SANTOS, 1999-2000: 59). Como exemplo de obras que impactam sítios arqueológicos e, portanto, que vem sendo alvo de pesquisas arqueológicas, temos: usinas hidrelétricas e termelétricas, pequenas centrais elétricas, instalação de dutos, jazidas de extração de areia, rochas e minerais, loteamentos, linhas de transmissão, construções imobiliárias e fabris e rodovias com traçado inédito e/ou duplicações e/ou revitalizações.

O Projeto Arqueológico da Rodovia Interpraias – Trecho Araranguá-Içara surgiu de uma pesquisa envolvendo Arqueologia de Contrato. Foi executado por meio do cumprimento da legislação do patrimônio arqueológico que dispõe sobre a necessidade de, diante de impactos causados por obras de engenharia, ser realizado um diagnóstico arqueológico e suas possíveis medidas de salvamento, juntamente com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

Na área em tela, foi projetado um trecho de uma rodovia que, em seu trajeto total, partiria do município de Passo de Torres, até o município de Laguna, compreendendo todo o litoral sul do Estado de Santa Catarina. Batizada de Rodovia Interpraias visava desafogar o fluxo de automóveis na BR – 101, principal via de acesso da região. Como afirmado anteriormente, esta obra do Governo do Estado teria seu início aproximadamente no meio

do caminho entre o ponto inicial e o final, sendo escolhido, portanto, um trecho de 15 km, entre a comunidade de Morro dos Conventos, no município de Araranguá, e Lagoa dos Esteves, no município de Içara.

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), de Criciúma, foi contratada para executar a etapa de levantamento arqueológico, nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento, que aconteceu entre os meses de dezembro de 1997 e janeiro de 1998. A mesma instituição foi contratada para os trabalhos de escavação de três sítios arqueológicos que estariam diretamente ameaçados de destruição pela construção da referida rodovia. Esta segunda etapa aconteceu entre janeiro de 1999 e março de 2001, incluindo as seguintes etapas apontadas por UNESC (1998: 12):

1. *Elaboração de projeto científico para o IPHAN.*
2. *Levantamento bibliográfico, cartográfico, aéreo-fotográfico de imagens de satélite.*
3. *Planejamento de campo.*
4. *Preparativos para o campo.*
5. *Resgate arqueológico de campo.*
6. *Levantamento ambiental de campo.*
7. *Organização dos dados de campo.*
8. *Curadoria do material coletado em campo.*
9. *Análise do material e dos dados coletados em campo.*
10. *Reuniões técnicas.*
11. *Assessoria e orientação aos trabalhos de campo, laboratório e gabinete.*
12. *Informatização dos dados.*
13. *Elaboração de “carta de fatores ambientais de relevância arqueológica”.*
14. *Cruzamento e interpretação dos resultados de campo e de laboratório.*
15. *Relatórios de Atividades.*
16. *Relatório Final.*

Todas as etapas do Projeto Arqueológico foram honradas entre contratantes (Governo de Santa Catarina) e contratados (Universidade do Extremo Sul Catarinense). No entanto, o projeto de construção da Rodovia Interpraias foi temporariamente cancelado, alegando-se um custo muito alto para o escasso retorno econômico. Portanto, o licenciamento ambiental e cultural do restante do trajeto está sem qualquer previsão de execução, ao menos em curto e médio prazo, permitindo que os demais sítios arqueológicos abordados nesta dissertação estejam temporariamente preservados.

Em uma primeira etapa do projeto realizou-se um levantamento de campo e gabinete com vistas a identificar sítios arqueológicos que poderiam sofrer impacto direto ou indireto na construção da rodovia. Os objetivos do levantamento arqueológico podem assim ser enumerados:

1. Localizar sítios arqueológicos, independente de seus conteúdos culturais.
2. Avaliar o grau de conservação dos sítios encontrados.
3. Cumprir as leis sobre patrimônio arqueológico.
4. Propor medidas de salvamento dos sítios arqueológicos ameaçados de destruição pelas obras de construção da rodovia Interpraias.

O procedimento de pesquisa adotado nesta etapa foi o de realizar um levantamento sistemático através do percorrimento de *transects*, isto é, traçando linhas através de coordenadas UTM, efetuando sondagens em subsuperfície de 20 em 20 m, em torno de uma área aproximada de 100 m em cada lado da linha projetada da rodovia, além de observar a superfície do solo durante todo o percurso. As dimensões das sondagens, realizadas com trado manual, giraram em torno de 20 x 20 cm em uma profundidade de 1 m. Como complemento, realizaram-se entrevistas com os moradores da região, a fim de obter informações adicionais sobre a localização de sítios. Este procedimento é conhecido como “levantamento probabilístico” e se desenvolveu no bojo do surgimento das pesquisas em Arqueologia de Contrato, uma vez que “a necessidade de se trabalhar em áreas enormes com restrições de tempo, dinheiro e pessoal fez com que a amostragem se transformasse na única alternativa viável” (ARAÚJO, 1999: 54). Ao todo, foram localizados 16 sítios arqueológicos Guarani durante o Projeto de Levantamento Arqueológico da Rodovia Interpraias, realizado nos meses de dezembro de 1997 e janeiro de 1998.

No Projeto de Levantamento Arqueológico da Jazida Eckert, foram identificados quatro sítios arqueológicos Guarani, sendo esta pesquisa realizada no mês de janeiro de 2006. Os trabalhos arqueológicos deram-se em função da intenção de extrair-se comercialmente areia na área, por isso os estudos de impacto ambiental e cultural exigidos por lei. Este tipo de recurso natural tem sido intensamente explorado desde 2005, devido a seu uso para aterro nas obras de duplicação da rodovia BR 101, localizada a cerca de 10 km do local, porém boa parte da área foi inviabilizada devido à localização dos sítios arqueológicos supra citados. MONTICELLI (2002) ressalta a importância de se realizarem levantamentos arqueológicos em futuras áreas de impacto indireto de obras rodoviárias como os chamados “bota-fora” e jazidas de extração de areia, que é o caso da “Jazida Eckert”. Porém, muitas pesquisas de contrato contemplam apenas o entorno direto deste tipo de obra de engenharia, descartando-se áreas com grande potencial arqueológico como esta.

Procuramos descrever algumas características básicas sobre cada sítio relacionadas a seus aspectos gerais, a saber: coordenada UTM (identificada em aparelho de GPS); nome do proprietário; localização (comunidade, município); vias de acesso; modificações antrópicas contemporâneas (roças, pastagens, residências); vestígios localizados em superfície e nas sondagens; visualização de manchas escuras no solo; tipo de solo; relevo; compartimento topográfico; recurso orográfico mais próximo e estado de conservação.

Em relação ao estado de conservação dos sítios, utilizamos os critérios presentes nas fichas de cadastro de sítios arqueológicos do IPHAN/Minc, cujos graus de preservação são classificados como: 1) bom, quando estiver mais de 75% de seu conteúdo preservado; 2) parcial, quando seu estado de preservação estiver em torno de 25% a 75% do total estimado e; 3) residual, quando contêm cerca de 25% preservado. Vale ressaltar que esta caracterização é realizada basicamente levando-se em conta a superfície do sítio arqueológico, podendo, muitas vezes, sua estratigrafia estar bem preservada, uma vez que não foram realizadas sondagens. Trata-se, portanto, de uma caracterização *a priori*, podendo ser modificada com novas visitas ao local, ou ainda com escavações arqueológicas.

2.2.1. Descrição dos Sítios arqueológicos Localizados Durante o Projeto Arqueológico da Rodovia Interpraias – Trecho Araranguá-Içara

Foram identificados, durante a vigência do projeto Interpraias, 16 sítios arqueológicos Guarani que serão descritos a seguir, informando basicamente sobre a observação ou não de manchas escuras no solo, as dimensões da dispersão de material, a localização em coordenadas UTM, os recursos orográficos mais próximos, a altitude em relação ao nível do mar, as atividades desenvolvidas e a cultura material observada e/ou recolhida. Os nomes dos sítios foram mantidos de acordo com seu registro nas fichas encaminhadas ao IPHAN. No entanto, afirmamos que não concordamos necessariamente com a definição de “aldeias”, sem antes se conhecer a funcionalidade de cada sítio.

Aldeia da Balsa

O sítio arqueológico “Aldeia da Balsa” está a 10 metros de altitude e localiza-se na Estrada Geral da Balsa do Rio Araranguá, próximo à comunidade de Morro dos Conventos, município de Araranguá. Em uma área de solo arenoso com 20 x 10 m, totalizando 200 m², foram encontrados fragmentos cerâmicos e fauna malacológica junto a uma mancha escura no solo, de forma aproximada elipsoidal. Com coordenadas UTM 656846/6794444, está assentado em uma planície, sendo o relevo do entorno imediato plano. Atualmente está ocupado por roça de milho e, devido a ações antrópicas (plantio intenso e construção de uma estrada que corta o sítio), a estratigrafia nas sondagens se apresentou como residual. O curso de água mais próximo é o rio Araranguá, que está a 500 metros do sítio. Foram realizadas coleta de superfície assistemática, obtendo-se o seguinte material: 483 fragmentos cerâmicos, 2 bolos de argila, 28 artefatos líticos e 10 vestígios faunísticos.

Aldeia Escola Isolada do Caverazinho

Este sítio arqueológico encontra-se na Estrada Geral Caverazinho a 30 metros acima do nível do mar, ao lado da escola que leva o nome, na comunidade de Caverazinho, município de Araranguá. O terreno é utilizado para agricultura e está ocupado atualmente

por seu proprietário, o Sr. Domingos Manuel Inácio, tendo a construção de sua casa destruído parte do sítio. Localiza-se nas coordenadas UTM 6796114/649820, com dimensões aproximadas de 20 x 10 m, totalizando uma área de 200 m², onde foram encontrados fragmentos cerâmicos, junto ao solo arenoso de cor escura. Está assentado sob a planície sedimentar litorânea, em relevo plano. Seu grau de conservação pode ser considerado residual. Foram coletados, de forma assistemática, 150 fragmentos cerâmicos, 1 bolo de argila e 1 artefato lítico.

Aldeia do Marcelino

Este sítio arqueológico situa-se em terrenos de propriedade do Sr. Antônio Marcelino, podendo ser acessado através da Antiga Estrada da lagoa da Mãe Luzia, na comunidade de mesmo nome, no município de Araranguá. Suas coordenadas UTM são 6805800/663838, sendo este local atualmente ocupado por pastagem, roças e parte da casa do proprietário. Foram encontrados no solo arenoso, fragmentos cerâmicos dispersos por uma área de aproximadamente 500 m², não se podendo, na ocasião, identificar as manchas escuras no solo. Seu relevo é plano, fazendo parte da planície costeira. Existe a cerca de 40 metros do sítio uma fonte perene, tratando-se do curso d'água mais próximo. Seu estado de conservação é residual, estando a 10 metros acima do nível do mar.

Aldeia da Lagoa Mãe Luzia

O sítio denominado “Aldeia da Lagoa Mãe Luzia” tem as coordenadas UTM 663557/6805711, estando a 15 metros de altitude. Localiza-se próximo a comunidade de Barra Velha, no município de Araranguá, junto à antiga Estrada que ligava a Lagoa da Mãe Luzia até a Barra Velha. O terreno onde se situa é de propriedade da família Farias, e atualmente é ocupado por roça de mandioca. Com dimensões em torno de 200 x 200 metros, portanto, com cerca de 40.000 m², foram encontradas quatro manchas escuras com formatos circulares e elipsoidais no solo arenoso, com presença de fragmentos cerâmicos e carvão vegetal. Está sob a planície costeira, em compartimento plano, com água mais próxima na Lagoa da Mãe Luzia, distante 300 m do sítio. O estado de conservação é

parcial. Uma destas quatro manchas identificadas foi escavada no mês de maio de 1999, durante vigência do Projeto Interpraias. Durante o levantamento, foram coletados de modo assistemático 65 fragmentos cerâmicos na mancha 01 e 8 fragmentos cerâmicos na mancha 02, não sendo recolhido material nas demais manchas.

Aldeia do Levandoski

Situa-se próximo da Estrada que liga as comunidades de Hercílio Luz e Ilhas, no município de Araranguá. Suas coordenadas UTM são 657746/6800919, dentro da propriedade do Sr. Otávio Levandoski, atualmente ocupada por atividades agrícolas. Foram percebidas duas manchas escuras no solo, ambas com formas elipsoidais, com presença de fragmentos cerâmicos. Encontra-se sob relevo plano, em planície sedimentar litorânea. Situado a 12 metros de altitude e a fonte de água mais próxima é um meandro abandonado do rio Araranguá, que está a 500 metros do sítio. Seu estado de conservação foi classificado como residual. Na ocasião do levantamento, foram realizadas coletas assistemáticas de 51 fragmentos cerâmicos, 1 bolo de argila e 1 artefato lítico na mancha 01 e 78 fragmentos cerâmicos e 1 bolo de argila na mancha 02.

Aldeia do Trevo

O sítio arqueológico denominado “Aldeia do Trevo”, foi registrado próximo da Rodovia municipal Morro dos Conventos – Araranguá, na comunidade de Caverazinho, município de Araranguá. O proprietário do terreno é o Sr. Jorge Souza Pereira e atualmente está ocupado por atividades agrícolas e pecuárias. Foram percebidos fragmentos cerâmicos no solo arenoso do local, com presença de uma mancha escura com morfologia elipsoidal, em área com cerca de 1.000 m². O sítio está assentado sob topografia de planície, com relevo plano, a 30 metros acima do nível do mar. Seu estado de conservação foi considerado como residual e suas coordenadas UTM são 6796400/649851. Foi realizada coleta assistemática, obtendo-se 38 fragmentos cerâmicos.

Aldeia da Roça de Melancia

Sítio arqueológico localizado na comunidade de Campo Mãe Luzia, município de Araranguá, podendo ser alcançado via antiga Estrada Campo Mãe Luzia-Lagoa da Mãe Luzia. Apresentando as coordenadas UTM 662747/6803943, está sob revelo plano, na planície sedimentar litorânea, em solo arenoso. Encontra-se a 15 metros de altitude, com a Lagoa da Mãe Luzia sendo o recurso d'água mais próximo, a cerca de 1500 metros. Foram encontrados fragmentos cerâmicos e carvões vegetais em duas manchas de terra escuras com morfologia circular em área de 50 x 50 m, compreendendo 2500 m². O terreno, de propriedade do Sr. Dormino Fernandes, está atualmente ocupado por roça, onde, entre outros produtos, é cultivada a melancia, que dá nome ao sítio. O grau de conservação é parcial. Na coleta de superfície assistemática, recolheram-se 100 fragmentos cerâmicos na mancha 01 e 138 fragmentos cerâmicos na mancha 02.

Aldeia da Roça de Milho

A Aldeia da Roça de Milho está situada próxima a Estrada Geral que liga as comunidades de Hercílio Luz e Ilhas, ambas no município de Araranguá. Nas coordenadas UTM 659992/6801688, foram localizadas no solo arenoso cinco manchas escuras, formas circulares e elipsoidais, com presença de fragmentos cerâmicos, carvão vegetal e fauna malacológica. Estes vestígios estão espalhados por uma área de aproximadamente 10.000 m², onde nos dias atuais está sendo plantado milho, entre outras culturas agrícolas. O revelo é plano, uma vez que se encontra assentado na planície costeira. O estado de conservação é parcial e a fonte d'água mais próxima é um meandro abandonado do rio Araranguá, que está em uma distância de cerca de 750 m deste local. Na ocasião, não foi possível localizar o proprietário. Foram resgatados durante os trabalhos de coleta superficial assistemáticas 56 fragmentos cerâmicos e 2 artefatos líticos na mancha 01, 21 fragmentos cerâmicos na Mancha 02, 3 fragmentos cerâmicos na mancha 03 e 12 fragmentos cerâmicos e 1 vestígio florístico na mancha 04.

Aldeia do Areal Mussuline

Este sítio foi anteriormente registrado pelos pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) de São Leopoldo/RS, recebendo a sigla SC – IÇ – 02. Porém, foi revisitado durante o Projeto de Levantamento Arqueológico da Rodovia Interpraias e é deste momento que descrevemos as características do sítio. Tem as coordenadas UTM 6805042/665572 localizando-se às margens da Estrada Geral Barra Velha, próximo ao Bairro Barra Velha, município de Içara. Situa-se topograficamente em uma encosta, fazendo parte de um entorno ondulado, a 30 metros acima do nível do mar. No solo arenoso, foram encontrados fragmentos cerâmicos dispersos em uma área de aproximadamente 200 m², com ocorrência de uma mancha escura elipsoidal. O sítio encontra-se muito modificado por ações antrópicas como a construção de uma estrada e por se tratar de uma área de camping de verão. A 600 m deste local está um antigo braço do Rio Araranguá, que devido a modificações naturais e artificiais, não transcorre mais por ali. Trata-se, portanto, da fonte d'água mais próxima. O proprietário do terreno é o Sr. Mussuline Zanette e seu estado de conservação é residual. Foram recolhidos durante coleta superficial assistemática um total de 139 fragmentos cerâmicos, 3 bolos de argila e 7 artefatos líticos.

Aldeia Escola Isolada Lagoa dos Esteves

Situa-se próximo a Escola que leva seu nome, na localidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara, e pode ser alcançado através da Estrada Geral Lagoa dos Esteves ou ainda através da Rodovia Antônio Fortulino. Suas coordenadas UTM 666277/6808413 o proprietário do terreno é o Sr. Antônio Arseno e atualmente está ocupado por pastagem e capoeiras. Em uma área de 20m², foram recolhidos fragmentos cerâmicos e carvão, em torno de uma mancha escura no solo arenoso. O tipo de relevo é ondulado e o sítio localiza-se mais especificamente em uma meia-encosta. Encontra-se a 40 metros de altitude e o curso d'água próximo é a Lagoa dos Esteves, à 500 m de distância. Este foi o primeiro sítio arqueológico escavado durante o Projeto Interpraias, durante o mês de janeiro de 1999. O corte estratigráfico mostrou que o sítio pode ser classificado como de estado parcial. O material encontrado durante coleta superficial assistemática se resume a 9 fragmentos cerâmicos.

Aldeia do Arseno

A Aldeia do Arseno situa-se na propriedade do Sr. Antônio Arseno próxima à Rodovia Antônio Fortulino, na comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. Neste local, caracterizado por solo arenoso, foram encontrados fragmentos cerâmicos em uma área de cerca de 400 x 150 m de diâmetro, totalizando 6.000 m², onde não se pode observar nitidamente manchas escuras no solo. Atualmente, há sobre o sítio, áreas de pastagem e uma plantação de eucaliptos. Dista, da Lagoa dos Esteves, aproximadamente 400 m, sendo a fonte de água mais próxima. Está assentado em meia-encosta com relevo ondulado, a 28 metros acima do nível do mar. O seu estado é residual e sua localização em UTM é 667245/6808984. Foram resgatados durante coleta superficial assistemática 6 fragmentos cerâmicos.

Aldeia do Campestre

Este sítio arqueológico já tinha sido localizado antes da execução do Projeto de levantamento Arqueológico da Rodovia Interpraías, por Rodrigo Lavina no ano de 1991, recebendo a sigla IÇA – 002 – IBPC. Porém, a descrição a seguir foi retirada dos dados colhidos em campo durante o projeto arqueológico anteriormente citado. Com coordenadas UTM 6808104/666999, está em propriedades da Associação Recreativa Campestre Iate Clube, portanto, atualmente ocupada por uma área de lazer, para prática de esportes e camping. O acesso ao sítio se realiza através da Rodovia Antônio Fortulino, na comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. Perceberam-se fragmentos cerâmicos e fauna malacológica no solo arenoso, cobrindo uma área de 1.000 m². Na ocasião de visita ao sítio, a equipe foi informada de que urnas funerárias foram retiradas próximo ao local depois de uma terraplanagem da área. Assenta-se sob uma colina, em área de relevo plano, pertencente a planície litorânea, com 15 metros de altitude. A vegetação atual constitui-se de gramíneas e seu estado de conservação é residual. A Lagoa dos Esteves está a apenas 100 m do sítio arqueológico. Não foi realizada coleta superficial ou qualquer outro tipo de intervenção no sítio.

Aldeia do Cemitério Lagoa dos Esteves

Este sítio arqueológico tem as coordenadas UTM 665644/6807591 e pode ser acessado via Rodovia Antônio Fortulino, próximo do cemitério da comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. O proprietário do terreno é o Sr. Eldori Valêncio Patrício, atualmente ocupado por roça de milho. No solo arenoso, foram encontrados fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, carvão vegetal e fauna malacológica em duas manchas escuras no solo, apresentando conservação parcial. Está sob meia encosta de uma colina, em relevo ondulado circundante ao sítio arqueológico, a 70 metros de altitude. O recurso orográfico mais próximo é a Lagoa dos Esteves, distando cerca de 550 metros. A Aldeia do Cemitério Lagoa dos Esteves foi, posteriormente a sua localização, escavada durante o Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraia. Nas coletas superficiais efetuadas de modo assistemático, foram registrados 42 fragmentos cerâmicos na Mancha 01, 290 fragmentos cerâmicos, 1 bola de argila e 4 artefatos líticos na Mancha 02, 1373 fragmentos cerâmicos, 3 bolas de argila, 8 artefatos líticos, 32 vestígios faunísticos na mancha 03 e 223 fragmentos cerâmicos na mancha 04.

Aldeia do Mussuline

Localizado próximo à Rodovia Antônio Fortulino, na comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara, a Aldeia do Mussuline está em terrenos pertencentes ao Sr. Mussuline Zanette, nas coordenadas UTM 665312/6807103. Em solo arenoso, foram encontradas manchas escuras com fragmentos de cerâmica distribuídos em uma área de aproximadamente 2.000 m². Atualmente o sítio está coberto por vegetação de gramíneas. Assenta-se geomorfologicamente sob uma encosta, com o relevo sendo classificado como ondulado suave, a 60 metros acima do nível do mar. O recurso orográfico mais próximo é a Lagoa dos Esteves, que pode ser alcançada a cerca de 750 m de distância. A conservação do sítio é residual. Foi realizada coleta superficial assistemática, obtendo-se o resgate de 67 fragmentos cerâmicos e 1 artefato lítico.

Aldeia do Pomar

A Aldeia do Pomar pode ser acessada através da rodovia Antônio Fortulino, localizando-se na comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. O local é de propriedade do Sr. Tomás Antônio de Souza e atualmente é utilizada para pastagem de gado e atividades agrícolas. Suas dimensões aproximadas são de 20 x 20 m, totalizando uma área de 400 m². Foi possível localizar uma mancha escura em solo arenoso, com fragmentos cerâmicos dispersos na superfície. O relevo apresenta-se como ondulado suave e está situado em topografia de encosta, possuindo 60 metros de altitude. A fonte d'água mais próxima é a Lagoa dos Esteves, distante cerca de 250 metros. O estado de conservação foi caracterizado como residual. Foi realizada coleta superficial assistemática, resultando no resgate de 329 fragmentos cerâmicos, 11 artefatos líticos e 1 vestígio faunístico. Suas coordenadas UTM são as seguintes: 665272/6807578.

Aldeia do Camping Silva

Este sítio arqueológico encontra-se em terrenos de propriedade do Sr. Albino Vieira, próximo da Rodovia Antônio Fortulino, na localidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. Nos dias atuais, está coberto por vegetação de gramíneas e intensamente alterado principalmente porque o local é utilizado como área de lazer e acampamento durante todo o verão. O solo é do tipo arenoso e puderam ser identificados fragmentos cerâmicos em uma área de 1.000 m². O sítio está situado nas seguintes coordenadas UTM 6806670/665425. Assenta-se sob a planície costeira em relevo plano, a 10 metros de altitude. A Lagoa dos Esteves é o recurso orográfico mais próximo, distando apenas 50 m do sítio. Sua conservação foi classificada como de caráter residual. Foram coletados na superfície, de maneira assistemática, somente 6 fragmentos cerâmicos.

2.2.2. Sítios arqueológicos localizados durante o Projeto de Levantamento Arqueológico da Jazida Eckert – Campo Mãe Luzia, Araranguá

Durante um projeto de Arqueologia de Contrato na bacia do rio Araranguá, foram localizados quatro novos sítios arqueológicos Guarani, situados no município de Araranguá. O levantamento sistemático e oportunístico foi conduzido no mês de janeiro de 2006 durante o desenvolvimento desta dissertação, acrescentando novas informações para tal estudo. As características gerais estão sistematizadas abaixo, seguindo a nomenclatura adotada pelo coordenador do projeto (LAVINA, 2006). Pode-se observar que para este projeto procurou-se outra estratégia de registro dos sítios arqueológicos, com atenção especial para as dimensões das manchas.

Campo Mãe Luzia 1

Em área apresentando relevo plano e solo arenoso, está a 15 metros de altitude. Está distante 450 metros da margem esquerda do rio dos Porcos e atualmente a área é ocupada por lavoura de fumo pertencente ao Sr. Livino Olávio de Souza. Foram localizadas três manchas escuras visíveis na superfície do solo, onde foram coletados 05 fragmentos cerâmicos. Estas manchas foram numeradas de 01 a 03, apresentando as seguintes dimensões: a) Mancha 01: 11 X 25 metros (Ponto Central UTM 660507/6802423); b) Mancha 02: 20 X 25 metros (Ponto Central UTM 660532/6802444); e c) Mancha 03: 15 X 15 metros (Ponto Central UTM 660469/6802422). Seu grau de conservação é considerado bom, ainda podendo ser visualizada sua estratigrafia com aproximadamente 30 cm em duas sondagens realizadas, apesar do uso intenso do arado.

Campo Mãe Luzia 2

Em área apresentando relevo plano e solo arenoso a 15 metros acima do nível do mar, distante 680 metros da margem esquerda do rio dos Porcos e atualmente ocupada por lavoura de melancia pertencente ao Sr. Livino Olávio de Souza. Foram recolhidos 04 fragmentos esparsos de cerâmica na superfície do solo. A densa cobertura vegetal da

lavoura, com a conseqüente baixa visibilidade da superfície do solo, não permitiu a observação de mancha escura no local. A área de dispersão dos vestígios cerâmicos mediu 10 X 10 metros. A conservação pode ser tida como residual. Foram realizadas 02 sondagens no local, não apresentando, no entanto, vestígios arqueológicos.

Campo Mãe Luzia 3

Em área apresentando relevo suave, com 20 metros de altitude e em topo de elevação de solo arenoso, distante 830 metros da margem esquerda do rio dos Porcos e atualmente ocupada por pastagem pertencente ao Sr. Lorisval Hipólito e outros. Foram recolhidos 10 fragmentos de cerâmica esparsos na superfície do solo e realizadas três sondagens que evidenciaram uma camada de ocupação com cerca de 15 centímetros de espessura, caracterizada por solo arenoso escuro rico em carvão vegetal e fragmentos cerâmicos. Foram localizadas três manchas escuras no solo: a) Mancha 01: 18 X 16 metros (Ponto Central UTM 661021/6802958); b) Mancha 02: 20 X 14 metros (Ponto Central UTM 661055/6802904); e c) Mancha 03: 15 X 10 metros (Ponto Central UTM 661201/6802892). A cobertura de gramíneas, com a conseqüente baixa visibilidade da superfície do solo, dificultou a delimitação das manchas escuras. A área de dispersão dos vestígios cerâmicos mediu 100 X 100 metros. O grau de conservação do sítio é parcial.

Campo Mãe Luzia 4

Em área apresentando relevo plano e solo arenoso com 15 metros de altitude, distante 1080 metros da margem esquerda do rio dos Porcos e atualmente ocupada por lavouras pertencentes ao Sr. Lorisval Hipólito, foram percebidos 32 fragmentos de cerâmica esparsos na superfície do solo. Apesar das 06 sondagens realizadas, não foram localizadas estruturas subsuperficiais como manchas escuras caracterizando solo de ocupação, que podem ter desaparecido pela ação continuada do arado na preparação das lavouras. A área de dispersão dos vestígios mediu aproximadamente 200 X 250 metros. Seu grau de preservação é residual e o ponto central apresentou coordenadas UTM 661354/6803135.

2.2.3. Projeto de Salvamento Arqueológico

O projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias teve os seguintes objetivos (UNESC,1998: 04):

1. Obter maiores informações sobre as populações pré-coloniais que habitaram a região.
2. Realizar estudos ambientais aprofundados em níveis regional e local.
3. Estabelecer uma cronologia para a área, através de novas datações por Termoluminescência (TL).
4. Cumprir a Legislação Ambiental.

A metodologia empregada foi a mesma nos três sítios, sendo feita através de escavações em níveis artificiais de 10 cm, quadriculados em malha de 2 x 2 metros, até atingir-se a camada estéril e todo o sedimento extraído das quadrículas foi peneirado em malhas de 4 mm. As identificações das quadrículas receberam letras no sentido Sul-Norte e números no sentido Leste-Oeste. Além da escavação propriamente dita, foram realizadas trincheiras com a utilização de máquina de retroescavadeira, ligando as respectivas manchas de cada sítio e tendo profundidade média de 1 m e largura de 60 cm. O material, quando encontrado *in situ*, foi desenhado de acordo com sua localização na quadrícula. Quando não era observado em seu local de deposição, aparecendo somente após peneiramento, devido principalmente a suas dimensões, era armazenado em embalagens contendo informações sobre a quadrícula e a profundidade. Abaixo, apresentamos um sumário dos trabalhos de campo nos três sítios arqueológicos escavados.

Acampamento da Escola Isolada da Lagoa dos Esteves

Este sítio arqueológico está situado na comunidade de Lagoa dos Esteves, município de Içara. Após a limpeza do terreno, que se encontrava ocupado por capoeira e gramíneas, procedeu-se demarcação de uma área de 64 m². Deste total, foram escavados 28m², uma porcentagem de 43% de toda a área.

Uma única estrutura pode ser observada. Trata-se de uma mancha de solo escura com espessura aproximada de 17 cm e 5 m² de diâmetro, com presença expressiva de carvão vegetal. Os artefatos encontrados foram em sua maioria compostos por fragmentos cerâmicos, além de artefatos líticos e fauna malacológica. Em média, a camada arqueológica teve espessura de 08 cm. Segundo LAVINA (2000: 115), “pode-se afirmar que se trata de uma única cabana de pequenas dimensões, ocupadas por um período de tempo pouco prolongado, fato caracterizado pela pequena espessura do contexto arqueológico e pela pouca quantidade de material recuperado”.

Os fragmentos cerâmicos compõem a grande maioria do conjunto total de cultura material recuperada, com a presença de 193 fragmentos, sem a evidência de qualquer artefato encontrado inteiro. O conjunto de artefatos líticos é composto por um total de 30 unidades, destacando-se lascas de calcedônia e fragmentos de arenito e de concreção limonítica.

Dos vestígios arqueofaunísticos encontrou-se apenas uma carapaça de *Adelomelon sp.* Evidências florísticas estão representadas por apenas uma semente carbonizada de palmácea, cujo gênero não pode ser auferido.

Aldeia do Cemitério Lagoa dos Esteves.

Encontra-se assentado na mesma localidade que o Acampamento da Escola Isolada, isto é, em Lagoa dos Esteves, no município de Içara. O solo estava coberto por plantação de milho, que foi retirado para poder-se iniciar os trabalhos de escavação. Foram identificadas três manchas de solo escuro no local, distando umas das outras cerca de 30 metros. Todas as manchas foram escavadas, em um total de 26 quadrículas, que por sua vez somaram 104 m² de área. O solo antropogênico podia alcançar até 30 cm de profundidade, mas na maioria das quadrículas, não ultrapassava os 15 cm. As manchas escavadas apresentaram as seguintes características:

Mancha 01: Foi delimitada uma área de 44 m², sendo escavados 12 m² que correspondem a 15% da área total. A mancha escura perceptível possui dimensões de 10 x 6 metros, com

forma elipsoidal. Observou-se uma estrutura de combustão muito deteriorada. Foram encontrados fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, fauna malacológica, carvão e sementes. O material cerâmico é o elemento da cultura material mais abundante na mancha, com 252 fragmentos cerâmicos resgatados, sem a presença de artefatos encontrados inteiros. Foram recuperadas 19 peças líticas, destacando-se a presença de lascas de calcedônia, alisadores de arenito e alisadores de silito.

Das espécies malacológicas, puderam ser identificados 3 fragmentos de *Olivancilaria sp.*, 5 fragmentos de *Stropocheilus sp.*, 1 fragmento de *Adelomelon sp.* e 1 fragmento de gastrópode marinho não identificado. A flora está representada por 28 sementes carbonizadas de palmáceas, cujo gênero não pode ser identificado.

Foi realizada datação por Termoluminescência no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), com fragmentos cerâmicos e sedimentos pedológicos da quadrícula D3, no nível de 20 a 30 centímetros de profundidade. Como resultado, teve-se uma data de 720 ± 70 anos antes do presente.

Mancha 02: Esta é a maior das três manchas escavadas neste sítio, onde foram quadriculados cerca de 512 m² de área e escavados 52 m², totalizando 10,9 % do total da área. A mancha escura possui 24 x 12 metros, com formato elipsoidal. A profundidade máxima alcançada pelo solo antropogênico foi 20 cm, mas a média ficou entre 10 a 15 cm. Foram resgatados, em sua maioria, fragmentos cerâmicos, além de artefatos líticos, fauna malacológica, carvão e sementes.

Foram identificados na escavação desta mancha 498 fragmentos cerâmicos que compõe a grande maioria dos artefatos observados nas quadrículas. O material lítico é formado por um total de 41 peças, com a presença de lascas de calcedônia, alisadores de arenito, amoladores em canaleta de arenito, dentre outros.

A fauna identificada compõe um conjunto de 17 fragmentos de *Tivela sp.*, 13 fragmentos de *Olivancilaria sp.*, 7 fragmentos de *Donax sp.*, 14 fragmentos de *Mesosdema sp.*, 1 exemplar de *Crassostrea sp.* e 5 fragmentos de gastrópodes marinhos não identificados. Os vestígios florísticos são compostos por somente 2 sementes carbonizadas de palmáceas, cujo gênero não pode ser identificado.

Mancha 03: A mancha 03 teve um quadriculamento total de 384 m², onde foram escavados cerca de 40 m², resultando em 10,4 % da área. A mancha escura perceptível possui 22 x 10 metros de diâmetro, com formato elipsoidal. Com profundidade máxima em torno de 30 cm, o solo antropogênico se concentrou mais em uma espessura entre 15 e 20 cm. O material que foi recolhido desta mancha se constitui de fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, fauna malacológica, carvão e sementes. O material cerâmico está composto por 1040 fragmentos cerâmicos, sem a presença de artefatos inteiros. A presença de material lítico nesta mancha totaliza 9 unidades, com destaque para lascas e núcleo de calcedônia e núcleo de quartzo hialino. Os vestígios malacológicos compõem-se de 2 fragmentos de *Mesosdesma* sp. 18 fragmentos de *Strophocheilus* sp., 1 exemplar de *Olivancilaria* sp. e 4 fragmentos de gastrópodes marinhos não identificados. Apenas 1 exemplar de semente carbonizada de palmácea foi identificado.

Para garantir uma maior cobertura da área, também foram realizadas três trincheiras com uma máquina de retroescavadeira, de uma mancha à outra, onde foram encontrados apenas alguns esparsos e erodidos fragmentos cerâmicos.

Aldeia da Lagoa Mãe Luzia

Está localizado na comunidade de Lagoa Mãe Luzia, pertencente ao município de Araranguá. Igualmente ao sítio do Cemitério da Lagoa dos Esteves, foram encontradas três manchas escuras no solo arenoso, típico da planície. Quando do início dos trabalhos de escavação o local estava coberto por roça de mandioca que foi retirada para dar-se início aos trabalhos.

A escavação sistemática aconteceu nas manchas 01 e 02, enquanto na 03 foram realizadas coleta total de superfície, uma vez que a mesma apresentava-se muito deteriorada pela ação do arado. Nas áreas escavadas pode-se perceber solo antropogênico presente em espessura máxima de 40 cm, mas mantendo uma média entre 15 a 20 cm. Destacamos os principais aspectos de cada mancha:

Mancha 01: Após o quadriculamento de uma área de 216 m², foram escavados 24 m², totalizando 11,1 %. A mancha escura observada possui dimensões de 14 x 10 metros, com

formato elipsoidal. O solo antropogênico aparece em uma média de 15 cm de espessura, raramente alcançando a profundidade máxima de 30 cm. Foram resgatados fragmentos cerâmicos, fauna malacológica e carvão vegetal.

Os fragmentos cerâmicos formam um conjunto de 89 unidades, sem a presença de peças inteiras. Já o material lítico está ausente, sem qualquer exemplar evidenciado nas escavações.

Os vestígios malacológicos resgatados na escavação desta mancha são compostos por 3 fragmentos de *Crassostrea sp.*, 2 fragmentos de *Stropocheilus sp.* e 2 fragmentos de gastrópodes marinhos não identificados. Quanto a remanescentes de flora, não foi identificada nenhuma evidência.

Mancha 02: A mancha 02 teve 140 m² quadriculados e 16 m² escavados, que correspondem a 11,4 % da área total. A profundidade máxima do solo antropogênico alcançou 40 cm, mas manteve-se em uma média de 15 cm. Com formato elipsoidal, a mancha com solo escuro possui 12 x 8 metros. Encontraram-se fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, fauna malacológica e carvão vegetal.

O material cerâmico recuperado é composto por um total de 87 fragmentos, sem a presença de peças inteiras. Já o material lítico, é formado por apenas 5 unidades, com destaque para 1 lasca de calcedônia e 1 percutor de basalto.

A fauna malacológica está representada por 17 fragmentos de *Stropocheilus sp.*, 13 fragmentos de *Tivela sp.*, 2 fragmentos de *Olivancilaria sp.*, 7 fragmentos de *Donax sp.*, 14 fragmentos de *Crassostrea sp.*, além de 5 fragmentos de gastrópodes marinhos não identificados. A flora está representada na amostra por apenas uma semente carbonizada de palmácea.

Foi realizada datação por Termoluminescência no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), com fragmentos cerâmicos e sedimentos pedológicos da quadrícula D3, no nível de 20 a 30 centímetros de profundidade. Como resultado, teve-se uma data de 610 ± 70 anos antes do presente.

Mancha 03: A coleta sistemática de superfície resultou no recolhimento de 55 fragmentos cerâmicos e apenas um artefato lítico. Não foi possível mensurar com segurança o tamanho e formato desta mancha.

O sítio arqueológico “Aldeia da Lagoa da Mãe Luzia” também foi contemplado com aberturas de trincheiras com máquina retro-escavadeira, ligando a mancha 01 a 02, onde foi resgatado apenas um fragmento cerâmico.

Também pode ser observado nos trabalhos de escavação, o grande estado de deterioração em que se encontravam os sítios. A principal perturbação se refere às atividades agrícolas, que revolveram o solo durante muitos anos, redepositando e fragmentando a maioria dos objetos em profundidade. Outros fatores identificados foram a presença da ação de animais cavadores como o tatu e o rato-do-banhado, além de evidências de material construtivo contemporâneo junto ao material de origem indígena.

2.2.4 As Expedições ao Litoral Catarinense no Século XVII

Neste item realizaremos uma síntese das missões evangelizadoras dos jesuítas à “Província dos Carijós”, localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina. Tal tarefa se faz necessária para situar o contexto histórico destes encontros interculturais, que resultou na escrita de alguns documentos importantes para a compreensão da história Guarani regional em termos de longa duração, como será demonstrado no capítulo 03.

De 1605 a 1630, as missões evangelizadoras dos jesuítas procuraram a catequização de índios em uma área geográfica que compreendia um local conhecido em tempos coloniais como “Embitiba” (provavelmente onde hoje se encontra o município de Imbituba) ao norte, até as proximidades do rio Mampituba ao sul, na atual divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os sítios arqueológicos estudados nesta dissertação, localizados próximos a foz do rio Araranguá, estão praticamente situados no meio deste recorte geográfico, sendo inclusive este rio citado na primeira crônica jesuítica para a área como rio “Ararungaba” (LEITE, 1940; RODRIGUES, 1940).

Segundo Serafim LEITE (1940), a primeira expedição missionária com propósitos reais de aldeamento dos Carijó no sul catarinense partiu da cidade de Santos, em 27 de

março de 1605. A expedição era composta pelos padres jesuítas Jerónimo Rodrigues e João Lobato, acompanhados por sete índios Guarani cristianizados e aldeados em territórios dos atuais Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Viajaram por terra até o porto de Paranaguá, pertencente hoje ao Estado do Paraná, e deste ao porto da Laguna de los Patos, hoje na área provável do município de Laguna. Após a chegada, em 11 de agosto de 1605, os padres enviaram mensageiros indígenas - que faziam parte do grupo que veio de Santos - a fim de avisar as aldeias da região da chegada dos missionários. Após três dias foram ao encontro dos padres cerca de 17 índios.

Malgrado o intento de fazer com que os índios viessem até eles, trataram os jesuítas de saírem em visita às aldeias, viajando em direção sul. Uma das aldeias visitadas chamou a atenção dos religiosos pelo fato de que os Carijó que ali habitavam, terem já conhecimento da religião cristã, que segundo estes mesmos habitantes, tinha sido “pregada” por pessoas que ali teriam passado há muito tempo atrás. Este fato causou espanto nos padres jesuítas, devido ao quase total esquecimento da doutrina católica, ou seja, continuavam praticando os costumes e religião características da cultura Guarani. Resolveram estabelecer residência neste local, batizando-o de Embitiba. Acredita-se que esta aldeia Carijó - composta por apenas duas cabanas - localizava-se em terras onde hoje encontramos o município de Imbituba, no sul catarinense. Continuaram tentando a catequese dos índios e no mesmo mês da chegada - agosto - rezaram as primeiras missas (RODRIGUES, 1940).

Dois anos se passaram e Jerónimo Rodrigues e João Lobato decidem voltar para o que eles chamavam de civilização. Os frutos destes anos, nos quais tentaram impor a fé católica sobre as crenças indígenas, foram cerca de 150 índios aldeados e catequizados. Segundo a crônica de Jerónimo Rodrigues, para que os Carijó aldeados tivessem uma melhor possibilidade de doutrina católica, os missionários decidiram levá-los para o Rio de Janeiro, com a justificativa de que com isso os índios aprenderiam como viver “civilizadamente”. A empreitada não foi das mais felizes pelo fato de que quando voltavam, tiveram que aportar suas embarcações em Santos devido a ventos contrários. Neste local, o Capitão-mor do porto proibiu que os índios tivessem direito a sair da capitania. Este ato teve como intuito o apresamento destes Carijó e, conseqüentemente, a distribuição entre os moradores para servirem de escravos. A principal alegação dos padres

para deixarem a região de Embitiba era a de que havia população escassa, isto é, poucos moradores portugueses. Também podemos apontar como causa da partida dos padres a grande dificuldade apresentada no tocante à conversão dos indígenas (LEITE, 1940).

Leite afirma que pouco se sabe sobre a expedição dos jesuítas Afonso Gago e João de Almeida realizada em 1609, devido aos escassos relatos deixados pelos padres. Apesar disso, é provável que ambos estiveram no sul de Santa Catarina e fizeram contato com os grupos indígenas. Levantamos esta hipótese pelo fato de que os missionários percorreram o trajeto da viagem a pé, indo ao encontro de um grupo de jesuítas espanhóis estacionados no Rio Grande do Sul. A finalidade da expedição era a mesma, reduzir índios em aldeias e catequizá-los, mas a empreitada falhou, segundo os jesuítas, devido a hostilidades da parte dos Carijó.

A terceira expedição com destino à região sul aconteceu em 1617 e foi composta pelos padres João Fernandes Gato e novamente João de Almeida. A viagem foi realizada de barco do Rio de Janeiro a Ilha de Santa Catarina. Daí em diante partiram a pé rumo sul, passando pela Laguna dos Patos e se estabelecendo em Membitiba, aldeia que provavelmente se localizava onde hoje se encontra o município de Passo de Torres. Logo após a chegada dos jesuítas, deu-se início à velha rivalidade entre jesuítas e bandeirantes. Fato registrado pelos padres é o caso de que os paulistas mandaram aviso para um tubarão – espécie de intermediário entre os paulistas e os índios no processo de escravização - de Laguna avisando-o de que os dois homens que ali chegaram eram perigosíssimos, alertando a todas as tribos que estes queriam o seu mal. Credita-se este acontecimento a antipatia dos povos dali para com os jesuítas. Prova de que esta rejeição durou pouco é a quantidade de índios que os padres reduziram e doutrinaram: cerca de 4000 pessoas, segundo a crônica. João Fernandes Gato e João de Almeida tiveram a idéia - nada original - de transportar para o Rio de Janeiro estas tribos (LEITE, 1940).

Pensaram os padres em transportar consigo 3 ou 4.000 índios dos muitos milhares que se haviam posto sob a sua influência. Neste sentido pediram farinha e embarcações de alto bordo a Salvador Correia de Sá. Embargaram o pedido alguns moradores de São Vicente e Cananéia, que reservavam a si o direito de presa sobre os Carijó. Os índios retirados pelos jesuítas aos sertões dos Patos e levados para o Rio, auxiliavam aquela cidade e não São Paulo, cujos

habitantes se julgavam os donos legítimos de todo o território ao sul da capitania (REITZ, 1948: 20).

Os conflitos com as bandeiras se acentuando, somado ao embargo econômico executado pelos governos das províncias de Santos, São Vicente e São Paulo - devido provavelmente aos laços destas províncias com a preagem dos indígenas - fazem com que, em 1619, novamente uma missão jesuítica nesta região fracassasse.

Apesar destes fracassos sucessivos, LEITE (1940) escreve que a tentativa de criar uma redução religiosa na região de Laguna e Embitiba por parte dos jesuítas não tinha cessado. Prova disso é a formação de uma nova expedição comandada pelo Padre Antônio de Araújo, dela também fazendo parte, novamente o Padre João de Almeida, com partida no final do ano de 1622. Aproximadamente dois anos após o estabelecimento da redução, o Padre João de Almeida, provavelmente devido a divergências com o seu colega de batina, abandonou a missão e retornou ao Rio de Janeiro. Para seu lugar, foi enviado o Padre Pedro Mota. Existem dúvidas sobre a localização exata desta redução, porém, as crônicas deixadas sugerem ser Embitiba o local do assentamento. De Embitiba rumaram para Laguna, onde também fixaram residência e fundaram uma igreja. Viajaram rumo ao Rio Grande, convertendo os índios que encontravam pelo caminho, mas sabendo estes da ação de bandeiras na região de Laguna retornaram e solicitaram ajuda à ordem, estabelecida na capitania do Rio de Janeiro. Em socorro, o próprio Reitor do Colégio Jesuíta rumou para o sul. Chegando aqui, atestou a precariedade da redução e fechou-a, levando consigo, além dos padres, cerca de 200 índios Carijó para o Rio de Janeiro.

Em 1635 os padres Inácio Sequeira e Francisco Morais estabeleceram-se em Laguna e tiveram sérios conflitos com bandeirantes já estabelecidos no porto, sendo inclusive ameaçados de terem suas embarcações queimadas. Deste local, caminhando, chegaram a Membitiba onde executaram várias conversões ao cristianismo, posteriormente dirigindo-se para o Rio Grande, onde concentrariam a maior parte de seus trabalhos. Devido ao relativo sucesso missionário destes dois padres, outra missão é realizada em 1637 pelo mesmo padre Francisco Morais, mas a dizimação indígena já latente nesta época, associada com a ação de bandeirantes, põe à bancarrota todo o projeto jesuítico na região. Em 1640, ações políticas influenciadas por grandes escravocratas expulsaram e proibiram a prática missionária ao sul da capitania de São Vicente.

Produzidos no XVII, cerca de 100 anos após o início da invasão européia, estas fontes etno-históricas nos oferecem dados importantes para analisar os processos históricos de longa duração da história Guarani do vale do rio Araranguá. Seus aportes, portanto, serão fundamentais para a análise dos sistemas de assentamentos da área em tela, aspecto a ser desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 03

SISTEMA DE ASSENTAMENTO GUARANI NA BACIA DO RIO ARARANGUÁ

A percepção das variáveis ambientais na área de estudo pode fornecer informações importantes sobre o sistema de assentamento e a área de captação de recursos dos grupos Guarani, cujas preferências locacionais e de abastecimento podem ser entendidas pela inter-relação de aspectos de natureza ecológica com aqueles de caráter social e simbólico.

As características ambientais da área analisada estão presentes em LAVINA (2000) e a dinâmica de apresentação destes dados respeitará os dois modos diferentes em que foram realizadas as pesquisas ambientais. Em um primeiro momento, chamado de “âmbito regional”, descreve-se os recursos naturais presentes para toda a região da Bacia do Rio Araranguá. Em uma segunda etapa, as análises se dirigiram especificamente para a área do entorno imediato dos sítios arqueológicos levantados no projeto Interpraias.

Os pesquisadores utilizaram como procedimento de pesquisa fontes bibliográficas, cartográficas e saídas de campo. Os levantamentos foram coordenados por Vanilde Citadini Zanette e Robson dos Santos (botânica), Rose Maria Adami e Yasmine Moura da Cunha (geologia e geomorfologia), Mário Ricardo Guadagnin e Roberto Recart dos Santos (solos) e Morgana Ciribeli Gaidzinski e Rodrigo Lavina (zoologia). Foram realizados dois *transects*, um no sentido NE-SW, e outro SE-NW, tendo seu eixo principal próximo ao sítio arqueológico Aldeia da Lagoa Mãe Luzia. Os caminhamentos tiveram como principais objetivos observações *in situ* e coleta de amostras para análises laboratoriais. Já para as análises pedológicas, foram realizados sondagens com trado, extraíndo amostras para posteriores análises químicas, com o intuito de observar-se o potencial produtivo de plantas nos solos da região. Para a caracterização da vegetação o trabalho de campo consistiu em coletas controladas de amostras nas áreas que estivessem mais preservadas.

Estas informações ambientais, associadas com os dados arqueológicos descritos no capítulo anterior, são aqui interpretadas à luz do modelo de mobilidade Guarani proposto no capítulo 01. Buscamos desta forma demonstrar a inoperância do modelo *standard* formulado por Betty Meggers, uma vez que os dados coligidos apontam para a

sustentabilidade de uma ocupação de longa duração do ponto de vista ecológico, fundamentada na abundância de recursos disponíveis para a área da Bacia Hidrográfica do Araranguá.

3.1. Aspectos Ambientais em Âmbito Regional

A Bacia Sedimentar do Paraná está representada na região pelos seguintes grupos litológicos (LAVINA, 2000):

- 1) **Grupo Guatá:** Este grupo está representado por duas formações. A Rio Bonito é composta por seqüências arenosas, com associações de pelitos e camadas de carvão. Já a Formação Palermo, tem conteúdo formado por siltitos, com intrusões de silte-areia e pelitos.
- 2) **Grupo Passa Dois:** Caracteriza-se por três formações distintas: Rio do Rasto, Serra Alta e Irati. A formação Rio do Rasto é constituída por arenitos, com apenas uma ocorrência aflorando na região. A formação Serra Alta também tem ocorrência restrita há alguns afloramentos. A formação Irati é composta por siltitos cinza-escuros, folhelhos pirobetuminosos e calcário.
- 3) **Grupo São Bento:** Na região que ora destacamos, o grupo São Bento está constituído pela formação Serra Geral, que tem composição basáltica, surgindo na forma de afloramentos em área mais ao NW de onde estão instalados os sítios arqueológicos. O relevo, devido a influências desta formação, é comumente definido como do tipo mesa.

As formações quaternárias também estão presentes na região, podendo ser divididos nas seguintes categorias:

- 1) **Aluvionares**, são aqueles que se originam de depósitos fluviais e “que forma extensas planícies constituídas de areias finas e grossas, cascalho, material siltico-argiloso e argilas de planície de inundação” (LAVINA, 2000: 19).
- 2) **Colúvio-aluvionares**, que tem sua origem tanto em depósitos de rios, bem como por erosão de encostas.
- 3) **Lagunares**, estes depósitos estão presentes em abundância na região, devido à grande quantidade de lagoas e são, em sua maioria, constituídos de sedimentos siltico-argilosos.
- 4) **Turfáceos**, formado por elementos turfosos, se originaram a partir do secamento de antigas lagoas.
- 5) **Marinhos Pleistocênicos**, que são aqueles que foram formados pela dinâmica de avanços e retrocessos do Oceano Atlântico.

As formações da Bacia Sedimentar do Paraná condicionam, o relevo da seguinte forma:

As litologias da Bacia Sedimentar do Paraná originam formas de relevo pertencentes ao Domínio Morfoestrutural Bacia Sedimentar do Paraná. As rochas da Formação Serra Geral originam formas de relevo da Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, que representam testemunhos do recuo da linha de escarpa conhecida como Serra Geral. As formas de relevo são alongadas, digitadas e irregulares, sendo freqüente a ocorrência de morros, testemunhos do recuo da linha de escarpa (...) Em menor proporção, as rochas das formações Irati e Serra alta também originam formas de relevo desta unidade geomorfológica (LAVINA, 2000: 20).

Das formações quaternárias, originam-se as planícies que na região, são de três tipos: Marinha, Lacustre e Colúvio-Alivionar. Em âmbito regional, os solos foram classificados de acordo com a unidade geomorfológica a qual pertencem, assim resumidos:

- 1) **Depressão da Zona Carbonífera Catarinense**: solo do tipo Podzólico, que “é caracterizada por boa drenagem, colorações bruno-avermelhadas a avermelhadas, textura média e argilosa, estrutura pequena a média, em blocos subangulares, cerosidade pouco a comum, fraca a moderada” (LAVINA, 2000: 21).

- 2) **Patamares da Serra Geral:** solos do tipo Cambissolo Álico, procedente da decomposição do basalto, de siltitos, argilitos e arenitos. Nesta unidade também ocorrem solos do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo, também resultantes da decomposição de rochas, com alto teor de minerais. A vegetação típica destes solos é composta por espécies de canela-garuva, branquilha, chá de bugre, maria-mole, pitanga, chal-chal, cocão, aroeira-vermelha e tarumã.
- 3) **Planície Lacustre:** Fazem parte desta unidade os solos dos tipos Glei Pouco Húmico Álico e Glei Pouco Húmico Eutrófico que ocorrem nas lagoas e áreas adjacentes da área de estudo, e “caracterizam-se por apresentar um horizonte glei a menos de 40 cm da superfície, sendo solos minerais, com porção superficial de constituição orgânica, mas não o suficiente para caracterizar a classe de solos orgânicos” (LAVINA, 2000: 24). Os solos da unidade Planície Lacustre apresentam vegetação formada principalmente por: figueira-branca, olandim, ipê-amarelo, gerivá, guamírins, camboim, guamírim-araçá, araçá, tanheiro, camboatá, capororocas, canela-do-brejo, baga-de-macaco, palmitero e tucum.
- 4) **Colúvio-Aluvionar:** composta principalmente por solos do tipo Glei Pouco Húmico Álico, além de solos Podzólico Vermelho-Escuro e Podzólico Amarelo-Álico, com poucas ocorrências. As plantas mais comuns desta unidade são: ipê-amarelo, figueira-de-folhas-miúdas, gerivá e guamirim.
- 5) **Planície Marinha:** Tem-se a predominância dos solos com Areias Quartzosas, “originadas a partir de sedimentos marinhos, lagunares e eólicos” (LAVINA, 2000: 26). A vegetação é representada por capotiragua, capim-das-dunas, batata-da-praia e erva-capitão.

A vegetação da área é composta de dois grandes complexos: a Floresta Ombrófila Densa, representada pela Mata Atlântica, e a mata de Restinga. Por seu turno, a Mata Atlântica, na região de estudo, foi diferenciada em dois tipos: Terras Baixas, com pouca densidade vegetacional e Submontana, que ocorre em áreas acima de 30 m de altitude. Ocorrem também zonas de contato entre Mata Atlântica e Restinga, tornando a região complexa do ponto de vista vegetacional.

3.2. Aspectos Ambientais em Âmbito Local

Nos estudos ambientais denominados de “âmbito local”, ocorreu uma subdivisão respeitando-se os dois *transects* percorridos durante as pesquisas de campo: um, no sentido NE – SW e outro NW – SE. Tentou-se, nesta etapa de pesquisa, privilegiar o entorno imediato de dez sítios arqueológicos, de um total de dezesseis localizados durante o Projeto de Levantamento Arqueológico. A escala utilizada foi de aproximadamente 10 km em torno de cada sítio.

Abaixo, segue tabela com o contexto geográfico em que estão estabelecidos os sítios arqueológicos:

Tabela 01: Características gerais dos sítios arqueológicos (Adaptado de LAVINA, 2000)

Sítios	Coord. UTM	Alt. Aprox.	Recursos hídricos entorno dos sítios (m)	Drenagem entorno dos sítios	Forma de vertentes	Características do relevo dos arredores
Aldeia do Arseno	667245/ 6808984	28	450	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia da Escola Isolada Lagoa dos Esteves	666277/ 6808413	40	500	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves	665644/ 6807591	70	550	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia do Pomar	665272/ 6807578	60	250	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia do Mussuline	665312/ 6807103	68	750	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia da Lagoa Mãe Luzia	663557/ 6805711	15	300	Lagoa Mãe Luzia	Planície	planície de cristas praias pleistocênicas
Aldeia da Roça de Melancia	662747/ 6803943	15	1500	Lagoa Mãe Luzia	Planície	planície de cristas praias pleistocênicas
Aldeia da Roça de Milho	659992/ 6801688	12	750	Meandro abandonado do Rio Araranguá	Planície	Planície de cristas praias pleistocênicas
Aldeia do Levandoski	657746/ 6800919	12	500	Meandro abandonado do Rio Araranguá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos

Aldeia da Balsa	656846/ 6794444	10	500	Rio Araranguá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos
Aldeia da Escola Isolada Caverazinho	6796114/ 649820	30	500	Lagoa do Caverá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos
Aldeia do Marcelino	6805800/ 663838	10	40	Fonte perene	Planície	Planície de cristas praias pleistocênicas
Aldeia do Trevo	6796400/ 649851	30	600	Lagoa do Caverá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos
Aldeia do Areal Mussuline	6805042/ 665572	30	600	Meandro abandonado do rio Araranguá	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos
Aldeia do Campestre	6808104/ 666999	15	100	Lagoa dos Esteves	Planície	Sedimentos paleo estuarinos
Aldeia do Camping Silva	6806670/ 665425	10	50	Lagoa dos Esteves	Planície	Sedimentos paleo estuarinos
Campo Mãe Luzia 01	660532/ 6802444	12	450	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos
Campo Mãe Luzia 02	660610/ 6802215	12	680	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos
Campo Mãe Luzia 03	661055/ 6802904	12	830	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos
Campo Mãe Luzia 04	661354/ 6803135	12	1080	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos

Observa-se que os sítios encontram-se todos situados em baixas altitudes, com mínimo de 10 m (Aldeia da Balsa, Aldeia do Marcelino e Aldeia do Camping Silva) e máximo de 70 m (Aldeia do Cemitério Lagoa dos Esteves) acima do nível do mar. A média de altitudes dos 20 sítios estudados é de 25,15 metros, destacando-se a Aldeia do Mussuline (68 m), a Aldeia do Pomar (60 m) e a Escola Isolada Lagoa dos Esteves (40 m), com altitudes mais elevadas, e a Aldeia da Roça de Milho, a Aldeia do Levandoski e os sítios Campo Mãe Luzia 01, 02 e 03, cuja altitude de 12 metros estão entre as elevações mínimas registradas.

Percebe-se que uma importante fonte de água está sempre relativamente próxima dos sítios, se considerarmos que a área de domínio Guarani poderia atingir quilômetros, de acordo com NOELLI (1993). A Aldeia do Marcelino estava apenas a 40 m de uma fonte perene. Os sítios Aldeia do Camping Silva (a 50 metros da Lagoa dos Esteves), Aldeia do Pomar (a 250 metros da Lagoa dos Esteves) e a Aldeia da Lagoa Mãe Luzia (a 300 metros da Lagoa Mãe Luzia) estão entre os assentamentos mais próximos dos recursos orográficos. Por outro lado, a Aldeia da Roça de Melancia parece ser o assentamento mais afastado deste recurso, distante 1500 m da Lagoa Mãe Luzia, juntamente com os sítios Campo Mãe

Luzia 4 (a 1080 metros do Rio dos Porcos), Campo Mãe Luzia 3 (a 830 metros do Rio dos Porcos) e Aldeia do Mussuline (a 750 metros do meandro abandonado do rio Araranguá).

Quatorze sítios estão assentados sob a planície marinha, enquanto os outros seis sítios estão em topografia de meia encosta, observando-se portanto, a predominância de sítios nos locais planos. Plotando-se os sítios junto a estas características geográficas presentes na tabela acima, observa-se que tanto em um como em outro compartimento, os assentamentos estão próximos de recursos variados, como demonstraremos nos tópicos seguintes. Apesar da pouca altitude, a partir dos sítios pode-se ter uma boa visão de todo o entorno, com uma leve vantagem dos sítios sob meia-encosta, que poderiam proporcionar uma melhor visualização da paisagem circundante.

Quanto aos tipos de solo, dez sítios estão assentados sob sedimentos eólicos pleistocênicos, quatro sob planície de cristas praias pleistocênicas e seis sob sedimentos paleo-estuarinos. Apesar da diferenciação no processo formativo destes solos, as qualidades para o desenvolvimento de plantas são semelhantes.

3.2.1. Análise Sedimentar e Produtividade Agrícola no Vale do Araranguá

LAVINA (2000) apresenta os resultados das análises químicas dos solos na área em questão, no qual privilegiaram-se alguns atributos químicos importantes para se inferir o grau de produtividade pedológica da área de estudo. Deve-se levar em conta, contudo, o intenso uso da terra, desde tempos pré-coloniais até os dias atuais, onde fertilizantes e técnicas rudimentares estão acelerando a degradação dos solos. As categorias contempladas nas análises foram as seguintes: a) quantidade de argila; b) pH; c) quantidade de fósforo e potássio (ppm); d) presença de matéria orgânica; e e) cmol/l de alumínio, cálcio e magnésio.

Os solos onde estão assentados todos os sítios arqueológicos que ora pesquisamos, apresentaram pouca variabilidade em suas composições químicas, indicando um baixo teor de fósforo e um nível médio de presença de potássio o que sinaliza pobreza em nutrientes necessários ao desenvolvimento de plantas. Outro fator que analisa o grau de fertilidade dos solos é conhecido como CTC,

A CTC refere-se ao total de cargas negativas existentes no solo, cargas estas que retêm os cátions de forma reversível (TOMÉ Jr. 1997). Ela indica, conforme TEDESCO et al. (1995), a reserva de nutrientes disponível para as plantas, a possibilidade de redução das perdas de cátions por lixiviação e a inativação de componentes tóxicos, entre outros. Se a maior parte da CTC de um solo está ocupada por cátions essenciais, como Ca^{+2} , Mg^{+2} e K^+ , ele pode ser considerado um solo rico em nutrientes. Ao contrário, caso esteja ocupada por cátions potencialmente tóxicos, como H^+ e Al^{+3} , restam poucas cargas para os cátions nutrientes, caracterizando um solo pobre. Assim, toma-se importante conhecer a situação de ocupação da CTC de um solo no momento de avaliar sua fertilidade e disponibilidade de nutrientes para as plantas. Estes índices indicadores de fertilidade serão apresentados em relatório complementar (LAVINA, 2000: 81).

Na área de estudo, o CTC está composto em sua maioria por cátions negativos, também contribuindo para a pobreza do solo. Além dos elementos apontados, o estudo das propriedades químicas também apontou uma alta saturação de alumínio.

A análise do índice de matéria orgânica também apresentou baixos índices, causando ausência de nitrogênio, um dos elementos mais importantes para considerar-se um solo rico para o desenvolvimento da vegetação. Elementos orgânicos foram identificados apenas em áreas de banhado, em antigos leitos de lagoas e com solos do tipo turfáceo. Todos os elementos apontados nas análises químicas levam a conclusão de um solo muito pobre em nutrientes, interferindo diretamente no desempenho do cultivo de plantas e na regeneração de florestas.

Vale ressaltar, no entanto, que ainda hoje na região, se destacam os cultivares de mandioca, que se desenvolve muito bem na área, apesar de todos os problemas apontados. Atualmente, outras plantas também são cultivadas na área como o milho, o fumo, o feijão e o amendoim, porém em menor proporção e requerem mais cuidados e uso de fertilizantes. Estas características apontam para a confirmação da proposta de BROCHADO (1977), que aponta a mandioca e suas variações amarga e doce como principal alimento que advém da prática da agricultura por grupos de floresta tropical. O autor ainda destaca o contexto ambiental em que se desenvolve esta planta tuberosa:

A mandioca é extremamente resistente à seca, podendo suportar mais de um ano sem chuvas e tornando-se produtiva logo que voltam

as chuvas normais. Prefere os lugares úmidos com pouca insolação, porém não aceita o encharcamento das raízes, por isso, e devido ao seu longo período de maturação, deve ser plantada sempre em terrenos situados acima das inundações anuais (Lathrap, 1970: 38-9). Desta maneira, a mandioca se adapta tão bem às áreas úmidas como às de precipitações excessivas, mas um clima de alternância de duas estações, uma seca, outra chuvosa, favorece o seu desenvolvimento. Prefere também a proximidade do litoral e os solos areno-argilosos (BROCHADO, 1977: 29).

Como demonstrado, as análises pedológicas apontaram pouca presença de nitrogênio. Este fator não minimiza a produção de mandioca, que se desenvolve bem neste tipo de situação, inclusive minimizando a necessidade de abertura de novas áreas, uma vez que não necessita a realização do pousio, isto é, o descanso de uma determinada área, para a recuperação dos nutrientes (BROCHADO, 1977: 29).

LATHRAP (1975) e BROCHADO (1977) bem demonstraram a grande variedade de alimentos que podem ser extraídos da mandioca. Também deve se destacar a complexidade envolvida na transformação desta raiz em farinha, beiju, bebidas, etc. Estes estudos apontam também algumas características químicas que tornam a mandioca um cultivar *sui generis* por excelência. Planta tuberosa da família Euphorbiaceae, seu consumo se expandiu, das Américas para diversas partes do Velho Mundo em épocas pós-1492. (BROCHADO, 1977: 51). Com o nome científico de *Manihot utilíssima*, a mandioca contém teores variáveis de ácido cianídrico que, em algumas variedades da planta, pode causar a morte se ingerida. Este teor de acidez foi utilizado para dividi-la em dois tipos básicos: amarga e doce. Em realidade, ambas tem a mesma origem e os mesmos elementos químicos, diferenciando-se na quantidade apenas.

A mandioca foi tão modificada e manejada pelas populações indígenas que perdeu sua capacidade de reprodução, dependendo do homem para se desenvolver. Tal fato nos mostra o quão antigo parece ter sido sua domesticação nas Américas e também exhibe o alto grau de conhecimento e manipulação para que esta planta pudesse se transformar na principal fonte de alimentos para muitos grupos ameríndios, incluídos aí os Guaraní.

Estas alterações sugerem que as variedades criadas e a divisão entre doces e amargas deveu-se à utilização da mandioca para fins diferentes. Anteriormente tinha-se que a variedade doce seria um melhoramento da amarga, porém os estudos atuais concluem o

contrário. Apesar do considerável grau de acidez, a mandioca amarga, extraído suas propriedades venenosas, tem maior serventia na produção de alimentos, como a farinha, por exemplo, permitindo a constituição de excedentes.

Outras características importantes merecem ser citadas. Além de se desenvolver bem em solos mais pobres em nutrientes, pode ser plantada em qualquer época do ano e também pode ser conservada na roça, podendo-se extraí-la somente de acordo com as necessidades imediatas. Pode inclusive ficar cerca de três anos em baixo da terra sem alterar substancialmente seu valor nutritivo e seu sabor. O modo de preparo da variedade amarga requer, devido às substâncias nocivas ao ser humano, um modelo de preparo mais complexo que a mandioca doce que, na maioria das vezes é consumida apenas retirando-se a casca e cozinhando-se em pedaços (aipim). As etapas de transformação podem ser assim sintetizadas: a) a casca é retirada por raspagem; b) transforma-se a raiz em polpa, por meio de variadas técnicas mecânicas e/ou químicas; c) espreme-se a polpa com o objetivo de retirar seu conteúdo tóxico, geralmente com algum instrumento feito em cestaria, como o tipiti; d) consiste em colocar a polpa no sol para secar, sendo cozida posteriormente.

Os passos seguintes da transformação da mandioca dependem do produto final que se deseja. A farinha seca e a farinha d'água parecem ter sido as mais consumidas. Contudo, beijus, mingaus, tapiocas e bebidas também devem ter tido importância alimentar entre os Guarani. As bebidas também tiveram importante papel entre os grupos Tupi, como diversos estudos etnohistóricos e etnográficos demonstraram, registrando-se seu consumo em uma extensa faixa geográfica do continente americano.

A mandioca, quer a ácida quer a doce, constituía o principal ingrediente no fabrico da cerveja, e a cerveja era a bebida mais importante para os padrões de contactos interpopulacionais. O processo fundamental através do qual uma aldeia da floresta tropical podia alcançar ou manter uma posição capaz de merecer o respeito dos vizinhos era organizar uma festa que durasse mais tempo, em que se consumisse mais cerveja e que desencadeasse mais disputas motivadas pelo alcoolismo do que qualquer outra de que houvesse memória (LATHRAP, 1975: 57).

Portanto, a cultura da mandioca também está intimamente relacionada com outros aspectos da organização Guarani, como a consolidação de alianças entre aldeias, a

constituição de chefias pelo prestígio e, não menos importante, atuando como importante moeda de troca, facilitado pela relativa durabilidade dos alimentos produzidos. VIVEIROS DE CASTRO (2002) também assinalou o importante papel do cauíim nos rituais antropofágicos Tupi, servindo como um ativador da memória do grupo.

Contudo, apenas uma dieta baseada nos derivados desta planta tuberosa não seria suficiente para suprir as necessidades protéicas de um determinado grupo. É necessário haver uma compensação, por meio do consumo de outros alimentos (BROCHADO, 1977). Os grupos Guarani que, argumentamos aqui, tinham como base da dieta o consumo dos derivados da mandioca, principalmente a amarga, procuraram suprir a deficiência de proteínas, vitaminas e sais minerais por meio do cultivo de outras plantas como o amendoim e o feijão, que também se desenvolvem em solos pobres, somados às atividades de caça, pesca e coleta. Como procuramos demonstrar neste capítulo, existe na bacia do rio Araranguá uma abundância de recursos naturais que supriam as necessidades alimentares de maneira segura durante todas as estações do ano.

O estudo de caso de SOARES (2005) levantou uma questão muito importante com relação ao preparo e consumo da mandioca, principalmente no que refere à farinha e sua relação com os equipamentos utilizados em seu processamento. Analisando o material cerâmico resgatado no sítio Ropke, assentado no vale do rio Jacuí (Rio Grande do Sul), pôde notar a total ausência de vasilhas e fragmentos que pudessem ser classificados como pertencentes a “tostadores”, descritos por LATHRAP (1975) como elementos diagnósticos dos grupos cultivadores de mandioca. Para o autor, a explicação para tal ausência pode ser encontrada em uma presumível não transformação da mandioca em farinha, concluindo que “uma vez que se está partindo somente do registro arqueológico, a hipótese de confecção de farinha de mandioca, a partir da existência de tostadores, é remota” (SOARES, 2005: 66).

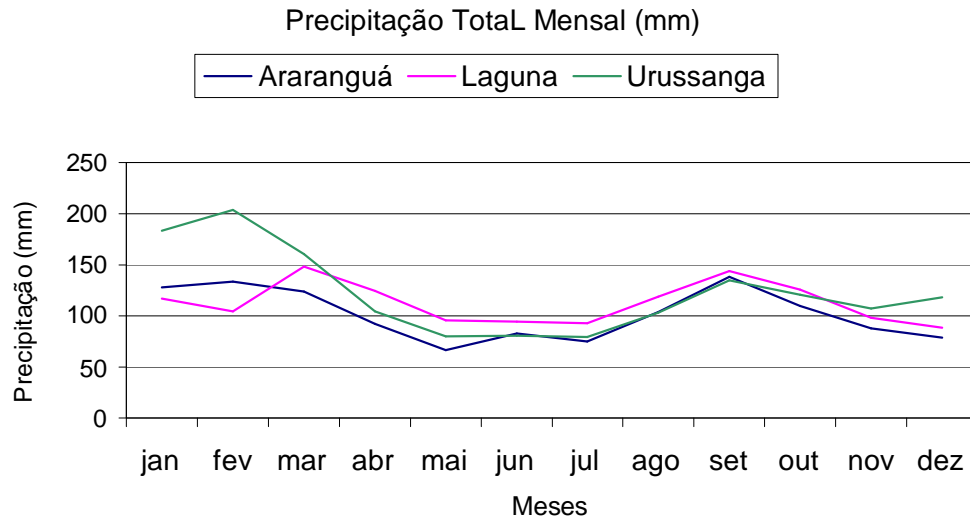
Como veremos no capítulo 4, ocorre também, nos sítios por nós analisados, a ausência de fragmentos que possam ser relacionados a estas vasilhas quase que planas, descritas para outras regiões. No entanto, é preciso ter cuidado em chegar as mesmas conclusões do autor supra citado, já que os documentos escritos fornecem algumas pistas importantes sobre o cultivo da mandioca, além de apontar para o uso de vasilhas confeccionadas a partir de cabaças vegetais. Isto é, inclusive, confirmado pelos estudos etnográficos de BROCHADO (1977), mais uma vez utilizado aqui.

CHERNELA (1997) demonstrou a grande variedade genética e as relações sociais que envolvem o cultivo da mandioca na região do rio Uaupês, no leste da floresta amazônica, entre grupos indígenas de diferentes unidades lingüísticas e étnicas. O sistema agrícola Tukano é um exemplo elucidativo. Apesar de plantarem diversas espécies para fins alimentícios e medicinais, a mandioca ocupa mais de 90% das áreas de plantio. O autor pôde contabilizar, nas quatro aldeias estudadas, um total de 137 variedades da mandioca, cujas características que a diferenciam são facilmente identificadas pelos índios, por meio da morfologia das folhas, das cores das hastes, etc. Este número, por seu turno, é obtido por meio de trocas com outros grupos (parentes basicamente), que vivem há distâncias que podem chegar a mais de 500 quilômetros. Daí que as visitas a parentes, então, também possibilita a troca de informações e mudas de mandioca. Conjugam-se aí também, portanto, as trocas matrimoniais que ocorrem na região, já que as mulheres são responsáveis pela grande maioria de mudas introduzidas nas roças, uma vez que há predominância das regras patrilocais de casamentos entre os grupos. Esta variedade é buscada porque permite colocar a disposição da aldeia cultivares com diferentes características que servem melhor para este ou aquele intento. As diferenças ocorrem principalmente em termos de sabor, tempo de maturação, resistência a pragas, tamanho das raízes, se se prestam mais para farinha, bebidas, beijos, etc. Uma outra constatação importante é a de que ocorre uma seletividade, com as variedades menos atrativas sendo abandonadas, abrindo-se mais espaço na roça para as novas variedades.

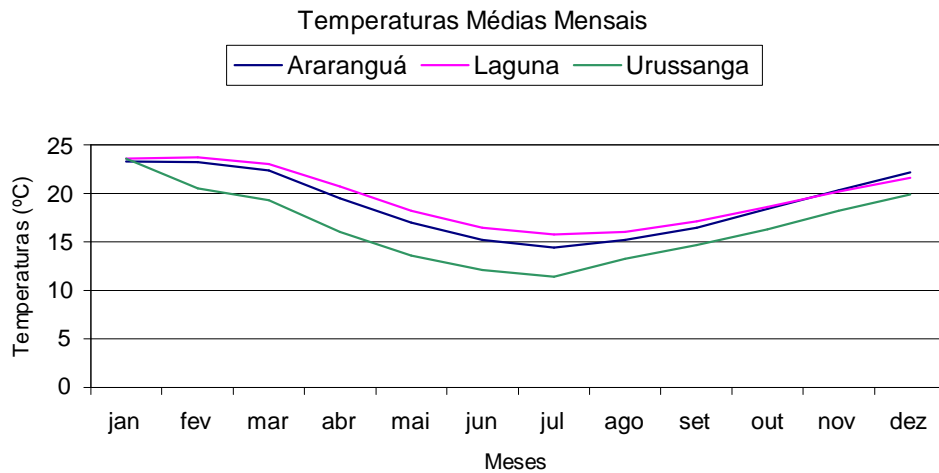
3.2.2. Influência dos Recursos Hídricos no Sistema de Assentamento Guarani no Vale do Araranguá

Se durante os últimos 1000 anos, o ambiente sofreu apenas pequenas mudanças localizadas na região, deveríamos ter, então, para a época de ocupação Guarani, características climáticas semelhantes as atuais. Utilizamos aqui o trabalho de ROSA (2007a), para dados históricos das estações meteorológicas de três cidades da região sul do Estado de Santa Catarina: Laguna, Urussanga e Araranguá (esta última muito próxima de nossa área de estudo, que está localizado em parte neste município).

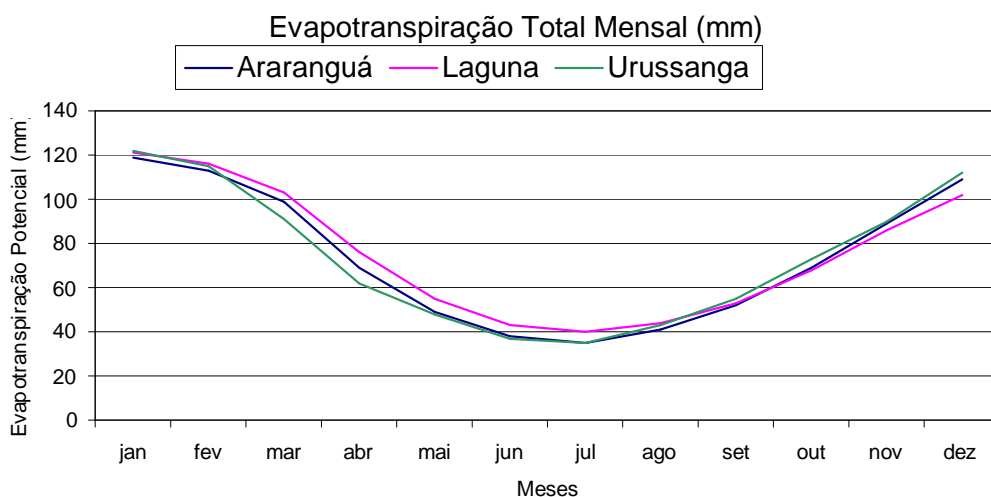
De acordo com tal estudo, as chuvas estão bem distribuídas de forma mais ou menos constante durante todo o ano na região, com um leve acréscimo nos meses de fevereiro e março (final do verão) e setembro (final do inverno), como demonstrado no gráfico abaixo:



As temperaturas mais quentes durante o ano são atingidas nos meses de fevereiro e março, acompanhando, portanto, um maior regime de precipitações pluviais e atingindo médias em torno dos 24 °C, enquanto que nos meses de inverno a média se encontra em torno de 12 a 16 °C. Distribuindo os índices de temperatura durante todo o ano, temos uma média que varia entre 16 e 18 °C.



Ainda um outro importante dado e que está diretamente relacionado com o regime de chuvas é o sistema de evapotranspiração, cujo gráfico exhibe índices mínimos nos meses de inverno, e máximas principalmente nos meses de dezembro e janeiro. ROSA (2007a) conclui, por meio da análise integrada destes dados, que não ocorre um déficit hídrico, já que a pluviosidade é maior que a evapotranspiração. Isso prova que a maior parte das águas das chuvas, entra nos solos e se deposita no aquífero.



O rio Araranguá, somado aos rios Urussanga e Mampituba, formam a bacia hidrográfica do extremo sul catarinense. É formado pelos rios Itoupava e Mãe Luzia, que nascem na encosta da Serra Geral, tendo ainda como depositários, depois de sua formação, os rios Amola Faca, dos Porcos, Jundiá, Turvo, São Bento e Rio da Pedra. A maior vazão é atingida pelo rio nos meses de fevereiro e março, enquanto as mínimas são registradas nos meses de novembro, dezembro e janeiro. Este rio deve ter provido para as populações Guarani fontes para a confecção de artefatos líticos e cerâmicos. Seixos, principalmente de basalto e quartzo, são carreados pelo rio desde as escarpas do planalto até sua foz. A argila também se encontra presente, nas barrancas do rio, um pouco mais distante da foz, onde hoje se encontram diversas empresas explorando esta matéria-prima para fins comerciais (ROSA, 2007a).

Destaca-se que o rio, próximo a sua foz, devido às formações geológicas ali existentes, acabou ao longo do tempo mudando seu curso. Inclusive um braço morto do rio ainda está presente e pode ser observado nos mapas em anexo. Tal fato pode ter dificultado a localização de sítios arqueológicos que estivessem próximos do rio, tendo sido provavelmente destruídos.

As fontes hídricas, portanto, se apresentam abundantes, uma vez que no entorno imediato da maioria dos sítios, encontra-se lagoas piscosas e com presença de argila, um rio piscoso e navegável (Araranguá) e outro piscoso (dos Porcos), além do Oceano Atlântico, que pode ser acessado facilmente, sem barreiras naturais. Entretanto, os recursos hidrográficos e a fauna associada estão ainda mais próximos dos sítios de planície, sugerindo um acesso mais fácil para estes recursos.

3.2.3. Disponibilidade de Recursos Florísticos no Vale do Araranguá

Com base na literatura etno-histórica, Francisco NOELLI (1993) demonstrou o manejo florestal que os Guarani pré-coloniais praticavam dentro de suas áreas de domínio, sendo inclusive, algumas plantas trazidas do centro de origem destes grupos, ou seja, da região amazônica, até a região sul do Brasil. Tal atividade proporcionava uma grande variedade de espécies vegetais que poderiam ser utilizadas tanto para alimentação, bem

como para a confecção de equipamentos de caça e pesca, recipientes, indumentária, artefatos domésticos, como combustível, etc. Nos anexos desta dissertação apresentamos uma tabela que descreve todas as espécies vegetais identificadas em pontos de coleta próximos aos sítios arqueológicos.

Durante os trabalhos de escavação dos sítios arqueológicos do Projeto Interpraias foram encontrados somente algumas sementes de frutos de palmáceas, pois solos ácidos como os da região não permitem a conservação de matéria orgânica. Contudo, podemos realizar algumas inferências por meio do uso de NOELLI (1993), que compilou a taxonomia Guarani reunida nas obras do padre Antônio Ruiz de Montoya, que conviveu com os Guarani durante o século XVI e escreveu duas importantes obras de referência (Tesoro de la Lengua Guarani e Conquista Espiritual), que tinham como objetivo entender melhor a cultura destes povos para criar uma estratégia eficiente de catequização.

Em um raio de 10 km em torno dos sítios arqueológicos, foram identificadas 95 espécies vegetais (LAVINA, 2000) Quanto ao seu uso pelas populações Guarani, conseguimos identificar, através de NOELLI (1993), diversas espécies ocorrentes na área que teriam sido utilizadas, além da alimentação, para a confecção de diversos objetos. Nas análises sistematizamos os dados do relatório (LAVINA, 2000), de acordo com as classificações de NOELLI (1993), citando, além do nome popular e científico, o nome dado pelos Guarani às plantas e que serviam para distintos fins.

Dentre o total das espécies vegetais catalogadas, trinta e uma se encontram na relação de NOELLI (1993) como provedoras de frutos comestíveis explorados pelos grupos Guarani.

Além dos frutos, o rizoma do gerivá, tucum, tiririca e do palmitero são aproveitados na alimentação. As sementes comestíveis identificadas na tabela encontram-se em número de duas: a pulgueira e a castanha. A araruta era aproveitada na alimentação por meio do consumo de sua raiz, enquanto que a já citada tiririca também tinha seu bulbo e raiz consumida. Com exceção das sementes da castanha e da pulgueira, na qual desconhecemos a fenologia, todos os demais estão disponíveis o ano todo.

O manejo florestal de longa duração praticado pelos Guarani também garantia matéria-prima que, ao que parece, era a principal fonte para a confecção de instrumentos em geral, devido aos recursos líticos mais escassos na região do Araranguá. Entre as plantas

citadas por Noelli que eram utilizadas para usos diversos, temos para a região laranjeira-do-mato, tanheiro, gerivá, tucum, canjerana, embaúba, camboatá, embira, guamirim, figueira, aroeira-brava, canela-lageana, aroeira, ipê-marelo, gradiuva e tarumã.

Eram utilizados na confecção de jogos o gerivá e o butiá. Como combustível para as fogueiras, tem-se camboatá, aroeira-brava e grandiuva. A canjerana, além de servir para outros fins, tinha um interessante uso por parte dos Guarani, servindo como inseticida. Já as canoas eram provavelmente, muito importantes na região tendo-se em vista a abundante rede hidrográfica da qual dispunham. Eram confeccionadas preferencialmente em troncos de figueira e carvalho-brasileiro. As fibras para fios eram confeccionadas a partir da casca da embira, grandiuva, figueira e carvalho-brasileiro. Os paus igníferos eram obtidos com a canela-lageana e o ipê-amarelo.

O gerivá e o butiá eram intensamente explorados pelos grupos Guarani. Além dos usos já inferidos acima, também serviam para a confecção de trançados, como cestos e esteiras, cobertura das casas, arcos e flechas e ainda como cepo para as armadilhas (mundé). Juntamente com a banana-do-mato, servia também como cordas para uso geral ou especificamente para os arcos.

Muitos recipientes cerâmicos eram cobertos com tampa feitas do piri. Esculturas eram produzidas a partir da figueira e do carvalho-brasileiro. As amarrações em geral eram obtidas do imbé. A madeira especificamente obtida para servir como uma espécie de “elástico” nas armadilhas era obtida do chá-de-bugre. Os panos para limpeza em geral eram feitos com a barba-de-velho. Os corantes, utilizados nas pinturas corporais e também na decoração dos vasilhames cerâmicos eram extraídos do caeté e do tarumã.

As plantas medicinais utilizadas e manipuladas pelos Guarani estão presentes em bom número na área: corticeira, vassoura, canjerana, chá-de-bugre (duas variedades), embaúba, pulgueira, cainca, tiririca, cocão (duas variedades), figueira, caúna, ingá-macaco, canela-lageana, imbé, três variedades de piperáceas (nome popular desconhecido), araçá, aroeira, salsaparrilha, grandiuva (duas variedades) e carrapicho.

As populações indígenas das terras baixas da América do Sul utilizavam uma grande variedade de plantas com objetivos de cura. Como destacou ELIZABETSKY (1997), eram utilizadas nas práticas xamânicas, seja com fins terapêuticos, seja para se retirar um feitiço do corpo da pessoa. Interessante também é perceber o grau de

conhecimento adquirido por parte dos índios com relação à posologia. Estudos modernos tem comprovado os acertos quanto à aplicação das substâncias vegetais, ou por meio de ingestão ou por uso tópico.

Estes exemplos demonstram a variedade vegetal que ocorre na região da Bacia do Rio Araranguá, sendo, portanto, um fator positivo para o estabelecimento das populações Guarani. As espécies mais utilizadas também são as mais abundantes: o gerivá, a figueira e o butiá, este último contando ainda nos dias atuais com grandes concentrações no entorno imediato dos sítios arqueológicos.

3.2.4. Disponibilidade de Recursos Faunísticos no Vale do Araranguá

As análises faunísticas, também mostram uma grande diversidade, sendo a maioria das espécies disponível para os grupos Guarani na área imediata aos sítios arqueológicos. Da mesma forma que os vestígios de flora, a fauna somente esteve representada nas escavações por escassas carapaças de moluscos e gastrópodes.

Também para o caso da fauna, utilizamos como referência as análises etno-históricas de NOELLI (1993) que apresenta os nomes Guarani para diversos animais que eram consumidos. Aqui também separamos as espécies que ocorrem especificamente na região de acordo com o relatório de LAVINA (2000). Os mamíferos com ocorrência na região puderam ser quantificados em torno de 50 espécies (vide tabela completa nos anexos, onde estão representados com o nome popular, o nome científico, *habitat*, sazonalidade, peso e nome Guarani).

Os ecótonos ocupados pelos mamíferos encontram-se relativamente próximo do conjunto de sítios por nós estudados. De todas as espécies registradas para a região, NOELLI (1993) identificou 29 espécies nas fontes etno-históricas e etnográficas. São elas: cuíca d'água, cuíca-de-cauda-grossa, gambá-cinza-de-quatro-olhos, tamanduá-mirim, tatu-galinha, tatu-peludo, bugio-ruivo, macaco-prego, quati, guaxinim, irara, furão, lontra, puma, jaguatirica, gato-do-mato-pequeno, gato-do-mato-maracajá, jaguariundi, onça, anta, porco-do-mato-cateto, veado-campeiro, oriço-campeiro, oriço-cacheiro, preá, capivara, paca, cutia, ratão-do-banhado, tuco-tuco e tapiti. Todas as espécies identificadas de mamíferos com ocorrência na bacia do rio Araranguá estão presentes durante todo ano.

Os estudos de herpetofauna foram realizados por MENDONÇA (2007), através de pesquisas de campo na Lagoa dos Esteves que está próxima de muitos dos sítios arqueológicos aqui estudados. Foram identificadas 11 espécies de anfíbios, a qual seis estão listadas por Noelli (cinco espécies de rãs e o sapo-cururu). Já para os répteis, das sete espécies identificadas, seis estão presentes no levantamento de Noelli: cágado de pescoço comprido, lagarto comum, caninana, cobra d'água, coral verdadeira e jararaca.

Tem-se para a região, a presença de diversas espécies de aves que ocupam os mais diversos nichos, como a floresta ombrófila, os banhados e lagoas da restinga e os ambientes marinhos. Foram identificadas 162 espécies (vide tabela nos anexos), e destas, pudemos identificar várias que foram utilizadas pelos Guarani, de acordo com os dados etno-históricos apresentados por NOELLI (1993). Com algumas exceções como o batuiruçu, o maçarico-de-sobre-branco, o maçarico-grande-de-perna-amarela e o andorinhão-do-temporal, todas as outras espécies citadas acima, bem como as demais não identificadas por Noelli e que constam da lista de anexo, estão presentes na área durante todo o ano. Ocorre, portanto, tanto uma alta variedade de aves, bem como uma presença quantitativa significativa.

Tal abundância pode ser explicada em parte pela quantidade de ambientes úmidos e suas formações vegetais associadas, como banhados, restinga, rios e lagoas. Também muitas espécies identificadas estão vinculadas a um *habitat* quase exclusivamente marinho. Ocorrem também em quantidade, aves adaptadas aos campos abertos e bordas das matas adjacentes, além de várias espécies que vivem por entre as árvores das florestas. A variedade de formações vegetais, também condicionou a grande quantidade de espécies de aves.

Os peixes identificados de água salgada não puderam ser classificados da mesma maneira que as aves e os mamíferos, visto que não há ocorrências destas espécies no território em que atuou Montoya, cujos dicionários serviram de fonte primária para o levantamento de dados de Noelli. Porém estes recursos são abundantes na área estudada e devem ter representado um papel central na subsistência Guarani no vale do Aranranguá. Das 149 espécies identificadas no relatório ambiental, destacam-se a presença durante todo o ano de peixes como o atum, que pode chegar a 2 metros de comprimento e 100 quilos; as variedades de bagres que podem chegar a 1,20 metros de comprimento; as diversas espécies

de cação como o mangona, que pode chegar a 3 metros de comprimento e 120 quilos ; o cherne até 1,20 metros; a corvina até 60 centímetros; a garoupa que pode ter até 70 centímetros e pesar até 60 quilos; o linguado até 1 metro de comprimento e 12 quilos e a viola-de-cara-curta podendo pesar até 2 quilos e 68 centímetros. No inverno também surgem nesta parte do litoral atlântico espécies importantes do ponto de vista protéico, como as espécies de congro, que chegam a medir 1,20 metros; o dourado, podendo ter 2 metros; o mero com até 350 quilos e 2,7 metros de comprimento; o namorado até 1 metro ; as espécies de pampo, sardinha e pescadinha que, apesar de não atingirem tamanho ou peso consideráveis, ocorrem na orla em grandes cardumes; as variedades de pescada, que chegam em média a 1 metro de comprimento e 10 quilos; a tainha que chega a medir 1 metro e pesar até 6 quilos e o xaréu, com peso máximo de 25 quilos e 1 metro de comprimento. Em outras estações correm a costa uma quantidade menor de espécies, como o robalo que pode pesar até 20 quilos e possuir 1 metro de comprimento no verão; e o bonito (até 60 centímetros) e a enchova (até 1 metro), em fins de inverno e início da estação mais quente.

Os peixes de água doce identificados para a bacia do rio Araranguá, somam 48 espécies. Do ponto de vista alimentar, pescado e consumido pelos grupos humanos que hoje ocupam a região, destacam-se: traíra, bagrinho, muçum, joaninha, tainha (duas espécies), cará (duas espécies), papa-terra, miraguaia, corvina, anchova, robalo (duas espécies), badejo e bagre (duas espécies). Completam a lista: mocinha, biru, lambari (cinco espécies), acarai, sagüiru, tambicu, jundiá, cascudo (sete espécies), tuvira e barrigudinho (três espécies), além de outras espécies cujos nomes populares não puderam ser identificados. Muitos destes peixes são originários da água salgada, circulando pelas lagoas por meio de canais que ligam estas com o mar. Na lista de Noelli para os peixes descritos por Montoya na língua Guarani, temos: traíra, biru, lambari (duas espécies), acarai, mandizinho, bagrinho, jundiá, tuvira, barrigudinho (duas espécies), muçum, cará e joaninha. ROSA (2007a)

ROSA (2007b) identificou 291 espécies de moluscos para o sul do Brasil, com 200 observadas para o litoral do Estado de Santa Catarina, incluindo a região sul. Como no caso dos peixes de água salgada, não constam da lista de Noelli as espécies de moluscos de

ambientes marinhos. Tal estudo, no entanto, destaca a grande variedade de espécies, muitas delas aproveitadas na alimentação.

A classificação da fauna dentro da taxonomia Guarani aqui apresentada reafirma a abundância de caça e coleta para fins alimentícios e de confecção de objetos. Destaca-se também a quantidade de peixes de água salgada disponíveis em abundância, ocorrendo na área 149 espécies. Quanto a sazonalidade, 56 espécies apresentam-se durante todo o ano, 50 somente no inverno, quatro apenas no verão, duas entre final do inverno e início do verão, uma em época de cheias e 34 que não temos informações precisas.

Pensando a mobilidade Guarani como um processo circular, sugerimos a existência de um tekohá na área, exercendo domínio e manejando os diversos ambientes presentes. Não se percebe, analisando a distribuição em um mapa, a divisão por conjunto de sítios, estando ocupando tanto as áreas mais próximas a cursos d'água, bem como as presentes nas encostas. As diferenças precisam ser entendidas antes como resultado de diversas funções do sítio, do que propriamente como divisões temporárias e/ou espaciais.

As características ambientais apresentadas acima, observadas de acordo com a distribuição dos sítios arqueológicos estudados no vale do Araranguá, denotam a inoperância do modelo standard, formulado por Betty Meggers. Os recursos hídricos, presentes na área de estudo por meio de rios, lagoas, mar e uma distribuição qualitativa e quantitativa das chuvas ao longo do ano, condicionaram o desenvolvimento de dois tipos de vegetação (restinga e mata atlântica) com diversas variedades de plantas, algumas delas importantes para a alimentação, cura e confecção de objetos diversos. E juntos, hidrografia e vegetação, permitiram a presença de muitas espécies de mamíferos, aves, peixes, anfíbios, répteis e moluscos, também utilizados na alimentação e confecção de artefatos com funções diversas. As matérias-primas para a elaboração de artefatos líticos e cerâmicos, podiam ser obtidos através da circulação pelo tekohá e os solos, em que pese a pouca fertilidade, poderiam desenvolver, dentre várias culturas, a mandioca amarga, provavelmente a planta mais utilizada pelos Guarani do litoral na produção de alimentos sólidos e líquidos.

Aumentando a escala, percebe-se que ao longo da costa ocorrem duas outras grandes concentrações de sítios Guarani, uma de cada lado do tekohá da bacia do Rio Araranguá. A concentração localizada ao norte foi percebida por ROHR (1984), com diversos sítios situados próximos a comunidade de Olho D'água, à nordeste do Rio

Urussanga. O outro conjunto encontra-se ao sul, na região da Lagoa do Sombrio, com sítios Guarani até então inéditos localizados por LINO (2006), mais recentemente. Não ocorrem exatamente vazios entre estes tekohás, mas sim uma baixa concentração dos mesmos, além de sítios com conteúdo cultural distinto.

3.2.5. Sistema de Assentamento e Organização Social Guarani no Século XVII para o Sul de Santa Catarina: As Fontes Etno-históricas

Além dos dados arqueológicos e ambientais da área, os relatos jesuíticos para a região contribuem para uma visualização do sistema de assentamento Guarani na área, mesmo que de forma parcial e levando-se em conta a situação de contato. Relembrando a complexa relação entre estrutura e evento que os encontros coloniais desencadearam, por meio de acontecimentos eventuais, profundas mudanças estruturais ocorreram na sociedade Guarani, como pode ser observado nas descrições etno-históricas disponíveis para a região. Portanto, deve-se analisar tais documentos percebendo-se uma realidade de contatos de mais de 100 anos.

Dentre as várias expedições evangelizadoras ao sul de Santa Catarina a partir de inícios do século XVII, dois documentos testemunham duas destas expedições. A primeira fonte é composta pela descrição da primeira missão à província dos Carijó, realizada de 1605 à 1607 e relatada pelo Pe. Jerônimo Rodrigues. A outra fonte é datada de 1635 e nela consta um balanço da missão evangelizadora ocorrida neste ano, escrita pelo Pe. Inácio de Cerqueira.

Dividimos tal abordagem destes relatos de maneira que pudéssemos sistematizar melhor as contribuições para esta pesquisa. Para este capítulo em particular, os dados foram sistematizados privilegiando-se as descrições sobre o sistema de assentamento, organização social, xamanismo e a relação entre os Carijó e os “outros”, realizando-se neste último ponto as descrições interculturais dos diferentes grupos humanos que ocupavam a região nesta época.

a) O Relato do Padre Jerônimo Rodrigues (1605-1607).

Com relação ao tamanho das aldeias, números de casas e quantidade de habitantes, a carta do padre Jerônimo Rodrigues nos dá apenas algumas pistas, por mais das vezes contraditórias. Quando da chegada dos padres na Laguna dos Patos, enviaram recado para cerca de quatro ou cinco aldeias que se encontravam próximas do porto, para que seus habitantes viessem ao encontro dos visitantes. No entanto, apenas cerca de 17 pessoas (adultos e crianças, homens e mulheres) se apresentaram no porto.

A passagem mais emblemática com relação ao número de casas é a que segue:

E, assim, nos metemos na primeira casa da primeira aldeia, que segunda nem terceira e outra alguma tinha. E assim são cá todas as aldeias, de maneira que, a uma casa, chamam uma aldeia. E esta não tinha dentro em si mais de três moradores, ou para melhor dizer três casais com três ou quatro filhos (LEITE, 1940: 216-17).

Afirmar que todas as aldeias da região eram constituídas de apenas uma casa parece ser um exagero, uma vez que ocorre uma variabilidade na quantidade de manchas escuras nos sítios Guarani em toda a região sul, de Laguna ao rio Mampituba. Contudo, é necessário admitir à luz dos dados que dispomos para a foz do rio Araranguá, que em muitos sítios foram percebidas apenas uma mancha escura no solo. Esta passagem ainda nos informa que a casa era formada por uma família extensa dividida em grupos de parentesco.

Em outro momento o padre narra a passagem pela quarta aldeia desde a chegada no porto. O local seria formado por duas casas, totalizando dez moradores em ambas. Como resultado de tentarem constituírem uma redução na região, reuniram um total de cinco casas. Isso é tudo o que se pode reunir em termos de número de casas e de seus moradores. Nada há sobre a disposição das aldeias, tampouco sobre a localização preferencial das casas.

O que mais se destaca nesta relação com referência às características ambientais, é o clima frio da região. Sendo o Brasil desde a presença européia descrito por vários cronistas como um continente muito quente, os padres, viajando pela primeira vez pela região, se surpreenderam com as temperaturas baixas, que provavelmente não estavam esperando encontrar.

(...) os frios, que eram insofríveis, e pague Deus Noisso Senhor a caridade ao Padre Provincial Fernão Cardim, de dous cobertores que nos deu, que, se isso não fora, muito trabalho tivéramos, porque, com dormirmos vestidos, com camisa, gibão forrado, jaqueta forrada, calções, roupeta, calças, roupão, e metidos no cobertor, feitos de novelo, que quase ficava aleijado, quando me levantava; e, com tudo isto, não podíamos sofrer frio (LEITE, 1940: 227).

Como consequência do intenso frio que assola a região, o padre ainda anota as geadas e fortes ventos, não raro surpreendendo-se com a intensidade dos mesmos:

E dia de S. Mateus e de S. Mauricio, foi tão grande a geada, que uma milharada que estava junto das casas, se queimou, como se lhe puseram fogo. E as mesmas ervas e arvorezinhas do campo se secaram. (LEITE, 1940: 227).

Aqui se percebe as consequências desastrosas que a geada poderia ocasionar, atingindo as plantações e a mata. Quatrocentos anos depois, o mesmo fenômeno climático continua causando estragos na agricultura regional. Os ventos, principalmente o que se desloca no sentido sul-norte (chamado pelos gaúchos de Minuano), também ocorrem com intensidade nos dias atuais, tendo sido notado pelo padre, destacando sua constância durante o dia e a noite.

A fauna/caça está presente no relato jesuítico por meio de algumas informações esparsas e ocasionais. A presença de baleias é atestada desde a chegada ao porto de Laguna, donde a embarcação do missionário quase foi a pique devido à proximidade com uma baleia. Ainda hoje, Laguna é um importante ponto de observação de baleias, que vêm para cá se reproduzir nos meses de inverno:

(...) Se meteu em uma baleia, e tão bravamente nos seguiu pola esteira da canoa, que nos enfadou assaz, e tão perto chegou de nós, que parecia que doutro mergulho surgiria debaixo da canoa, e isto por muito espaço; e se, pólo bom remar dos moços, e o furtar-lhe a volta se afastava de nós, logo tornava a voltar e seguir-nos; e de uma vez chegou tão perto de nós, com o corpo e cabeça descoberta, que eu me parecia tão longe da canoa como do altar mor, do Rio, às grandes, mas o medo faz muitas vezes as cousas diferentes do que são (LEITE, 1940: 215).

Os peixes são citados em duas ocasiões. Em um primeiro momento, são comidos em mistura com legumes e farinha de mandioca. Em outro, estão incluídos no rol de animais caçados, juntamente com as aves e os mamíferos terrestres. Sobre estes, apenas uma espécie foi descrita, a anta. Sobre as aves nada foi detalhado. Quanto à fauna em geral, apenas conclui que “há muita caça” (LEITE, 1940: 231). Por fim, o consumo de mexilhões também é descrito em mistura com legumes, farinha de mandioca e peixes. Uma única menção à flora/coleta de alimentos da mata se refere aos palmitos.

O cultivo de plantas domesticadas teve mais espaço nesta carta do que os demais aspectos do sistema de assentamento aqui descritos. Após a chegada da expedição, alimentam-se em uma aldeia Carijó de feijões e farinha de mandioca. Quando constroem a igreja que servirá de base para a evangelização, decidem, à moda indígena, organizar uma roça nos fundos da construção, plantando milho e mandioca. Uma vez que consideravam os índios muito “preguiçosos”, decidiram tentar uma auto suficiência alimentícia.

Em outro caso, algumas quinquilharias serviram de moeda de troca por porções de batatas e mandioca em forma de farinha e mingau. A abundância dos produtos resultantes da mandioca parece ser destacada na seguinte passagem do padre: “nem haver índio nem índia que nos desse um punhado de farinha, não faltando ela ali” (LEITE, 1940: 224).

O processo de plantio da mandioca descrito pelo jesuíta coincide com o padrão geral observado por diversos antropólogos nas terras baixas da América do Sul, sendo comumente classificado como método de coivara:

Em todas estas 50 léguas não [há] terra preta, nem vermelha, nem cá a vi, tudo são areais e de areia mui miúda. E ainda que há algumas serras e oiteiros, também são de areia, mas dá tudo o que lhe prantam. E como as árvores são pequenas e pau mole, facilmente fazem sua roça, a qual, acabantes de a queimarem, logo prantam, sem fazerem coibara nem fazerem covas para a mandiiba; mas com o cabo da cunha, com que derribaram a roça, fazem um buraquinho no chão e ali metem o pau da mandiiba; e muitas vezes sem lhe fazerem buraco. E pêra uma índia meter um pau na terra dá sete e oito e mais pancadas com ele na terra; e, assim machucado e ferido, o mete (LEITE, 1940: 230).

Importantes informações podem ser extraídas desta citação. Em primeiro lugar, o solo é descrito tal como demonstrado nas análises pedológicas presentes nesta dissertação. Rodrigues descarta a presença de solos muito mais férteis, como os com coloração preta e vermelha, para descrever as areias áridas, de granulação muito fina e com coloração pálida. Apesar destas características, não deixa de nos informar que todos os cultivos dos Guarani que ele pode observar se desenvolvem nestes “areais”. Segundo, a derrubada e queima da mata antecede o plantio, feito com o caule da mandioca que, devido à intensa manipulação dos grupos humanos desde tempos remotos, perdeu a capacidade de reprodução natural. Por último, exhibe o importante papel da mulher Guarani na produção agrícola, conforme já bem demonstrou LANDA (1995). Também são citados esporadicamente outros cultivos da terra, como milho, abóboras, aipim, batata e favas (planta não identificada). Os areais, termo qualificando o solo desta região, também são descritos repetidamente em outras partes do texto.

Uma importante informação é nos passada por Rodrigues quando narra a chegada da expedição jesuítica em um “porto da aldeia”. Trata-se, pois, de uma importante indicação sobre a utilização de portos artificiais, ou seja, canais construídos com a finalidade de ligarem as lagoas, os rios e o mar até um ponto próximo das aldeias. Isto implica um dado importante no que concerne a variabilidade de assentamentos Guarani. No local do porto, isto é, onde se ancoravam as canoas e atingia-se terra firme, poder-se-ia produzir tipos de sítios diferenciais daqueles resultantes das aldeias. Pessoas e objetos devem muito provavelmente ter circulado nestes portos, podendo assim ter-se produzido diferentes tipos de descarte ou até mesmo a constituição de acampamentos provisórios em suas margens. Ainda hoje, a população ribeirinha utiliza esta engenharia hidráulica para facilitar o contato com as lagoas.

As chefias políticas nas aldeias da região são relatadas ora como presentes, ora como ausentes, marcando uma ambigüidade no relato de Rodrigues. Em um dado momento, os padres são acudidos por um “senhor daquela aldeia”, para logo em seguida afirmar que “principais, nenhum há entre estes Carijós dos Patos” (LEITE, 1940: 218-9).

As chefias, de acordo com o jesuíta, eram exercidas por “feiticeiros”. A principal liderança residia próximo da foz do Rio Araranguá e atendia pelo nome de Tubarão.

Este índio é o afamado Tubarão, o qual não é principal, nem tem gente, mas tem grande fama entre estes por ser feiticeiro e ter três ou quatro irmãos, todos feiticeiros, e todos eles são grandíssimos tiranos e vendedores, e de quem os brancos fazem muito caso, porque estes lhes enchem os navios de peças, como adiante direi (LEITE, 1940: p. 222).

Obviamente, a presença de xamãs nas aldeias não poderia passar incólume pelos padres, pois se tratava de inimigos naturais, que iriam dificultar sobremaneira a evangelização. Um destes “combates” no campo religioso foi anotado por Rodrigues:

Aos 15 de agosto nos vieram chamar para uma criança que estava para morrer, dali a uma légua; e já pode ser que por terem para si sermos feiticeiros, a qual estando mal batizei (...) mas logo avisei ao pai (...) que olhasse não no fizesse chupar a seus feiticeiros (...) acabando de nos irmos, o filhinho se achou bem; mas depois, comendo alguns carvões e achando-se mal, foram chamar uma feiticeira e morreu, indo-se ao céu por premícias desta nossa missão (LEITE, 1940: 218).

Ao que tudo indica, os xamãs tinham grande prestígio nas aldeias. Inclusive, quando grupos se deslocavam de um local a outro, levavam consigo um xamã. A contragosto, o próprio padre deixou escapar o grande respaldo dado a estes personagens.

Têm um a que chamam yeroquig, que dizem ser um anjo, que veio do céu. E a este dão grande crédito. E este é o da sua santidade. Aqui tinha um índio cristão uns dous ou três maracás, mui guardados, que eram de muitos anos, em que parece lhes falava o demônio, os quais, havendo-os o Padre à mão, seu dono vinha depois perguntar que era o que lhe falaram os maracás. Mas eles, sem falarem, foram ao fogo (LEITE, 1940: 241).

Após observar estas heresias, e a dificuldade em abandonar os maus costumes, o padre tira a conclusão mais geral possível desta expedição à região dos Patos: “não se tem achado tão ruim gente no Brasil. E se os brancos dizem serem os Carijós bons, é porque se lhes vendem” (LEITE, 1940: 242). Está nítido, nas entrelinhas desta carta, o fracasso de catequizar os Carijós.. Afinal, o fato de serem “sujos, preguiçosos, canibais, poligâmicos, incestuosos, pagãos e mesquinhos” dificultava em muito, a dita ação “civilizadora”.

Na estadia dos padres em uma aldeia, constatam que o principal tinha quatro mulheres. Não apenas a poligamia, mas a poliandria e o incesto também estavam presentes nos grupos Guarani.

No vício da carne são sujíssimos, scilicet, têm muitas mulheres, têm as sobrinhas por mulheres, duas irmãs suas madrastas, as filhas das mulheres, suas anteadas, têm também, por mulheres, as netas, filhas de suas verdadeiras filhas. E o que mais espanta [é] haver índia que têm dous maridos, e destas muitas; e ambos estão juntos com elas. E porque um destes se apartou de uma pêra casar com outra, o consorte teve mão nele pêra que a mulher lhe desse umas poucas já que se apartava dela pêra tomar outra. Outros há que deixam andar as mulheres por onde e com quem elas querem. Dizem que são angaturamas. E por isso não fazem nherana. E outros que têm as próprias ilhas, que fizeram, por mulheres (LEITE, 1940: 232).

Obviamente, a confusão e o exagero presentes nesta citação em nada contribuem para o entendimento das regras de parentesco que ocorriam entre os grupos Guarani da região em tela. Pesquisas etnográficas com grupos Tupi de outras regiões do continente sul-americano já bem demonstraram a complexidade envolvida nas trocas matrimoniais e inclusive entre os Guarani, como demonstrado por SOARES (1997). Contudo, neste relato não conseguimos avançar neste importante aspecto da sociedade Guarani como um todo.

Este relato jesuítico proporcionou algum tipo de conhecimento sobre as relações dos Carijó com outros grupos, muito distintos entre si: 1) com os Arachãs (índios parentes), 2) com os Tapuias (índios inimigos) e, 3) com os brancos (bandeirantes e padres católicos).

Jerônimo Rodrigues situou o território dos índios Carijó entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio Tramandaí. Deste local, para o sul, viviam grupos nomeados de Arachãs. O relato indica que seriam parentes dos Carijós, com a importante diferença para o padre, de que seriam “melhor gente, não na cobiça, mas na simplicidade” (LEITE, 1940: 229). Depreende-se do relato que os dois grupos realizavam intenso comércio entre si, cada qual especializado em certos artigos, marcando o que parece ter sido uma certa especialização, visando trocas intertribais. Os Arachãs, confeccionavam as roupas de pele e algodão, redes e arcos e flechas, enquanto que os Carijós obtinham estes produtos fornecendo contas de adornos fabricadas com matéria prima de gastrópodes e moluscos marinhos.

Estimam muito os moumas, que levam pêra Angola, e outras que são como canudinhos que deita o mar fora. E vão-nos buscar daqui a mais de 70 léguas. E com estas contas hão quanto querem dos Arachãs (LEITE, 1940: p. 240).

Tudo indica que o comércio entre parentes Guarani tenha sido muito importante em tempos pré-coloniais. Não foram encontradas nas escavações na área de estudo desta dissertação as preciosas contas de adornos. Porém, o sítio arqueológico ZPE, localizado no município de Imbituba, foram encontradas duas urnas funerárias, contendo restos esqueletais de um adulto do sexo masculino em uma, e de uma criança (sexo não identificado) em outra, tendo sido ambos envolvidos com um enorme colar confeccionados com conchas de animais marinhos (LAVINA, 1999).

Rodrigues chama de Tapuias grupos indígenas que estão mais para o interior da costa, mas que parecem viver em região fronteira com o território de domínio Guarani. Ao que parece, havia um quadro de hostilidade generalizada entre Carijós e Tapuias. Segundo o relato, durante todo o ano os Carijós realizavam assaltos às aldeias inimigas e, o mais surpreendente para os padres era que os Carijós não vendiam em hipótese alguma os inimigos capturados, preferindo comê-los antes negociarem os cativos com padres e bandeirantes. Eis o resumo do ritual antropofágico que ocorria nestas terras, na visão ocidental cristã:

No comer da carne humana não há que falar, pois, que póla comer, vendem seus parentes, e são nisso peiores que as mesmas onças; no matar dos tapuias são crudelísimos. E nos que trazem vivos a suas aldeias neles fazem seus filhos cavaleiros, scilicet, um índio grande lhe dá a primeira no toutuço, derribando-o. E isto com muitas festas, e muitas cerimônias. E depois de caído no chão, todos os meninos de seis, 7, 8, 9 anos, às pancadas, com a espada, lhe estão quebrando e machucando a cabeça e tomando nome. O que acabado sarrafam os pobres moços, mártires do diabo, e os escalam desde o pescoço, até as nádegas, com grandíssima crueldade. E dali a um ano, pouco mais ou menos, jejuam todos os dias, não comendo carne, nem peixe, nem pássaros senão alguns legumes, sem cortar o cabelo, o que acabado, com grandes festas e ajuntamentos, enfeitam aos moços, carregam-nos de contas. E fazem seus vinhos. E dali por diante ficam cavaleiros e desobrigados do jejum (LEITE, 1940: 240-1).

Apesar da brevidade e dos exageros semânticos, pode-se observar a grande similaridade com a descrição de rituais antropofágicos realizados pelos índios Tupinambá do litoral brasileiro, conforme por exemplo, as descrições de FERNANDES (1948; 1970). Na citação reproduzida logo acima, também descreve-se sumariamente as beberagens, intimamente ligadas aos rituais antropofágicos dos grupos Tupi. Rodrigues registrou também este entrave para a conversão, destacando-a em uma conversa com o já conhecido xamã que atendia pelo nome de Tubarão, cuja bebida atraía mais sua atenção que a própria conversa com os padres. Neste caso, ainda uma sutil pista nos sugere algo sobre a importância da mulher na produção e distribuição do cauim, pois estando este índio sentado em sua rede “junto ao Padre, muito de seu vagar, não deixando por isso sua prática, e de beber, de quando em quando, de sua beberagem, que uma de suas mulheres lhes estava dando” (LEITE, 1940: 223).

Em outra ocasião os padres puderam observar que até mesmo crianças estavam inseridas no circuito de ingestão do cauim, surpreendendo-se, como de costume, com tal fato, que classificam como “qualidades boas”. Outro dado importante: os índios bebiam muito, mas não se embebedavam. Rodrigues descreve uma destas beberagens coletivas:

(...) Todos estão assentados quando estão bebendo, tirando alguns moços e meninos, que andam bailando e cantando; quando vem de fóra, que hão de beber, já de lá vem todos enfeitados e empenados; e chegando perto das casas, lançam a correr com quanta veemência podem, e com grandes gritas, sem terem de ver com nada, até o lugar onde está o vinho. E cada um tem sua tripeça, em que está assentado e sua cuiá, e um índio anda uma cuiaba cheia de vinho, e, com outra pequena, vai lançando nas cuias, que eles têm na mão, quantidade de um ovo; e assim nunca se embebedam. As índias não bebem, que é a melhor cousa que cá vimos (LEITE, 1940: p. 239).

A passagem precedente permite a visualização da complexidade de tal ritual, envolvendo cantos, danças e consumo de bebidas. Como dito anteriormente, alguns elementos da cultura material estão presentes, como a indumentária e as vasilhas para servir e beber o precioso líquido. Ainda aqui o papel da mulher está presente para mostrar uma ausência: elas não bebem, estão privadas do circuito ritual Guarani.

Ainda dentro do circuito de relações com os brancos, devemos realizar uma outra divisão, entre padres e bandeirantes. Ambos tiveram objetivos e papéis muito diferentes nos contatos estabelecidos com os Guarani do litoral de Santa Catarina.

Quando da vinda da primeira expedição jesuítica à terra dos Carijó, os bandeirantes da província de São Vicente parecem já estarem há muito tempo comerciando por esta costa. De acordo com o texto que ora analisamos, os pontos preferenciais, devido à acessibilidade de atracamento das embarcações, foram a Laguna dos Patos e a foz dos rios Araranguá e Mampituba.

Dois aspectos necessitam ser destacados nas relações Carijó x bandeirantes. Primeiramente, Rodrigues destacou a prática dos índios venderem-se a si próprios. Tal atitude parece refletir o jogo de alianças e interesses que as diferentes aldeias Guarani estabeleceram com os escravistas, que possuíam importantes ferramentas e utensílios em geral, permitindo deste modo o aumento de prestígio de alguns indivíduos.

Os dados arqueológicos que dispomos para a área, por meio de coletas superficiais e escavações, não registraram a existência de objetos que possam ser classificados como de origem não-índia. Apenas um fragmento do que parece ser uma base de cálice feita em argila foi encontrada em coleta de superfície no sítio Areal do Mussuline.

Já as tentativas de aldeamentos dos padres franciscanos em um primeiro momento, e jesuítas posteriormente, parecem ter fracassado não apenas por conta das ações de apresamento vicentistas, mas também pela “inconstância” destas almas Carijó. Em uma frase, um desabafo esclarecedor: “ Neste mesmo dia começamos a fazer nossas doutrinas, às quais, como quer que, *omnia nova placent*, acudiam bem, mas eram tão poucos, e tão mal avenidos, que causavam pouco gosto” (LEITE, 1940: 221).

b) O Relato do Padre Inácio de Cerqueira (1635):

A primeira e mais importante dificuldade em se analisar o relato deixado pelo Pe. Inácio de Cerqueira se refere à anexação de informações de outras regiões que o padre deve ter visitado, tornando-se difícil em alguns momentos em se filtrar e perceber o que é notadamente matéria dos índios Carijó do litoral sul de Santa Catarina e o que pertence a outros lugares. Esta constatação é confirmada pelo Pe. Serafim LEITE, na introdução deste

documento: “O padre narra factos da sua época e de terras, onde ele próprio esteve” (1940: 495). O próprio contexto histórico da época, com a circulação de informações das mais diferentes partes do litoral brasileiro recolhidas pelas frentes evangelizadoras, devem ter influenciado a escrita que ora analisamos.

O ambiente, da Ilha de Santa Catarina para o sul, é caracterizado pela diminuição de grandes montanhas e por uma vegetação de plantas de pequeno porte. Cerqueira chega a afirmar que a terra está praticamente ao nível do mar, “de maneira que fica quasi ao lume da água do mar” (LEITE, 1940: 496). Sobre a qualidade dos solos, afirma que, apesar da pobreza relativa, “e contudo ainda cuida que nesta esterilidade levávamos a palma a todos os manjares do mundo” (LEITE, 1940: 496). O mar aberto, sem significativas formações rochosas, também é percebido pelo padre “porque rochedos, em que bata e se desfaça, nenhum acha nestas cento e sessenta léguas da costa” (LEITE, 1940: 497). Os ventos fortes, os areais (dunas) e o intenso frio também foram, mesmo que rapidamente, notados e anotados pelo jesuíta português.

Quanto ao número de casas ou quantidade de aldeias nada pudemos extrair deste documento, havendo apenas informações esparsas com quantidades de indivíduos capturados, catequizados deslocados ou mortos. Estes dados devem ser vistos com cautela, devido a quantidades altas de índios e bandeirantes, como mostra esta parte do texto:

Deste porto até ao Rio Grande, que dista para o Sul 70 léguas, não há outro onde possam entrar embarcações, e por isso aqui ficam todas ancoradas e nele achamos sessenta e duas dos Portugueses, que de várias Capitánias tinham lá ido este ano de 1635 ao resgate dos miseráveis Carijós; destas, eram quinze navios de alto bordo, e as demais, canoas mui possantes, em as quais, feita lista pelos mantimentos que levavam, e pelo porte das embarcações, esperavam os portugueses trazer acima de 12.000 Carijós cativos (LEITE, 1940: 505).

O porto em questão é o de Laguna e se a quantidade prevista de apresamentos foi concretizada, nada sabemos. Se já não bastassem as elevadas cifras de embarcações e índios a serem capturados em apenas uma temporada, surpreende também a presença de embarcações de outras capitánias que não a de São Vicente. Em outro momento, o padre jesuíta escreveu que os bandeirantes capturaram “acima de cento e vinte mil Carijós”

(LEITE, 1940: 509). É de se pensar se o padre não estaria trabalhando também com números referentes à ocupação Guarani de toda a região do Prata.

Da fauna/caça temos a disposição algumas informações pontuais. Cerqueira anotou que “a caça, que a terra dá, é a mesma que em todo o Brasil, mas se em toda a parte o senhor tem seus servos, que o louvem e engrandecem, aqui os traz em bandos e rebanhos pelos campos” (LEITE, 1940: 496). Porém, em seguida o autor afirma que os peixes e as aves eram menos saborosos e belas, respectivamente. Os únicos mamíferos citados são os veados, as baleias e os lobos marinhos.

Da flora/coleta, tem-se destaque para o consumo de palmitos na região:

Ainda que depois desta dureza, se desfazem todos em iguarias, por que, cozidos com a carne, ficam nabos e couves; com o peixe ficam salsa; moídos e torrados são biscoito; e desfeitos em farinha ficam pão; comidos só no talo são regalo de toda a fruta; e, temperados com a fome, sabem a tudo. Mas imitam muito a um pastel, porque não há nenhum tão folhado, nem por tão limpas mãos obrado, como estes se acham entre mil folhas de palmeira. Porém esta semelhança é só enquanto andam entre as mãos, que metidos na boca ficam palmitos (LEITE, 1940: 497).

A citação acima nos informa algo sobre o modo como o palmito era preparado e servido com outros alimentos, como verduras carnes e peixes, destacando-se também sua importância na dieta alimentar.

Os produtos cultivados que são citados são mandioca, feijão, milho, batatas e abóboras. Desta, Cerqueira destaca a sua grande importância extra alimentícia, servindo para a fabricação de recipientes utilitários: “não somente as estimam por tais para seu mantimento, mas o que mais prezão são os cascos de certa casta delas, de que fazem suas vasilhas, em que recolhem, bem como em pipas e tonéis, seu mantimento, e, como em caixas bem lavradas, todas as suas alfaias” (LEITE, 1940: 496).

Não conseguimos encontrar qualquer tipo de referência a regras de parentesco dos Carijós, ou ainda qualquer outro aspecto da organização social. Apenas registra-se a menção a vários nomes de principais da terra, de acordo com Cerqueira. Por exemplo, os índios Anjo e Grande Papagaio, que dividiam a chefia nas terras dos Carijó.

(...) Esta Província dos Carijós estava dividida em dois senhores idólatras, que a seu querer, a governavam. O primeiro é o Anjo, de que já falamos, que por outro nome se diz também Ara Abaeté, que quer dizer “Dia do Juízo”. O outro era um índio parente, mui chegado do mesmo Anjo, chamado Marunaguaçu, que quer dizer o “Grande Papagaio”.

A citação sugere que os principais possuíam também poderes xamânicos. O xamanismo aliás recebeu do padre uma dedicada atenção. Dividiu a ação dos “feiticeiros” em três tipos distintos, cujo resumo de sua descrição encontra-se abaixo:

- 1) xamã-curandeiro: O xamã-curandeiro tem larga ocorrência em vários grupos indígenas da América do Sul. Trata-se do indivíduo com poderes especiais que expulsa do corpo os males de que padece uma pessoa. Geralmente a doença ou feitiço sai do corpo pela boca do xamã, que chupa a região afetada. Via de regra existia todo um ritual preparatório, com danças e infusão de tabaco.
- 2) xamã-vingador: Trata-se geralmente do mesmo xamã-curandeiro, que também recebe “encomendas”, pedindo-se que se jogue um contra-feitiço para aqueles que se pensam terem feito algum mal, geralmente em forma de feitiço também. O padre descreve que o xamã realiza seu trabalho sobre algum objeto daquele que pretende-se atingir, além de colocar um animal pendurado em uma árvore. Este, aos poucos vai desfalecendo-se e, o mesmo acaba por acontecer com o sujeito alvo do feitiço, que vai morrendo aos poucos.
- 3) xamã-profeta: O terceiro tipo de xamã apontado pelo padre se refere aos caraíbas. Cerqueira descreve de maneira geral, que estes xamãs caminhavam de aldeia em aldeia, espalhando seu “bafo”, que transmitia um feitiço, fazendo com que todos o seguissem e o venerassem. Este “bafo” citado por Cerqueira pode ser interpretado como a fala, o discurso proferido por tais pessoas, aqui chamados de “Caraibebe”.

Na matéria de que trata sobre os “feiticeiros” Guarani, o autor faz um relato, ao que parece, de maneira panorâmica, incluindo informações obtidas também em outras partes

por onde passou. Em determinada passagem chegou a citar, por exemplo, o que parece ser o rio Paraná. De qualquer forma reafirma tais características para os grupos que conheceu ao sul da Ilha de Santa Catarina. Os grupos indígenas desta terra são, pois “muito dados ao vício da feitiçaria” (LEITE, 1940: 499).

O relato do padre jesuíta nos passa algumas informações importantes com relação aos inimigos históricos dos Carijós. Ao descrever a localização geográfica da “província dos Carijós”, ressalta os limites territoriais impostos pelos Guaianá:

Ficam metidos os Carijós entre dois paralelos, que os cingem pelo Oriente o mar oceano, e pelo Poente umas nação mui fera de Tapuias, que chamam Guainás. Assim viveram sempre os Carijós fechados, sem nunca poderem ganhar mais terra que a em que nasceram, porque o mar antes a come que não dá, e os Guaianás defendem a sua como cavaleiros, que na verdade são, mui esforçados (LEITE, 1940: 495).

Põe-se em prova, portanto, a permanente hostilidade entre grupos Carijós do litoral e os Guaianá, localizados mais para o interior, na região de Mata Atlântica e até mesmo no planalto da Serra do Mar.

Os Guaianás voltam ao relato quando se trata de descrever os rituais antropofágicos, já que os inimigos capturados em guerra viravam personagens importantes em tais ocasiões. O motivo mesmo da guerra estava aí colocado:

A causa disto foi que enquanto o Papagaio teve junto a si muitas povoações e aldeias de sua gente, fazia algumas entradas, levando consigo bons guerreiros, nas terras dos Guaianás, e com ciladas que lhes armavam traziam alguns deles cativos, para conforme a sua brutal fereza matarem em terreiro, armando-se cavaleiros, e depois desta solenidade os comiam em ódio e vingança, por serem inimicíssimos seus (LEITE, 1940: 509).

Segue-se um relato pormenorizado do ritual antropofágico que, igualmente à descrição dos “xamãs”, também se insere no texto características de grupos Tupi de outras partes do Brasil. Inclusive tem-se a menção da participação de uma missão pelo padre entre os índios Guaitacases, que habitavam território onde hoje se encontra o Estado do Rio de Janeiro.

Enquanto que no relato do Padre Jerônimo Rodrigues os Guaianá (ou Tapuia) não eram negociados de modo algum com os portugueses, com o passar dos anos parece que tal prática foi dando lugar à venda também dos inimigos capturados, mesmo que de modo tímido:

Estas são as amendoadas e apistos, com que em suas fraquezas e desfalecimentos de sua última velhice se conforta esta gente desta brutal inclinação, tão entalhada em todas as nações deste Brasil, que se deixa bem entender que não largariam os Carijós tão facilmente aos Portugueses os presos que tinham nas cordas para se armarem cavaleiros e depois os comerem. Porém, como totalmente careçam de ferramenta para lavrarem seus mantimentos, uma necessidade vencia outra e acabava com eles largarem aos Portugueses alguns Guainás que tinham em cordas a trôco da ferramenta que lhes davam (LEITE, 1940: 513).

Aqui se inter-relacionam os Carijó, os Guaianá e os brancos, estes “outros” que acabaram por transformar a geografia humana da região em estudo. O padre, em seu objetivo de defender a catequese indígena, tratou de atacar as atitudes dos bandeirantes vicentistas que, nesta época, partiam do porto de Laguna e da Foz dos rios Araranguá e Mampituba, levando em suas embarcações centenas de índios escravizados. O mesmo tema das alianças fechadas entre aldeias Carijó e brancos preadores, parecem ter colocado grupos de parentes e aldeias uns contra os outros, servindo os escravos como moeda de troca por produtos ocidentais, como roupas e ferramentas:

Como ser isto assim, são os Carijós de sua natureza muito interesseiros (vício comum a todas mais nações do Brasil), mas eles nisto os excedem a tôdas, e a causa é o trato que têm com os Portugueses, que começando a comerciar com eles chegaram a tanto extremo na venda de si mesmos que por uma carapuça resgatou um Português cinco Carijós vendidos de seus mesmos naturais. E outro Português comprou três Carijós por uma soalha de um pandeiro. Que emprego fizera, se o pandeiro lhe tangeria encordado com todas suas peças? Sem dúvida trouxera uma aldeia inteira (LEITE, 1940: 498).

E assim o comércio escravista foi despovoando esta terra, juntamente com um fator que, ainda em 1605, quando da visita da primeira missão jesuítica, não tinha, ao que parece,

afetado os grupos indígenas. Nos referimos aqui as epidemias, que pareciam em 1635 estarem grassando aldeias inteiras. Em vários pontos do texto, coloca-se ênfase na grande enfermidade que assolava a região, sendo naturalmente explicada pelo padre em termos de presença de demônios, do que trazida por brancos propriamente dito. A única doença especificada é o sarampo, em outros momentos também chamada de sarampão, que atingia aldeias inteiras, como a visitada pelos padres em determinada ocasião:

(...) Chegamos à Aldeia onde cuidávamos tínhamos a gente para carregar o navio, e na verdade estava mas era a peste do sarampão. Achamos só as sepulturas de muitos gentios e poucos deles vivos, e os mortos todos sem receberem água de Baptismo. (...) De feição que não achamos vivas mais que até 100 pessoas, as quais logo catequizamos e baptizamos, e considerando que se viéramos dois meses antes, pudéramos levar três navios carregados de almas, não havia sofrimento nem alívio, que nos mitigassem a grande dor que nos partia os corações (LEITE, 1940: 506).

A parte final deste trecho é reveladora também porque demonstra que as epidemias estavam em plena atividade de expansão, sendo os padres testemunhas oculares dos resultados nefastos que tais “armas” silenciosas dos brancos agiam sobre os grupos Guarani.

Estes documentos coloniais contribuem, portanto, para a construção de uma história Guarani de longa duração. Além das informações que podem ser utilizadas para fins arqueológicos e etnográficos, os dois relatos exibem uma história em plena mudança. A contraposição dos relatos dos Padres Jerônimo Rodrigues e Inácio de Cerqueira demonstra diversas alterações do modo de vida tradicional Guarani em uma distância de 30 anos entre uma expedição e outra, ressaltando-se a depopulação ocasionada por bandeiras paulistas e por doenças, muito citada por este último padre. Observa-se, de modo mais evidente, as interações entre evento e estrutura, constituindo ambos as mudanças e as permanências entre os índios Guarani desta parte do território brasileiro.

Os dados arqueológicos, ambientais e etnohistóricos apontam a inoperância do modelo *standard* adotado por alguns pesquisadores na Arqueologia Guarani. Ocorre, na área, mesmo depois de quase 500 anos de exploração intensiva pela sociedade moderna, uma grande abundância e variedade de espécies vegetais e animais. Estes recursos, de

acordo com o modelo proposto aqui, seriam manejados de forma a garantir produção e consumo durante todo o ano.

As datações obtidas para dois dos três sítios escavados, somados às descrições etno-históricas demonstram que a região suportou a ocupação Guarani por longo período de tempo. O grupo que formava ali um tekohá desapareceu apenas após o contato com os brancos, sendo devastados pelas epidemias e preagens escravizatórias.

CAPÍTULO 04

PERFIL TECNOLÓGICO DA CERÂMICA GUARANI

Neste capítulo apresentamos os resultados das análises comparativas das coleções cerâmicas Guarani associadas a três sítios da área estudada: Escola Isolada Lagoa dos Esteves, Lagoa Mãe Luzia e Cemitério Lagoa dos Esteves. A metodologia de análise empregada selecionou os atributos de análise de acordo com os critérios sugeridos por NEUMANN & DIAS (2005), no intuito de construção de um perfil tecnológico cerâmico dos sítios arqueológicos Guarani na Bacia do rio Araranguá.

Estes sítios foram escolhidos por terem sido submetidos a escavação durante o Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias, embora a maioria dos demais sítios arqueológicos registrados durante o Projeto de levantamento deste mesmo empreendimento tenham sido submetidos à coleta de superfície, formando um acervo considerável de material cerâmico. Apesar de terem sido escavados de acordo com o impacto da construção de uma rodovia, observa-se que produzem um bom diagnóstico de distribuição, já que os sítios Escola Isolada e Cemitério Lagoa dos Esteves estão relativamente distantes do sítio Lagoa Mãe Luzia.

Embora o material cerâmico tenha sido submetido a análises laboratoriais anteriores, preferiu-se realizar a análise novamente, partindo-se de metodologia e enfoque teórico distinto daquele adotado em LAVINA (2000), cujos resultados tratam de problemáticas de pesquisa distintas.

4.1. Metodologia de Análise

A seguir, descreveremos alguns atributos que contribuem para a caracterização de um perfil tecnológico, associado com informações sobre a funcionalidade dos três sítios aqui estudados. Antiplástico, espessura dos fragmentos, tratamento de superfície, reconstituição dos vasilhames, marcas de uso e tafonomia foram analisados com vistas a montar um quadro de variabilidade intra-sítio, de acordo com diferenças de mancha para mancha, e inter-sítio, considerando-se diferenças entre os três sítios estudados. Destacamos ainda que todos os conjuntos cerâmicos foram confeccionados pela técnica de roletagem.

Os critérios para definição de padrões de marcas de uso e marcas tafonômicas derivam de SKIBO (1992) e SCHIFFER (1987).

Antiplástico

Trata-se dos aditivos inseridos na argila, com vistas a diminuir sua plasticidade, aumentando desta forma a sua resistência e durabilidade. Pode estar presente na pasta da cerâmica por meio de materiais orgânicos ou inorgânicos. Contudo, o grande problema que se coloca para a análise do antiplástico é se, o material observado nos fragmentos foi colocado ali intencionalmente por mãos humanas, ou se é uma característica da argila, formada por processos geológicos. BROCHADO & LA SALVIA (1989) chamam a atenção no sentido de que ações pluviais, fluviais e/ou eólicas transportam sedimentos. Isto pode muito bem ser aplicado para o caso das margens do rio Araranguá, onde a argila pode ter recebido partículas de areias, misturando-se aos depósitos pedológicos ali presentes. Embora não tenha sido realizada uma análise arqueométrica no sentido de identificar as fontes de matéria prima utilizadas, é provável que a cerâmica dos sítios aqui estudados tenha sido confeccionada a partir dos depósitos de argila existentes no Rio Araranguá. Mas a confirmação desta hipótese só poderá ser obtida com análises físico-químicas das jazidas argilosas da região. Já o caco moído, por exemplo, também conhecido na literatura arqueológica como chamote, é uma prova irrefutável da intenção de diminuir a plasticidade da cerâmica. Após o artefato ter tido sua vida útil e esfacelar-se, a cerâmica é fragmentada e adicionada a pasta. Os indicadores estabelecidos a priori e identificados nos fragmentos foram: 1) Areia Fina: grânulos arenosos (quartzo, mica, etc.) menores que 2 milímetros, 2) Areia grossa: grânulos arenosos (quartzo, mica, etc.) iguais ou maiores que 2 milímetros, 3) Caco moído: pequenos fragmentos de cerâmica; 4) Carvão: pequenos fragmentos moídos, 5) Óxido: pequenos fragmentos com coloração vermelha. A observação de dois ou mais destes componentes, configurou a criação de um novo indicador.

Espessura dos fragmentos

As medidas das paredes podem fornecer informações importantes com relação à resistência (FAGUNDES, 2006) e as escolhas tecnológicas haja vista uma maior durabilidade dos vasilhames. No entanto, BROCHADO & LA SALVIA (1989) alertam que existem mais variáveis em jogo, afirmando que formas globulares tendem a ter mais resistência a choque físico do que àqueles confeccionados com outras formas. As dimensões foram divididas aleatoriamente, da seguinte maneira: 1) paredes com espessura a partir de 0 até 5 milímetros, 2) paredes com espessura de 6 a 10 milímetros, 3) paredes com espessura de 11 a 15 milímetros, 4) paredes com espessura de 16 a 20 milímetros e 5), paredes com espessura de 21 a 25 milímetros. Acima disso, não foram observados nenhum exemplar.

Tratamento de superfície

De acordo com BROCHADO & LA SALVIA (1989), o vasilhame recebe dois tipos de acabamento: um de cunho prático, que se encerra com um banho de barbotina e o alisamento da superfície e outro com finalidade produtiva e/ou artística, recebendo uma decoração que pode ser plástica ou pintada. Ainda segundo estes autores, o tratamento plástico “é aquela que resulta da modificação tridimensional da superfície da parede de uma vasilha com a argila ainda moldável e anterior à queima” (BROCHADO & LA SALVIA, 1989: 35). Resulta em tipos conhecidos na nomenclatura arqueológica como corrugado, inciso, unglado, pontado, acanalado, espatulado, etc., em uma grande gama de combinações e justaposições. A decoração pintada requer um maior tempo e cuidado para a sua elaboração e, muito provavelmente os vasilhames com este tipo decorativo eram utilizados exclusivamente em ocasiões especiais, como cerimônias, festas e ritos de passagem. É muito difícil buscar padrões na cerâmica pintada, pois varia muito de acordo com quem a fabricou. Conforme LIMA (1986), as artesãs decoram uma vasilha levando-se em conta o jogo de relações entre as escolhas individuais e a tradição grupal. Mesmo havendo que se submeter às regras culturais, via de regra pode-se identificar quem é autora desta ou daquela decoração. Como ausente de decoração, definimos aqueles fragmentos, que como dito anteriormente, receberam apenas o alisamento e banho, sendo então finalizados sem a adição de tratamento/decoração propriamente dita. Os atributos foram

estabelecidos considerando-se o tratamento de ambos os lados dos fragmentos, resultando na seguinte classificação: 1) Alisado: Ambas superfícies apenas alisadas, 2) Corrugado: alterações plásticas na parte externa e alisado na parte interna, 3) Ungulado: alterações plásticas na parte externa e alisado na parte interna, 4) Inciso: incisões horizontais na parte externa e alisado na parte interna, 5) Roletado: marcas de roletes na parte externa e alisado na parte interna, 6) Pintado externo: desenhos geométricos na parte externa pintados em vermelho, com fundo branco e alisado na parte interna, 7) Pintado interno: pinturas geométricas na parte interna em vermelho com fundo branco, 8) Engobo vermelho: pintura em vermelho especificando-se em que lado ocorre, sendo o lado oposto alisado, 9) Engobo branco: pintura em branco especificando-se em que lado ocorre, sendo o lado oposto alisado. Quando ocorrem combinações, são especificados a que parte pertencem, criando-se desta forma novas classificações (corrugado externo + engobo vermelho interno, por exemplo).

Forma/Função

A reconstituição das formas das vasilhas cerâmicas se processou de acordo com a metodologia proposta por MEGGERS & EVANS (1970), através da análise de perfis de bordas. Estas são desenhadas de acordo com sua inclinação original, posteriormente tirando-se o ângulo de abertura da boca, com a utilização de um ábaco.

Com os dados da reconstituição das formas das vasilhas e seus presumíveis tamanhos, intentou-se classificá-las de acordo com as propostas de BROCHADO & LA SALVIA (1989), BROCHADO, MONTICELLI & NEUMANN (1990) e BROCHADO & MONTICELLI (1994). Com a utilização de dados etno-históricos e etnográficos, além do estudo de vasilhas inteiras depositadas em museus, estes autores constituíram uma nomenclatura que pudesse dar conta das diferentes funções desempenhadas por estes artefatos, conforme a morfologia. Nos três sítios estudados, pudemos evidenciar seis tipos diferentes de formas reconstituídas que se assemelham às características apontadas por BROCHADO & MONTICELLI (1994) e que resumimos abaixo:

Yapepó: Classifica-se como yapepó aquelas vasilhas que preferencialmente foram utilizadas para cozinhar alimentos, sendo traduzidas por Montoya como *ollas* (panelas). São caracterizadas por bordas abertas ou discretamente fechadas, corpos com bojos salientes e bases tanto cônicas como redondas. Receberam também subclassificações de acordo com seu tamanho. As pequenas têm abertura de boca entre 12 e 16 centímetros, as médias entre 18 e 30, e as grandes acima de 32 centímetros. Mesmo que tenham tal morfologia, as bordas com motivos pintados estão fora desta classe, uma vez que não poderiam sofrer ação do fogo.

Ñaetà: Equivalem às vasilhas popularmente conhecidas como caçarolas. Também eram utilizadas para cozinhar alimentos, preferencialmente que necessitem de água para a fervura. As bordas são comumente retas ou levemente inclinadas, acompanhando o bojo que geralmente é sutilmente aberto. As bases são planas ou arredondadas. Como no caso dos yapepós, por irem ao fogo, não podiam ser pintadas. De acordo com os autores, existem dois tipos, conforme o tamanho: os médios que têm abertura de boca de 30 a 48 centímetros e os grandes, que possuem abertura acima de 50 centímetros.

Ñamopyu: São os tostadores utilizados para produzir farinha ou beijus, feitos a partir da mandioca. As bordas são muito discretas e ligeiramente convexas, com a quase inexistência de corpo, já que as bordas ligam-se diretamente com as bases, que geralmente são retas. Foram também subclassificadas de acordo com o tamanho, dividindo-as entre normais, com abertura de boca entre 18 e 32 centímetros e grandes, acima de 34 centímetros. Também não podiam ser pintadas, uma vez que eram igualmente submetidas à altas temperaturas.

Cambuchí: O cambuchí tinha dupla função para os Guarani. Primeiramente, era utilizado para armazenar e servir líquidos, principalmente utilizado nos rituais de beberagens do cauim. Também era utilizado como urna funerária, para enterramentos primários ou secundários. As bordas são levemente abertas, com corpo geralmente com formato complexo, formado muitas vezes por até três ombros. As bases foram descritas por Montoya tanto planas bem como redondas. Outra característica comum é a pintura, realizada na parte externa e superior das vasilhas. Quanto ao tamanho, ter-se-ia as

pequenas, com diâmetro de boca que oscila entre 18 e 34 centímetros, e as grandes, com aberturas superiores a 36 centímetros.

Ñaembé: São entendidas como as vasilhas que eram utilizadas nas refeições, para uso individual ou coletivo, de acordo com o tamanho. Os ñaembés possuem bordas levemente abertas ou verticais, seguindo as curvas do restante do corpo. As pequenas têm dimensões entre 12 e 16 centímetros, e as grandes circulando entre 28 a 34 centímetros de abertura de boca. As bases são via de regra tidas com morfologia levemente arredondadas.

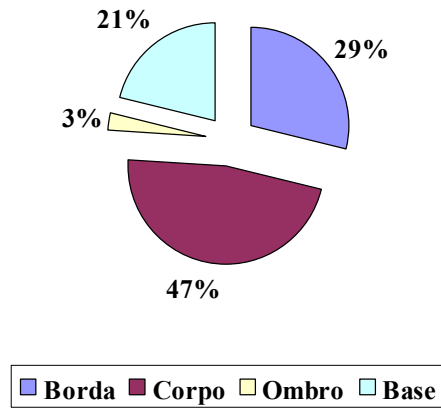
Cambuchí caguabá: Esta classe se assemelha muito aos ñaembés, sendo inclusive no mais das vezes difícil diferenciá-las a partir da reconstituição somente por meio de bordas. Têm utilidade no consumo de líquidos, para uso individual ou coletivo. As bordas, bem como o bojo, são de dois tipos. Existem aquelas levemente abertas ou verticais, semelhantes aos pratos de comer, e as infletidas com carenas pronunciadas, que possuem decoração pintada em sua parte superior, até a inflexão da carena. Os diâmetros de boca giram em torno de 12 a 16 centímetros para as vasilhas consideradas médias, e de 18 a 36 centímetros, para as grandes. As bases são na maioria dos casos com formato cônico.

4.2. Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves.

Este sítio é composto por uma única mancha escura no solo com cerca de 64 m², onde se localizavam os elementos de cultura material em uma camada estratigráfica média de 08 centímetros. Está assentado sob uma meia encosta, a 40 metros acima do nível do mar. Além dos fragmentos cerâmicos ora analisados, também foram encontrados material lítico, faunístico e florístico.

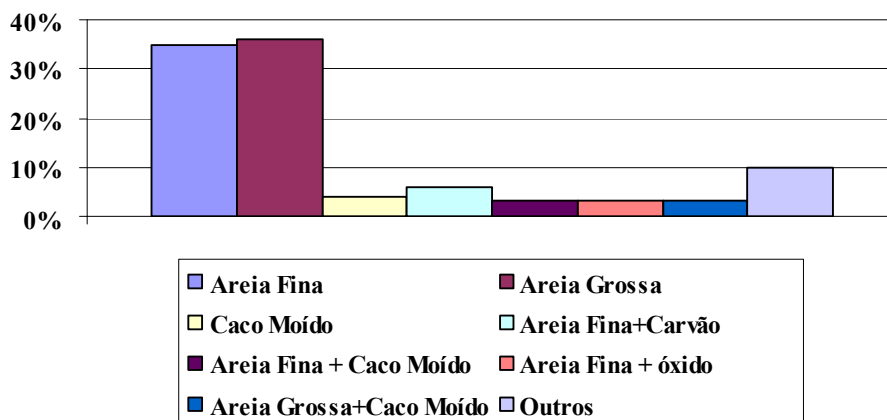
Dos 193 fragmentos analisados deste sítio, 47 % fazem parte do corpo dos vasilhames, seguido 29% de bordas e 21% de bases. A parte do ombro está presente em apenas 3% do total.

**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Fragmentos Cerâmicos**



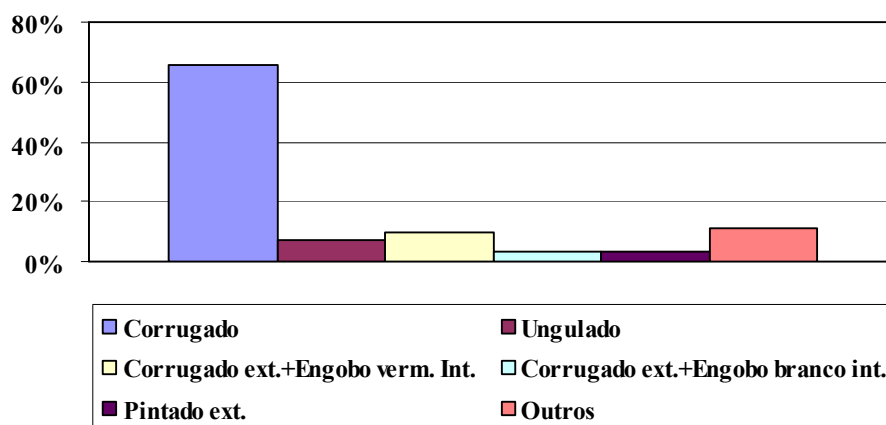
Estão presentes na amostra 13 tipos diferentes de antiplástico, seja presente com um elemento apenas ou ainda em combinações. A areia grossa ocorre em maior quantidade, com 36% do total analisado. Logo em seguida tem-se a areia fina, com 35%. Os demais aditivos acontecem em menor quantidade: Areia fina + carvão (6%), caco moído (4%), areia fina + caco moído (3%), areia fina + óxido (3%), areia grossa + caco moído (3%), óxido (2%), além de outros tipos menos recorrentes, que somam 10%.

**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Antiplástico**



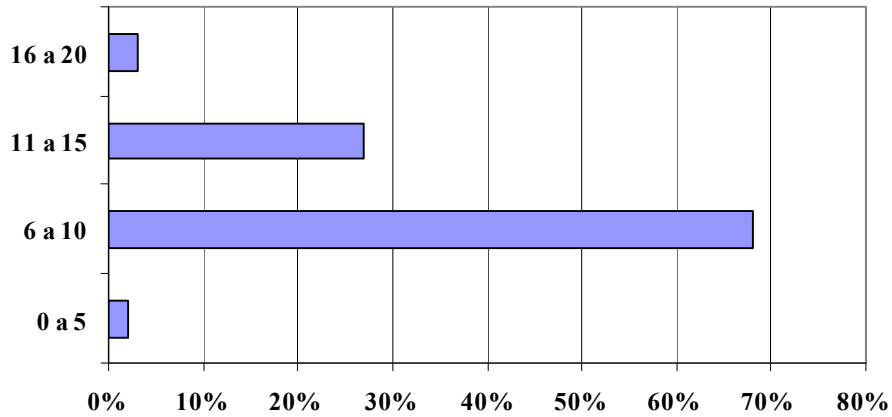
Na amostra analisada há presença majoritária de tratamento de superfície corrugado (66% da amostra), seguido pela combinação de corrugado externo + engobo vermelho interno (10% da amostra). O ungulado aparece em 7% dos casos, enquanto que o pintado externo e a junção do corrugado externo com o engobo branco interno obtiveram 3% cada. Mesmo que em porcentagens pequenas, ocorre também uma variedade considerável de tipos de tratamento de superfície. O restante da amostra apresentou grande variação de tratamento de superfície, sendo agrupados como “outros tipos” e somando 11%.

Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Tratamento de Superfície



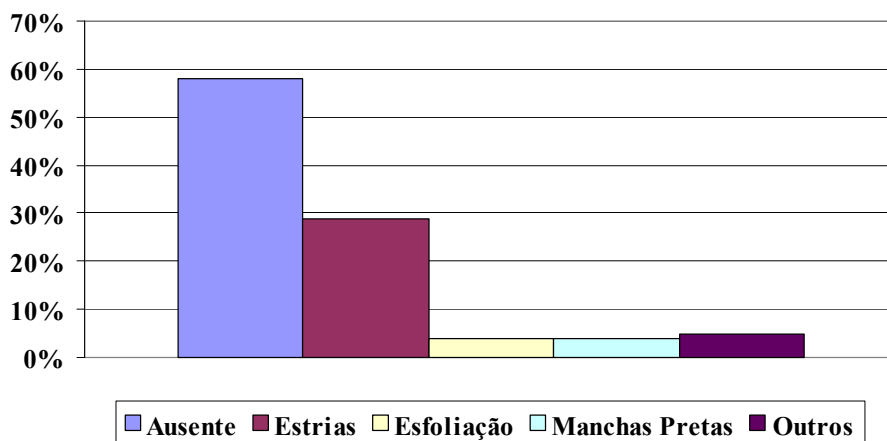
As medidas das paredes dos fragmentos tiveram, em sua maioria, espessuras que variaram entre 6 e 10 milímetros (68%). Já as que apresentaram em média de 11 a 15 milímetros, tiveram presença de 27% e as que se encontram entre 16 e 20 milímetros, com 3% do total. Por último, foram percebidas medidas entre 0 a 5 milímetros em apenas 2% dos casos.

Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Espessura dos fragmentos (em mm)



Não foi possível classificar marcas de uso em 58% do total analisado deste sítio. Quando isto foi possível, as estrias apareceram em maior número, representando 29% da amostra. Os outros tipos identificados foram: esfoliação (4%), manchas pretas (4%), além de outros tipos com ocorrência total de 5%.

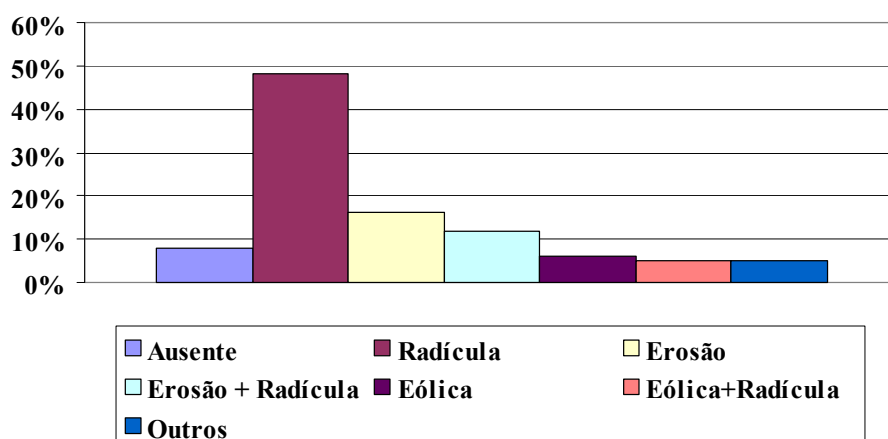
Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Marcas de Uso



No que tange os processos tafonômicos que atingiram a cerâmica estudada, temos a radícula presente em 48% da coleção total. A erosão está presente em 16% dos casos, e a conjunção da erosão mais radícula com 12%. Ainda tivemos as ações eólicas com 6%,

eólica + radícula (5%), e outros tipos que agrupados somaram 5%. A ausência de tais alterações somaram 8%.

Sítio Arqueológico Escola isolada Lagoa dos Esteves
Tafonomia



Foi possível a reconstituição de 18 bordas, resultando na identificação de nove (09) yapepós, sendo seis (6) corrugados e três (3) corrugado externo com engobo vermelho interno. Quanto às dimensões, cinco (5) podem ser consideradas de tamanho médio e quatro (4) grandes. Os ãaembés são em número de quatro (4), com dois (2) corrugado externo e engobo vermelho interno, um (1) unglado externo com engobo vermelho interno e um (1) alisado. Os tamanhos estão bem distribuídos, com a presença de um (1) pequeno, um (1) médio e dois (2) grandes. A outra classe de vasilhames presentes na coleção é o cambuchí caguabá, com cinco (5) unidades, cujo tratamento de superfície é corrugado em uma (1) peça, unglado em um (1), pintado externo em dois (2) e pintado externo com engobo vermelho interno em um (1), podendo todas serem consideradas de grandes dimensões.

Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Forma/Função

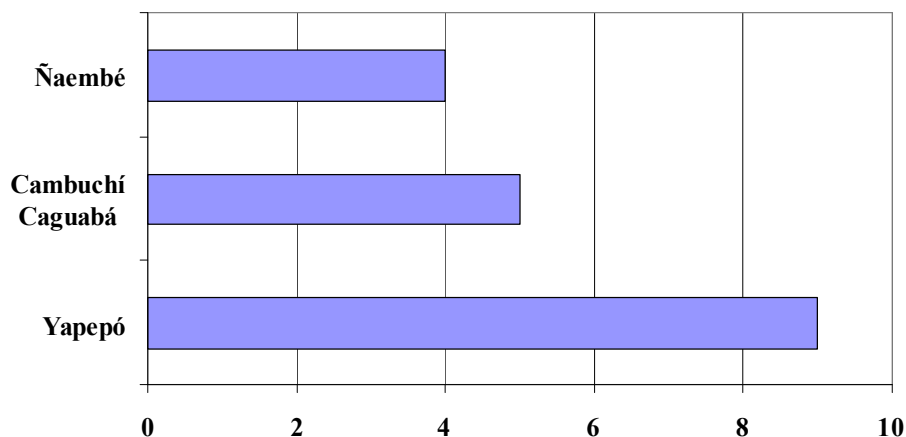


Tabela 02: Bordas reconstituídas do sítio arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

Nº	Forma	Diâm. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	Yapepó	31,8	areia fina e carvão	corrugado ext. e engobo vermelho int.	12 mm	ausente	manchas pretas e estrias na parte interna
2	ñaembé	23,4	areia fina e caco moído	corrugado ext. e engobo vermelho int.	10 mm	estrias internas	radícula
3*	Ñaembé	33,4	areia fina e caco moído	corrugado ext. e engobo vermelho int.	11 mm	ausente	radícula
4	Yapepó	40,6	areia grossa	corrugado	17 mm	estrias internas	radícula
5	Yapepó	23,4	areia fina	corrugado	08 mm	estrias internas	erosão
6	Yapepó	31,8	areia grossa	corrugado	11 mm	esfoliação e estrias na parte interna	radícula
7	Yapepó	23,4	areia grossa e caco moído	corrugado	08 mm	estrias internas	eólica e radícula
8	cambuchí caguabá	31,8	areia grossa	corrugado	12 mm	ausente	eólica e radícula
9*	Cambuchí caguabá	18,4	areia fina	ungulado	05 mm	ausente	radícula
10*	Ñaembé	18,4	areia fina e carvão	ungulado ext. e engobo vermelho int.	06 mm	ausente	radícula
11	yapepó	21,6	areia fina	corrugado ext. e engobo vermelho int.	09 mm	estrias internas	erosão e radícula

12	yapepó	26,6	areia grossa	corrugado ext.e engobo vermelho int.	08 mm	estrias internas	radícula
13	yapepó	20	areia grossa	corrugado	07 mm	ausente	erosão
14	cambuchí caguabá	25	areia fina e carvão	pintado ext.	09 mm	ausente	eólica e radícula
15*	Ñaembé	33,2	areia grossa	alisado	10 mm	ausente	erosão
16*	cambuchí caguabá	26,6	areia fina e carvão	pintado ext.e engobo vermelho int.	07 mm	ausente	erosão
17*	cambuchí caguabá	28,2	areia fina e carvão	pintado ext.	/ mm	ausente	radícula
18	yapepó	40,6	areia fina e carvão	Corrugado	14 mm	ausente	radícula

Considerações Gerais

A pasta da cerâmica analisada apresentou uma grande quantidade de areia, seja fina ou grossa. Isto remete provavelmente à fonte de matéria prima onde as artesãs buscaram a argila para a confecção dos vasilhames. Quanto ao antiplástico encontrou-se maior proporção de areia grossa, que de acordo com a observação dos fragmentos, teria dificultado o alisamento das peças, uma vez que fragmentos de quartzo criaram sinuosidades nas paredes em muitos casos. O caco moído e o carvão, que foram adicionados intencionalmente, estão presentes em poucas proporções.

O corrugado é, de longe, o tratamento de superfície com maior presença na coleção, sendo seguido apenas pelo mesmo tratamento com engobo vermelho na superfície interna. Mesmo em menores proporções, os tratamentos eminentemente decorativos estão presentes, sozinhos ou ainda combinados com outros motivos plásticos, como o unglado. Em média, as medidas predominantes (6 a 10 mm) denotam paredes relativamente finas, podendo sugerir vasilhames em sua maioria com dimensões reduzidas.

Quanto às formas reconstituídas, apontam para a presença exclusiva de vasilhames utilizados na preparação e consumo de alimentos. Os yapepós, em maior número, afirmam a preparação principalmente de alimentos sólidos que iam ao fogo. O tratamento de superfície destas panelas coincide com tal função, uma vez que todos os exemplares possuem tratamento corrugado na parte externa, com alguns engobados de vermelho na parte interna, que podem sugerir algum tipo de conexão com a função de cozimento, já que pode ser observada em vários yapepós reconstituídos. Os ñaembés, utilizados para servir alimentos sólidos também tem correspondência com o tratamento de superfície, em sua

maioria com tratamento plástico externo, enquanto que os cambuchís caguabá, utilizados para servir líquidos e presentes nos rituais de beberagens, possuem tratamento pintado em sua maioria, mas com presença também de tratamento plástico.

Destaca-se ainda a ação de raízes como modificadores das propriedades originais da cerâmica. Para que as escavações pudessem ser efetivadas, foi retirado da superfície do sítio, um capoeirão, que deve ter influenciado na alta presença destas marcas nos fragmentos. Contudo, outros elementos como as ações dos ventos e das chuvas estão presentes, confirmando o alto grau de erosão em que se encontra este sítio que, localizado em uma meia encosta, está exposto as mais diversas intempéries.

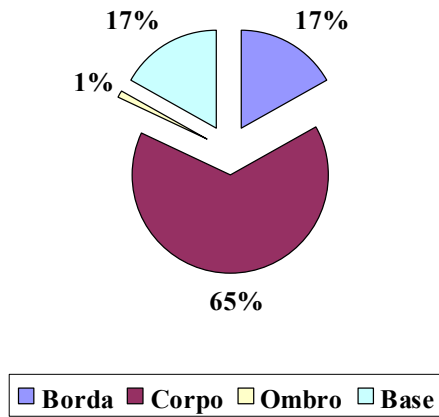
4.3. Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia.

O sítio Lagoa Mãe Luzia é composto por três manchas escuras no solo, onde concentraram-se as escavações realizadas em 1999. Está assentado sobre uma planície, a 300 metros da Lagoa Mãe Luzia, curso d'água mais próximo. A mancha 01 possui 14 x 10 metros, a mancha 02 12 x 8 metros e na numerada como 03, não pode ser identificado nitidamente os contornos da mancha. Além da cerâmica, material lítico, de fauna e de flora foram resgatados, em menor quantidade.

Mancha 01

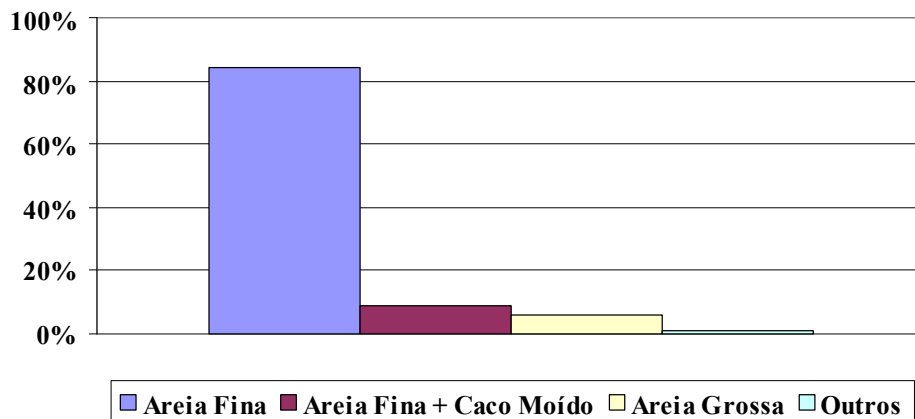
Da mancha 01 deste sítio foram analisados 89 fragmentos cerâmicos, sendo 65% pertencentes ao corpo da vasilha; as bordas e as bases estão representadas com 17% cada, e o ombro com apenas 1%.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Fragmentos Cerâmicos



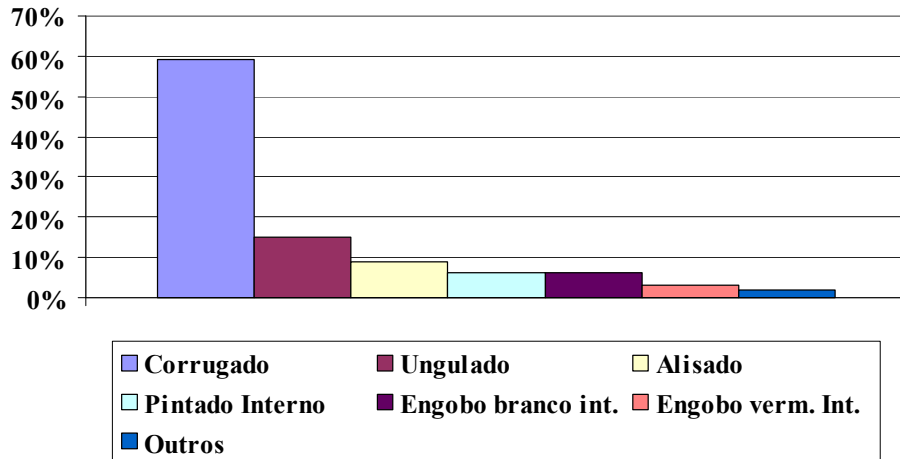
O antiplástico está composto em sua maioria por areia fina, presente em 84% de todo o conjunto. O restante ainda é composto por areia fina + caco moído (9%), areia grossa (6%) e 1% de outros tipos reunidos em um tópico apenas.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Antiplástico



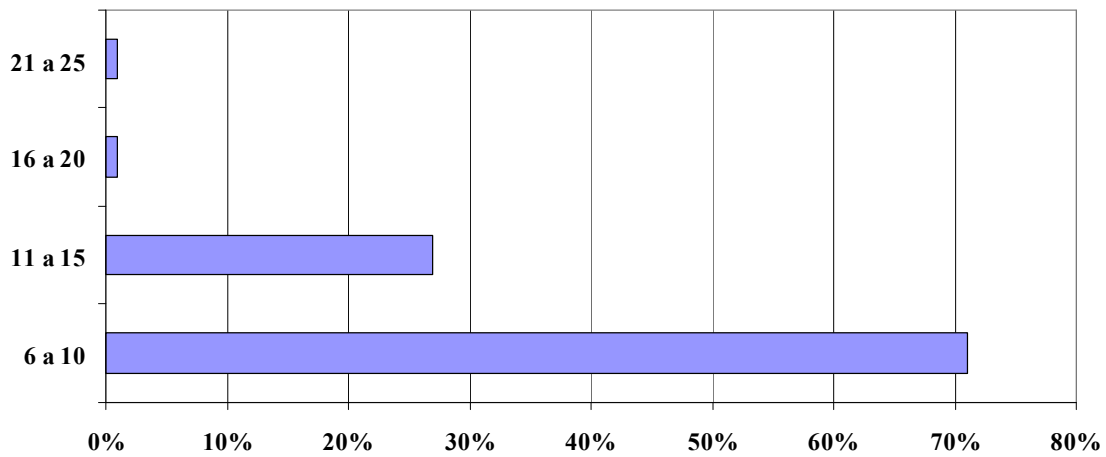
O tratamento de superfície predominante está representado pelo motivo corrugado com 59% da amostra, seguido pelo tratamento ungulado (15%), alisado (09%), pintado interno e engobo branco interno (ambos com 6%) e engobo vermelho interno (3%). Os 2% restantes da coleção apresenta grande variedade de tratamentos de superfície, agrupados como “outros”.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Tratamento de superfície



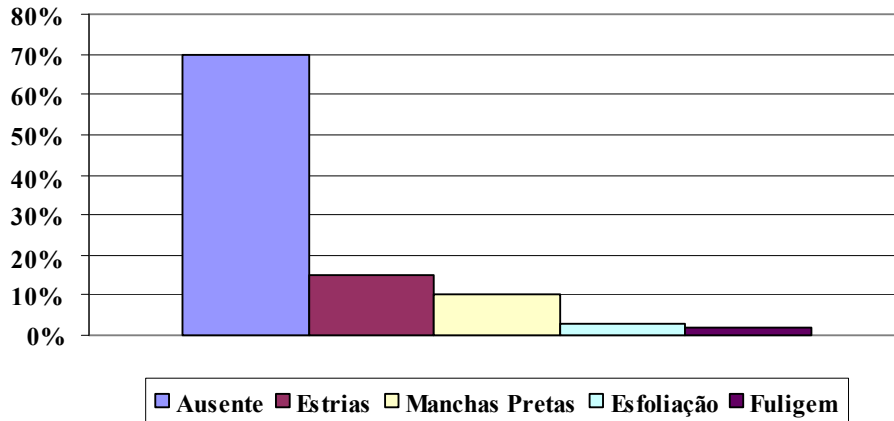
No que se refere à espessura dos fragmentos, a grande maioria mediu de 6 a 10 milímetros (71%), seguido por fragmentos cuja espessura se encontra entre 11 e 15 milímetros (27%). Não foram percebidos fragmentos com menos de 6 milímetros de espessura.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Espessura dos Fragmentos (em mm)



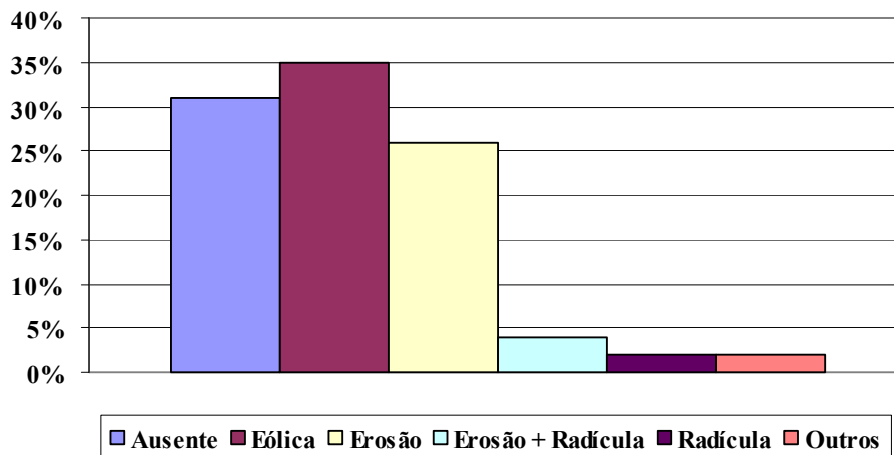
Em 70% dos casos, não foi possível perceber marcas de uso nos fragmentos analisados. Naqueles que puderam ser identificados, temos o seguinte resultado: estrias (15%), manchas pretas (10%), esfoliação (3%) e fuligem (2%).

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Marcas de uso



Nesta mancha, a análise tafonômica demonstrou que boa parte dos fragmentos esteve sob ação eólica (35%), seguido da erosão com 26% do total. Ainda puderam ser identificados a conjunção de erosão + radícula (4%), radícula (2%) e outros tipos que agrupados somaram 2%. Ainda em 31% dos casos, não foi possível identificar qualquer elemento tafonômico.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Tafonomia



Foram reconstituídas 15 bordas, distribuídas em três (3) tipos de vasilhames, de acordo com a nomenclatura adotada. Dos nove (9) yapepós observados, oito (8) são corrugados e somente um (1) contém a parte externa alisada e interna com engobo vermelho. Quanto as dimensões, seis (6) deles são de dimensões médias e três (3) grandes.

Os ñaembés são em número total de cinco (5), sendo dois (2) com engobo branco interno, dois (2) com pintura interna e um (1) com pintura externa e engobo branco interno. As dimensões indicam a presença de dois (2) vasilhames pequenos, dois (2) médios e apenas um (1) grande. Foi identificada para esta mancha apenas um (1) cambuchí caguabá de pequenas dimensões e com tratamento de superfície totalmente alisado.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 01
Forma/Função

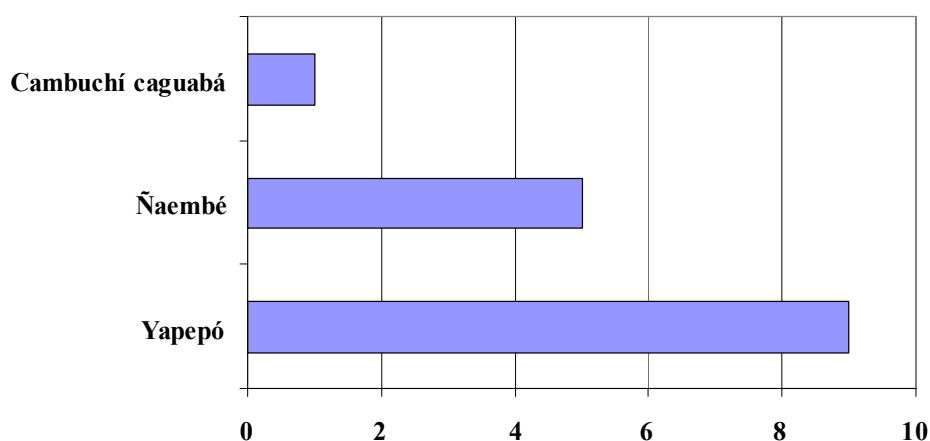


Tabela 03: Bordas reconstituídas da Mancha 01 do sítio arqueológico Lagoa Mãe Luzia (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

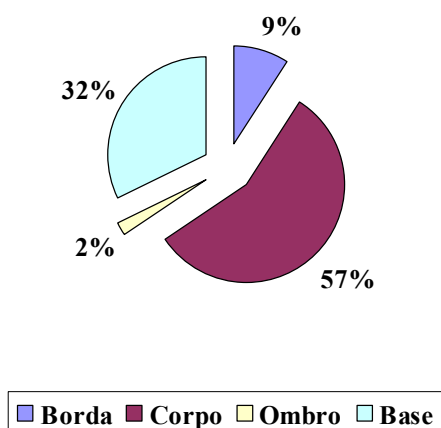
Nº	Forma	Diam. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	yapepó	25	areia fina	engobo vermelho int.	08 mm	estrias internas	erosão
2	ñaembé	13,4	areia fina	engobo branco int.	07 mm	ausente	erosão
3	ñaembé	28,2	areia fina	engobo branco int.	07 mm	ausente	erosão e radícula
4	ñaembé	13,4	areia fina	pintado ext. e engobo branco int.	06 mm	ausente	erosão
5*	ñaembé	20	areia fina	pintado int.	08 mm	ausente	erosão
6	ñaembé	25	areia fina	pintado int.	10 mm	estrias internas	erosão e arado
7	yapepó	47,6	areia fina	corrugado	11 mm	esfoliação interna	eólica
8*	yapepó	31,8	areia fina	corrugado	10 mm	ausente	arado e radícula
9	yapepó	28,2	areia fina	corrugado	10 mm	fuligem interna	eólica
10*	yapepó	25	areia fina	corrugado	09 mm	ausente	ausente
11	yapepó	31,8	areia grossa	corrugado	09 mm	esfoliação	eólica

						interna	
12	yapepó	18,4	areia fina	corrugado	07 mm	ausente	ausente
13	cambuchí caguabá	10	areia grossa	alisado	06 mm	ausente	ausente
14*	yapepó	28,2	areia fina	corrugado	09 mm	ausente	ausente
15	yapepó	28,2	areia grossa	corrugado	13 mm	ausente	erosão

Mancha 02

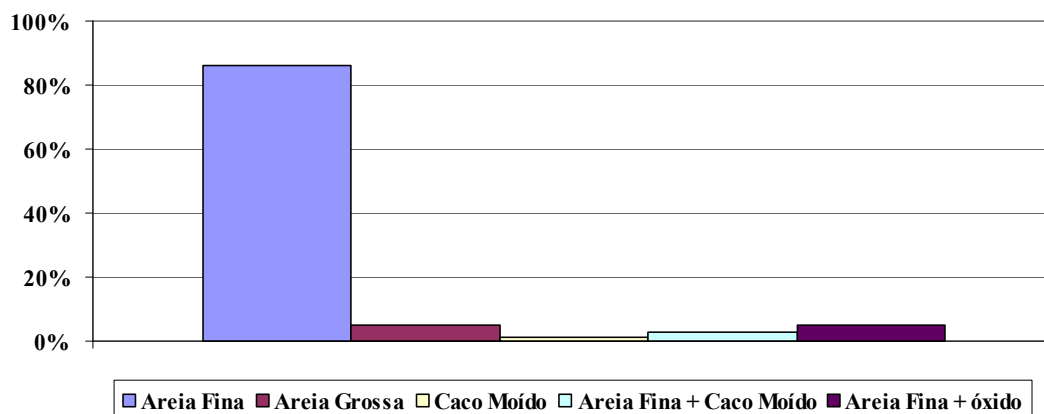
Dos 87 fragmentos analisados da mancha 02, mais da metade (57%) é formado por partes do corpo, enquanto que 32% compõem-se de bases, seguidos por bordas (9%) e ombro, com apenas 2% do total.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 02
Fragmentos Cerâmicos



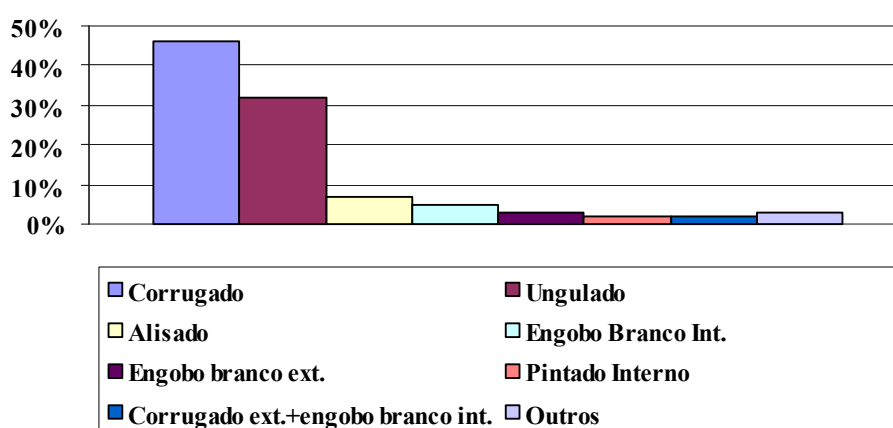
A grande maioria do antiplástico presente na pasta é composto por areia fina, em 86% dos casos, seguido por areia grossa e areia fina + óxido, ambos com 5%. A areia fina + caco moído aparece com 3%, além da composição apenas com caco moído, com 1% somente.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 02
Antiplástico



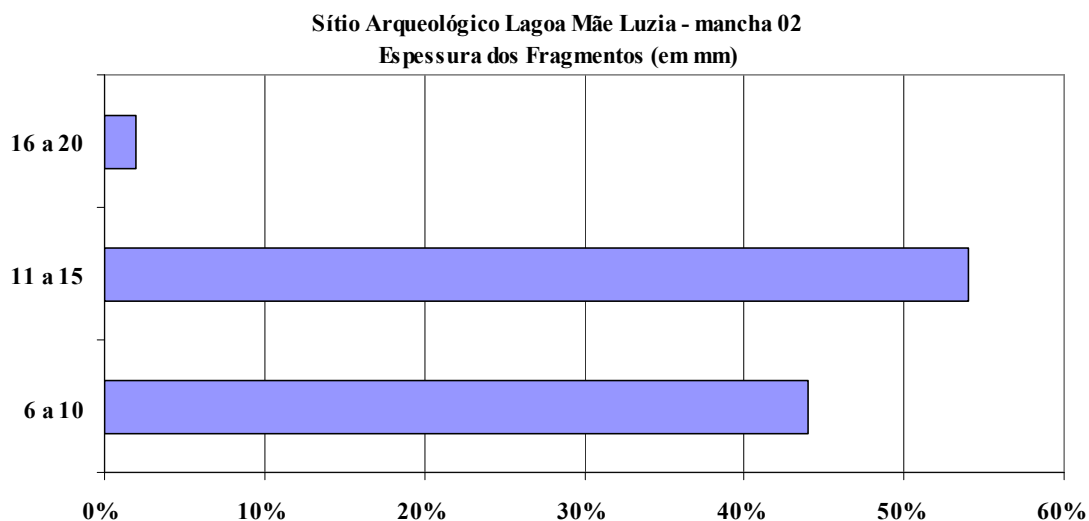
Com relação ao tratamento de superfície, o corrugado aparece em maior quantidade, com um percentual de 48%. Nesta mancha, também ocorreu uma significativa presença de tratamento ungulado, com expressivos 32%, em comparação com as outras manchas/sítios. O simplesmente alisado ocorre em 7% dos fragmentos, seguindo-se outros tratamentos menos populares: engobo branco interno (5%), engobo branco externo (3%), corrugado externo + engobo branco interno (2%), além de demais tipos menos populares, que somam 3%.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 02
Tratamento de superfície

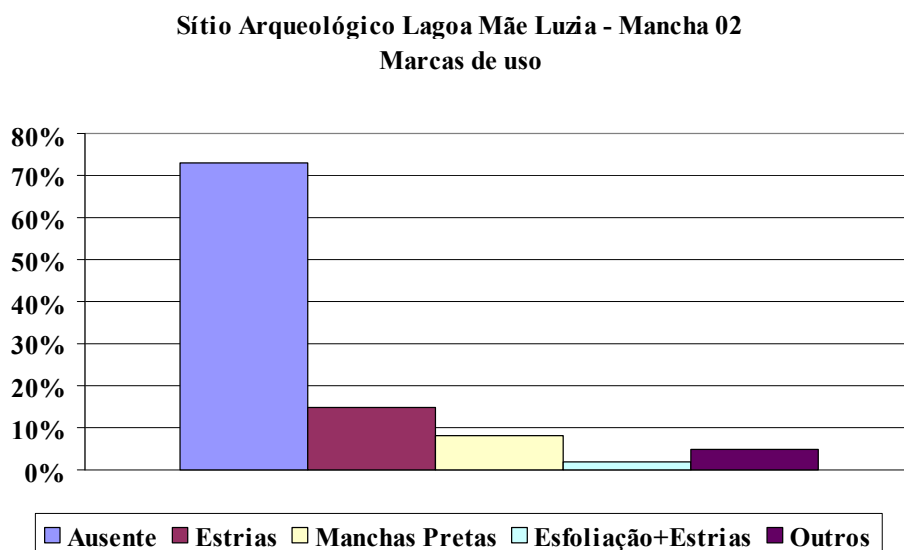


Os maiores índices na espessura alcançados nesta mancha são os que se encontram entre 11 e 15 milímetros de largura, totalizando 54%, seguido por fragmentos que possuem

entre 6 e 10 milímetros, com 44% do total. Os fragmentos entre 16 e 20 milímetros compreendem 2%, sendo que paredes menores que 5 milímetros não foram percebidas.



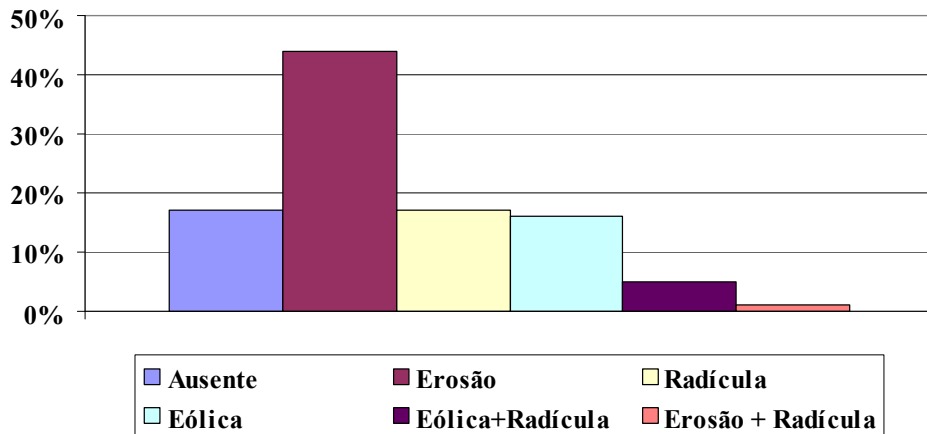
Não foram percebidas marcas de uso em 73% do total analisado. Nos fragmentos que tais sinais se fizeram presentes, destacam-se as estrias com 15%. As manchas escuras apareceram em 8% do material, a combinação de esfoliação + estrias em 2%, completando com o percentual de 2% para outros tipos de tratamento menos populares.



Os processos tafonômicos que agiram neste conjunto artefactual tiveram os seguintes resultados. A erosão está presente em 44% dos casos, ausência de qualquer sinal com 17%,

presença de marca de radícula 17%, transformações por ações eólicas 16%, eólica combinada com radícula 5% e por fim, erosão + radícula com 1%.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 02
Tafonomia



Apesar de terem sido reconstituídas apenas 8 vasilhames na mancha 02, obteve-se a presença de cinco classes diferentes. A que ocorre em maior quantidade é o yapepó, em número de três (3), sendo um (1) corrugado, um (1) ungulado e outro corrugado externo com engobo vermelho interno. Se diferenciam nas dimensões em duas grandes e uma pequena. Os ñaetás são dois (2), com um (1) corrugado e outro corrugado externo com engobo vermelho interno e ambos podem ser considerados como de grandes dimensões. Há um (1) ñaembé corrugado externamente e com engobo vermelho interno de tamanho grande, um (1) cambuchí caguabá médio pintado externamente e ainda um (1) cambuchí corrugado grande.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 02
Forma/Função

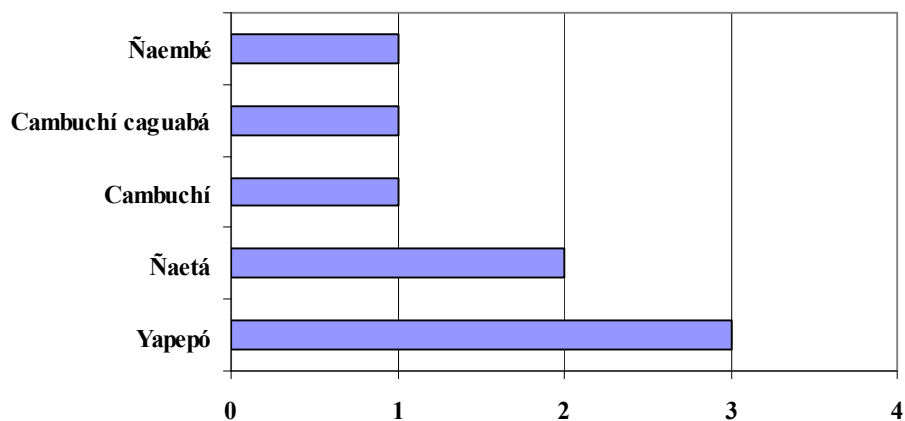


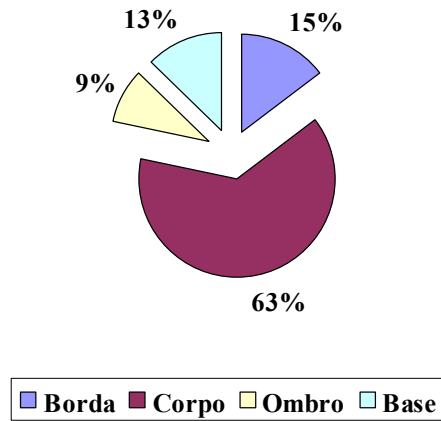
Tabela 04: Bordas reconstituídas da Mancha 02 do sítio arqueológico Lagoa Mãe Luzia (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

Nº	Forma	Diam. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	yapepó	10	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	ausente
2	cambuchí caguabá	20	areia fina	pintado int.	09 mm	ausente	erosão
3	ñaembé	40,6	areia fina	corrugado ext. com engobo vermelho int.	11 mm	ausente	eólica e radícula
4	yapepó	30,8	areia fina	corrugado	12 mm	ausente	eólica e radícula
5	cambuchí	40,6	areia fina	corrugado	12 mm	ausente	eólica e radícula
6	yapepó	45,2	areia fina	corrugado ext. e engobo vermelho int.	10 mm	estrias internas	radícula
7	ñaetá	38	areia fina e caco moído	corrugado ext. e engobo vermelho int.	13 mm	esfoliação interna	eólica
8	ñaetá	40,6	areia fina	corrugado	13 mm	ausente	eólica e radícula

Mancha 03

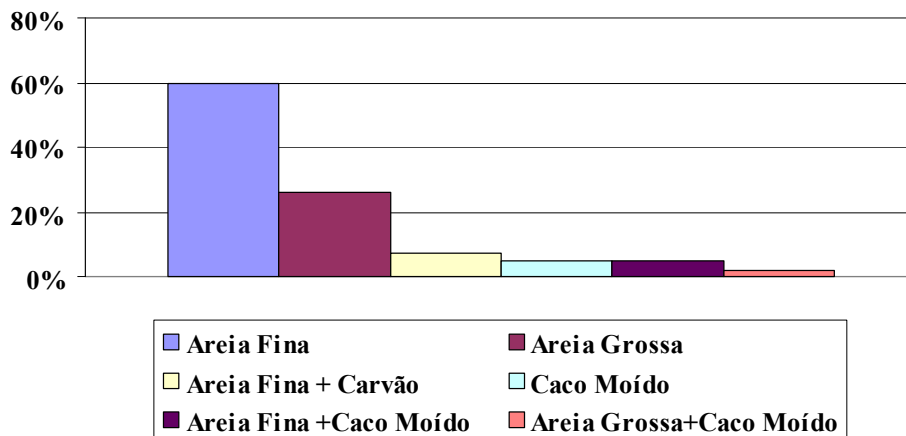
Da mancha 03 deste sítio, foram analisados 55 fragmentos. Destes, 63% faziam parte do corpo das vasilhas, 15% das bordas, 13% de bases e 9% de ombros.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Fragmentos cerâmicos



Deste montante, mais da metade (60%) contêm areia fina em sua pasta, seguido pela presença de areia grossa em 26% do material analisado. Menos populares, mas presentes na coleção, estão a combinação de areia fina + carvão, com 7%, areia fina + caco moído (5%) e ainda areia grossa + caco moído com 2%

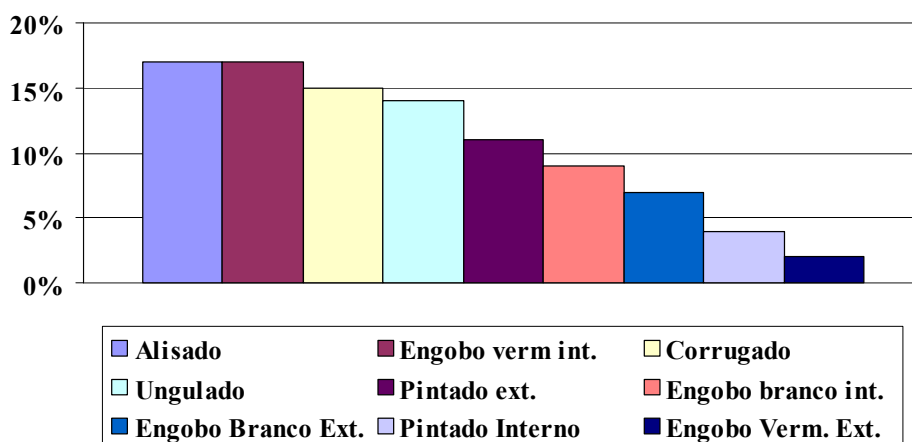
Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Antiplástico



Nesta mancha estão presentes 11 tipos diferentes de tratamentos de superfície. Com a mesma frequência de 17%, os tipos alisados e com engobo vermelho interno são os mais populares da amostra. O corrugado aqui ocorre em 15%, seguido do unglado com 14%.

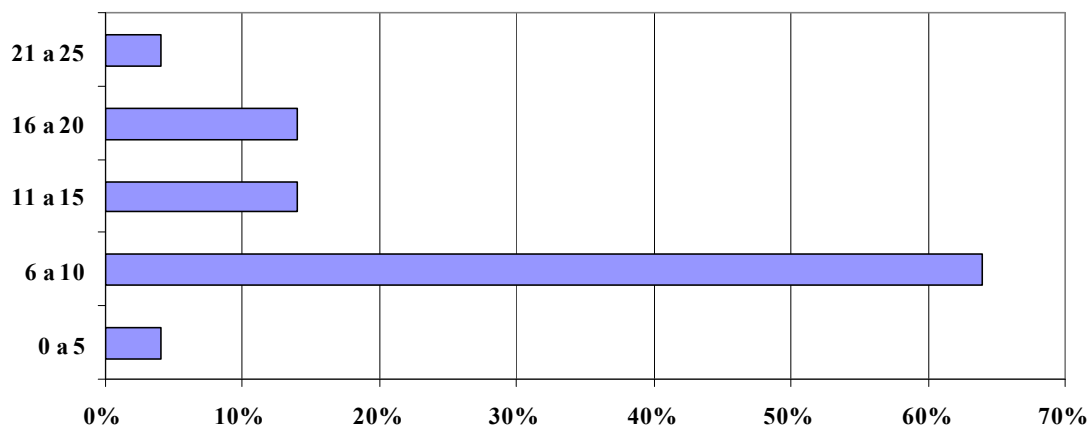
Os fragmentos com pintura externa totalizaram 11% da coleção, enquanto que o engobo branco interno surgiu em 9%. Em menor quantidade também foram registrados o engobo branco externo (7%), pintado interno (4%), engobo vermelho externo (2%), ungulado externo + engobo vermelho interno (2%) e corrugado externo + engobo vermelho interno (2%).

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Tratamento de superfície



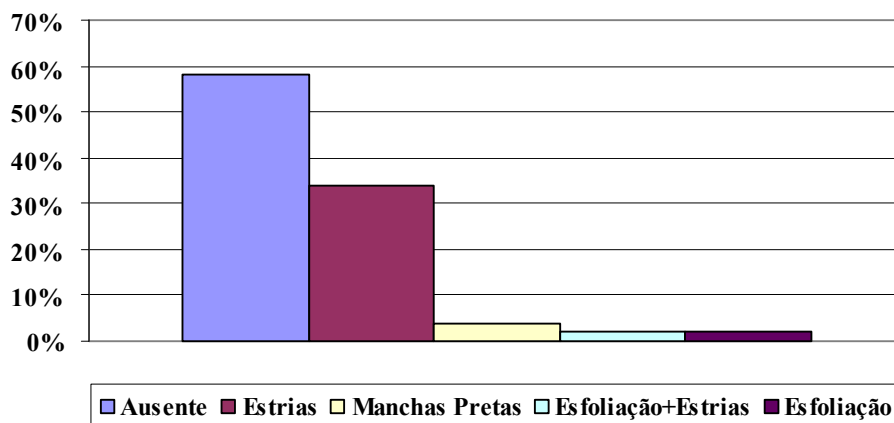
A grande maioria dos fragmentos têm dimensões de parede em torno de 6 a 10 milímetros, já que compõe 64% do conjunto cerâmico desta mancha. Entre 11 e 15, e 16 e 20 milímetros ocorre uma similaridade, com 14% para cada. Em menor número estão presentes os fragmentos cuja espessura giram em torno de 0 a 5 milímetros e também entre 21 e 25 milímetros, com 4% cada.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Espessura dos Fragmentos (em mm)



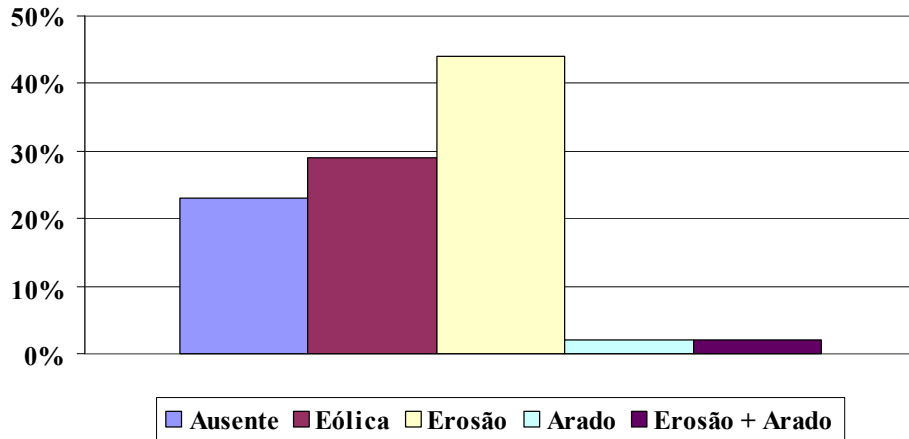
Não foram percebidas marcas de uso em 58% da amostra. Quando presentes, ocorrem em sua maioria sob a forma de estrias (34%), além de alguns poucos fragmentos com manchas pretas (4%), esfoliação (2%) e esfoliação + estrias (2%).

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Marcas de uso



A erosão é o elemento tafonômico com maior presença, totalizando 44%, seguido pelas marcas de ação eólica, que possui um percentual de 29%. Ainda ocorrem em bem menor grau marcas de arado (2%) e arado + erosão (2%). Não foram percebidas alterações em 23% dos fragmentos.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Tafonomia



Nesta mancha foi possível a reconstituição de quatro (4) vasilhas apenas, pertencentes a duas classes. Dois (2) são yapepós, sendo um corrugado e outro unglado; um possuindo dimensão pequena e outro média. Dois (2) são cambuchís caguabá, um pintado internamente, outro com engobo vermelho interno e ambos com grandes dimensões.

Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia - Mancha 03
Forma/Função

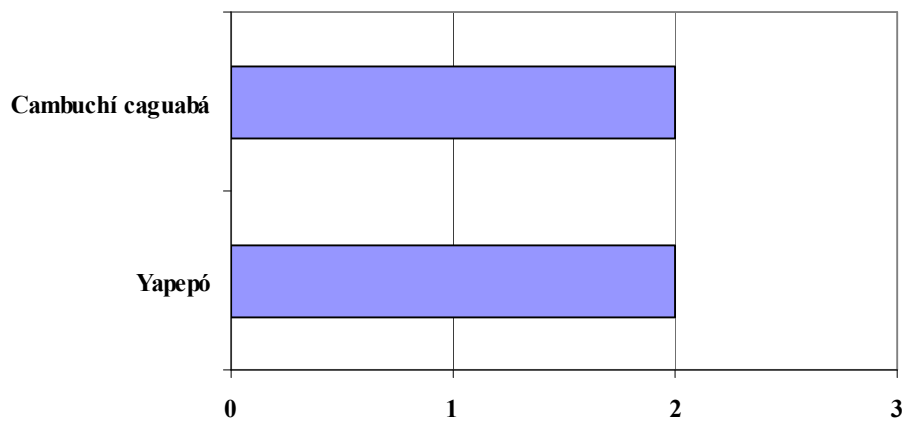


Tabela 05: Bordas reconstituídas da Mancha 03 do sítio arqueológico Lagoa Mãe Luzia (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

Nº	Forma	Diam. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	yapepó	23,4	areia fina	corrugado	08 mm	ausente	erosão
2	cambuchí caguabá	28,2	areia fina	engobo vermelho int.	11 mm	ausente	erosão
3	yapepó	10	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	ausente
4*	cambuchí caguabá	20	areia fina	pintado int.	09 mm	ausente	erosão

Considerações Gerais

A predominância maciça da areia fina na cerâmica sugere que a fonte de matéria prima proporcionava já argila adequada para a oleira confeccionar os vasilhames, necessitando-se de poucas adições à pasta. Os aditivos intencionais, caco moído, areia grossa e carvão, estão presentes em alguns poucos fragmentos, reforçando esta idéia.

Ressalta-se o grande predomínio de antiplástico de areia fina nas três manchas analisadas, seguido de longe pelos tipos restantes, com exceção da mancha 03, que apresentou um maior número de areia grossa nas pastas. A presença da areia fina deve ter sido impregnada na argila por meio de intrusões naturais, causadas por carreamento pluvial, por exemplo. Desta forma, a argila que era explorada pelas oleiras Guarani devia enquadrar-se bem em termos de qualidade, necessitando de poucas adições para torná-la apta à confecção de vasilhames.

No caso do tratamento de superfície, têm-se diferenças mais latentes entre as duas primeiras manchas e a terceira. Nas manchas 01 e 02, há a predominância absoluta do corrugado, seguido de longe pelos outros tipos. Já na mancha 03, em que pese a presença de fragmentos corrugados, predominam aqueles com motivos pintados, além da forte presença do alisado e do unguido. Ocorre aí, uma variabilidade em termos de tratamento de superfície. O engobo vermelho interno, por exemplo, juntamente com o alisado, são os que se apresentam em maior número, com 16% cada.

Ocorre uma correspondência entre o tratamento corrugado e a quantidade de yapepós observados nas manchas 01 e 02. Há, contudo, uma maior variabilidade entre as

demais classes de vasilhas e os tratamentos, com exceção dos cambuchís caguabá que possuem decoração pintada na maioria dos casos.

As medidas das paredes, no entanto, aparecem mais similares entre as manchas 01 e 03, com predominância de medidas que giram em torno de 6 a 10 milímetros, enquanto que na mancha 02, ocorre predomínio das paredes entre 11 e 15 milímetros. Contudo, tem-se também nesta mancha um percentual significativo de paredes entre 6 e 10 milímetros.

Os dados indicam que os artefatos da mancha 01 estiveram mais expostos à ação dos ventos que as demais, na qual se destacam os elementos erosivos mais gerais como predominantes. De modo geral, atesta-se a exposição a diversos fatores como ações agrícolas, de raízes e de intempéries que contribuíram para um alto grau destrutivo dos artefatos encontrados nas três manchas do sítio Lagoa Mãe Luzia.

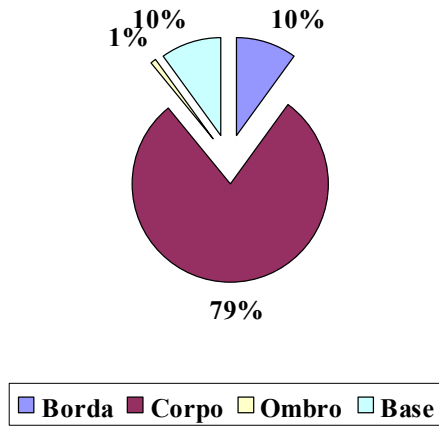
4.4. Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves.

O sítio Cemitério Lagoa dos Esteves é formado por três manchas escuras no solo, que foram submetidas à escavação em 1999 obtendo-se, além dos fragmentos cerâmicos abaixo analisados, alguns exemplares de material lítico, fauna e flora. Assentado sob uma meia encosta, está a 70 metros de altitude e a 550 metros da Lagoa dos Esteves, recurso orográfico mais próximo. As manchas, de forma elipsoidal, possuem dimensões de 10 x 6 metros (mancha 01), 24 x 12 metros (mancha 02) e 22 x 10 metros (mancha 03).

Mancha 01

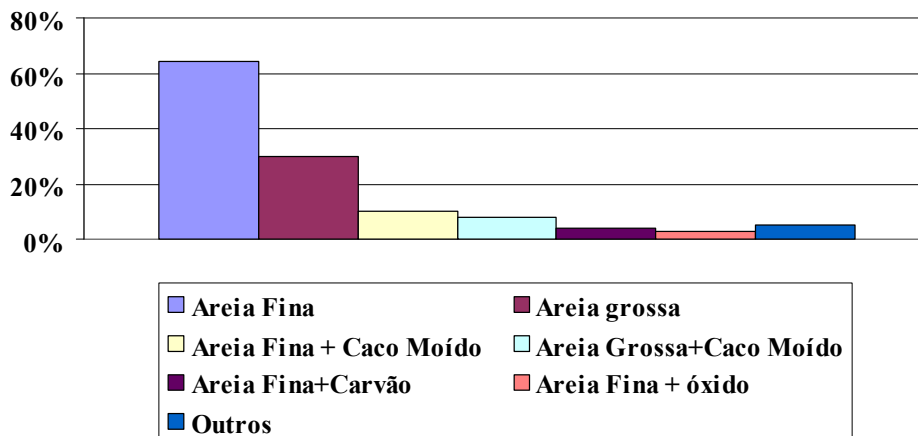
Foram analisados 252 fragmentos cerâmicos provenientes da mancha 01 deste sítio arqueológico, dos quais 79% compõem o corpo das vasilhas, enquanto que bordas e bases somam 10% cada. O ombro carenado está presente somente com 1% do total.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Fragmentos Cerâmicos



A maior parte dos fragmentos mostrou possuir areia fina em sua pasta (40%). Em menor quantidade, tem-se a presença de areia grossa (30%), areia fina + caco moído (10%), areia grossa + caco moído (8%), areia fina + carvão (4%), areia fina + óxido (3%), além de outros que somaram 5%.

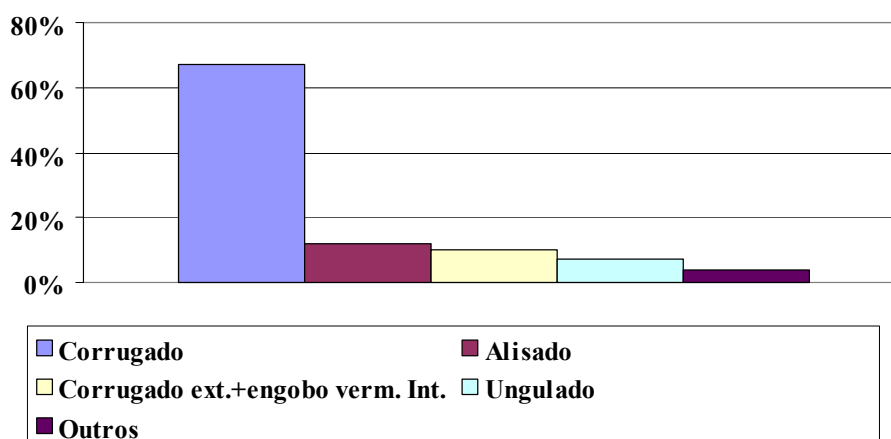
Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Antiplástico



Há um grande predomínio do tratamento corrugado na superfície dos fragmentos, estando presente em 67% do total analisado. Em menor número ainda temos as seguintes

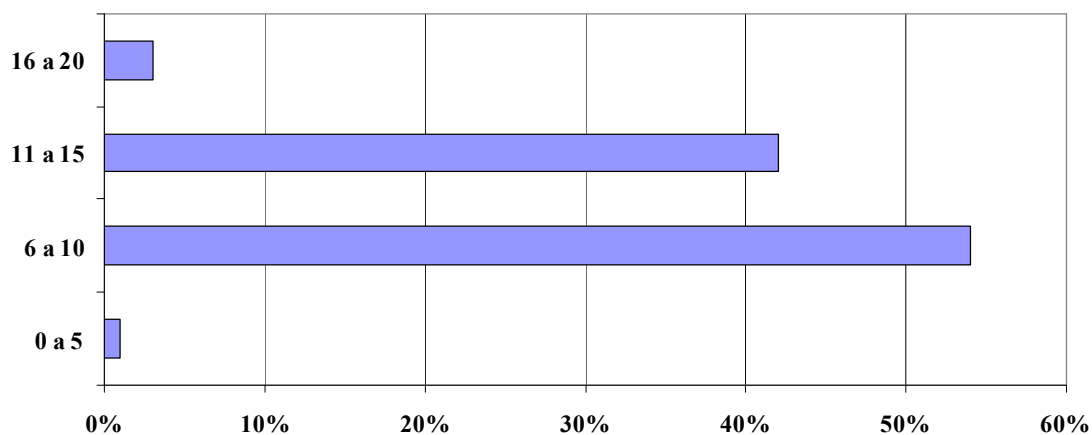
categorias: alisado (12%), corrugado externo + engobo vermelho interno (10%), unglado (7%), correspondendo os 4% restante a alguns outros tipos menos frequentes.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Tratamento de superfície



A espessura dos fragmentos tiveram grande expressividade entre medidas que vão de 6 a 10 milímetros (54%) e também entre 11 e 15 milímetros (42%). De 16 a 20 ainda surgiram alguns fragmentos (3%), com aqueles que apresentam menor espessura, medindo entre 0 e 5 milímetros, presentes apenas com 1%.

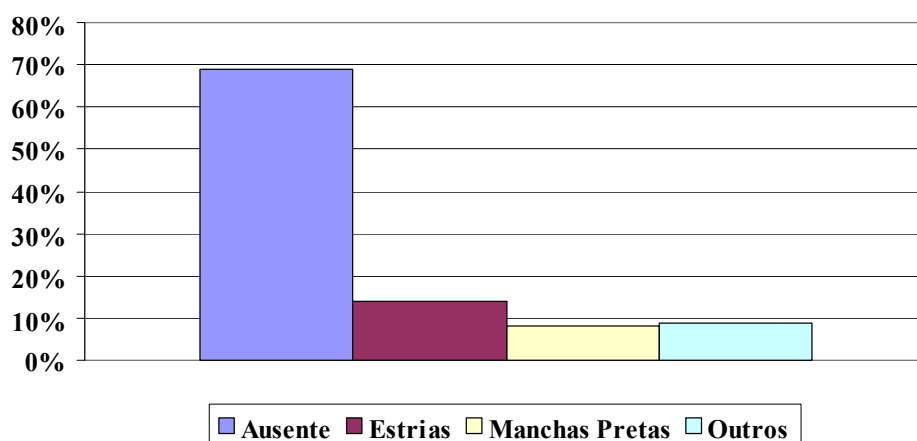
Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Espessura dos Fragmentos



Na maioria dos fragmentos analisados, ocorre uma ausência de marcas de uso (69%). Quando puderam ser identificadas, observa-se uma maior ocorrência de estrias

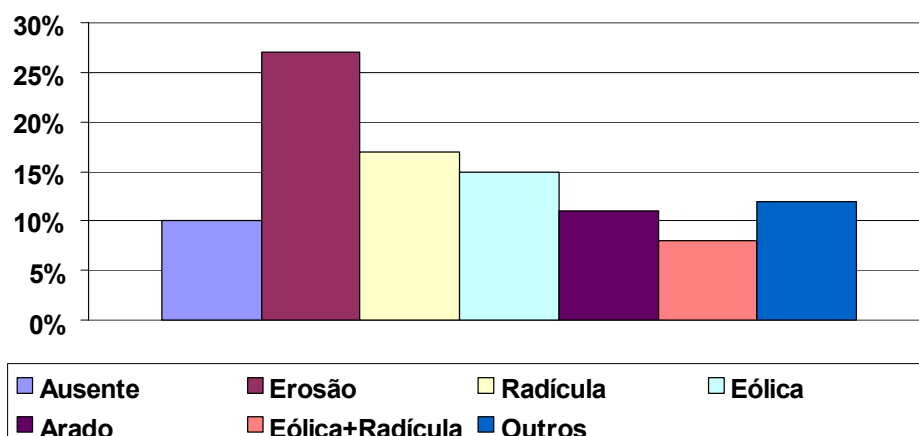
(14%), o restante é composto por manchas pretas (8%), além de diversos tipos agrupados com 9%.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Marcas de uso



A análise tafonômica revelou o predomínio de ações erosivas nas peças estudadas, com 27% da amostra total. Também temos para esta mancha a presença de radícula, com 17%, ações eólicas com 15%, arado com 11%, eólica + radícula com 8%, além de vários outros tipos e combinações agrupadas com outros, com 12%. A ausência de qualquer atributo se fez sentir em 10%.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Tafonomia



Das 16 bordas passíveis de análise, oito (8) revelaram formas de yapepós. Destes, sete (7) tem tratamento ungulado e um (1) corrugado. Quanto ao tamanho, sete (7) são médios e apenas um (1) pequeno. A categoria de vasilhas denominadas de cambuchí caguabá estão presentes por meio de seis (6) unidades, todas corrugadas com exceção de uma que recebeu unguilação externa e engobo vermelho interno, sendo duas (2) consideradas médias e quatro (4) grandes. Um (1) ñaetà corrugado médio e um (1) ñaembé corrugado grande completam a coleção.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 01
Forma/Função

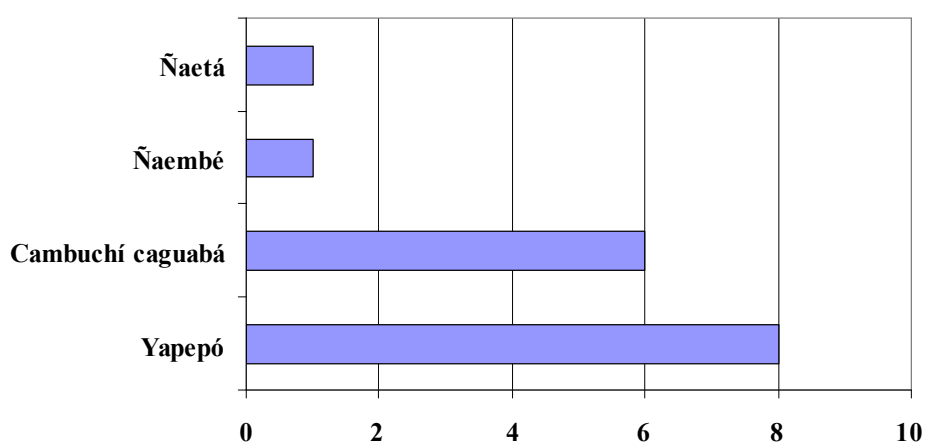


Tabela 06: Bordas reconstituídas da Mancha 01 do sítio arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

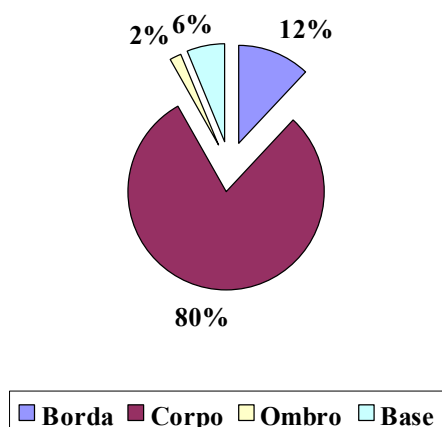
Nº	Forma	Diâm. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	yapepó	25	areia fina	Ungulado	08 mm	ausente	ausente
2	yapepó	26,6	areia grossa	ungulado	07 mm	ausente	radícula
3	yapepó	25	areia grossa	ungulado	07 mm	ausente	radícula
4*	cambuchí caguabá	21,6	areia fina	corrugado	07 mm	ausente	radícula
5	cambuchí caguabá	28,2	areia fina	corrugado	12 mm	ausente	radícula
6	yapepó	30	areia grossa	ungulado	09 mm	ausente	ausente
7	cambuchí caguabá	11,6	areia fina	ungulado ext. e engobo vermelho int.	08 mm	ausente	eólica
8*	yapepó	13,4	areia grossa e caco moído	ungulado	06 mm	ausente	radícula
9*	yapepó	25	areia fina	ungulado	08 mm	ausente	radícula
10*	ñaembé	31,8	areia fina	corrugado	12 mm	ausente	eólica
11	yapepó	21,6	areia fina	ungulado	07 mm	ausente	radícula
12	cambuchí	25	areia grossa	corrugado	12 mm	ausente	radícula

	caguabá						
13	cambuchí caguabá	31,8	areia fina	corrugado	12 mm	ausente	radícula
14	ñaetá	28,2	areia fina	corrugado	09 mm	ausente	eólica
15	yapepó	30	areia fina	corrugado	09 mm	ausente	eólica
16	cambuchí caguabá	13,4	areia fina e carvão	alisado	06 mm	ausente	eólica

Mancha 02

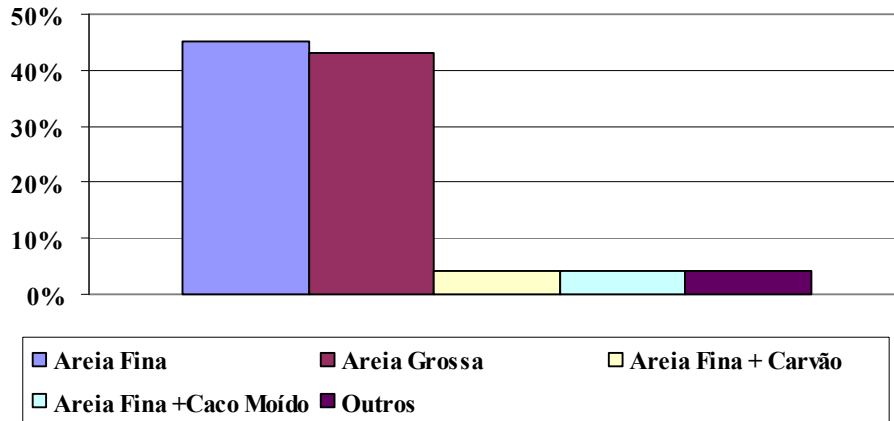
Foram analisados 498 fragmentos cerâmicos, provenientes da mancha 02 deste sítio arqueológico. Destes, 80% fazem parte do corpo das peças, enquanto que 12% compõem as bordas, 6% as bases e 2% de ombros.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 02
Fragmentos Cerâmicos



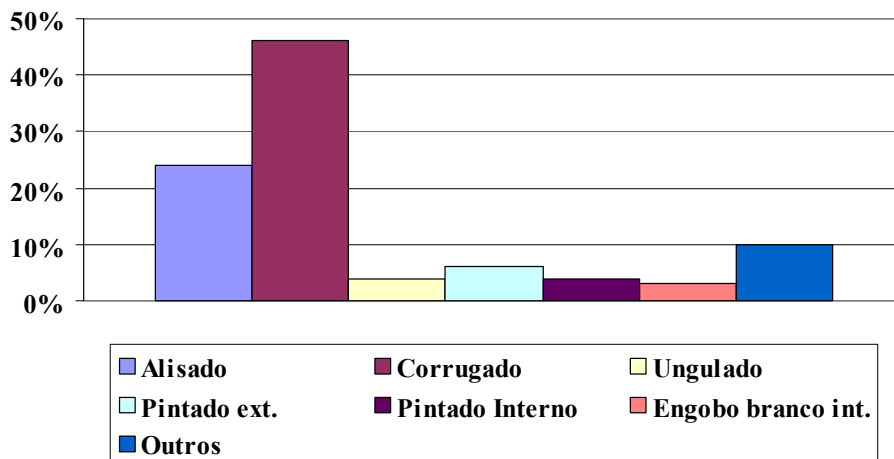
Na análise do antiplástico, surgiu um equilíbrio entre a presença de areia fina (45%) e areia grossa (43%). Ademais, ocorreram algumas outras combinações no mesmo fragmento, a saber: areia fina + carvão (4%), areia fina + caco moído (4%) e vários outros tipos que agrupados somaram também 4%.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 02
Antiplástico



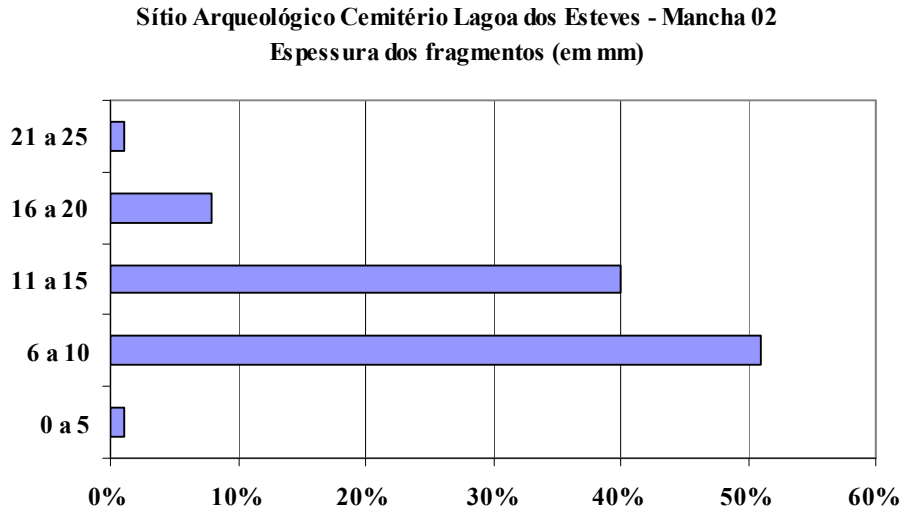
O tratamento de superfície mais popular nesta mancha é o corrugado, com 46% do total analisado. Em segundo lugar, aparece o alisado, com 24%. Já a decoração pintada externa tem uma presença de 6%, enquanto que o pintado interno e o ungulado surgem com 4% cada. O engobo branco externo e a combinação do corrugado na parte externa com o engobo vermelho na parte interna aparecem com 3% cada. Menos expressivos, ainda temos a ocorrência de outros tipos que, somados, compõem 10% da amostra.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 02
Tratamento de superfície

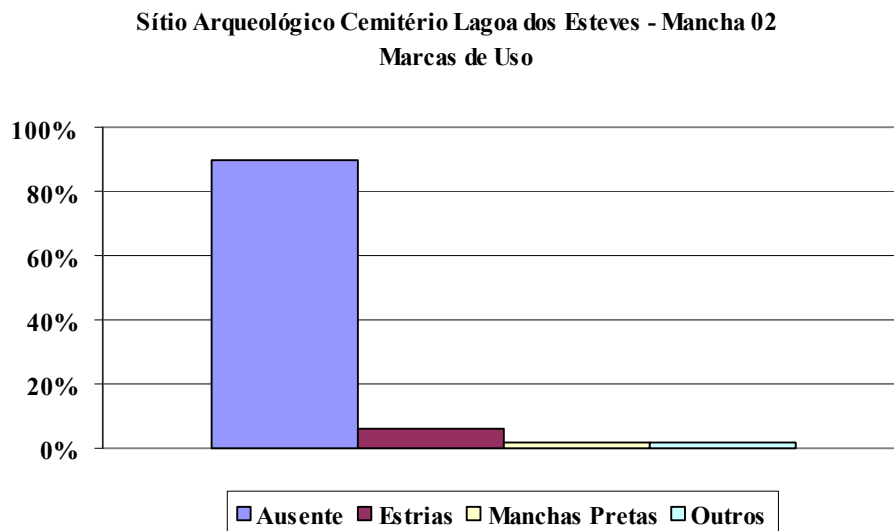


A maioria dos fragmentos encontra-se com uma média de espessura que vai de 6 a 10 milímetros (51%), seguido pelos fragmentos que medem entre 11 e 15 milímetros (40%). O

restante da coleção tem espessuras que variam de 16 a 20 milímetros (7%), de 21 a 25 milímetros (1%) e de 0 a 5 milímetros (1%).



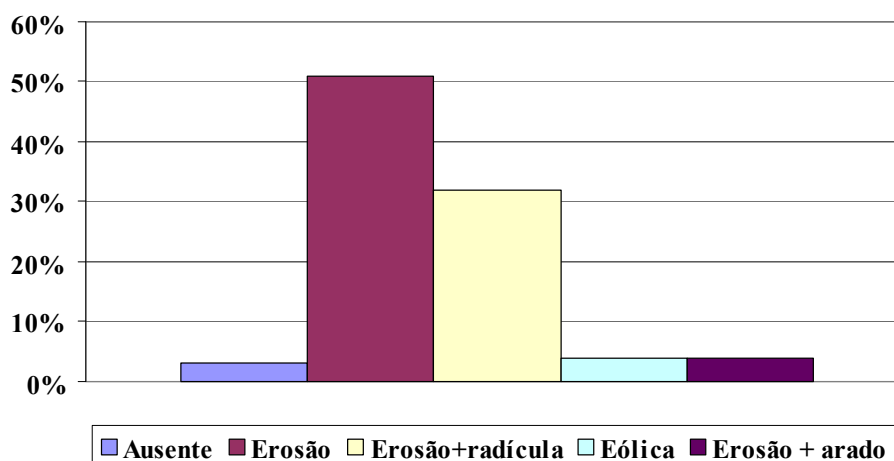
Em 90% dos fragmentos, não foi possível averiguar a presença de marcas de uso. Quando isto foi possível, pudemos obter o seguinte resultado: estrias (6%), manchas pretas (2%), além de outros atributos com 2% no total.



Em 51% dos fragmentos, foi percebido que a erosão atuou de maneira a modificar a superfície da cerâmica analisada. Outro elemento popular na amostra é a combinação da erosão com a radícula, presente em 31% do total. Os demais elementos tafnômicos

presentes são: eólica (4%), erosão + arado (4%), radícula (2%), eólica + radícula (2%), erosão + arado + radícula (2%) e arado + radícula (1%). Não foram percebidos sinais de alteração em apenas 3% dos fragmentos.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 02
Tratamento de superfície



Esta é a mancha que mais apresentou bordas que puderam ser reconstituídas, totalizando 31 vasilhames identificados, com as seguintes especificações. O tipo mais presente na coleção é o yapepó, com 16 unidades, com oito (8) apresentando tratamento ungulado e seis (6) corrugado, além de uma borda com ungulado externo e engobo branco interno e outro com engobo branco interno. Quatro (4) foram os ñaetás identificados, um (1) corrugado, um (1) ungulado externo com engobo vermelho interno, um (1) com engobo vermelho interno e um (1) com corrugado externo e engobo vermelho interno. Todos apresentaram tamanhos médios. A categoria de pratos ñaembé apresentou três (3) vasilhames, com dois (2) deles apresentando pintura interna e um (1) corrugado. Dois (2) são de tamanho grande e um (1) médio. Dos oito (8) cambuchí caguabá, dois (2) têm tratamento ungulado externo e engobo vermelho interno, um (1) é corrugado, um (1) é pintado externamente, um (1) é ungulado, um (1) possui engobo branco e vermelho na parte interna e engobo branco na interna, um (1) pintado externamente com engobo vermelho interno e um (1) com engobo branco interno. Das dimensões destes vasilhames tivemos seis (6) grandes e apenas dois (2) pequenos.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 02

Forma/Função

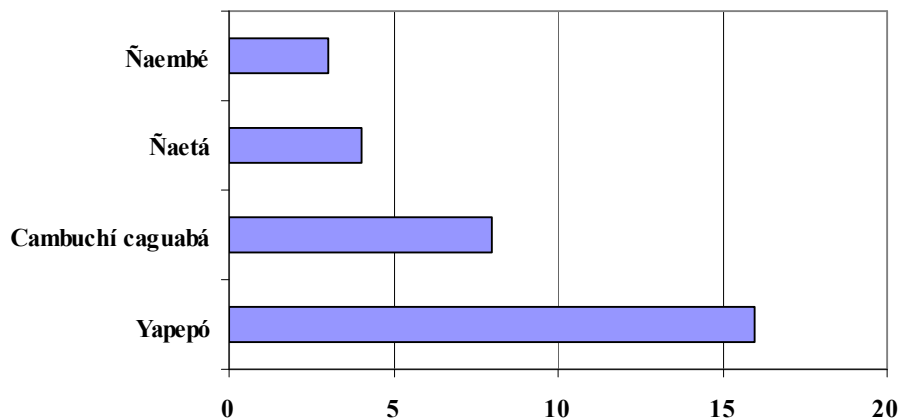


Tabela 07: Bordas reconstituídas da Mancha 02 do sítio arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

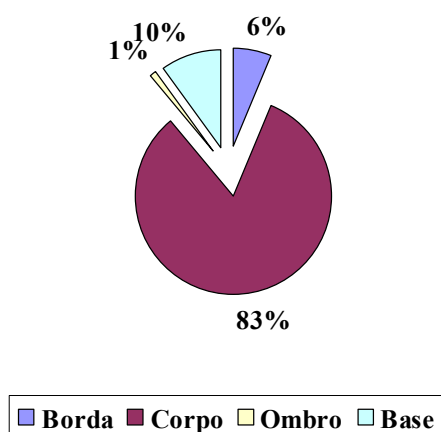
Nº	Forma	Diam. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1*	yapepó	28,2	areia fina	corrugado	13 mm	ausente	eólica
2	ñaetà	45,2	areia grossa	corrugado	15 mm	fuligem	ausente
3	cambuchí caguabá	26,6	areia grossa	corrugado	09 mm	ausente	ausente
4	yapepó	35,2	areia fina	corrugado	15 mm	ausente	eólica
5	ñaembé	28,2	areia fina	corrugado	08 mm	ausente	eólica
6	yapepó	21,6	areia fina	ungulado	09 mm	ausente	eólica
7	cambuchí caguabá	11,6	areia fina	ungulado ext. e engobo vermelho int.	08 mm	ausente	radícula
8	yapepó	15	areia fina	ungulado ext. e engobo branco int.	08 mm	ausente	arado radícula e
9	yapepó	21,6	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	radícula
10	ñaembé	13,4	areia fina	ungulado ext. e engobo vermelho int.	05 mm	ausente	eólica radícula e
11	yapepó	10	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	eólica
12	cambuchí caguabá	38	areia grossa e caco moído	pintado ext.	12 mm	ausente	ausente
13	ñaetà	31,8	areia fina	engobo vermelho int.	09 mm	ausente	radícula
14	ñaembé	28,2	areia fina	pintado int.	07 mm	ausente	radícula
15	ñaembé	23,4	areia grossa	pintado int.	07 mm	ausente	arado
16	yapepó	10	areia fina	ungulado	08 mm	ausente	radícula
17	yapepó	23,4	areia grossa	corrugado	09 mm	ausente	erosão
18	yapepó	16,6	areia fina	corrugado	08 mm	ausente	eólica
19	ñaetà	31,8	areia fina	corrugado ext. e engobo vermelho int.	08 mm	ausente	ausente

20	yapepó	31,8	areia grossa	ungulado	07 mm	ausente	radícula
21	yapepó	26,6	areia fina	engobo branco int.	07 mm	ausente	erosão e arado
22	cambuchí caguabá	10	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	ausente
23*	yapepó	11,6	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	ausente
24	yapepó	10	areia fina	ungulado	04 mm	ausente	ausente
25	yapepó	10	areia fina	ungulado	09 mm	ausente	erosão
26	yapepó	10	areia fina	ungulado	06 mm	ausente	radícula
27	cambuchí caguabá	21,6	areia fina	engobo branco + engobo vermelho ext. e engobo branco int.	08 mm	ausente	ausente
28	cambuchí caguabá	21,6	areia fina e caco moído	pintado ext. e engobo vermelho int.	06 mm	ausente	erosão
29	cambuchí caguabá	20	areia fina	engobo branco int.	07 mm	ausente	erosão
30	cambuchí caguabá	18,4	areia fina	ungulado ext. e engobo vermelho int.	06 mm	ausente	radícula
31	yapepó	28,2	areia fina	corrugado	11 mm	ausente	radícula

Mancha 03

Dos 1040 fragmentos passíveis de análise, 83% fazem parte do corpo, 10% da base, 6% de bordas e 1% de ombros das vasilhas cerâmicas.

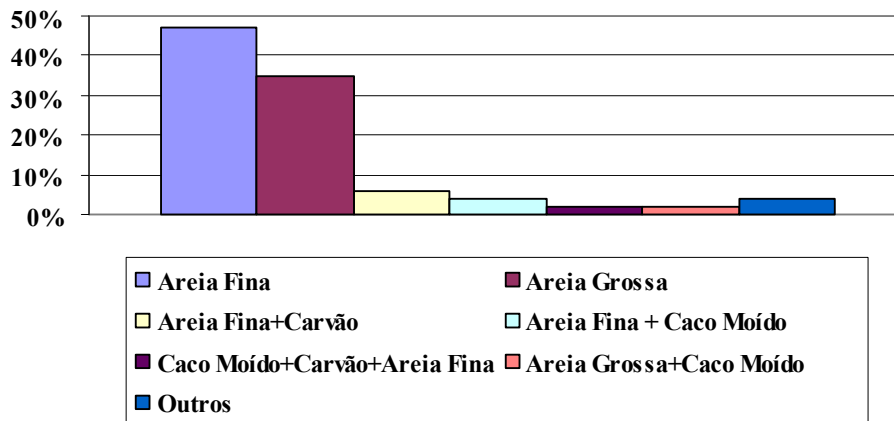
Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03 Fragmentos Cerâmicos



O antiplástico é em sua maioria formado por areia fina com 47% do total, logo seguido por areia grossa, com 35%. A areia fina juntamente com carvão, apareceu com 6%,

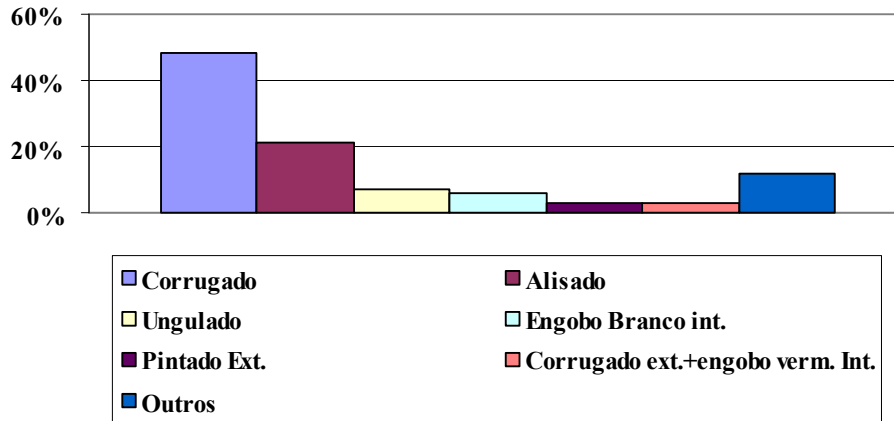
enquanto que areia fina e caco moído tiveram 4%. Tanto a presença simultânea de caco moído, carvão e areia fina, bem como areia grossa com caco moído, tiveram 2% de frequência. Com 4%, aparecem outros atributos menos expressivos.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Antiplástico



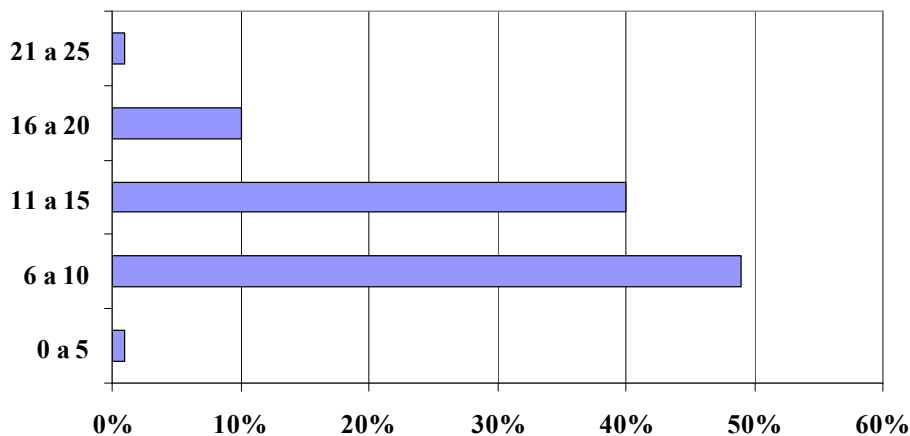
Com 48% do total, o corrugado aparece em maior quantidade na mancha 03, seguido à distância pelo somente alisado, que está representado por 21%. O ungulado aparece com 7%, e o engobo branco interno com 6%, completam o quadro de motivos mais populares. Presentes em porcentagens modestas ainda temos o pintado externo, e corrugado externo + engobo vermelho interno (3% cada), além de diversos outros tipos que somados, compõem 12% da coleção.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Tratamento de superfície



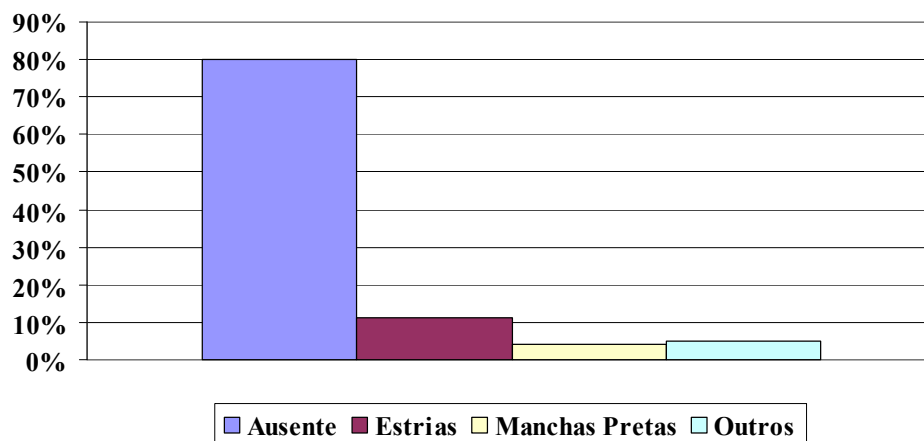
A maioria dos fragmentos variou suas dimensões entre 6 a 10 milímetros, com 49%, seguido por aqueles com paredes que oscilam entre 11 e 15 milímetros com 40%, de 16 a 20 milímetros, têm-se 10% dos fragmentos e de 0 a 5 milímetros e de 21 a 25 milímetros, tem-se apenas 1% do total.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Espessura dos Fragmentos (em mm)



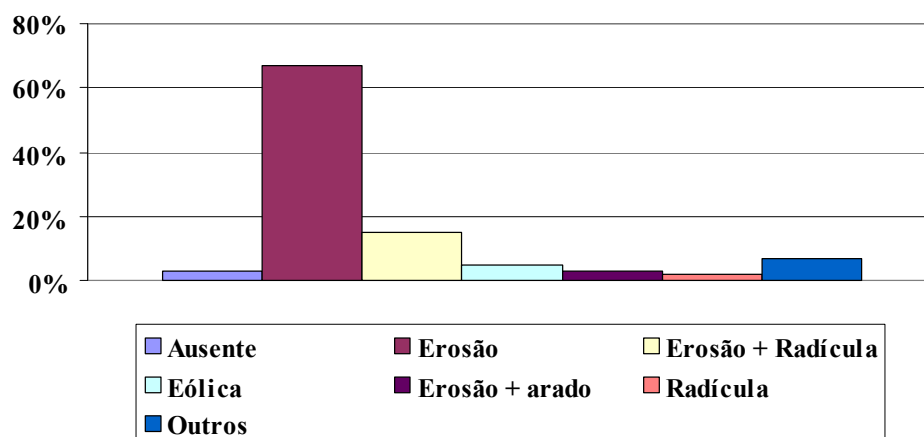
Em 80% dos fragmentos analisados, não se pôde inferir as marcas de uso. Quando estiveram presentes, as estrias tiveram 11% do total, sendo o tipo de marca mais constante. As manchas pretas aparecem com 4% e o restante das categorias, somadas, possuem 5%.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Marcas de uso



A erosão é o elemento tafonômico mais presente nos fragmentos analisados, com 67% do total. Contudo, mesmo que em porcentagens mais modestas, também têm-se a presença de erosão somado a radícula com 15%, ação eólica com 5%, erosão conjugada com marcas de arado 3%, radícula com 2% e demais atributos e combinações com 7%.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Tafonomia



Os vasilhames que puderam ser reconstituídos são em número de 17 para esta mancha escavada, divididos em quadro categorias funcionais. O tipo mais popular é o cambuchí caguabá, com seis (6) exemplares identificados, dos quais três (3) têm tratamento unglado, dois (2) são pintados na parte interna e um (1) somente alisado em ambos os

lados. Quanto ao tamanho das peças, cinco (5) são considerados grandes e apenas um (1) médio. Também com seis (6) exemplares têm-se os pratos do tipo ñaembé, cujos tratamentos são: dois (2) ungulados, um (1) corrugado, um (1) ungulado externo e pintado interno, um (1) pintado interno e um (1) alisado. Para os tamanhos temos dois (2) grandes, duas (2) médias e uma (1) pequena. Os yapepós, em número de quatro (4), dividem-se quanto a tratamento de superfície em corrugados, para dois (2) exemplares, ungulado em um (1) e engobo vermelho interno em outro vasilhame. Os tamanhos foram divididos em três (3) pequenos e dois (2) médios. Ainda para esta coleção houve a ocorrência de um ñaetá médio alisado.

Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves - Mancha 03
Forma/Função

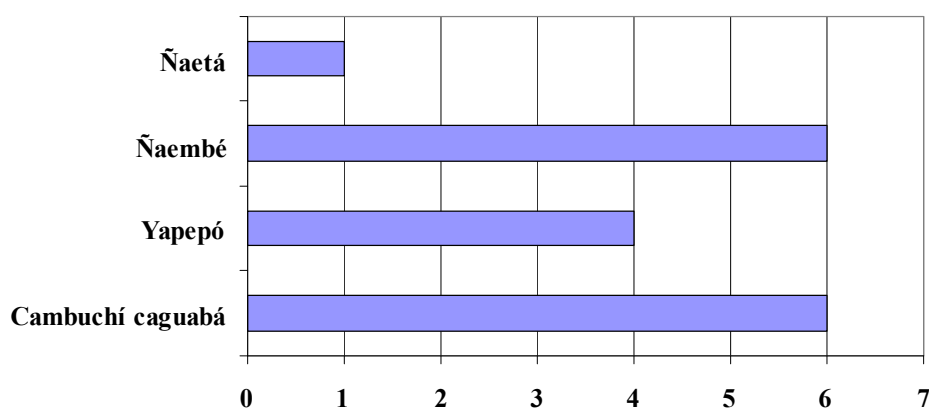


Tabela 08: Bordas reconstituídas da Mancha 03 do sítio arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves (os exemplares com asterisco se encontram desenhados em anexo)

Nº	Forma	Diam. de boca	Antiplástico	Tratamento	Espess. Do frag.	Uso	Tafonomia
1	yapepó	26,6	areia fina	engobo vermelho int.	11 mm	estrias internas	ausente
2	yapepó	33,4	areia grossa	corrugado	11 mm	estrias internas	radícula
3	ñaembé	16,6	areia fina e carvão	ungulado	07 mm	ausente	ausente
4	yapepó	25	areia grossa	corrugado	09 mm	ausente	ausente
5	ñaembé	26,6	areia fina	corrugado	08 mm	ausente	eólica
6*	ñaembé	23,4	areia fina	ungulado	07 mm	ausente	ausente
7	cambuchí caguabá	16,6	areia grossa	pintado int.	06 mm	ausente	radícula

8	ñaembé	23,4	areia fina	alisado	08 mm	ausente	ausente
9	cambuchí caguabá	28,2	areia fina	ungulado	07 mm	ausente	eólica
10*	cambuchí caguabá	30	areia grossa	alisado	11 mm	ausente	ausente
11	ñaetá	28,2	areia fina	alisado	06 mm	esfoliação interna	ausente
12	ñaembé	28,2	areia fina	ungulado ext. e pintado int.	07 mm	ausente	eólica
13	yapepó	16,6	caco moído	ungulado	09 mm	ausente	radícula
14	cambuchí caguabá	28,2	carvão	ungulado	10 mm	ausente	eólica
15	cambuchí caguabá	25	areia fina e carvão	ungulado	10 mm	ausente	eólica
16	cambuchí caguabá	25	areia fina	pintado int.	08 mm	ausente	radícula
17*	ñaembé	13,4	areia fina	pintado int.	05 mm	ausente	erosão

Considerações Gerais

A areia fina predomina em todas as três manchas estudadas. Contudo, nas manchas 02 e 03 há a presença relevante de areia grossa na pasta, talvez ai denotando uma maior manipulação da argila com o intuito de diminuir a plasticidade. Na mancha 01 é também onde têm-se a maior presença de caco moído na pasta, em mistura ora com areia grossa, ora com areia fina.

Nas três manchas analisadas, o corrugado aparece como o tratamento mais popular, seguido pelo alisado que está mais presente nas manchas 02 e 03. Na mancha 01 também destaca-se a presença do corrugado externo e engobo vermelho interno, encontrando-se em menores proporções nas outras manchas. Na mancha 02 é onde têm-se o maior número de fragmentos com pintura externa, enquanto que na mancha 03 merece destaque os fragmentos com engobo branco interno. O ungulado, diferentemente dos outros sítios aqui analisados, ocorre em menores proporções.

No que se refere a funcionalidade das vasilhas, ocorre um predomínio de yapepós nas manchas 01 e 02, enquanto na mancha 03 há um maior número de cambuchís caguabás, contudo com apenas um exemplar a mais que os yapepós. De qualquer forma, os cambuchís caguabás estão presentes de forma expressivas também nas manchas 01 e 02. Já os ñaembés, estão bem representados na mancha 03, enquanto nas demais aparece de forma muito discreta. Os ñaetás estão presentes também com poucos exemplares nas três

manchas, com um maior número registrado na mancha 02. Embora os tratamentos plásticos predominem em todas as classes de vasilhas, ocorre uma correspondência entre ñaembés e pintura interna e cambuchís caguabá e pintura externa.

Em todas as três manchas a espessura média dos fragmentos girou em torno de 6 a 10 milímetros, acompanhados de perto por àqueles que medem entre 11 e 15 milímetros.

A erosão causada por agentes climáticos como chuvas e intemperismo são os elementos que mais agiram nos fragmentos, transformando-os de maneira a modificarem-se com o passar dos anos. Processos eólicos, antrópicos (arado) e vegetais (raízes) também puderam ser observados nas manchas analisadas neste sítio.

4.5. Análise Comparativa das Coleções

A contraposição de dados da análise cerâmica dos diferentes sítios escavados resulta nas percepções de diferenças e semelhanças dos atributos obtidos.

Comparando o antiplástico presente na pasta cerâmica, observam-se diferenças entre os três sítios, não em termos de variabilidade de tipos, mas do grau de inclusão dos mesmos. No sítio Escola Isolada Lagoa dos Esteves têm-se a presença majoritária de areia grossa, que chama muito atenção quando se observa a coleção, com muitos grânulos arenosos presentes em ambos os lados do fragmento que devem ter dificultado sobremaneira o alisamento da superfície, devido as protuberâncias resultantes. Provavelmente as inclusões de areia grossa tenham sido realizadas devido à considerável plasticidade da argila extraída dos depósitos. No sítio Cemitério Lagoa dos Esteves, localizado a menos de 400 metros do anterior, embora ocorra areia fina em maiores proporções nas três manchas, a areia grossa está presente em grande número de fragmentos, podendo-se também supor uma maior manipulação por parte das oleiras para diminuir a plasticidade. Já o sítio Lagoa Mãe Luzia, apresenta uma melhor qualidade na pasta cerâmica, com percentuais menores de areia grossa e, conseqüentemente, um grande predomínio de areia fina. Em todos as manchas de todos os sítios, aditivos como carvão e caco moído aparecem em quantidades modestas.

A espessura dos fragmentos, com exceção da mancha 02 da Lagoa Mãe Luzia (maioria de 11 a 15 milímetros), teve em sua maioria dimensões entre 6 e 10 milímetros,

observando-se, portanto, uma padronização nas dimensões das paredes, já que as tidas como finas (entre 0 e 5 milímetros) e grossas (acima de 16 milímetros) estão presentes nos três sítios de forma acanhada.

O corrugado, associado ou não com outras categorias, compõe o tratamento de superfície em um maior número de fragmentos, com exceção da mancha 03 da Lagoa Mãe Luzia, que apesar do pequeno número de fragmentos analisados, denota uma diferenciação tanto com relação às demais manchas do sítio, bem como em relação com os outros dois sítios aqui comparados. Nesta mancha, a maioria dos fragmentos possui, ou tratamento alisado, ou alisado externo com engobo vermelho interno. No Cemitério Lagoa dos Esteves, o corrugado é soberano, acompanhado de muito longe por outras categorias, com uma ausência de motivos pintados, por exemplo, com alguma expressividade somente na mancha 03. Na Escola Isolada, também se tem tal predomínio dos tratamentos plásticos. Entretanto, há que se ter cautela na classificação de decoração pintada, podendo muitos fragmentos que, anteriormente possuíam tais motivos, por conta de ações pós-depositacionais, terem sido destituídos de tal tratamento. Quando conseguiu-se observar a pintura, apresentava-se extremamente erodida, sendo inclusive possível reconstituir as formas geométricas unicamente de um vasilhame reconstituído, do total de toda a coleção.

A observação das marcas de uso nos fragmentos, foi dificultada pelo reduzido tamanho dos fragmentos e do resultado de diversos fatores tafonômicos que atuaram na superfície dos mesmos. Apenas foram percebidas marcas na face interna dos fragmentos. Em todos os sítios, as estrias apareceram em maior quantidade, que podem ocorrer em recipientes utilizados para preparar e servir alimentos. Ainda com alguma expressividade ocorrem manchas pretas na parte interna de alguns fragmentos também nos três sítios, provavelmente ocasionadas por ação do fogo. Os resultados das análises tafonômicas apontaram a erosão, causada por carreamentos pluviais, mecânica dos solos ou outras ações diversificadas, como a mais presente nos fragmentos. Todavia, as ações eólicas estão significativamente representadas na mancha 01 do sítio Lagoa Mãe Luzia, enquanto que as marcas de raízes são maioria na Escola Isolada Lagoa dos Esteves.

As bordas reconstituídas apontaram o yapepó como o tipo de recipiente mais presente, com exceção da mancha 03 dos sítios Cemitério Lagoa dos Esteves, que obteve um predomínio de cambuchís caguabá e Lagoa Mãe Luzia, a qual esta categoria ocorre na

mesma quantidade que os cambuchís caguabá. Esta categoria, por sua vez, é a segunda mais recorrente, aparecendo em menor número, no entanto, no sítio Lagoa Mãe Luzia. Neste sítio, os ñembés ocupam a segunda classe mais presente na mancha 01, enquanto aparece com apenas um exemplar na mancha 02, e inexistente na mancha 03. Na mancha 03 do Cemitério Lagoa dos Esteves, esta classe encontra-se relativamente presente, enquanto aparece de forma acanhada nas demais manchas do sítio. Na Escola Isolada, está também representada. Os ñaetás estão presentes de forma discreta nas três manchas do Cemitério Lagoa dos Esteves e na mancha 02 da Lagoa Mãe Luzia, sendo inexistente nas demais e no sítio da Escola Isolada. Foi possível identificar apenas um exemplar de cambuchí, na mancha 02 da Lagoa Mãe Luzia, ressaltando a função secundária destes vasilhames, utilizados para enterramentos fora do perímetro das manchas. Os tostadores não foram observados em nenhum dos vasilhames reconstituídos. Em todas as classes observadas, ocorrem recipientes de média ou grandes dimensões, sugerindo a utilização por famílias extensas. A grande quantidade de vasilhas utilizadas para preparar e servir alimentos, supõem os três sítios escavados como unidades habitacionais. Ocorre, também, uma correspondência entre forma/função e tratamento de superfície. Os recipientes que eram submetidos ao fogo, não eram pintados, com exceção da presença expressiva de engobo vermelho interno, que pode ter tido função importante e sugerir também uma característica regional. Àqueles vasilhames reconstituídos possuindo pintura interna, estão associados com formas de pratos ñaembés. Já àqueles com pintura externa, geralmente carenados, estão relacionados com recipientes para beber líquidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa de mestrado, o levantamento dos dados ambientais e arqueológicos sugeriram uma série de discussões na busca de um modelo interpretativo que contemplasse o estudo do uso do espaço pelos Guarani a nível local, fato raro para a maioria dos estudos sobre o tema que, com poucas exceções, possuem a disposição, escassos trabalhos ecológicos.

Procurando evitar interpretações de natureza mono-causal, seja de ordem ecológica ou de razão exclusivamente cultural, analisamos uma série de estudos etnográficos Tupi que pudessem colaborar para uma melhor reflexão, a partir da confrontação com os dados obtidos. Os sítios arqueológicos aqui apresentados, antes de resultarem em um “padrão”, refletem, tanto em termos temporais, bem como espaciais, uma marcada variabilidade de características. Devido a esta “variabilidade” espaço-temporal, optou-se por utilizar o estudo de GARLET (1997) que, apontando também para uma variabilidade nas causas dos movimentos Mbyá, pode trazer para a agenda dos debates de sistema de assentamento Guarani, a associação de elementos culturais e ecológicos que devem ser pensados de maneira indissociável.

Observando como a Arqueologia Guarani utilizou-se de modelos para interpretar o sistema de assentamento e a cultura material, percebe-se a manutenção de dois tipos distintos de enfoques. Sob a influência da escola histórico-cultural, muitos pesquisadores estudaram os assentamentos buscando mudanças bruscas e ocupações recentes, devido à escassez de recursos, que limitou os índios Guarani a integrarem um “nível superior de evolução” e, conseqüentemente, ocasionando uma desvinculação entre o registro arqueológico e os grupos indígenas históricos. Procuramos passar em revista, as principais críticas dirigidas ao PRONAPA, que permitiu por meio de um amplo programa com cinco anos de duração, a reprodução de um enfoque muito pobre do ponto de vista interpretativo, embora tenha oportunizado ganhos empíricos e metodológicos para a arqueologia brasileira de modo geral.

Com um número menor de adeptos, o enfoque histórico-direto proporcionou uma série de mudanças importantes pela utilização interdisciplinar de fontes advindas da

etnologia, lingüística, história, biologia, geografia, e pela conseqüente vinculação do registro arqueológico com a história dos grupos indígenas pós-coloniais. Respeitando a historicidade destes diferentes grupos, corrigiram-se erros graves criados pelo PRONAPA, como a separação entre os Tupinambá e os Guarani. A defesa de uma história Guarani de longa duração talvez tenha sido a maior contribuição desta vertente, associada à noção de manejo agroflorestal que permitia abundância de recursos e o estabelecimento de aldeias sedentárias. Aspectos de ordem simbólico e sócio-político também foram incluídos, mesmo que ainda de maneira tímida, nas agendas de estudos dos pesquisadores vinculados a estes aportes teóricos. Esta argumentação, central neste estudo, deve estar conjugada com as pesquisas de NOELLI (1993) e SOARES (1997) que, em medidas diferentes acrescentam importantes variáveis para a interpretação do registro arqueológico Guarani em termos de longa duração.

Francisco NOELLI (1993) chama a atenção para a possibilidade de mudança das casas devido ao material perecível da qual ela é feita. Em uma média que varia de 5 a 10 anos, há a necessidade entre os grupos indígenas de mudarem para uma nova habitação, e que enquanto era construída morava-se ainda na antiga. As distâncias entre uma casa e outra poderiam variar desde centenas de metros até apenas a alguns passos.

Este aporte foi contraposto ao viés histórico-cultural, principalmente por meio da oposição dos modelos Standard de Betty Meggers, e cardíaco, de Donald Lathrap e José Proenza Brochado, cujo campo de debates a partir dos anos 1970 contribuiu para o desenvolvimento teórico ao menos na arqueologia praticada na região amazônica. Na Arqueologia Guarani, tal discussão ganhou ritmo apenas após o ano de 1984, quando Brochado defendeu sua tese de doutorado sobre as origens e a expansão Tupinambá e Guarani.

Embora utilizamos uma série de modelos vinculados ao enfoque histórico-direto, principalmente no que se refere ao manejo agroflorestal e a longa duração, além da utilização de analogias etnográficas, propusemos uma terceira alternativa para o estudo do sistema de assentamentos no vale do Araranguá. Buscamos uma visão mais holística da paisagem que se está estudando, procurando desta forma aproximar-se das concepções nativas, já que um aporte êmico, no pleno sentido da palavra, se torna impossível para um estudo acadêmico (INGOLD, 2000). Do nosso ponto de vista, estas “percepções nativas”

estão presentes no estudo de Ivori Garlet sobre os Mbyá-Guarani, cuja observação sobre os deslocamentos enriquecem sobremaneira o estudo dos vinte sítios arqueológicos identificados na área-tema desta pesquisa. Partindo-se de tal enfoque, abandona-se a busca por motivos mono-causais, para dar conta das características dos sítios e da cultura material neles presentes. Ao contrário, as perspectivas interpretativas abrem-se para vários caminhos diferentes daqueles que, sob um ponto de vista exclusivamente ecológico, associam tais dados a um eterno *continuum* histórico, regido pela permanência da ordem cultural.

Ambos os enfoques tratados aqui que procuraram explicar o sistema de assentamento Guarani no sul do Brasil pecam, em nosso entendimento, pela ausência de uma discussão envolvendo continuidade e mudança presentes nestes grupos. Tanto o modelo histórico-cultural, bem como o enfoque histórico-direto, suprimiram as complexas relações estabelecidas entre evento e estrutura. Principalmente os estudos de NOELLI (1993) e SOARES (1997), sacralizaram uma reprodução fidedigna da cultura material e imaterial Guarani durante cerca de 3000 anos, desde o início da expansão através dos rios amazônicos, até as ocupações mais recentes no litoral brasileiro.

Procuramos, no entanto, a síntese cultural dos grupos Guarani que ocuparam a bacia do rio Araranguá em Santa Catarina. O passado e o presente ali contribuíram para uma história indígena dinâmica, em resposta às configurações ambientais e culturais. As particularidades históricas dos indivíduos, somados à estrutura tradicional destes povos, possibilitam a constituição de um campo fértil de análise, em oposição à “pobreza teórica” dos determinismos utilitaristas e estruturalistas.

Ivori GARLET (1997) propõe uma divisão das causas dos deslocamentos Mbyá entre fatores externos e internos. O faz assim porque permite uma melhor sistematização dos dados, uma vez que tal divisão em termos ênicos, parece inexistir. As causas dos deslocamentos estão sempre se inter-relacionando e mesmo em situações de contato interétnico as causas podem ser de ordem interna. Portanto, os fatores internos dizem respeito a respostas para os aspectos culturais próprios dos índios, enquanto que os fatores externos respondem a situações advindas pelo contato interétnico. Por seu turno, os fatores internos foram divididos por causas da mobilidade relacionadas com a cosmologia, aspectos econômico-ambientais, aspectos sociais e sobre doenças e mortes na aldeia.

Portanto, tanto a estrutura interna, isto é, a tradição, bem como o contexto histórico de contatos com elementos exteriores configurou o sistema de deslocamentos Mbyá, permitindo a observação de diversas variáveis em jogo, ao invés da esterilidade teórica causada por apontamentos de uma única causa.

Principalmente os aspectos simbólicos devem ser considerados quando se procura interpretar os assentamentos pré-coloniais, uma vez que a busca de uma área com abundância de recursos está intimamente ligada aos preceitos religiosos, a terra Guarani é, antes de tudo, a terra própria para a reprodução adequada do modo de ser tradicional.

Os dados arqueológicos, ambientais e etno-históricos apontam a inoperância do modelo *standard* adotado por alguns pesquisadores na Arqueologia Guarani. Ocorrem na área, mesmo depois de quase 500 anos de exploração intensiva pela sociedade moderna, uma grande abundância e variedade de espécies vegetais e animais. Estes recursos, de acordo com o modelo proposto aqui, seriam manejados de forma a garantir produção e consumo durante todo o ano. Por sua vez, as datações obtidas para dois dos três sítios escavados, somados às descrições etno-históricas demonstram que a região suportou a ocupação Guarani por longo período de tempo. O grupo que formava ali um tekohá desapareceu apenas após o contato com os brancos, sendo devastados pelas epidemias e preagens escravizatórias.

O estudo da coleção cerâmica proveniente de três sítios arqueológicos da área permitiu a observação da variabilidade artefactual, conforme duas das três escalas sugeridas por DIAS (2003): 1) variabilidade intra-sítio; e 2) variabilidade inter-sítios. Através da variabilidade intra-sítio buscou-se inferir a dinâmica de distribuição dos artefatos dentro de um mesmo assentamento, observando-se áreas diferenciais com relação à forma e função dos vasilhames. Tratou-se, em nosso caso, de caracterizar a distribuição dos fragmentos cerâmicos nas manchas escuras no solo e arredores em sua relação funcional com o uso do espaço. Na análise da variabilidade inter-sítios, procurou-se inferir as diferentes atividades desenvolvidas em sítios relacionados à grupos Guarani em uma mesma área, identificando aspectos funcionais de acordo com as diferenças entre eles das formas das vasilhas e outros aspectos tecnológicos.

Com os dados da reconstituição das formas das vasilhas e suas presumíveis dimensões, intentou-se classificá-las de acordo com as propostas de BROCHADO & LA

SALVIA (1989), BROCHADO, MONTICELLI & NEUMANN (1990) e BROCHADO & MONTICELLI (1994). Com a utilização de dados etno-históricos e etnográficos, além do estudo de vasilhas inteiras depositadas em museus, estes autores constituíram uma nomenclatura que pudesse dar conta das diferentes funções desempenhadas por estes artefatos, conforme a morfologia. Nos três sítios estudados, pudemos evidenciar cinco tipos diferentes de formas reconstituídas que se assemelham às características apontadas por BROCHADO & MONTICELLI (1994). Foram observados yapepós (panelas para preparação de alimentos ao fogo), ñaetás (caçarolas que também iam ao fogo), cambuchís caguabás (serviam para beber, servir e armazenar líquidos), ñaembés (pratos para comer alimentos sólidos) e cambuchís (servir e armazenar líquidos, além da utilização secundária como urnas funerárias). Os tostadores, conhecidos na língua Guarani como ñamopyu, não foram observados nas coleções estudadas. Mesmo assim, foram descritas na metodologia, tratando-se da única classe de vasilhas descritas pelos autores supracitados ausente na área.

Sugerimos nesta dissertação algumas propostas para o estudo do sistema de assentamento e cultura material Guarani no litoral sul brasileiro onde, infelizmente, são ainda escassas pesquisas interpretativas, conquanto uma considerável soma de dados empíricos acumulados. Vale aqui também ressaltar, como é de praxe na maioria das pesquisas de mestrado, que novas pesquisas necessitam serem realizadas na área, para que possamos prosseguir aprofundando questões chaves, inicialmente refletidas nas páginas anteriores.

Existem, inclusive, diversas informações sobre novos sítios Guarani na área de estudo, identificados pela população regional que hoje ocupa o vale por meio do surgimento de “panelas de bugre” que afloram nos solos, principalmente quando se lavra a roça. Por isso, novos levantamentos sistemáticos devem propiciar a ampliação do registro referente aos assentamentos pré-coloniais. Outras escavações também devem ser realizadas para o acréscimo de informações e obtenção de amostras para datações radiocarbônicas e por termoluminescência. Este aprofundamento das pesquisas justifica-se para que possamos definir com segurança a distribuição temporal dos sítios da área, apenas sugerida neste trabalho por uma relação diacrônica entre as duas datações obtidas e documentação coloniais. Também os estudos arqueométricos de natureza diversa, como a identificação de jazidas argilosas e a conseqüente comparação com as assinaturas químicas da argila

utilizada na confecção da cerâmica (RYE, 1981), o estudo microscópico das partículas minerais presentes na pasta (BENEDETTO *et al.*, 2005) e ainda análises dos pigmentos das tintas utilizadas na decoração das vasilhas (LAZIC *et al.*, 2003) enriquecerão em muito a interpretação dos perfis tecnológicos dos diferentes sítios e as áreas de captação de recursos utilizadas dentro do território de domínio.

Os dados gerais inicialmente apontados por MONTARDO (1995) relativos à “Arqueologia da Morte” também necessitam ser ampliados, devido à ocorrência de urnas funerárias fora das manchas de solo escuro, não exploradas neste estudo. Sugerimos também que novos aportes teórico-metodológicos resultantes da genética e paleo-epidemia trarão importantes subsídios sobre a mobilidade Guarani.

Alguns pesquisadores têm enfatizado a grande quantidade de pesquisas arqueológicas em sítios Guarani (NOELLI, 1993; SCHMITZ 1999; LAVINA, 2004). No entanto, apesar de importantes trabalhos desenvolvidos na década de 1990, na primeira década do século XXI têm-se observado um enorme ostracismo nas pesquisas sobre o tema, com alguns poucos trabalhos eventuais divulgados em congressos, principalmente. Seja qual orientação teórico-metodológica é seguida, ocorre atualmente um influxo nas pesquisas sobre o Guarani “arqueológico”, destacando aqui a exceção de SCHIAVETTO (2002; 2005) no que se refere a trabalhos interpretativos. Tentamos demonstrar, com esta pesquisa que, utilizando-se de recursos interdisciplinares, tanto de áreas das ciências ambientais, bem como das ciências sociais, podem surgir novos aportes até mesmo para velhos problemas, como a mobilidade Guarani dentro e fora de sua área de domínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil. Avaliação e Proposta. *Clio Arqueologia*, v. 1, n° 07, Recife, 1991, pp. 11-88.

ARAÚJO, A. G. de M. *Área Alto Taquari: uma abordagem arqueológica regional*. Qualificação de doutorado. São Paulo: Usp, 1999.

BANDEIRA, D. da R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía de Babitonga, SC: Arqueologia e Etnicidade*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.

BARRETO, C. Brazilian archeology from a brazilian perspective, *Antiquity*, v. 72. n° 277, setembro de 1998, pp.573-579.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. POUTIGNAT, P. & STREIFF- FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp. 1998, pp. 187-227.

BENEDETTO, G. E. de. (et all). FTIR – Chemometric tools as aids for data reduction and classification of pre-Roman ceramics. *Journal of Cultural Heritage* n. 6, 2005, pp. 205-211

BROCHADO, J. J. P. *Alimentação na Floresta Tropical*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1977.

BROCHADO, J. J. P. A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio*, v. 03, Recife, 1980, pp. 47-60.

BROCHADO, J. J. P. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América*. Tese de doutorado. Champaign: University of Lllinois, 1984.

BROCHADO, J. J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo* 27, São Paulo, 1989, pp. 65-82.

BROCHADO, J. J. P. & LA SALVIA, F. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

BROCHADO, J. J. P. & MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-americanos v. XX, n° 02*, Pucrs, 1994, pp. 107-118.

BROCHADO, J. J. P.; MONTICELLI, G. & NEUMANN, E. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas, v. 35, n° 140*, 1990, pp. 727-743.

CABEZA DE VACA, A. N. *Naufraágios e Comentários*. Porto Alegre: L & PM, 1999.

CALDARELLI, S. & SANTOS, M. do C. M. dos. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista Usp, n° 44*, 1999-2000.

CHERNELA, J. M. Os Cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano). RIBEIRO, B. G. (coord). *Suma Etnológica Brasileira I: Etnobiologia*. 1997, pp. 171-180.

DIAS, A. S. *Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pucrs, 1994.

DIAS, A. S. Modelos de mobilidade e sistema de assentamento e suas implicações para o estudo das sociedades caçadoras coletoras do sul do Brasil. *Revista Cepa, vol. 26, n° 35/36*, 2002, pp. 65-85.

DIAS, A. S. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. São Paulo: Usp, 2003.

EBLE, A. B. & SCATAMACCHIA, M. C. Sítio cerâmico tupi-guarani no vale do Itajaí(SC-VI-69). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 7, n. 7, Florianópolis: Ufsc, 1974, pp. 67-79.

EBLE, A. B. & SCHMITZ, S. Sítio Cerâmico Sobre Dunas (SC-LL-70). *Anais do Museu de Antropologia da UFSC n. 5*, Florianópolis: Ufsc. 1972, pp. 24-29.

ELIZABETSKY, E. Etnofarmacobiologia de algumas tribos brasileiras. RIBEIRO, B. G. (Coord). *Suma etnológica brasileira I; etnobiologia*. 1997, pp. 153-170.

FAGUNDES, M. Conjuntos artefatuais cerâmicos do sítio Rezende, Centralina, Minas Gerais: as escolhas culturais na pré-história. *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó n. 7*, Universidade Federal de Sergipe, 2006, pp. 147-186.

FAUSTO, C. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, EDUSP, 2001.

FERNANDES, F. *A organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 1948.

FERNANDES, F. A. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

FOSSARI, T. D. (coord.) *Levantamento Arqueológico da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fapeu-Ufsc, 1987. 4 vols.

FUNARI, P. P. de A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n° 01, 1994, pp. 23-41.

GARLET, I. J. *Mobilidade Mbyá: história e significação*. Dissertação de mestrado. Porto alegre: Pucrs, 1997.

- GOULARTI, M. *Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai*. Itajaí: Univali, 1997.
- INGOLD. T. *The perceptions of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- JUSTUS, J. de O. *Hidrografia*. IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. IBGE: Rio de Janeiro, 1990, pp. 189-218.
- LANDA, B. dos S. *A mulher Guarani; atividades e cultura material*. Dissertação de mestrado. Porto alegre: Pucrs, 1995.
- LATHRAP, D. W. *O Alto Amazonas*. Lisboa, Editorial Verbo, 1975.
- LAVINA, R.(Coord.). *Projeto de salvamento arqueológico da ZPE, Imbituba, SC*. Relatório Final. Criciúma: Unesc, 1999.
- LAVINA R. (Coord.). *Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraías (trecho Morro dos Conventos a Lagoa dos Esteves, Araranguá-Içara, SC)*. Relatório Final. Criciúma: Unesc, 2000.
- LAVINA, R. Antes dos Carijó – a Tradição Tupiguarani em Santa Catarina vista pela arqueologia. BRANCHER, A. & AREND, S. M. F. (org.) *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Ufsc, 2004, pp. 15-25.
- LAVINA, R. (coord.) *Levantamento Arqueológico da Jazida de Areia Eckert, Hercílio Luz – Araranguá/SC*. Relatório de Pesquisa. Criciúma: Unesc, 2006.
- LAZIC, V. (et all). Characterisation of luster and pigment composition in ancient pottery by laser induced fluorescent and breakdown spectroscopy. *Journal of Cultural Heritage* n. 4. 2003, pp. 303-308

LEITE, S. *Novas cartas jesuíticas. (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LEITE, P. F. & KLEIN, R. M. *Vegetação*. IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, pp. 113-150.

LIMA, T. A. . A cerâmica indígena do Brasil. In: RIBEIRO, D.; Berta Ribeiro. (Org.). *Suma Etnológica Brasileira II*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes / Finep, 1986, p. 173-229.

LINO, J. T. ; LAVINA, R. & CAMPOS, J. B. Sítio arqueológico Taquaruçu: um acampamento Guarani no sudeste de Santa Catarina. Anais do IV encontro da SAB-Sul. Criciúma: Unesc, 2004.

LINO, J. T. Sítio arqueológico Taquaruçu: um acampamento Guarani no sudeste de Santa Catarina. *Anais da XIII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2005.

MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MEGGERS, B. J. & EVANS, C. *Como interpretar a linguagem da cerâmica – manual para arqueólogos*. Washington: Smithsonian Institution, 1970.

MENDONÇA, R. A. *Levantamento da Herpetofauna do entorno da Lagoa dos Esteves, município de Içara/SC*. Relatório de Pesquisa, Criciúma, 2007.

MENDONÇA DE SOUZA, A. História da arqueologia brasileira. *Antropologia*, nº 46. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

MONTARDO, D. L. O. *Práticas funerárias das populações pré-coloniais e suas evidências arqueológicas (reflexões iniciais)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pucrs, 1995.

MONTICELLI, G. Alguns problemas e perspectivas na pesquisa arqueológica em obras de engenharia. *Revista do Cepa*, v. 26, n° 35/36, 2002, pp. 65-85.

MILLER, F. *Etnografía de los Guarani Del Alto Paraná*. Societatis Verbi Divini, Argentina, 1989.

NEUMANN, M. A. & DIAS, A.S. A cerâmica Guarani pré-colonial do Vale do Caí, Rio Grande do Sul: aspectos de estilo tecnológico e função. *Anais do XIII Congresso da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira)*. Campos Grande, cd-rom, 2005.

NEVES, E. G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista Usp*, n° 44, 1999-2000, São Paulo: USP, pp. 86-111.

NEVES, W. A. *Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez, 2002.

NIMER, J. *Clima*. IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, pp.151-187.

NIMUENDAJU, C. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec & Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

NOELLI, F. S. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí, Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pucrs, 1993.

- OLIVEIRA, R. B. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PIAZZA, W. F. O Sítio arqueológico do Rio Tavares, Santa Catarina. *Dédalo Ano I. vol.I, nº 2*. São Paulo, Museu de Arte e Arqueologia da Usp, 1965, pp. 30-53.
- REITZ, R. *Paróquia do Sombrio*. Sombrio: Edição do Autor, 1948.
- RODRIGUES, J. A missão dos Carijós – 1605-1607. LEITE, S. *Novas cartas jesuíticas. (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- ROGGE, J. H. Adaptação na floresta subtropical: A tradição Tupiguarani no médio Rio Jacuí e no Rio Pardo. *Documentos 06*, São Leopoldo, n. 06, p. 31-51, 1996.
- ROHR, J. A. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina: I – Exploração Sistemática do Sítio da Praia da Tapera II – Os Sítios Arqueológicos do Município de Itapiranga. *Pesquisas, Antropologia 15*, São Leopoldo, 1966.
- ROHR, J. A. *Achados arqueológicos em Itapiranga*. Anais do segundo simpósio de Arqueologia da Área do Prata, 1968.
- ROHR, J. A. Os Sítios Arqueológicos de Jaguaruna. *Pesquisas, nº 22*. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1969.
- ROHR, J. A. Sítios Arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC n. 17, ano XVII*, Florianópolis, 1984, pp. 77- 167.
- ROSA, R. C. da. *Levantamento da ictiofauna da Bacia do Rio Araranguá: um estudo bibliográfico*. Relatório de pesquisa, Florianópolis, 2007a.
- ROSA, R. C. da. *Levantamento de moluscos no sul de Santa Catarina: um estudo bibliográfico*. Relatório de pesquisa, Florianópolis, 2007b.

RYE, O. S. *Pottery Technology: Principles and Reconstruction*. Washington: Australian National University, 1981.

SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2000

SAHLINS, M. D. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SAHLINS, M. D. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHIAVETTO, S. N. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume, 2002.

SCHIAVETTO, S. N. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade étnica indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? FUNARI, P. P. A; ORSER Jr., C. E. & SCHIAVETTO, S. N. *Identidades, discurso e poder: Estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005, pp. 77-90.

SCHIFFER, M. B. *Site Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHMITZ, P. I. Um paradeiro Guarani do Alto- Uruguai. *Pesquisas n.1*, Porto Alegre, pp. 122- 142, 1957.

SCHMITZ, P. I. A cerâmica Guarani da ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. A coleção Berenhäuser. *Pesquisas, Antropologia n. 18*, Porte Alegre, 1959, p. 267-324.

SCHMITZ, P. I. “Território de domínio” em grupos Tupiguarani: considerações sobre o Médio e Alto Jacuí, RS. *Boletim do Marsul, v. 03, n° 03*, 1985, pp 45-52.

SCHIMITZ, P. I. Arqueologia do Rio Grande do Sul. *Documentos 04*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas, 1990.

SCHMITZ, P. I. O guarani: história e pré-história. TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. pp. 285-291

SILVA, S. B. e colaboradores. *Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S. J. – O Sítio Arqueológico da Praia da Tapera: Um acampamento Itararé e Tupiguarani*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1990.

SKIBO, J. M. *Pottery function. A use-alteration perspective*. New York and London: Plenum Press, 1987.

SOARES, A. L. *Guarani: Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SOARES, A. L. R. *Contribuição à arqueologia Guarani: estudo do sítio Ropke*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005

TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA PARA A CERÂMICA. *Cadernos de Arqueologia, ano 01. n° 01*. Paranaguá: Ufpr, 1976, pp. 119-148.

TIBURTIUS, G. & BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara (Joinville, Estado de Santa Catarina). *Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. V e VI*, Curitiba, 1950-1951.

TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseu, 2004.

UNESC. *Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias*. Projeto de Pesquisa. Criciúma: Unesc, 1998.

VIERTLER, R. B. *Ecologia cultural – uma antropologia da mudança*. São Paulo: Ática, 1988.

VIVEIRO DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Anexos

Anexo 01
Tabela dos sítios arqueológicos

Sítios	Coord. UTM	Município	Alt. Aprox.	Recursos hídricos entorno dos sítios (m)	Drenagem entorno dos sítios	Forma de vertentes	Características do relevo dos arredores	Proprietário	Manchas escuras	Área	Ocupação atual	Atividades
Aldeia do Arseno	667245/ 6808984	Içara	28	450	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Antônio Arseno	não encontrado	400 x 150 m - 6.000 m ²	pastagem/plantação	Coleta de superfície
Aldeia da Escola Isolada Lagoa dos Esteves	666277/ 6808413	Içara	40	500	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Antônio Arseno	1	20m ²	pastagem/capoeiras	Coleta de superfície
Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves	665644/ 6807591	Içara	70	550	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Eldori Valêncio Patrício	2		roça	Coleta de superfície
Aldeia do Pomar	665272/ 6807578	Içara	60	250	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Tomás Antônio de Souza	1	20 x 20 m - 400 m ² .	pastagem/roça	Coleta de superfície
Aldeia do Mussuline	665312/ 6807103	Içara	68	750	Lagoa dos Esteves	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Mussuline Zanette	não especificadas	2.000 m ²	vegetação	Coleta de superfície
Aldeia da Lagoa Mãe Luzia	663557/ 6805711	Araranguá	15	300	Lagoa Mãe Luzia	Planície	planície de cristas praias pleistocênicas	família Farias	4	200 x 200 m - 40.000 m ²	roça	escavação
Aldeia da Roça de Melancia	662747/ 6803943	Araranguá	15	1500	Lagoa Mãe Luzia	Planície	planície de cristas praias pleistocênicas	Dormino Fernandes	2	50 x 50 m - 2500 m ²	roça	Coleta de superfície
Aldeia da Roça de Milho	659992/ 6801688	Araranguá	12	750	Meandro abandonado do Rio Araranguá	Planície	Planície de cristas praias pleistocênicas	não localizado	5	10.000 m ²	roça	Coleta de superfície
Aldeia do Levandoski	657746/ 6800919	Araranguá	12	500	Meandro abandonado do Rio Araranguá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos	Otávio Levandoski	não especificadas	não especificado	roça	Coleta de superfície
Aldeia da Balsa	656846/ 6794444	Araranguá	10	500	Rio Araranguá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos	Ailton	1	20 x 10 m - 200 m ²	roça de milho/estrada	Coleta de superfície
Aldeia da Escola Isolada Caverzinho	6796114/ 649820	Araranguá	30	500	Lagoa do Caverá	Planície	Sedimentos paleo estuarinos	Domingos Manuel Inácio	1	20 x 10 m - 200 m ²	casa	Coleta de superfície
Aldeia do Marcelino	6805800/ 663838	Araranguá	10	40	Fonte perene	Planície	Planície de cristas praias pleistocênicas	Antônio Marcelino	0	500 m ²	pastagem/roças/part e da casa	

Aldeia do Trevo	6796400/ 649851	Araranguá	30	600	Lagoa do Caverá	Planície	Sedimentos paelo estuarinos	Jorge Souza Pereira	1	1.000 m ²	roça/pecuária	Coleta de superfície
Aldeia do Areal Mussuline	6805042/ 665572	Içara	30	600	Meandro abandonado do rio Araranguá	Meia encosta	sedimentos eólicos pleistocênicos	Mussuline Zanette	1	200 m ²	estrada/camping	Coleta de superfície
Aldeia do Campestre	6808104/ 666999	Içara	15	100	Lagoa dos Esteves	Planície	Sedimentos paelo estuarinos	Associação Recreativa Campestre late Clube		1.000 m ² .	área de lazer/esportes e camping	
Aldeia do Camping Silva	6806670/ 665425	Içara	10	50	Lagoa dos Esteves	Planície	Sedimentos paelo estuarinos	Albino Vieira		1.000 m ²	vegetação	Coleta de superfície
Campo Mãe Luzia 01	660532/ 6802444	Araranguá	12	450	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos	Livino Olávio de Souza	3		lavoura	sondagem
Campo Mãe Luzia 02	660610/ 6802215	Araranguá	12	680	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos	Livino Olávio de Souza	0	10 X 10	lavoura	sondagens
Campo Mãe Luzia 03	661055/ 6802904	Araranguá	12	830	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos	Lorisval Hipólito	3	100 X 100	pastagem	sondagem
Campo Mãe Luzia 04	661354/ 6803135	Araranguá	12	1080	Rio dos Porcos	Planície	sedimentos eólicos pleistocênicos	Lorisval Hipólito	0	200 X 250	lavoura	sondagem

Anexo 02

Tabela dos levantamentos de fauna e flora

**Tabela de plantas identificadas no Projeto Interpraías
Extraído de LAVINA (2000)**

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
Anacardiaceae	<i>Lithraea brasiliensis</i> March.	aroeira-brava
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira
Annonaceae	<i>Annona glabra</i> L.	corticeira
Apocynaceae	<i>Forsteronia thyrsoidea</i> (Vell.) Müll. Arg.	cipó-de-leite
Apocynaceae	<i>Peschiera catharinensis</i> (DC.) Miers	leiteiro
Aquifoliaceae	<i>Ilex theezans</i> Mart.	caúna
Araceae	<i>Monstera adansonii</i> Schott	imbé
Araceae	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott. ex Endl.	imbé
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá
Arecaceae	<i>Bactris lindmaniana</i> Drude	tucum
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	butiá
Arecaceae	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	palmitero
Arecaceae	<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	uricana, uricana
Arecaceae	<i>Trithrinax brasiliensis</i> Mart.	carandaí
Asteraceae	<i>Achyrocline satureoides</i> (Lam.) DC.	marcela
Asteraceae	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	vassoura
Bignoniaceae	<i>Melloa quadrivalvis</i> (Jacq.) A. Gentry	cipó-de-cesta
Bignoniaceae	<i>Pithecoctenium crucigerum</i> (L.) A. Gentry	penete-de-macaco
Bignoniaceae	<i>Tabebuia umbellata</i> (Sond.) Sandw.	ipê-amarelo
Bombacaceae	<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Rob.	embiruçu
Boraginaceae	<i>Cordia verbenacea</i> DC.	baleeira
Bromeliaceae	<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.	banana-do-mato
Bromeliaceae	<i>Nidularium innocentii</i> Lem	gravatá
Bromeliaceae	<i>Tillandsia usneoides</i> (L.) L.	barba-de-velho
Cactaceae	<i>Cereus uruguayanus</i> Ritter ex Kiesling	mandacaru
Cactaceae	<i>Opuntia arechavaletai</i> Speg.	arumbeva-de-arechavaleta
Cecropiaceae	<i>Cecropia catharinensis</i> Cuatr.	embaúba
Cecropiaceae	<i>Cecropia glazioui</i> Sneth.	embaúba
Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	pulgueira, erva-de-santa-maria
Clusiaceae	<i>Clusia parviflora</i> (Sald.) Engl.	criúva
Clusiaceae	<i>Garcinia gardneriana</i> (Tr. & Pl.) Zappi	bacopari
Cyperaceae	<i>Cladium jamaicense</i> Crantz	capim-navalha
Cyperaceae	<i>Cyperus giganteus</i> Vahl	tiririca, junco
Cyperaceae	<i>Scirpus</i> sp.	piri
Dilleniaceae	<i>Davilla rugosa</i> Poir.	cipó-caboclo
Ebenaceae	<i>Diospyros inconstans</i> (Jacq.) Gris.	maria-preta

Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum argentinum</i> O. E. Schulz	cocão
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum deciduum</i> St. -Hil.	cocão
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania serrata</i> (Klotzsch.) Müll. Arg.	Branquilha
Euphorbiaceae	<i>Actinostemon concolor</i> (Spr.) M. Arg.	laranjeira-do-mato
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spr.) M. Arg.	tanheiro
Euphorbiaceae	<i>Hieronyma alchorneoides</i> Fr. Allem.	licurana
Fabaceae	<i>Dioclea violacea</i> Mart.	castanha
Fabaceae	<i>Zollernia ilicifolia</i> Vogel	carapicica-das-folhas-miudas
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Swartz	chá-de-bugre
Heliconiaceae	<i>Heliconia velloziana</i> Luiz Emygdio	caeté-banana
Lauraceae	<i>Aiouea saligna</i> Meiss.	canela-brava
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	canela-lageana
Lauraceae	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees	canela
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis metallica</i> (Juss.) O. Down & lourt.	
Malpighiaceae	<i>Byrsonima ligustrifolia</i> Juss.	baga-de-pomba
Malvaceae	<i>Hibiscus pernambucensis</i> Arruda	guaxima-do-mangue
Maranthaceae	<i>Calathea</i> sp.	caeté
Maranthaceae	<i>Marantha arundinacea</i> L.	araruta
Marcgraviaceae	<i>Marcgravia polyantha</i> Delp.	hera-das-árvores
Melastomataceae	<i>Tibouchina asperior</i> (Cham.) Cogn.	douradinha
Melastomataceae	<i>Tibouchina trichopoda</i> (DC.) Baillon	
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	canjerana
Meliaceae	<i>Guarea macrophylla</i> Vahl	pau-d'arco
Mimosaceae	<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart.	ingá-macaco
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	figueira
Moraceae	<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) Burg., Lanj. & Boer	cincho
Myrsinaceae	<i>Myrsine coriacea</i> Mez	capororoca
Myrsinaceae	<i>Myrsine parvifolia</i> Mez	capororoca
Myrsinaceae	<i>Myrsine umbellata</i> (Mart. ex A. DC.) Mez	capororocão
Myrtaceae	<i>Eugenia schüechiana</i> Berg.	guamirim
Myrtaceae	<i>Eugenia stigmatorosa</i> DC.	guamirim
Myrtaceae	<i>Myrcia bicarinata</i> (Berg) Legr.	guamirim ferro
Myrtaceae	<i>Myrcia rostrata</i> DC.	guamirim-de-folha-fina
Myrtaceae	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	araçá
Nyctaginaceae	<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	maria-mole
Ochnaceae	<i>Ouratea salicifolia</i> (St. Hil. & Tul.) Euglen	guaraparim
Orchidaceae	<i>Cattleya intermedia</i> Grah.	
Orchidaceae	<i>Epidendrum fulgens</i> Brogn.	epidendro
Orchidaceae	<i>Oncidium</i> sp.	
Passifloraceae	<i>Passiflora edulis</i> Sims.	maracujá-de-comer
Piperaceae	<i>Piper arboreum</i> Aublet	

Piperaceae	<i>Piper cf. dilatatum</i> L. C. Rich	
Piperaceae	<i>Piper gaudichaudianum</i> Kunth	
Piperaceae	<i>Potomorphe umbellata</i> (L.) Miq.	pariparoba
Polypodiaceae	<i>Microgramma vacciniifolium</i> (Langsd. & Fisch.) Copel.	cipó-cabeludo
Proteaceae	<i>Roupalla brasiliensis</i> Klotzsch.	carvalho-brasileiro
Rubiaceae	<i>Chiococca alba</i> (L.) Hit.	cainca
Rubiaceae	<i>Coccocypselum lanceolatum</i> (R. & P.) Pers.	
Rubiaceae	<i>Psychotria carthagenensis</i> Jacq.	juruvana
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Camb.	camboatá
Sapindaceae	<i>Dodonaea viscosa</i> (L.) Jacq.	vasoura-vermelha
Smilacaceae	<i>Smilax campestris</i> Griseb.	japicanga, salsaparrilha
Sterculiaceae	<i>Triumphetta</i> sp.	carrapicho
Thymelaeaceae	<i>Daphnopsis racemosa</i> Griseb.	embira
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	grandiuva
Verbenaceae	<i>Aegiphila obducta</i> Vell.	
Verbenaceae	<i>Lantana camara</i> L.	camará
Verbenaceae	<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Mold.	tarumã
Viscaceae	<i>Phoradendron</i> sp.	erva-de-passarinho

**Tabela de peixes de água salgada identificados no Projeto Interpraias
Extraído de LAVINA (2000)**

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	COMPRIMENTO/PESO	SAZONALIDADE
Abrótea	<i>Urophycis</i> sp.	60 cm	Inverno
Agulha	<i>Albennes</i> sp.	1,20 m	Inverno
Agulha-branca	<i>Hyporhamphus unifasciatus</i>	1 m	Inverno
Agulhão	<i>Tylosurus acus</i>	1 m	Inverno
Anequim	<i>Carcharodon carcharias</i>	6 m / 1100 kg	
Atum	<i>Thunnus</i> sp.	2 m / 100 kg	Todo ano
Azeiteiro	<i>Carcharinus porosus</i>	1,40 m	
Badejo	<i>Myxeroperca rubra</i>	80 cm	Todo ano
Badejo-da-areia	<i>Myxeroperca microlrpis</i>	70 cm	Todo ano
Bagre	<i>Sciadeichthys luniscutis</i>	1,20 m	Todo ano
Bagre-bandeira	<i>Bagre marinus</i>	1 m	Todo ano
Bagre-branco	<i>Netuma barba</i>	1 m	Todo ano
Bagre-gonguito	<i>Arius spixii</i>	30 cm	Todo ano
Bagre-guri	<i>Genidens genidens</i>	40 cm	Todo ano
Baiacu-de-espinho	<i>Diodon Bertoletti</i>		Todo ano
Baiacu-liso	<i>Lagocephalus laevigatus</i>		Todo ano
Barracuda	<i>Sphyrna</i> sp.		
Batata	<i>Caulolatilus chrysops</i>	50 cm	Inverno
Batata-do-alto	<i>Lopholatilus cillarii</i>	1 m	Inverno
Beijupirá	<i>Rachycentron canadus</i>	2 m	
Boca-de-fogo	<i>Gobionellus oceanicus</i>		
Bonito	<i>Sarda sarda</i>	60 cm	Inverno entrada de verão
Cação-anjo	<i>Squatina argentina</i>	1,70 m / 20 kg	Todo ano
Cação-bagre	<i>Squalus</i> sp.	1 m	Todo ano
Cação-bico-doce	<i>Mustelus schmitti</i>	100 cm	Todo ano
Cação-bruxa	<i>Notorynchus pectorosus</i>	2 m	Todo ano
Cação-galhudo	<i>Carcharhinus milberti</i>	2,30 m 60 kg	Todo ano
Cação-mangona	<i>Odontaspis taurus</i>	3 m / 120 kg	Todo ano
Cação-martelo	<i>Sphyrna</i> sp.	3 m	Todo ano
Cação-viola	<i>Rhinobatos percellens</i>	1 m	Todo ano
Caranha	<i>Lutjanus</i> sp.	1 m	Inverno
Carapau	<i>Caranx crysos</i>	70 cm	
Carapau	<i>Selar crumenophthalmus</i>	45 cm	
Carapeba	<i>Diapterus rhombeus</i>	50 cm	
Carapicu	<i>Eucinostomus</i> sp.	40 cm	Épocas de cheias
Caratinga	<i>Eugerres brasiliensis</i>	40 cm	
Castanha	<i>Umbrina</i> sp.	40 cm	Inverno
Cavala	<i>Scomber japonicus</i>	1 m	Inverno
Cherne	<i>Epinephelus niveatus</i>	1,20 m	Direto
Cobra	<i>Gobioides broussoneti</i>		
Congro	<i>Conger</i> sp.	1,20 m	inverno

	<i>Echiopsis</i> sp.		
	<i>Myrophisn</i> sp.		
	<i>Raneya</i> sp.		
Congro-rosa	<i>Genypterus</i> sp.	70 cm	Inverno
Corcoroca	<i>Ponadarus corvinaeformis</i>	25 cm	Todo ano
Corcoroca-boca-larga	<i>Haemulon steindachneri</i>	30 cm	Todo ano
Corcoroca-da-pedra	<i>Orthopristis</i> sp.	40 cm	Todo ano
Corcoroca-sargo	<i>Boridia grossidens</i>	43 cm	Verão
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>	60 cm	Todo ano
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i>	2 m	Inverno
Emplasto	<i>Narcine brasiliensis</i>	49 cm	Todo ano
Enchova	<i>Pomatomus saltator</i>	1 m	Inverno entrada do verão
Enchoveta	<i>Anchoa</i> sp.	10 cm	Todo ano
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i>	1,20 m	Todo ano
Frango	<i>Rhisoprionodon porosus</i>	1,30 m	
Galo	<i>Selene</i> sp.	60 cm	Todo ano
Garoupa	<i>Epinephelus</i> sp.	70 cm / 60 kg	Todo ano
Gobião	<i>Chonophorus taiasica</i>	25 cm	
Gordinho	<i>Peprilus paru</i>	40 cm	Inverno
Guaiúba	<i>Ocyurus chrysurus</i>	70 cm	
Guaivira	<i>Oligoplites</i> sp.	28cm	Inverno
Jaguarecá	<i>Holocentrus ascensionis</i>	35 cm	
Jamanta	<i>Manta</i> sp.	6,5 m	Todo ano
Língua-de-mulata	<i>Symphurus</i> sp.		Todo ano
Linguado	<i>Paralichthys</i> sp.	1 m / 12 kg	Todo ano
Linguado-lixia	<i>Trinectes maculatus</i>		Todo ano
Listrado	<i>Pareques acuminatus</i>	35 cm	Verão
Manjuba	<i>Anchoviella lepidentostole</i>	15 cm	Todo ano
Marimbá	<i>Diplodus argenteus</i>		
Merluza	<i>Merluccius hubbsi</i>	1 m	Iverno
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>	2,7 m / 375 kg	Inverno
Miracéu	<i>Astrocopus sexspinosus</i>		Todo ano
Miraguaia	<i>Pogonias cromis</i>	1 m	Todo ano
Namorado	<i>Pseudopercis numida</i>	1 m	Inverno
Olhete	<i>Seriola lalandi</i>	1,25 m	Inverno
Olho-de-boi	<i>Seriola dumerili</i>	1,70 m / 80 kg	Inverno
Olho-de-cão	<i>Priacanthus arenatus</i>	40 cm	
Oveva	<i>Larimus breviceps</i>	30 cm	
Pampo	<i>Trachinotus carolinus</i>	46 cm	Inverno
Pampo-malhado	<i>Trachinotus marginatus</i>	63 cm	Inverno
Parati	<i>Mugil curema</i>	42 cm	Todo ano
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	50 cm	Inverno
Paru	<i>Pomacanthus arcuatus</i>	70 cm	Inverno
Peixe-aipim	<i>Percophis brasiliensis</i>		Todo ano
Peixe-capim	<i>Bathygobius saporator</i>		Todo ano
Peixe-cirurgião	<i>Acanthurus bahianus</i>	35 cm	Todo ano
Peixe-enxada	<i>Chaetodipterus faber</i>	30 cm	Todo ano
Peixe-lagarto	<i>Synodus</i> sp.	40 cm	

Peixe-lua	<i>Mola mola</i>	900 kg / 2,5 m	
Peixe-papagaio	<i>Lampris guttatus</i>	1,8 m / 270 kg	
Peixe-porco	<i>Stephanolepis sp.</i>	50 cm	Inverno
Peixe-rei	<i>Basilichthys sp.</i>	50 cm	Iverno
Peixe-sargento	<i>Abudefduf saxatallis</i>	30 cm	
Pescada	<i>Cynoscion steindachneri</i>	40 cm	Inverno
Pescada-amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	1 m / 10 Kg	Inverno
Pescada-branca	<i>Cynoscion leiarchus</i>	1 m / 3,5 kg	Inverno
Pescada-cambucu	<i>Cynoscion virescens</i>	1 m / 3,5 kg	Inverno
Pescada-goete	<i>Cynoscion jamaicensis</i>	50 cm / 1 kg	Inverno
Pescadinha-araúja	<i>Isopisthus parvipinnis</i>	25 cm	Inverno
Pescadinha-bicuda	<i>Cynoscion microlepdotus</i>	1 m	Inverno
Pescadinha-foguete	<i>Macrodon ancylodon</i>	45 cm	Inverno
Pescadinha-maria-lúisa	<i>Paralonchurus brasiliensis</i>	35 cm	Inverno
Pescadinha-olhuda	<i>Cynoscion striatus</i>	50 cm	Inverno
Pescadinha-papa-terra	<i>Menticirrhus sp.</i>	45 cm	
Pijareba	<i>Lobotes surinamensis</i>	75 cm / 15 kg	
Pitangola	<i>Seriola fasciata</i>	70 cm	Todo ano
Pontudo	<i>Scianoides bergi</i>		
Raia	<i>Dasyatis sp.</i>	2 m	Todo ano
Raia-chita	<i>Raia castelnaui</i>	75 cm	Todo ano
Raia-emplasto	<i>Sympterygia acuta</i>	50 cm	Todo ano
Raia-manteiga	<i>Gymnura altavela</i>	35 kg / 2 m	Todo ano
Raia-pintada	<i>Aetobatus narinari</i>	200 kg / 2m	Todo ano
Raia-santa	<i>Raia agassizi</i>	50 cm	Todo ano
Raia-sapo	<i>Myliobatis freminvillei</i>	1,3 m	Todo ano
Raia-ticonha	<i>Rhinoptera bonasus</i>	1 m	Todo ano
Robalo	<i>Centropomus sp.</i>	1 m / 20 kg	Verão
Roncador	<i>Conodon nobilis</i>	32 cm	
Saguá	<i>Genyatremus luteus</i>	50 cm	
Salema	<i>Anisotremus virginicus</i>	35 cm	Inverno
Salivão	<i>Pempheris schomburgki</i>	30 cm	Verão
Sangue-de-boi	<i>Trachinotus falcatus</i>	50 cm	Inverno
Sardinha	<i>Chirocentron sp.</i>	16 cm	Inverno
Sardinha-boca-de-cobra	<i>Lucenaraulis arossidens</i>		Inverno
Sardinha-laje	<i>Opisthonema oglinum</i>	30 cm	Inverno
Sardinha-verdadeira	<i>Sardinella brasiliensis</i>	24 cm	Inverno
Sargento	<i>Trachinotus goodi</i>	50 cm	Todo ano
Sargo	<i>Archosaurus probatocephalus</i>	75 cm	Todo ano
Sargo-de-beiço	<i>Anisotremus surinamensis</i>	35 cm	Todo ano
Sargo-de-dente	<i>Archosargus rhomboidalis</i>	37 cm	Todo ano
Savelha	<i>Brevoortia sp.</i>	30 cm	Todo ano
Sernambiguara	<i>Trachinotus falcatus</i>	1,2 m	
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>		
Serrinha	<i>Scomberomorus maculatus</i>	60 cm	Inverno

Solteira	<i>Parona signata</i>	80 cm	Inverno
Tainha	<i>Mugil sp.</i>	1 m / 6 kg	Inverno
Taoca	<i>Laptophys trigonus</i>	40 cm	
Tintureira	<i>Galeocерdo cuvieri</i>	4 m / 600 kg	
Trilha	<i>Mullus auratus</i>	25 cm	Inverno
Trilha	<i>Mullus sp.</i>	25 cm	Todo ano
Ubarana-focinho-de-rato	<i>Albula vulpes</i>	1 m	
Vento-leste	<i>Heimicaranx amblyrhynchus</i>	40 cm	
Vermelho	<i>Lutjanus purpureus</i>	1 m	Inverno
Vermelho-cioba	<i>Lutjanus analis</i>	80 cm	Inverno
Viola-de-cara-curta	<i>Zapterux brevirostris</i>	68 cm / 2 kg	Todo ano
Voador	<i>Dactylopterus sp.</i>	45 cm	
Xaréu	<i>Caranx hippos</i>	1 m / 25 kg	Inverno
Xaréu-branco	<i>Alectis ciliaris</i>	1 m	Inverno
Xerelete	<i>Caranx latus</i>	80 cm	
Xingó	<i>Stellifer rastrifer</i>	20 cm	
Xixarro	<i>Decapterus punctatus</i>	32 cm	Inverno
Xixarro-de-lombo-preto	<i>Trachurus lathani</i>	40 cm / 500 g	Todo ano

**Tabela de peixes de água doce
Extraída de ROSA (2007a)**

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	MESO - AMBIENTE	POSIÇÃO NA COLUNA D'ÁGUA
CHARACIFORMES			
CRENUCHIDAE			
<i>Characidium sp.</i>	Mocinha	Corredeiras	Bentônico
ERYTHRINIDAE			
<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)	Traíra	Remansos	Nectônico
CURIMATIDAE			
<i>Cyphocharax santacatarinae</i> (Fernandez-Yepez, 1948).	Biru	Remansos	Nectônico
CHARACIDAE			
<i>Astyanax bimaculatus</i> (Linnaeus, 1758).	Lambari	Remansos	Nectônico
<i>A. fasciatus</i> (Cuvier, 1817).	Acarai	Remansos	Nectônico
<i>A. scabripinnis</i> (Jenyns, 1842).	Lambari	Corredeiras	Nectônico
<i>Bryconamericus sp.</i>	Lambari	Corredeiras	Nectônico
<i>Deuterodon singularis</i> (Lucena & Lucena, 1992).	Lambari	Corredeiras	Nectônico
<i>Mimagoniates inegalís</i> (Eigenmann, 1911).	Lambari	Remansos	Nectônico
<i>Pseudocorynopoma heterandria</i> (Eigenmann, 1914).	Saguiru	Corredeiras	Nectônico
<i>Otonocheirodus lethostigmus</i> Gomes, 1947	-----	Corredeiras	Nectônico
<i>Oligosarcus hepsetus</i> (Cuvler, 1817)	Dentudo, Tambicu	Remansos	Nectônico
SILURIFORMES			
PIMELODIDAE			
<i>Heptapterus sp.</i>	Mandizinho	Corredeiras	Bentônico
<i>Microglanis cl. parahybae</i> (Steindachner, 1880)	Bagrinho	Remansos	Bentônico
<i>Pimelodella australis</i> (Eigenmann, 1917)	-----	Remansos	Bentônico
<i>Rhamdia sp. .</i>	Jundiá	Remansos	Bentônico
LORICARIIDAE			
<i>Ancistrus sp.</i>	Cascudo	Corredeiras	Bentônico
<i>Hemipsilichthys sp.1</i>	Cascudo	Corredeiras	Bentônico
<i>Hemipsilichthys sp.2</i>	Cascudo	Corredeiras	Bentônico
<i>Hypostomus sp.</i>	Cascudo	Remansos	Bentônico
<i>Microlepidogaster leucofrenatus</i> (Ribeiro, 1908)	-----	Remansos	Bentônico
<i>Rineloricaria sp.1</i>	Cascudo	Remansos	Bentônico
<i>Rineloricaria sp.2</i>	Cascudo	Remansos	Bentônico
<i>Rineloricaria sp.3</i>	Cascudo	Remansos	Bentônico
TRICHOMYCTERIDAE			
<i>Trichomycterus sp. .</i>	-----	Corredeiras	Bentônico
GYMNOTOIDEI			

GYMNOTIDAE			
<i>Gymnotus sp.</i>	Tuvira	Remansos	Bentônico
CYPRINODONTIFORMES			
POECILIIDAE			
<i>Phalloceros caudimaculatus</i> (Hensel, 1868)	Barrigudinho	Remansos	Nectônico
ANABLEPIDAE .			
<i>Jenynsia lineata</i> (Jenyns, 1842)	Barrigudinho	Remansos	Nectônico
<i>J. unitaenia</i> Ghedotti & Weitzmann, 1995	Barrigudinho	Corredeiras	Nectônico
SYNBRANCHIFORMES			
SYNBRANCHIDAE			
<i>Synbranchus marmoratus</i> (Bloch, 1795)	Muçum	Remansos	Bentônico
PERCIFORMES			
CICHLIDAE			
<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará	Remansos	Bentônico
<i>Gymnoeophagus balzanii</i> (perugia, 1891)	Cará	Remansos	Bentônico
<i>Crenicichla sp.</i>	Joana/ Joaninha	Remansos	Bentônico
DEMAIS TAXAS			
MUGILIDAE			
<i>Mugil Brasiliensis</i> (Agassiz, 1829)	Tainha	Estuário	Nectônico
<i>Mugil liza</i> (L.)	Tainha	Estuário	Nectônico
SCIAENIDAE			
<i>Menticirrhus americanus</i> (Linnaeus, 1758)	Papa - terra	Estuário	
<i>Pogonias cromis</i> (Linnaeus, 1766).	Miraguaia	Estuário	Nectônico
<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823	Corvina	Estuário	Nectônico
POMATOMIDAE			
<i>Pomatomus saltator</i> (Linnaeus, 1766)	Anchova	Estuário	Nectônico
CENTROPOMIDAE			
<i>Centropomus undecimalis</i> (Bloch, 1792)*	Robalo	Estuário	Nectônico
<i>Centropomus parallelu</i> (Poey, 1860)	Robalo	Estuário	Nectônico
SERRANIDAE			
<i>Mycteroperca rubra</i> (Bloch, 1793)	Badejo	Remanso	Nectônico
ARIIDAE			
<i>Bagre sp</i>	Bagre	Estuário	Nectônico
<i>Netuma barba</i> (Lacepède, 1803)	Bagre	Estuário	Nectônico

Tabela de herpetofauna extraída de MENDONÇA (2007)

ANFÍBIOS

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
Anfíbios		
Família Bufonidae		
	<i>Bufo ictericus</i> (Spix, 1824)	Sapo cururu
Família Hylidae		
	<i>Dendropsophus minutus</i> (Peters, 1872)	Pererequinha do brejo
	<i>Dendropsophus sanborni</i> (Schmidt, 1944)	Pererequinha do brejo
	<i>Scinax squalirostris</i> (A. Lutz, 1925)	Perereca nariguda
	<i>Scinax alter</i> (B. Lutz, 1973) (figura 5)	Perereca
	<i>Hypsiboas faber</i> (Wied-Neuwied, 1821)	Perereca
Família Leptodactylidae		
	<i>Leptodactylus gracilis</i> (Duméril & Bibron, 1841)	Rã manteiga
	<i>Leptodactylus ocellatus</i> (Linnaeus, 1758)	Rã
	<i>Physalaemus cuvieri</i> (Fitzinger, 1826)	
	<i>Physalaemus biligonigerus</i> (Cope, 1861 "1860")	Rã-cachorro
	<i>Odontophrynus americanus</i> (Duméril & Bibron, 1841)	
Répteis		
Família Chelidae		
	<i>Hydromedusa tectifera</i> (Cope, 1869)	Cágado de pescoço comprido
Família Tropicuridae		
	<i>Liolaemus occipitalis</i> (Boulenger, 1885)	Lagartixa das duna
Família Teiidae		
	<i>Tupinambis merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839)	Lagarto comum
Família Colubridae		
	<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	caninana
	<i>Helicops carinicaudus</i> (Wied, 1825)	Cobra-d'água
Família Elapidae		
	<i>Micrurus corallinus</i> (Merrem, 1820)	Coral verdadeira
Família Viperidae		
	<i>Bothrops jararaca</i> (Wied, 1824)	Jararaca

**Tabela de aves identificadas durante o Projeto Interpraias
Extraída de LAVINA (2000)**

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	HABITAT	OCORRÊNCIA	DIMENSÕES
Albatroz-de-cabeça-cinza	<i>Diomedea chrysosotoma</i>	oceanos afastados da costa	todo ano	80 cm
Albatroz-de-nariz-amarelo	<i>Diomedea chlororhynchos</i>	oceanos afastados da costa	todo ano	75 cm
Albatroz-de-sobrancelha	<i>Diomedea melanophris</i>	oceanos e ilhas	todo ano	93 cm
Albatroz-gigante	<i>Diomedea exulans</i>	oceanos	inverno	120 cm
Albatroz-real	<i>Diomedea eponophora</i>	oceanos	inverno	110 cm
Alma-de-gato	<i>Piaya cayana</i>	mata densa, capoeirões e borda de mata	todo ano	47 cm
Alma-de-mestre	<i>Oceanites oceanicus</i>	oceanos	outono e inverno	18 cm
Andorinhão-coleira	<i>Streptoprocne zonaris</i>	campos, florestas	todo ano	21 cm
Andorinhão-de-sobre-cinzentos	<i>Chaetura cinereiventris</i>	regiões florestadas, campos naturais, paisagens alteradas, capoeiras e campos agrícolas	todo ano	11,5 cm
Andorinhão-do-temporal	<i>Chaetura andrei</i>	regiões florestadas, campos e centros urbanos	setembro a março	11 cm
Anu-branco	<i>Guira guira</i>	paisagens abertas	todo ano	38 cm
Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>	paisagens abertas, ambientes alterados e capoeiras	todo ano	36 cm
Arapaçu-grande-garganta-branca	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	ambientes florestados	todo ano	29 cm
Araponga	<i>Procnias nudicollis</i>	ambientes densamente florestados	todo ano	27 cm
Araquã	<i>Ortalis squamata</i>	vegetação de planície litorânea	todo ano	
Asa-branca	<i>Columba picazuro</i>	ambientes alterados, mata secundária, capoeirões e capões	todo ano	34 cm
Atobá	<i>Sula leucogaster</i>	oceanos	todo ano	74 cm
Atobá-australiano	<i>Morus serrator</i>	oceanos próx.da costa	todo ano	100 cm
Atobá-grande	<i>Sula dactylatra</i>	oceanos	todo ano	86 cm
Batuíra-de-coleira	<i>Charadrius collaris</i>	praias, estuários, barra de rios, margens lodosas de rios e lagoas, pequenas lagoas entre as dunas e zona de vegetação pioneira	todo ano	15 cm
Batuíra-de-peito-vermelho	<i>Zonibyx modestus</i>	praias, ambientes lagunares e estuários	todo ano	19 cm
Batuíra-norte-americana	<i>Charadrius semipalmatus</i>	praias, estuários e barra de rios	primavera e verão	18 cm
Batuiçu	<i>Pluvialis dominica</i>	campos e praias	primavera e verão	26 cm
Batuiçu-de-axila-preta	<i>Pluvialis squatorolla</i>	planícies costeiras e praias	primavera e verão	30 cm

Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	borda de mata, capoeiras e campos	todo ano	22,5 cm
Bem-te-vi-rajado	<i>Myiodynastes maculatus</i>	ambientes florestados	todo ano	21,5 cm
Biguá	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	zona costeira, baías, estuários, lagoas e interior de rios	todo ano	15 cm/1,3 Kg
Bobo-escuro	<i>Puffinus griseus</i>	oceanos	todo ano	44 cm
Bobo-grande	<i>Calonectres diomedea</i>	oceanos	verão	49 cm
Bobo-grande-de-sobre-branco	<i>Puffinus gravis</i>	oceanos	todo ano	50 cm
Capororoca	<i>Coscoroba coscoroba</i>	lagoas e banhados com vegetação aquática e palustre	todo ano	100 cm/3,5 Kg
Caracará	<i>Polyborus plancus</i>	ambientes campestres, campos agropecuários e capoeiras	todo ano	56 cm
Carão	<i>Aramus guarauna</i>	áreas úmidas, banhados e lagoas	todo ano	70 cm
Cardeal-do-banhado	<i>Amblyramphus holosericeus</i>	paisagens abertas, ambientes palustres e pirizais nas margens de rios e lagoas	todo ano	23 cm
Carqueja-de-escudo-roxo	<i>Fulica rufifrons</i>	banhados e lagoas com vegetação aquática, flutuante e palustre	todo ano	46 cm
Carqueja-de-liga-vermelha	<i>Fulica armillata</i>	lagoas e açudes com vegetação aquática, flutuante e palustre	todo ano	47 cm
Carrapateiro	<i>Milvago chimachima</i>	campos agropecuários, paisagens campestres, capoeiras, capoeirões e praias	todo ano	40 cm
Cegonha, Maguari ou João-grande	<i>Ciconia maguari</i>	banhados, margens de rios e lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	140 cm/4,5 Kg
Chimango	<i>Milvago chimango</i>	paisagens campestres, campos agropecuários, borda de mata, capoeiras, capoeirões e praias	todo ano	38 cm
Choca-da-mata	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	mata densa, capoeirões, capoeiras e borda de mata	todo ano	15 cm
Choca-de-boné-vermelho	<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	capoeiras, vegetação rala nos campos, interior e zona litôranea	todo ano	15,5 cm
Chocão-carijó	<i>Hypoedaleus guttatus</i>	interior da mata densa	todo ano	20 cm
Chopim	<i>Gnorimopsar chopi</i>	paisagens abertas	todo ano	25 cm
Chopim-do-brejo	<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	paisagens campestres, campos úmidos, pirizais nas margens de rios e lagoas	todo ano	24 cm
Choquinha-lisa	<i>Dysithamus mentalis</i>	ambientes com florestas densas e capoeirões	todo ano	11 cm
Chupa-dente	<i>Conophaga lineata</i>	ambientes com mata densa, capoeirões e borda de mata	todo ano	11 cm

Cisne-de-pescoço-branco	<i>Cygnus melancoryphus</i>	lagoas e banhados com vegetação aquática e palustre	inverno	120 cm/ 4-5,3 Kg
Colhereiro	<i>Platalea ajaja</i>	margens lodosas de lagoas, rios, estuários, manguezais, enseadas lodosas e banhados	todo ano	87 cm
Coruja-de-igreja	<i>Tyto alba</i>	paisagens abertas	todo ano	37 cm
Coruja-do-campo ou	<i>Speotyto cunicularia</i>	regiões campestres e áreas abertas na região rural	todo ano	23 cm
Coruja-buraqueira				
Corujinha-do-mato	<i>Otus chobiba</i>	capoeiras, capoeirões, borda de mata	todo ano	22 cm
Curicaca	<i>Theristicus caudatus</i>	paisagens campestres	todo ano	69 cm
Faição-de-bico-fino	<i>Pachyptila belcheri</i>	oceanos	verão	28 cm
Flamingo	<i>Phoenicopterus chilensis</i>	lagoas rasas de água salobra, praias lodosas e estuários	todo ano	105 cm
Frango-d'água	<i>Gallinula chloropus</i>	açudes, represas, banhados, brejos e lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	87 cm
Frango-d'água-azul	<i>Porphyryla martinica</i>	banhados, lagoas com vegetação aquática e flutuante	todo ano	35 cm
Frango-d'água-carijó	<i>Porphyriops melanops</i>	banhados, lagoas com vegetação palustre e flutuante	todo ano	25 cm
Fura-buxo-de-boné	<i>Pterodroma incerta</i>	oceanos	todo ano	44 cm
Gaiivota-de-cabeça-cinza	<i>Larus cirrocephalus</i>	mares costeiros, praias, estuários, enseadas, lagoas e águas do interior	todo ano	43 cm
Gaiivota-maria-velha	<i>Larus maculipennis</i>	praias, estuários, rios, lagoas, lagoas e baías	todo ano	42 cm
Gaiivotão	<i>Larus dominicanus</i>	mares da região costeira	todo ano	58 cm
Gaiivota-rapeira-grande	<i>Catharacta skua</i>	mares	inverno	60 cm
Galinha-do-mato	<i>Formicarius colma</i>	ambientes florestados	todo ano	17 cm
Garça-branca-grande	<i>Cosmerodis albus</i>	margens de lagoa, rios, banhados, manguezais e zona de rebentação	todo ano	88 cm
Garça-branca-pequena	<i>Egretta thula</i>	margens de lagoa, rios, banhados, manguezais e zona de rebentação na praia	todo ano	54 cm
Garça-vaqueira	<i>Bulbucus ibis</i>	ambientes campestres	todo ano	49 cm
Gavião-caboclo	<i>Buteogallus meridionalis</i>	regiões campestres, campos naturais e agropecuários	todo ano	55 cm
Gavião-caramujeiro	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	ambientes palustres	todo ano	
Gavião-de-rabo-branco	<i>Buteo albicaudatus</i>	paisagens campestres	todo ano	55 cm
Gavião-de-rabo-curto	<i>Buteo brachyurus</i>	ambientes florestados	todo ano	48 cm
Gavião-do-mangue	<i>Circus buffoni</i>	região úmidas	todo ano	50 cm

Gavião-peneira	<i>Elanus leucurus</i>	paisagens abertas, campos sujos, capoeiras, áreas agrícolas e desmatadas	todo ano	35 cm
Gavião-preto	<i>Buteogallus urubitinga</i>	regiões florestadas, campos naturais, paisagens alteradas, capoeiras e campos agrícolas	todo ano	63 cm
Gavião-relógio	<i>Micrastur semitorquatus</i>	interior de florestas densas, capoeirões e borda de matas	todo ano	53 cm
Gavião-tesoura	<i>Elanoides forficatus</i>	áreas urbanas, florestadas e agrícolas	todo ano	60 cm
Gralha-azul	<i>Cuanocorax caeruleus</i>	regiões densamente florestadas, capoeirões e mata de pinhais	todo ano	89 cm
Guará	<i>Eudocimus ruber</i>	manguezais e zonas estuárias	todo ano	58 cm
Inambu-chororó	<i>Crypturellus parvirostris</i>	ambientes florestados, capoeiras e bosques	todo ano	21 cm
Inambuguaçu	<i>Crypturellus obsoletus</i>	interior de florestas	todo ano	29 cm
Inambu-xintã	<i>Crypturellus tataupa</i>	interior de florestas, capoeiras e bosques	todo ano	24 cm
Irerê	<i>Dendrocygna viduata</i>	banhados, lagos e campos inundados	todo ano	44 cm
Jaçanã	<i>Jacana jacana</i>	banhados e lagoas com vegetação aquática e flutuante	todo ano	23 cm
João-de-barro	<i>Fumarius rufus</i>	áreas abertas e ambientes alterados	todo ano	19 cm
João-porca	<i>Lochmias nematura</i>	interior de florestas nas margens de córregos	todo ano	14 cm
Juriti-gemeadeira	<i>Leptotila rufaxilla</i>	florestas densas, ambientes alterados e capoeirões	todo ano	25 cm
Juriti-pupu	<i>Leptotila verreauxi</i>	ambientes alterados, capoeirões, borda de mata e capoeirões	todo ano	26 cm
Maçarico-branco	<i>Calidris alba</i>	praias na zona lavada pelas ondas, estuários e lagoas	primavera, verão e outono	20 cm
Maçarico-de-papo-vermelho	<i>Calidris canutus</i>	praias, regiões estuárias e lagunares, lagoas rasas	primavera, verão e outono	26 cm
Maçarico-de-perna-amarela	<i>I</i>	praias, regiões estuarinas, lagunares, margens lodosas de rios e lagoas rasas	primavera e verão	26 cm
	<i>Tringa flavipes</i>			
Maçarico-de-sobre-branco	<i>Calidris fuscicollis</i>	praias, margens lodosas de lagoas e rios, banhados, estuários e barra de rios	primavera e verão	18 cm
Maçarico-grande-de-perna-amarela	<i>Tringa melanoleuca</i>	praias, regiões estuarinas, lagunares, margens lodosas de rios e lagoas rasas	primavera e verão	35 cm
Maçarico-preto ou Carauna	<i>Plegadis chihi</i>	banhados, campos inundados e lagoas rasas	todo ano	53 cm
Maçarico-rasteirinho	<i>Calidris pusilla</i>	praias, estuários, lagoas costeiras e banhados	primavera e verão	15 cm
Maria-faceira	<i>Syrigma sibilatrix</i>	ambientes campestres	todo ano	53 cm

Marreca-caneleira	<i>Dendrocygna bicolor</i>	banhados, lagos e campos inundados	todo ano	48 cm
Marreca-cricri	<i>Anas versicolor</i>	lagoas e banhados com vegetação aquática	todo ano	40 cm
Marreca-de-bico-roxo	<i>Oxyura dominica</i>	lagoas, banhados e açudes com densa vegetação aquática	todo ano	37 cm
Marreca-de-pé-vermelho	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	banhados, lagoas e açudes	todo ano	40 cm/500 g
Marrecão	<i>Netta peposaca</i>	banhados e lagoas	todo ano	55 cm/1 Kg
Marreca-parda	<i>Anas georgica</i>	lagoas e banhados	todo ano	60 cm
Marreca-pardinha	<i>Anas flavirostris</i>	lagoas e banhados	todo ano	41,5 cm
Marreca-toicinho	<i>Anas bahamensis</i>	lagoas e banhados com vegetação aquática	todo ano	37 cm
Martim-pescador-grande	<i>Ceryle torquata</i>	ambientes com vegetação arbórea nas margens de rios e lagoas	todo ano	42 cm
Martim-pescador-pequeno	<i>Chloroceryle americana</i>	ambientes onde há vegetação arbórea, arbustiva, nas margens de rios, lagoas e banhados	todo ano	19 cm
Mergulhão-de-cara-branca	<i>Rollandia rolland</i>	lagoas e banhados	todo ano	30,5 cm
Mergulhão-grande	<i>Podiceps major</i>	lagoas e banhados	todo ano	61 cm
Narceja	<i>Gallinago paraguiae</i>	pântanos, margens lodosas de lagoas e campos secos e inundados	todo ano	30 cm
Narceja-de-bico-torto	<i>Nycticryphes semicollaris</i>	banhados e margens lodosas de lagoas	todo ano	20 cm
Narcejão	<i>Gallinago undulata</i>	regiões pantanosas, campos inundados e margens de lagoas	todo ano	47 cm
Pardelão-gigante	<i>Macronectes giganteus</i>	oceanos	inverno	88 cm
Pardelão-prateado	<i>Fulmarus glacialisoides</i>	oceanos	inverno	50 cm
Pardela-preta	<i>Procellaria aequinoctialis</i>	oceanos	inverno	55 cm
Pato-do-mato	<i>Cairina moschata</i>	lagoas, rios, banhados com florestas nas proximidades	todo ano	85 cm/2,2 Kg
Pernilongo	<i>Himantopus himantopus</i>	praias na zona lavada pelas ondas, estuários, margens lodosas de lagoas e rios	todo ano	38 cm
Pica-pau-anão-de-coleira	<i>Picumnus cirratus</i>	ambientes alterados, borda de mata e capoeiras	todo ano	10 cm
Picuí	<i>Columbina picui</i>	paisagens campestres entremeadas com bosques, capoeiras e áreas agrícolas e urbanas	todo ano	16 cm
Pinguim	<i>Spheniscus magellanicus</i>	zona litorânea	inverno	65 cm/4,5 Kg
Pinto-d'água-avermelhado	<i>Laterallus leucopyrrhus</i>	banhados, brejos, margens de lagoas e rios com vegetação palustre	todo ano	17,5 cm

Pinto-d'água-comum	<i>Laterallus melanophaius</i>	banhados, brejos, margens de lagoas e rios com vegetação palustre	todo ano	17,5 cm
Pinto-do-mato	<i>Hylopezus achroleucus</i>	interior de florestas densas	todo ano	12,5 cm/28 g
Piru-piru	<i>Haematopus paliatus</i>	ambientes marinhos como praias, costões nas zonas alagadas pelas ondas	todo ano	46 cm
Pomba-do-cabo	<i>Daption capense</i>	oceanos	inverno	36 cm
Pomba-galega	<i>Columbia cayennensis</i>	ambientes alterados, borda de mata, capões e capoeirões	todo ano	32 cm
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>	campos e praias	todo ano	37 cm
Quiriquiri	<i>Falco sporverius</i>	paisagens campestres	todo ano	25 cm
Rolinha-roxa	<i>Columbina talpacoti</i>	ambientes abertos	todo ano	17 cm
Sabiá-coleira	<i>Turdus albicollis</i>	ambientes com mata densa, capoeirões	todo ano	22 cm
Sabiá-do-banhado	<i>Embernagra platensis</i>	paisagens abertas, campos com bosques, arbustos entremeados com brejos, pirizais	todo ano	21,5 cm
Sabiá-do-campo	<i>Mimus saturninus</i>	ambientes campestres, campos com árvores esparsas e campos litorâneos	todo ano	26 cm
Sabiá-laranjeira	<i>Turdus rufiventris</i>	ambientes florestados, capoeiras e bosques	todo ano	
Sabiá-poca	<i>Turdus amurochalinus</i>	ambientes florestados, capoeira, capões e bosques	todo ano	21,9 cm
Saci	<i>Tapera naevia</i>	paisagens abertas, capoeiras, capoeirões e campos com árvores esparsas	todo ano	29 cm
Sanã-carijó	<i>Porzana albicollis</i>	banhados, orla de lagoas com vegetação palustre	todo ano	27 cm
Saracura-carijó	<i>Rallus maculatus</i>	banhados, brejos, margens de lagoa com vegetação palustre	todo ano	27 cm
Saracura-do-banhado	<i>Rallus sanguinolentus</i>	banhados, margens de rios e lagoas com vegetação palustre	todo ano	30 cm
Saracura-do-mato	<i>Aramides saracura</i>	banhados próximos de áreas florestadas e brejos no interior da mata	todo ano	34 cm
Saracura-matraca	<i>Rallus longirostris</i>	manguezais e banhados litorâneos	todo ano	31 cm
Saracura-sanã	<i>Rallus nigricans</i>	banhados, brejos, margens de rios e lagoas com vegetação palustre	todo ano	31 cm
Savacu	<i>Nycticorax nycticorax</i>	margens de lagoa, rios, estuários, manguezais e banhados com vegetação aquática e arbustiva	todo ano	60 cm
Socó-grande	<i>Ardea cocoi</i>	margens de lagoa, rios e banhados com vegetação	todo ano	125 cm/3,2Kg
Socói-amarelo	<i>Ixobrychus involucris</i>	banhados e lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	33 cm

Socózinho	<i>Butorides striatus</i>	vegetação palustre e arbustiva nas margens de lagoas e rios	todo ano	56 cm
Sovi	<i>Ictinia plumbea</i>	ambientes alterados, capoeiras, clareiras e áreas agrícolas e queimadas	todo ano	34 cm
Tachã	<i>Chauna torquata</i>	banhados e orlas de lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	60 cm
Talha-mar	<i>Rynchops niger</i>	praias de águas calmas, baías, enseadas, estuários, lagoas, barra de rios e ambientes aquáticos do interior	todo ano	50 cm
Tesourão	<i>Fregata magnificens</i>	oceanos próx. Da costa	todo ano	98 cm/1,5 Kg
Tiriba	<i>Pyrhura frontalis</i>	regiões densamente florestadas, áreas florestadas e capoeirões	todo ano	27 cm
Trinta-réis-anão	<i>Sterna superciliaris</i>	estuários, lagoas, praias, lagoas e rios no litoral e interior	todo ano	25 cm
Trinta-réis-de-bico-amarelo	<i>Sterna eurygnatha</i>	mares nas regiões costeiras	outono e inverno	41 cm
Trinta-réis-de-bico-preto	<i>Gelochelidon nilotica</i>	praias, barra de rios, lagoas, estuários e lagoas	todo ano	36 cm
Trinta-réis-de-bico-vermelho	<i>Sterna hirundinacea</i>	mares próximo a costa	outono e inverno	41 cm
Trinta-réis-de-coroa-branca	<i>Sterna vittata</i>	mares, estuários, lagoas, lagoas na região costeira e no interior	todo ano	38 cm
Trinta-réis-real	<i>Sterna maxima</i>	praias, mares, estuários, lagoas e barra de rios	primavera, verão e outono	49 cm
Tucano-de-bico-preto	<i>Ramphastos vitellinus</i>	florestas densas, ambientes alterados e capoeirões	todo ano	46 cm
Tucano-de-bico-verde	<i>Ramphastos dicolorus</i>	ambientes alterados, capoeirões e áreas desmatadas com árvores esparsas	todo ano	48 cm
Tuim	<i>Forpus xanthopterygius</i>	mata densa, ambientes alterados, capoeirões e capoeiras	todo ano	12 cm
Tuju	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	ambientes florestados	todo ano	27 cm
Uiraçu-falso	<i>Morphnus guianensis</i>	áreas florestadas	todo ano	
Vira-bosta	<i>Molothrus bonariensis</i>	paisagens abertas, campos agropecuários e banhados	todo ano	16,5 cm
Vira-pedra	<i>Arenaria interpres</i>	costa rochosa na orla marítima	primavera, verão e outono	22 cm

**Tabela de mamíferos identificados no Projeto Interpraias
Extraído de LAVINA (2000)**

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	HABITAT	OCORRÊNCIA	PESO
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	matas das regiões de baixada e das encostas de morros	todo ano	300 kg
Baleia-franca	<i>Eubalaena australis</i>	costeiro, penetrando em baías e enseadas	inverno e primavera	40 a 100 t.
Baleia-jubarte	<i>Megaptera novaeangliae</i>	águas costeiras e afastadas	inverno e primavera	48 t.
Baleia-minke	<i>Balaenoptera acutorostrata</i>	regiões pelágicas e penetra em baías e estuários de rios	inverno	10 t.
Boto	<i>Tursiops truncatus</i>	áreas costeiras, baías e estuários, tropicais e temperadas	todo ano	150 a 370 kg
Boto-de-dorsal-espinhosa	<i>Phocoena spinipinnis</i>	zonas costeiras de águas tropicais		40 a 75 kg
Bugio-ruivo	<i>Alouatta guariba</i>	áreas florestadas	todo ano	4 a 9 kg
Cachalote	<i>Physeter macrocephalus</i>	áreas de grande profundidade	inverno	20 a 57 t.
Cachorro-do-mato	<i>Cerdocyon thous</i>	regiões florestadas e áreas campestres	todo ano	5 a 8 kg
Cachorro-do-mato-vinagre	<i>Speothos venaticus</i>	florestas e campos com capões	todo ano	5 a 7 kg
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	áreas florestadas, campos e banhados	todo ano	27 a 70 kg
Cuíca- D'água	<i>Chironectes minimus</i>	áreas florestadas, abertas e com presença de rios, riachos e lagoas	todo ano	590 a 700 g.
Cuíca-de-cauda-grossa	<i>Lutreolina crassicaudata</i>	florestas e campos	todo ano	200 a 820 g.
Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>	floresta densa ou mata rala e cerrado	todo ano	1,3 a 4 kg
Elefante-marinho	<i>Mirounga leonina</i>	praias planas e ilhas	todo ano	850 kg a 4 t
Falsa-orca	<i>Pseudorca crassidens</i>	oceanos, tropical e temperado		2,5 t.
Furão (?)	<i>Galictis cuja</i>	floresta e campos	todo ano	1 kg
Gambá-cinza-de-quatro-olhos	<i>Philander opossum</i>	matas e restingas	todo ano	200 a 660 g.
Gambá-de-orelha-preta	<i>Didelphis marsupialis</i>	florestas, capões, restingas e banhados	todo ano	56 g. a 1,6 Kg
Gato-do-mato-maracajá	<i>Felis wiedii</i>	mata alta, capoeira e campos	todo ano	3 a 9 kg
Gato-do-mato-prqueno	<i>Felis tigrina</i>	regiões florestadas, campos e cerrados	todo ano	1,5 a 3 kg
Golfinho-bicudo	<i>Steno bredanensis</i>	oceanos, tropicais e subtropicais		136 a 158 kg
Golfinho-comum	<i>Delphinus delphis</i>	tropicais e temperadas, oceânicas e costeiras	todo ano	75 kg
Golfinho-pintado-do-atlântico	<i>Stenella frontalis</i>	águas costeiras e oceânicas e costeiras		39 a 143 kg
Guaxinim / Mão-pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>	florestas, capoeiras, manguezais e perto de rios e lagos	todo ano	8 kg
Irara	<i>Eira barbara</i>	regiões florestadas	todo ano	3 a 7 kg

Jaguariundi	<i>Felis yagovaroundi</i>	bordas de mata e capoeiras	todo ano	3 a 9 kg
Jaguatirica	<i>Felis pardalis</i>	áreas florestadas, campos, banhados, manguezais e caatinga	todo ano	7 a 15 kg
Leão-marinho	<i>Otaria flavescens</i>	áreas continentais, ilhas e costões rochosos	principalment e inverno	160 a 500 kg
Lobo-marinho-subantártico	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	quando não está na água, procura praias planas e rochosas	inverno	50 a 145 kg
Lobo-marinho-sul-americano	<i>Arctocephalus australis</i>	maior parte na água, em terra fica dentro de fendas e grutas	junho e agosto	50 a 180 kg
Lontra	<i>Lutra longicaudis</i>	rios, riachos, lagos, lagoas, estuários, manguezais e ambiente marinho	todo ano	5 a 14 kg
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>	florestas	todo ano	1,7 a 4,5 kg
Onça	<i>Panthera onca</i>	matas densas e suas bordas	todo ano	31 a 158 kg
Orca	<i>Orcinus orca</i>	regiões costeiras de água fria, também ocorre em zonas tropicais costeiras e oceânicas		4 a 8 t.
Oriço-cacheiro	<i>Coendou insidiosus</i>	Florestas exclusivamente	todo ano	1,5 a 2 kg
Paca	<i>Agouti paca</i>	mata primária e secundária próx. a água e banhados	todo ano	5 a 13 kg
Porco-do-mato-cateto	<i>Tayassu tajacu</i>	mata densa e vegetação esparsa	todo ano	17 a 30 kg
Preá	<i>Cavia aperea</i>	borda de matas, capoeiras, capinzais e gravatazais	todo ano	250 a 270 kg
Puma	<i>Felis concolor</i>	florestas e bordas de mata	todo ano	30 a 105 kg
Quati	<i>Nasua nasua</i>	áreas florestadas	todo ano	10 kg
Ratão-do-banhado	<i>Myocastor coypus</i>	rios de água calma, lagos, banhados, lagoas de água doce e salobra	todo ano	7 a 10 kg
Tamanduá-mirim	<i>Tamandua tetradactyla</i>	florestas, campos com capões, restingas e cerrados	todo ano	3 a 8,4 kg
Tapiti	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	bordas de matas, campos e cerrados	todo ano	950 ga 1,2 g.
Tatu-galinha	<i>Dasytus novemcinctus</i>	regiões florestadas	todo ano	2,7 a 8 kg
Tatu-peludo	<i>Euphractus sexcinctus</i>	vegetação arbustiva em campos e cerrados	todo ano	3,2 a 6,5 kg
Toninha	<i>Pontoporia blainvillei</i>	águas costeiras e estuarinas		29 a 61 kg
Tuco-tuco	<i>Ctenomys minutus</i>	embaixo da terra, fazendo galerias em solos arenosos e planícies litorâneas	todo ano	
Tucuxi	<i>Sotalia fluviatilis</i>	águas costeiras, baías e estuários de grandes rios	todo ano	
Veado-campeiro	<i>Ozotocerus bezoarticus</i>	campos limpos	todo ano	30 a 40 kg

Tabela de moluscos identificados
Extraído de ROSA (2007b)

NOME CIENTÍFICO	LOCAL CITADO	NOME POPULAR
POLYPLACOPHORA		
<i>Ischnochiton dorsuosus</i>	SC	
<i>I. striolatus</i>	SC	
<i>I. pectinatus</i>	SC	
<i>Chaetopleura asperrima</i>	SC	
<i>Calloplax janeirensis</i>	SC	
GASTROPODA		
<i>Acteocina bullata</i>	SC	
<i>Aplysia juliana,</i>	SC	
<i>Bursa corrugata ponderosa</i>	SC	
<i>Cylichna verrillii,</i>	SC	
<i>Cyphoma signatum,</i>	SC	
<i>Dondice occidentalis</i>	SC	
<i>Erosaria (=Cypraea) accicularis</i>	SC	
<i>Hipponix grayanus</i>	SC	
<i>Lamellaria perspicua mopsicolor</i>	SC	
<i>Phyllonotus pomum oculatus</i>	SC	
<i>Pleurobranchus areolatus,</i>	SC	
<i>Simnialena (=Simnia) uniplicata</i>	SC	
<i>Trachypollia turricula</i>	SC	
<i>Codakia orbicularis*</i>	SC	
<i>Pleurotomaria Atlantica</i>	Br	
<i>Haliotis portalesii</i>	Br	
<i>Puncturella granulata</i>	Br	
<i>Diodora cayenensis</i>	SC	
<i>D. Harrassowitzi</i>	SC	
<i>D. meta</i>	SC	
<i>Lucapinella henseli</i>	Br	
<i>L. Limatula</i>	Br	
<i>Fissurella clenchi</i>	SC	
<i>F. Rosea</i>	SC	
<i>Collisella subrugosa</i>	SC	
<i>Basilissa costulata</i>	SC	
<i>Tegula patagonica</i>	Br	
<i>T. viridula</i>	SC	Rosquinha
<i>Calliostoma bairdi rosewarteri</i>	Br	
<i>C. militaris</i>	Br	
<i>C. carcellesi</i>	Br	
<i>Solariella carvalhoi</i>	SC	
<i>S. lubrica</i>	Br	
<i>S. patriae</i>	Br	
<i>Halistylus columna</i>	Br	
<i>Astraea latispina</i>	SC	
<i>A. tecta olferssi</i>	SC	Manzarate

<i>Arena bairdii</i>	SC	
<i>A. microforis</i>	Br	
<i>Tricolia affinis</i>	Br	
<i>Neritina virginea</i>	SC	Aruá do Manguê
<i>Phenocolepas hamilei</i>	SC	
<i>Seguenzia hapala</i>	Br	
<i>Littorina flava</i>	Br	
<i>Rissoina bryerea</i>	SC	
<i>R. catesbyana</i>	Br	
<i>Solariorbis shimeri</i>	Br	
<i>Caecum aff condylum</i>	Br	
<i>C. pulchellum</i>	Br	
<i>C. achironum</i>	Br	
<i>C. corneum</i>	SC	
<i>Petalococonchus varians</i>	SC	
<i>Modulus modulus</i>	SC	
<i>Cerithium atratum</i>	SC	
<i>Cerithiopsis greenii</i>	SC	
<i>C. emersoni</i>	SC	
<i>Bittium varium</i>	Br	
<i>Finella dubia</i>	SC	
<i>Eulima cf. hemphili</i>	SC	
<i>Balcis arcuata</i>	Br	
<i>B. breviscula</i>	SC	
<i>B. conoidea</i>	Br	
<i>B. intermedia</i>	Br	
<i>Fossarus orbigny</i>	SC	
<i>Vanikoro oxychone</i>	Br	
<i>Capulus incurvatus</i>	SC	
<i>Calyptrea centralis</i>	Br	
<i>Xenophora caribea</i>	Br	
<i>Cypraca zebra</i>	SC	
<i>Cyphoma intermedium</i>	SC	
<i>Natica carena</i>	SC	
<i>Polinices hepaticus</i>	SC	
<i>P. Lacteus</i>	Br	
<i>P. uberinus</i>	Br	
<i>Sinum maculatum</i>	SC	
<i>S. pespectivum</i>	SC	
<i>Phalium granulatum</i>	Br	
<i>Cyprea zebra</i>	SC	
<i>Charonia lampas pustulata</i>	SC	
<i>Cymatium parthenopeum</i>	SC	
<i>Cymatium femorale</i>	Br	
<i>Fisitriton magellanicus magellanicus</i>	Br	
<i>Ranella olearium</i>	Br	
<i>Siratus beacii</i>	Br	
<i>S. senegalensis</i>	SC	
<i>S. tenuivaricosus</i>	SC	

<i>Cytharomorula gravi</i>	Br	
<i>Typhis cleryi</i>	SC	
<i>Thais haemastoma</i>	SC	
<i>Latiaxis dallis</i>	Br	
<i>L. mansfieldi</i>	Br	
<i>Anachis lyrata</i>	SC	
<i>Cosmioconcha allighypta</i>	Br	
<i>Costoanachis catenata</i>	SC	
<i>C. sparsa</i>	SC	
<i>Mitrella argus</i>	SC	
<i>M. lunata</i>	SC	
<i>Parvanachis obesa</i>	SC	
<i>Pisania auritula</i>	SC	
<i>P. pusio</i>	SC	
<i>Buccinanops deformis</i>	SC	
<i>B. cf. gradatum</i>	SC	
<i>B. duartei</i>	SC	
<i>Pigilina morio</i>	SC	
<i>Nassarius albus</i>	SC	
<i>N. vibex</i>	SC	
<i>Leucozonia nassa</i>	SC	
<i>Oliva reticularis</i>	SC	
<i>Olivancillaria vesica vesica</i>	SC	
<i>O. urceus</i>	SC	
<i>O. vesica auricularia</i>	SC	
<i>Agaronia travassosi</i>	SC	
<i>Olivella petiolita</i>	SC	
<i>O. defioei</i>	SC	
<i>Odontocymbiola americana</i>	Br	
<i>O. corderoi</i>	Br	
<i>Conus atratus</i>	Br	
<i>C. clerii</i>	Br	
<i>C. mazei</i>	Br	
<i>Terebra doello - juradoi</i>	Br	
<i>T. taurina</i>	SC	
<i>Hastula cinerea</i>	SC	
<i>Fusiturricula lavinoides limonensis</i>	Br	
<i>Microdrillia comatotropis</i>	SC	
<i>Brachytoma rioensis</i>	Br	
<i>Pyrgicythara guarani</i>	SC	
<i>Veprecula morra</i>	Br	
<i>pleurotomella cala</i>	Br	
<i>Heliacus cisulcatus</i>	SC	
<i>Janthina janthina</i>	Br	
<i>Triphora longissima</i>	Br	
<i>Odostomia canaliculata</i>	Br	
<i>O. laevigata</i>	Br	
<i>O. bisuturalis</i>	SC	
<i>Mysoffa cumingii</i>	Br	

<i>cylichna verrillii</i>	Br	
<i>Acteocina bidentata</i>	Br	
<i>Volvulella persimilis</i>	Br	
<i>Pleurobranchaca incospicua</i>	Br	
<i>Doris Verrucosa</i>	SC	
<i>Etidoris ladislavii</i>	SC	
<i>Marionia cucullata</i>	SC	
<i>Armina mulleri</i>	SC	
<i>Onchidella indolens</i>	SC	
<i>Melampus coffeus</i>	Br	
<i>Dentalium laqueatum</i>	SC	
<i>Antalis ceratum</i>	Br	
<i>Fissidentalium floridense</i>	Br	
<i>F. meridionale meridionale</i>	Br	
<i>Biomphalaria tenagophila</i>	SC	Caramujo
<i>B.glabrata</i>	SC	Caramujo
<i>B. straminea</i>	SC	Caramujo
<i>Zidona dufresnei</i>	SC	
<i>Megalobulinus oblongus</i>	SC	
PELECYPODA (bivalves)		
<i>Olivella puelcha</i>	SC	
<i>Glycimeris longior</i>	SC	
<i>Anandara notabilis</i>	SC	
<i>Chlamys muscosus</i>	SC	
<i>Limaria inflata</i>	SC	
<i>Pinna carnea</i>	SC	
<i>malletia cumingii</i>	Br	
<i>Arca imbricata</i>	Br	
<i>Barbatia candida</i>	SC	
<i>Anadara brasiliiana</i>	SC	
<i>A. chemnitzii</i>	Br	
<i>A. notabilis</i>	Br	
<i>Lunarca ovalis</i>	SC	Blood Ark
<i>Arcopsis adamis</i>	SC	
<i>Noetia bisulcata</i>	Br	
<i>Limopsis janeiroensis</i>	Br	
<i>Cosa brasiliensis</i>	Br	
<i>Mytilus edulis platensis</i>	SC	Mexilhão da Patagonia
<i>Perna perna</i>	SC	Mexilhão
<i>Gregariella coralliophaga</i>	SC	
<i>Musculus lateralis</i>	SC	
<i>M. viator</i>	SC	
<i>Lithophaga patagonica</i>	SC	
<i>Atrina seminuda</i>	Br	
<i>Pteria hirundo</i>	Br	Leripeba
<i>Pinctada imbricata</i>	SC	
<i>Pecten ziczac</i>	SC	Vieira
<i>Chlamys sentis</i>	SC	

<i>Cyclopecten leptaleus</i>	Br	
<i>Plicatula gibbosa</i>	Br	
<i>Spondylus americanus</i>	SC	
<i>Anomia ephippiun</i>	SC	
<i>Pododesmus rudis</i>	Br	
<i>P. leloiri</i>	Br	
<i>Ostrea equestri</i>	Br	Ostra
<i>O. puelchana</i>	Br	Ostra
<i>O. cristata</i>	Br	Ostra
<i>Crassostrea rhizophorea</i>	SC	Ostra
<i>Lucina pectinata</i>	SC	Lambreta / Sernambi
<i>Codakia costata</i>	SC	
<i>Linga amiantus</i>	SC	
<i>Parvilucina rehderi</i>	SC	
<i>Myrtea lens</i>	Br	
<i>Thyasira croulinensis</i>	SC	
<i>T. trisinuata</i>	SC	
<i>Diplodonta danieli</i>	SC	
<i>Phlyctiderma semiaspera</i>	Br	
<i>Chama congregata</i>	SC	
<i>Pseudochama radians</i>	SC	
<i>Arcinella brasiliana</i>	SC	
<i>Carditamera floridana</i>	Br	
<i>C. plata</i>	Br	
<i>Cyclocardia moniliata</i>	SC	
<i>Crassinella humulata</i>	SC	
<i>Trachycardium muricatum</i>	Br	Mija - mija
<i>Laevicardium laevigatum</i>	SC	
<i>Mactra isabelleana</i>	Br	
<i>M. Fragilis</i>	SC	
<i>M. iheningi</i>	SC	
<i>M. petiti</i>	Br	
<i>M. janeiroensis</i>	Br	
<i>Mactrellona alata</i>	SC	
<i>Mulinia cleryana</i>	SC	
<i>Anatina anatina</i>	SC	
<i>Raeta plicatella</i>	Br	
<i>Solen tehuelchus</i>	Br	
<i>Tellina petitiana</i>	Br	
<i>T. alternata</i>	SC	
<i>T. angulosa</i>	SC	
<i>T. Lineata</i>	SC	
<i>T. punicea</i>	SC	
<i>T. gibber</i>	Br	
<i>T. versicolor</i>	SC	
<i>T. sandix</i>	Br	
<i>Strigilla carnaria</i>	Br	
<i>S. pisiformis</i>	SC	
<i>Macoma cleryana</i>	SC	

<i>M. tenta</i>	SC	
<i>M. constricta</i>	SC	
<i>M. brevifons</i>	SC	
<i>Themnoconcha brasiliana</i>	Br	
<i>Donax gemmula</i>	Br	
<i>D. Hanleyanus</i>	SC	Moçambique
<i>Iphigenia brasiliana</i>	Br	Tarioba
<i>Sanguinolaria sanguinolenta</i>	SC	
<i>S. cruenta</i>	SC	
<i>Semele puepurascens</i>	Br	
<i>Abra lioica</i>	SC	
<i>A. uruguayensis</i>	Br	
<i>Solecurtus sanctaemarthae</i>	SC	
<i>Tagelus pleibeius</i>	Br	
<i>Gaimardia trapezina</i>	SC	
<i>Gouldia cerina</i>	Br	
<i>Tivela fulminata</i>	Br	
<i>T. mactroides</i>	SC	Sapinhaguá
<i>T. isabelleana</i>	Br	
<i>Pitar fulminatus</i>	SC	
<i>P. circinatus</i>	SC	
<i>Transepitar americana</i>	Br	
<i>Amiantis purpuratus</i>	Br	
<i>Callista maculata</i>	SC	
<i>C. eucynata</i>	SC	
<i>Dosinia concentrica</i>	SC	
<i>Cyclinella tenuis</i>	SC	
<i>Chione cancellata</i>	SC	
<i>C. pebura</i>	SC	
<i>C. paphia</i>	Br	
<i>Anomalocardia brasiliana</i>	SC	Berbigão
<i>Protophaca pectorina</i>	SC	
<i>Petricola Typica</i>	SC	
<i>Cooperela atlantica</i>	Br	
<i>Corbula Lyoni</i>	Br	
<i>C. patagonica</i>	Br	
<i>C. tryoni</i>	Br	
<i>Erodona mactroides</i>	Br	BaquiQui
<i>Panopea abbreviata</i>	Br	
<i>Cyrtopleura costata</i>	SC	Tampafole
<i>Pholas campechiensis</i>	SC	
<i>Martesia fragilis</i>	Br	
<i>Teredo novalis</i>	Br	
<i>Pandora bushiana</i>	Br	
<i>Entodesma alvarezi</i>	Br	
<i>Poromya camata</i>	SC	
<i>Cuspidaria braziliensis</i>	SC	
<i>C. platensis</i>	SC	
<i>Cardiomya cleryana</i>	SC	

<i>Verticordia ornata</i>	Br	
<i>Divaricella quadrisulcata</i>	SC	Marisco da Croa
<i>Mesodesma mactroides</i>	SC	Marisco
<i>Euricoa grandis</i>	Br	
CEPHALOPODA		
<i>Loliguncula brevis</i>	SC	
<i>Illex argentinus</i>	SC	

Anexo 03
Tabelas de fenologia e taxonomia Guarani para fauna e flora, conforme
NOELLI (1993)

Taxonomia Guarani para as aves
Adaptado de LAVINA (2000) e NOELLI (1993)

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	HABITAT	OCORRÊNCIA	DIMENSÕES	NOME GUARANI
Inambuquaçu	<i>Crypturellus obsoletus</i>	interior de florestas	todo ano	29 cm	ynambú apeky'á
Inambu-xintã	<i>Crypturellus tataupa</i>	interior de florestas, capoeiras e bosques	todo ano	24 cm	ynambú tataupá
Mergulhão-grande	<i>Podiceps major</i>	lagoas e banhados	todo ano	61 cm	muacá
Mergulhão-de-cara-branca	<i>Rollandia rolland</i>	lagoas e banhados	todo ano	30,5 cm	?
Biguá	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	zona costeira, baías, estuários, lagoas e interior de rios	todo ano	15 cm/1,3 Kg	mbiguá
Socó-grande	<i>Ardea cocoi</i>	margens de lagoa, rios e banhados com vegetação	todo ano	125 cm/3,2Kg	mbaguarí, tavuyayá
Garça-vaqueira	<i>Bulbucus ibis</i>	ambientes campestres	todo ano	49 cm	?
Socózinho	<i>Butorides striatus</i>	vegetação palustre e arbustiva nas margens de lagoas e rios	todo ano	56 cm	Jocó
Garça-branca-pequena	<i>Egretta thula</i>	margens de lagoa, rios, banhados, manguezais e zona de rebentação na praia	todo ano	54 cm	?
Socoí-amarelo	<i>Ixobrychus involucris</i>	banhados e lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	33 cm	?
Savacu	<i>Nycticorax nycticorax</i>	margens de lagoa, rios, estuários, manguezais e banhados com vegetação aquática e arbustiva	todo ano	60 cm	?
Maria-faceira	<i>Syrigma sibilatrix</i>	ambientes campestres	todo ano	53 cm	cuarajy mimby
Colhereiro	<i>Platalea ajaja</i>	margens lodosas de lagoas, rios, estuários, manguezais, enseadas lodosas e banhados	todo ano	87 cm	guyratí/ gyrapytá
Maçarico-preto ou Carauna	<i>Plegadis chihi</i>	banhados, campos inundados e lagoas rasas	todo ano	53 cm	carau'í
Curicaca	<i>Theristicus caudatus</i>	paisagens campestres	todo ano	69 cm	curucáu
Tachã	<i>Chauna torquata</i>	banhados e orlas de lagoas com vegetação aquática e palustre	todo ano	60 cm	chajá
Marreca-de-pé-vermelho	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	banhados, lagoas e açudes	todo ano	40 cm/500 g	ype'í verá
Marreca-pardinha	<i>Anas flavirostris</i>	lagoas e banhados	todo ano	41,5 cm	?

Marreca-parda	<i>Anas georgica</i>	lagoas e banhados	todo ano	60 cm	?
Marreca-cricri	<i>Anas versicolor</i>	lagoas e bahados com vegetação aquática	todo ano	40 cm	?
Pato-do-mato	<i>Cairina moschata</i>	lagoas, rios, banhados com florestas nas proximidades	todo ano	85 cm/2,2 Kg	ypé guasú
Marreca-caneleira	<i>Dendrocygna bicolor</i>	banhados, lagos e campos inundados	todo ano	48 cm	ypé vhuirirí
Irerê	<i>Dendrocygna viduata</i>	banhados, lagos e campos inundados	todo ano	44 cm	apay/ ype chuirirí
Marreção	<i>Netta peposaca</i>	banhados e lagoas	todo ano	55 cm/1 Kg	?
Marreca-de-bico-roxo	<i>Oxyura dominica</i>	lagoas, banhados e açudes com densa vegetação aquática	todo ano	37 cm	?
Gavião-peneira	<i>Elanus leucurus</i>	paisagens abertas, campos sujos, capoeiras, áreas agrícolas e desmatadas	todo ano	35 cm	?
Gavião-tesoura	<i>Elanoides forficatus</i>	áreas urbanas, florestadas e agrícolas	todo ano	60 cm	taguatá yetapá
Sovi	<i>Ictinia plumbea</i>	ambientes alterados, capoeiras, clareiras e áreas agrícolas e queimadas	todo ano	34 cm	suí-suí
Gavião-caramujeiro	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	ambientes palustres	todo ano		taguató vevîi
Gavião-de-rabo-branco	<i>Buteo albicadatus</i>	paisagens campestres	todo ano	55 cm	?
Gavião-de-rabo-curto	<i>Buteo brachyurus</i>	ambientes florestados	todo ano	48 cm	?
Gavião-preto	<i>Buteogallus urubitinga</i>	regiões florestadas, campos naturais, paisagens alteradas, capoeiras e campos agrícolas	todo ano	63 cm	?
Gavião-relógio	<i>Micrastur semitorquatus</i>	interior de florestas densas, capoeirões e borda de matas	todo ano	53 cm	?
Carrapateiro	<i>Milvago chimachima</i>	campos agropecuários, paisagens campestres, capoeiras, capoeirões e praias	todo ano	40 cm	cará-cará'í
Chimango	<i>Milvago chimango</i>	paisagens campestres, campos agropecuários, borda de mata, capoeiras, capoeirões e praias	todo ano	38 cm	cará-cara'í
Caracará	<i>Polyborus plancus</i>	ambientes campestres, campos agropecuários e capoeiras	todo ano	56 cm	caracará
Quiriquiri	<i>Falco sporverius</i>	paisagens campestres	todo ano	25 cm	?
Araquã	<i>Ortalis squamata</i>	vegetação de planície litorânea	todo ano		yacú
Carão	<i>Aramus</i>	áreas úmidas,	todo ano	70 cm	caráú

	<i>guarauna</i>	banhados e lagoas			
Saracura-do-mato	<i>Aramides saracura</i>	banhados próximos de áreas florestadas e brejos no interior da mata	todo ano	34 cm	aracú
Saracura-carijó	<i>Rallus maculatus</i>	banhados, brejos, margens de lagoa com vegetação palustre	todo ano	27 cm	ñajaná
Saracura-sanã	<i>Rallus nigricans</i>	banhados, brejos, margens de rios e lagoas com vegetação palustre	todo ano	31 cm	ñajaná
Saracura-do-banhado	<i>Rallus sanguinolentus</i>	banhados, margens de rios e lagoas com vegetação palustre	todo ano	30 cm	ñajaná
Jaçanã	<i>Jacana jacana</i>	banhados e lagoas com vegetação aquática e flutuante	todo ano	23 cm	aguapeasó
Batuíra-de-coleira	<i>Charadrius collaris</i>	praias, estuários, barra de rios, margens lodosas de rios e lagoas, pequenas lagoas entre as dunas e zona de vegetação pioneira	todo ano	15 cm	?
Batuiruçu	<i>Pluvialis dominica</i>	campos e praias	primavera e verão	26 cm	?
Batuíra-de-peito-vermelho	<i>Zonibyx modestus</i>	praias, ambientes lagunares e estuarinos	todo ano	19 cm	?
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>	campos e praias	todo ano	37 cm	?
Maçarico-de-sobre-branco	<i>Calidris fuscicollis</i>	praias, margens lodosas de lagoas e rios, banhados, estuários e barra de rios	primavera e verão	18 cm	chululu'í
Narcejão	<i>Gallinago undulata</i>	regiões pantanosas, campos inundados e margens de lagoas	todo ano	47 cm	?
Maçarico-grande-de-perna-amarela	<i>Tringa melanoleuca</i>	praias, regiões estuarinas, lagunares, margens lodosas de rios e lagoas rasas	primavera e verão	35 cm	?
Pernilongo	<i>Himantopus himantopus</i>	praias na zona lavada pelas ondas, estuários, margens lodosas de lagoas e rios	todo ano	38 cm	?
Gaiivota-de-cabeça-cinza	<i>Larus cirrocephalus</i>	mares costeiros, praias, estuários, enseadas, lagunas e águas do interior	todo ano	43 cm	atí
Trinta-réis-anão	<i>Sterna superciliaris</i>	estuários, lagunas, praias, lagoas e rios no litoral e interior	todo ano	25 cm	pa'á

Talha-mar	<i>Rynchops niger</i>	praias de águas calmas, baías, enseadas, estuários, lagunas, barra de rios e ambientes aquáticos do interior	todo ano	50 cm	aty guasú
Coruja-de-igreja	<i>Tyto alba</i>	paisagens abertas	todo ano	37 cm	suindá
Asa-branca	<i>Columba picazuro</i>	ambientes alterados, mata secundária, capoeirões e capões	todo ano	34 cm	pycasuró
Pomba-galega	<i>Columbia cayennensis</i>	ambientes alterados, borda de mata, capões e capoeirões	todo ano	32 cm	pycasuró
Picuí	<i>Columbina picui</i>	paisagens campestres entremeadas com bosques, capoeiras e áreas agrícolas e urbanas	todo ano	16 cm	pycu'í
Rolinha-roxa	<i>Columbina talpacoti</i>	ambientes abertos	todo ano	17 cm	pycu'í, pytá, pycu'ipé pytá
Juriti-gemeadeira	<i>Leptotila rufaxilla</i>	florestas densas, ambientes alterados e capoeirões	todo ano	25 cm	yerutí
Juriti-pupu	<i>Leptotila verreauxi</i>	ambientes alterados, capoeirões, borda de mata e capoeirões	todo ano	26 cm	yerutí
Tuim	<i>Forpus xanthopterygius</i>	mata densa, ambientes alterados, capoeirões e capoeiras	todo ano	12 cm	ajurú yuracanga
Tiriba	<i>Pyrhura frontalis</i>	regiões densamente florestadas, áreas florestadas e capoeirões	todo ano	27 cm	tiri vaí
Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>	paisagens abertas, ambientes alterados e capoeiras	todo ano	36 cm	anú
Anu-branco	<i>Guira guira</i>	paisagens abertas	todo ano	38 cm	andyrá, kirirú, piririta
Alma-de-gato	<i>Piaya cayana</i>	mata densa, capoeirões e borda de mata	todo ano	47 cm	tingasú
Saci	<i>Tapera naevia</i>	paisagens abertas, capoeiras, capoeirões e campos com árvores esparsas	todo ano	29 cm	chochí
Corujinha-do-mato	<i>Otus chobiba</i>	capoeiras, capoeirões, borda de mata	todo ano	22 cm	caburé guasú, urucuré'á
Coruja-do-campo	<i>Speotyto cunicularia</i>	regiões campestres e áreas abertas na região rural	todo ano	23 cm	urucure'á
Tuju	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	ambientes florestados	todo ano	27 cm	yvyra'ú
Andorinhão-do-temporal	<i>Chaetura andrei</i>	regiões florestadas, campos e centros	setembro a março	11 cm	mbiyu'í mbopí

		urbanos			
Andorinhão-de-sobre-cinzento	<i>Chaetura cinereiventris</i>	regiões florestadas, campos naturais, paisagens alteradas, capoeiras e campos agrícolas	todo ano	11,5 cm	mbiyu'í mbopí
Andorinhão-coleira	<i>Streptoprocne zonaris</i>	campos, florestas	todo ano	21 cm	?
Martim-pescador-pequeno	<i>Chloroceryle americana</i>	ambientes onde há vegetação arbórea, arbustiva, nas margens de rios, lagoas e banhados	todo ano	19 cm	yaguá catí, yaguá catí michí
Tucano-de-bico-verde	<i>Ramphastos dicolorus</i>	ambientes alterados, capoeirões e áreas desmatadas com árvores esparsas	todo ano	48 cm	tuca'í
Arapaçu-grande-garganta-branca	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	ambientes florestados	todo ano	29 cm	arapaçú
Pica-pau-anão-de-coleira	<i>Picumnus cirratus</i>	ambientes alterados, borda de mata e capoeiras	todo ano	10 cm	ypecú michí
João-de-barro	<i>Fumarius rufus</i>	áreas abertas e ambientes alterados	todo ano	19 cm	ogaraity
João-porca	<i>Lochmias nematura</i>	interior de florestas nas margens de córregos	todo ano	14 cm	?
Chupa-dente	<i>Conophaga lineata</i>	ambientes com mata densa, capoeirões e borda de mata	todo ano	11 cm	?
Choquinha-lisa	<i>Dysithamus mentalis</i>	ambientes com florestas densas e capoeirões	todo ano	11 cm	?
Pinto-do-mato	<i>Hylopezus achroleucus</i>	interior de florestas densas	todo ano	12,5 cm/28 g	?
Choca-da-mata	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	mata densa, capoeirões, capoeiras e borda de mata	todo ano	15 cm	mbaratá
Choca-de-boné-vermelho	<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	capoeiras, vegetação rala nos campos, interior e zona litôranea	todo ano	15,5 cm	mbaratá
Sabiá-coleira	<i>Turdus albicollis</i>	ambientes com mata densa, capoeirões	todo ano	22 cm	corochiré
Sabiá-poca	<i>Turdus amurochalinus</i>	ambientes florestados, capoeira, capões e bosques	todo ano	21,9 cm	corochiré
Araponga	<i>Procnias nudicollis</i>	ambientes densamente florestados	todo ano	27 cm	guyrapong
Sabiá-do-campo	<i>Mimus saturninus</i>	ambientes campestres, campos com árvores esparsas e campos litorâneos	todo ano	26 cm	?
Bem-te-vi	<i>Myiodynastes</i>	ambientes florestados	todo ano	21,5 cm	?

rajado	<i>maculatus</i>				
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	borda de mata, capoeiras e campos	todo ano	22,5 cm	PITONGUÉ
Cardeal-do-banhado	<i>Amblyramphus holosericeus</i>	paisagens abertas, ambientes palustres e pirizais nas margens de rios e lagoas	todo ano	23 cm	guyraú pytá
Chopim	<i>Gnorimopsar chopi</i>	paisagens abertas	todo ano	25 cm	guyraú chopí
Vira-bosta	<i>Molothrus bonariensis</i>	paisagens abertas, campos agropecuários e banhados	todo ano	16,5 cm	guyraú
Chopim-do-brejo	<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	paisagens campestres, campos úmidos, pirizais nas margens de rios e lagoas	todo ano	24 cm	guyraúró
Sabiá-do-banhado	<i>Embernagra platensis</i>	paisagens abertas, campos com bosques, arbustos entremeados com brejos, pirizais	todo ano	21,5 cm	?

Taxonomia Guarani para os mamíferos
Adaptado de LAVINA (2000) e NOELLI (1993)

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	HABITAT	SAZONALIDADE	PESO	NOME GUARANI
Cuíca- D'água	<i>Chironectes minimus</i>	áreas florestadas, abertas e com presença de rios, riachos e lagoas	todo ano	590 a 700 g.	yjapó
Cuíca-de-cauda-grossa	<i>Lutreolina crassicaudata</i>	florestas e campos	todo ano	200 a 820 g.	mycuré pytá
Gambá-cinza-de-quatro-olhos	<i>Philander opossum</i>	matas e restingas	todo ano	200 a 660 g.	anguyá/anguyá guaiki
Tamanduá-mirim	<i>Tamandua tetradactyla</i>	florestas, campos com capões, restingas e cerrados	todo ano	3 a 8,4 kg	tamandua'í/caguaré
Tatu-galinha	<i>Dasypus novemcinctus</i>	regiões florestadas	todo ano	2,7 a 8 kg	tatú, mburicá/tatu'irá/tatujú, tatú eté
Tatu-peludo	<i>Euphractus sexcinctus</i>	vegetação arbustiva em campos e cerrados	todo ano	3,2 a 6,5 kg	tatú poyú/tatú pytá
Bugio-ruivo	<i>Alouatta guariba</i>	áreas florestadas	todo ano	4 a 9 kg	carayá/ carayajú(macho)/ carayá pytá (fêmea)
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>	florestas	todo ano	1,7 a 4,5 kg	ca'í/ ca'íjú (sp. negro)
Quati	<i>Nasua nasua</i>	áreas florestadas	todo ano	10 kg	cuatí/ cuatí mondé
Guaxinim / Mão-pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>	florestas, capoeiras, manguezais e perto de rios e lagos	todo ano	8 kg	aguará popé/ yguará popé
Irara	<i>Eira barbara</i>	regiões florestadas	todo ano	3 a 7 kg	eirá
Furão (?)	<i>Galictis cuja</i>	floresta e campos	todo ano	1 kg	yaguapé
Lontra	<i>Lutra longicaudis</i>	rios, riachos, lagos, lagoas, estuários, manguezais e ambiente marinho	todo ano	5 a 14 kg	arirá
Puma	<i>Felis concolor</i>	florestas e bordas de mata	todo ano	30 a 105 kg	yaguá pytá/ yaguaty/ suçuarana
Jaguatirica	<i>Felis pardalis</i>	áreas florestadas, campos, banhados, manguezais e caatinga	todo ano	7 a 15 kg	yaguarate'í/ mbaracayá asú/ yaguaratirí/ chiví guasú
Gato-do-mato-prqueno	<i>Felis tigrina</i>	regiões florestadas,	todo ano	1,5 a 3 kg	mbaracayá

		campos e cerrados			
Gato-do-mato-maracajá	<i>Felis wiedii</i>	mata alta, capoeira e campos	todo ano	3 a 9 kg	mbaracayá
Jaguariundi	<i>Felis yagovaroundi</i>	bordas de mata e capoeiras	todo ano	3 a 9 kg	mbaracayá eirá/ yaguarundy/ acutí yaguá
Onça	<i>Panthera onca</i>	matas densas e suas bordas	todo ano	31 a 158 kg	yaguareté/ yaguá pará
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	matas das regiões de baixada e das encostas de morros	todo ano	300 kg	tapi'í/ tapié/ mboreví
Porco-do-mato-cateto	<i>Tayassu tajacu</i>	mata densa e vegetação esparsa	todo ano	17 a 30 kg	taytetú
Veado-campeiro	<i>Ozotocerus bezoarticus</i>	campos limpos	todo ano	30 a 40 kg	guasuti
Oriço-cacheiro	<i>Coendou insidiosus</i>	Florestas exclusivamente	todo ano	1,5 a 2 kg	cui'í
Preá	<i>Cavia aperea</i>	borda de matas, capoeiras, capinzais e gravatazais	todo ano	250 a 270 kg	apere'á
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	áreas florestadas, campos e banhados	todo ano	27 a 70 kg	capiyvá
Paca	<i>Agouti paca</i>	mata primária e secundária próx. a água e banhados	todo ano	5 a 13 kg	acutípag/ acutipay
Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>	floresta densa ou mata rala e cerrado	todo ano	1,3 a 4 kg	acutí
Ratão-do-banhado	<i>Myocastor coypus</i>	rios de água calma, lagos, banhados, lagoas de água doce e salobra	todo ano	7 a 10 kg	kyyá
Tuco-tuco	<i>Ctenomys minutus</i>	embaixo da terra, fazendo galerias em solos arenosos e planícies litorâneas	todo ano		anguyá yvyguy
Tapiti	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	bordas de matas, campos e cerrados	todo ano	950 ga 1,2 g.	tapití/ tapití mburicá

Taxonomia Guarani para a herpetofauna
Adaptado de MENDONÇA (2007) E NOELLI (1993)

ANFÍBIOS

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME GUARANI
Afibios			
Família Bufonidae			
	<i>Bufo ictericus</i> (Spix, 1824)	Sapo cururu	cururú
Família Leptodactylidae			
	<i>Leptodactylus gracilis</i> (Duméril & Bibron, 1841)	Rã manteiga	yu'í
	<i>Leptodactylus ocellatus</i> (Linnaeus, 1758)	Rã	yu'í
	<i>Physalaemus cuvieri</i> (Fitzinger, 1826)		yu'í
	<i>Physalaemus biligonigerus</i> (Cope, 1861 "1860")	Rã-cachorro	yu'í
	<i>Odontophrynus americanus</i> (Duméril & Bibron, 1841)		yu'í
Répteis			
Família Chelidae			
	<i>Hydromedusa tectifera</i> (Cope, 1869)	Cágado de pescoço comprido	carumbé
Família Teiidae			
	<i>Tupinambis merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839)	Lagarto comum	Teyú guasú
Família Colubridae			
	<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	caninana	ñacaniná
	<i>Helicops carinicaudus</i> (Wied, 1825)	Cobra-d'água	mbói
Família Elapidae			
	<i>Micrurus corallinus</i> (Merrem, 1820)	Coral verdadeira	Mbói chumbé
Família Viperidae			
	<i>Bothrops jararaca</i> (Wied, 1824)	Jararaca	Mbói iará

Taxonomia Guarani para peixes de água doce
Adaptado de ROSA (2007a) e NOELLI (1993)

CLASSIFICAÇÃO Família/ Nome Científico	NOME POPULAR	NOME GUARANI
ERYTHRINIDAE		
<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)	Traíra	tarey
CURIMATIDAE		
<i>Cyphocharax santacatarinae</i> (Fernandez-Yepe, 1948).	Biru	quirymbatá
CHARACIDAE		
<i>Astyanax bimaculatus</i> (Linnaeus, 1758).	Lambari	piqui
<i>A. fasciatus</i> (Cuvier, 1817).	Acarai	piqui
<i>Bryconamericus</i> sp.	Lambari	pyrái
<i>Pseudocorynopoma heterandria</i> (Eigenmann, 1914).	Saguiru	?
<i>Oligosarcus hepsetus</i> (Cuvier, 1817)	Dentudo, Tambicu	tambicú
PIMELODIDAE		
<i>Heptapterus</i> sp.	Mandizinho	mandi'í, yurundiá
<i>Microglanis cl. parahybae</i> (Steindachner, 1880)	Bagrinho	manguruyú
<i>Pimelodella australis</i> (Eigenmann, 1917)	-----	mandi'í
<i>Rhamdia</i> sp. .	Jundiá	yurundiá
LORICARIIDAE		
<i>Hypostomus</i> sp.	Cascudo	pirá tatú, pirá itacuí
<i>Microlepidogaster leucofrenatus</i> (Ribeiro, 1908)	-----	tamboatá
<i>Rineloricaria</i> sp.1	Cascudo	guainguingué, iniá, tandéi
<i>Rineloricaria</i> sp.2	Cascudo	guainguingué, iniá, tandéi
<i>Rineloricaria</i> sp.3	Cascudo	guainguingué, iniá, tandéi
GYMNOTIDAE		
<i>Gymnotus</i> sp.	Tuvira	pirambói
ANABLEPIDAE .		
<i>Jenynsia lineata</i> (Jenyns, 1842)	Barrigudinho	?
SYNBRANCHIDAE		
<i>Synbranchus marmoratus</i> (Bloch, 1795)	Muçum	mbusú, mbucú
CICHLIDAE		
<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará	acará, pirá mobocayá
<i>Crenicichla</i> sp.	Joana/ Joaninha	ñacundá

**Usos, Fenologia e Taxonomia Guarani das Espécies Vegetais
Adaptado de LAVINA (2000) e NOELLI (1993)**

Alimentação – Frutas – Fenologia:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME GUARANI	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Lauraceae	<i>Aiouea saligna</i> Meiss.	canela-brava	Amayua	X	X	X	X	X							
Annonaceae	<i>Annona glabra</i> L.	corticeira	Aratiku		X	X	X								
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo	X	X	X	X	X							
Arecaceae	<i>Bactris lindmaniana</i> Drude	tucum	Karanda'i								X	X	X		
Bromeliaceae	<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.	banana-do-mato	Karagwata	X	X	X	X	X	X	X					
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	butiá	Jatai			X	X	X							
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	canjerana	Cayanara	X						X	X				X
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Swartz	chá-de-bugre	Avati tymbavy	X	X								X	X	X
Cecropiaceae	<i>Cecropia catharinensis</i> Cuatr.	embaúba	Amba'y										X		
Cactaceae	<i>Cereus uruguayanus</i> Ritter ex Kiesling	mandacaru	Yamaru	X											X
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Camb.	camboatá	Yagwarata'y								X	X	X	X	X
Ebenaceae	<i>Diospyros inconstans</i> (Jacq.) Gris.	maria-preta	Gwayacana	X	X	X	X	X						X	X
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum argentinum</i> O. E. Schulz	coção	Kamba ava	X	X	X	X								X
Myrtaceae	<i>Eugenia schüechiana</i> Berg.	guamirim	Yva há'i									X	X	X	
Myrtaceae	<i>Eugenia stigmatorosa</i> DC.	guamirim	Yva há'i									X	X	X	
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	figueira	Gwapo'y	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mimosaceae	<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart.	ingá-macaco	Inga												
Verbenaceae	<i>Lantana camara</i> L.	camará	Ka'a mara												
Araceae	<i>Monstera adansonii</i> Schott	imbé	Gwembepi												
Myrtaceae	<i>Myrcia bicarinata</i> (Berg) Legr.	guamirim ferro	Yva poroity												
Myrtaceae	<i>Myrcia rostrata</i> DC.	guamirim-de-folha-fina	Yva poroity	X	X	X	X								

Lauraceae	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees	canela	Aju'y	X			X	X	X							X	X	X
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	canela-lageana	Aju'y	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Passifloraceae	<i>Passiflora edulis</i> Sims.	maracujá-de-comer	Mburucuya													X	X	
Araceae	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott. ex Endl.	imbé	Gwembe'y	X	X													X
Myrtaceae	<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine	araçá	Arasa sayju		X	X												
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira	Agwara yva			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania serrata</i> (Klotzsch.) Müll. Arg.	Branquilha	Yvyra kamby			X	X	X										
Moraceae	<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) Burg., Lanj. & Boer	cincho	Nhandipa														X	X
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	grandiuva	Kurundi'y	X							X						X	X
Verbenaceae	<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Mold.	tarumã	Taruma		X	X	X											

Alimentação – Rizomas (ri) e sementes (se) – Fenologia:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME GUARANI	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo - ri	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Arecaceae	<i>Bactris lindmaniana</i> Drude	tucum	Kartanda - ri	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	pulgueira, erva-de-santa-maria	Ka'are - se												
Cyperaceae	<i>Cyperus giganteus</i> Vahl	tiririca, junco	Kure piri'i - ra/ri/bu	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fabaceae	<i>Dioclea violacea</i> Mart.	castanha	Kuruguai - se												
Arecaceae	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	palmitreiro	Yu'y - ri	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maranthaceae	<i>Marantha arundinacea</i> L.	araruta	Akuti gwepe - ria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Madeira para usos diversos:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Euphorbiaceae	<i>Actinostemon concolor</i> (Spr.) M. Arg.	laranjeira-do-mato	Nhuati yakāra'e
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spr.) M. Arg.	Tanheiro	Tapia gwasu'i
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	Gerivá	Pindo
Arecaceae	<i>Bactris lindmaniana</i> Drude	Tucum	Karanda'i
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Canjerana	Cayanara
Cecropiaceae	<i>Cecropia catharinensis</i> Cuatr.	Embaúba	Amba'y
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Camb.	Camboatá	Yagwa rata'i
Thymelaeaceae	<i>Daphnopsis racemosa</i> Griseb.	Embira	yvyra rirã
Myrtaceae	<i>Eugenia schüechiana</i> Berg.	Guamirim	Yva há'i
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	Figueira	Gwapo'y
Anacardiaceae	<i>Lithraea brasiliensis</i> March.	aroeira-brava	?
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	canela-lageana	Aju'y
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira	Agwara yva
Bignoniaceae	<i>Tabebuia umbellata</i> (Sond.) Sandw.	ipê-amarelo	Tajy
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Grandiuva	Kurundi'y
Verbenaceae	<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Mold.	Tarumã	Taruma

Jogos:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Butiá	

Lenha:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Camb.	Camboatá	Yagwa rata'y
Anacardiaceae	<i>Lithraea brasiliensis</i> March.	aroeira-brava	?
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Grandiuva	Kurundi'y

Inseticida:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Canjerana	Cayanara

Canoas:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	figueira	Gwapo'y
Proteaceae	<i>Roupalla brasiliensis</i> Klotzsch.	carvalho-brasileiro	Ka'a tocae

Fibras para Fios:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Thymelaeaceae	<i>Daphnopsis racemosa</i> Griseb.	Embira	Yvaju, Kururu yvy
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Grandiuva	Kurundi'y
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	Figueira	Gwapo'y
Proteaceae	<i>Roupalla brasiliensis</i> Klotzsch.	carvalho-brasileiro	Ka'a tocae

Paus igníferos:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	canela-lageana	Aju'y
Bignoniaceae	<i>Tabebuia umbellata</i> (Sond.) Sandw.	ipê-amarelo	Tajy

Trançados:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	Gerivá	Pindo
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Butiá	Jatai

Cobertura de recipientes:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Cyperaceae	<i>Scirpus</i> sp.	Piri	

Cobertura de construções:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	Gerivá	Pindo
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Butiá	Jatai

Esculturas:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	Figueira	Gwapo'y
Proteaceae	<i>Roupalla brasiliensis</i> Klotzsch.	carvalho-brasileiro	Ka'a tocae

Madeira para Arcos:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Arecaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo
Arecaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	butiá	Jatai

Pontas de Flechas:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Areaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo
Areaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	butiá	Jatai

Amarrações em Geral:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Araceae	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott. ex Endl.	imbé	Gwembe'y

Cordas em geral e para arcos:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Areaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	Gerivá	Pindo
Areaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Butiá	Jatai
Bromeliaceae	<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.	banana-do-mato	

Madeira Elástica para Armadilhas:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Swartz	chá-de-bugre	Avati tymbavy

Pano de Limpeza:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Bromeliaceae	<i>Tillandsia usneoides</i> (L.) L.	barba-de-velho	Yvyra gau

Cepo de armadilha Mundé:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Areaceae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	gerivá	Pindo
Areaceae	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	butiá	Jatai

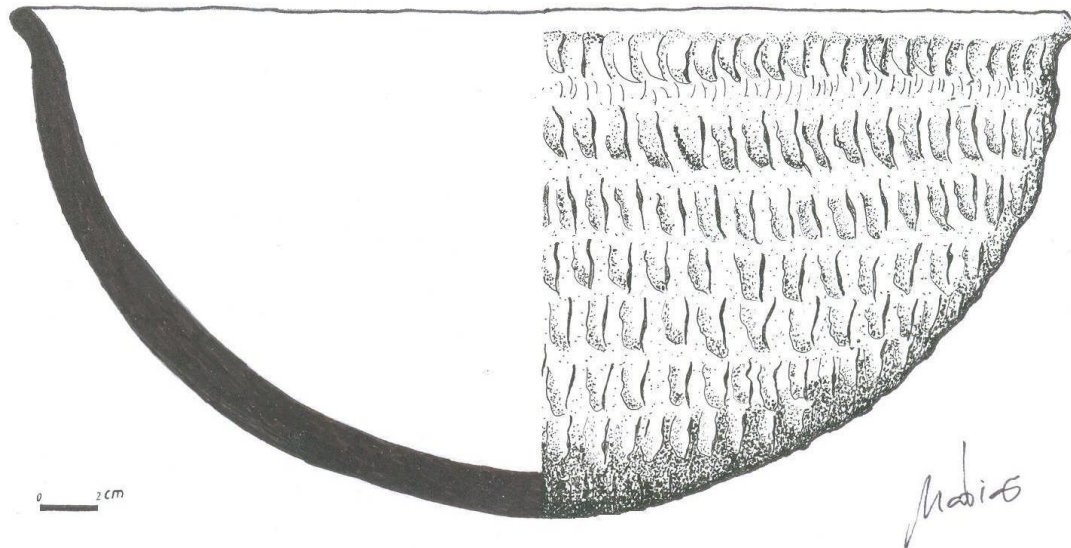
Corantes:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Maranthaceae	<i>Calathea</i> sp.	Caeté	Nhacuda
Verbenaceae	<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Mold.	Tarumã	Taruma

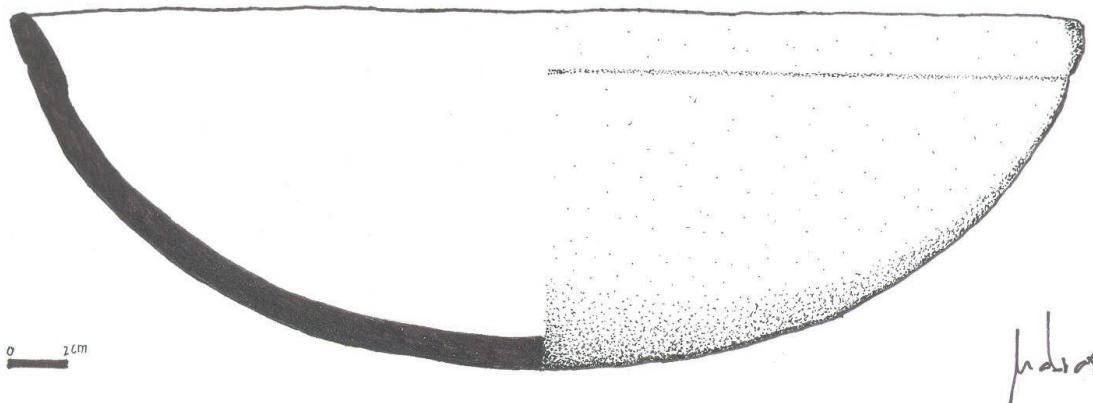
Plantas Mediciniais:

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME INDÍGENA
Annonaceae	<i>Annona glabra</i> L.	corticeira	Aratiku
Asteraceae	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	Vassoura	Yagwarete ka'a
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Canjerana	Cayarana
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Swartz	chá-de-bugre	Avati tymbavy
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Swartz	chá-de-bugre	Gwaimi reypepe'a
Cecropiaceae	<i>Cecropia catharinensis</i> Cuatr.	Embaúba	Amba'y
Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	pulgueira, erva-de-santa-maria	Ka'a are
Rubiaceae	<i>Chiococca alba</i> (L.) Hit.	caínca	Ysypo kurusu
Cyperaceae	<i>Cyperus giganteus</i> Vahl	tiririca, junco	Kure piri'i
Cyperaceae	<i>Cyperus giganteus</i> Vahl	tiririca, junco	Kapi'i cati
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum argentinum</i> O. E. Schulz	Cocão	Ypandu
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum deciduum</i> St. -Hil.	Cocão	Ypandu
Moraceae	<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	Figueira	Gwapo'y
Aquifoliaceae	<i>Ilex theezans</i> Mart.	Caúna	Ka'a rã
Mimosaceae	<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart.	ingá-macaco	Inga
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	canela-lageana	Aju'y
Araceae	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott. ex Endl.	Imbé	Gwembe'y
Piperaceae	<i>Piper cf. dilatatum</i> L. C. Rich		Tuja renipi'a
Piperaceae	<i>Piper gaudichaudianum</i> Kunth		Tuja renipi'a
Piperaceae	<i>Piper arboreum</i> Aublet		Tuja renipi'a
Myrtaceae	<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine	araçá	Mbururucuya, Arasa
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira	Agwara yva
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira	Agwara yva
Smilacaceae	<i>Smilax campestris</i> Griseb.	japicanga, salsaparrilha	Yva peca
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Grandiuva	Inga moroti
Ulmaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Grandiuva	Kurund'y
Sterculiaceae	<i>Triumphetta</i> sp.	Carrapicho	Ju'a xima

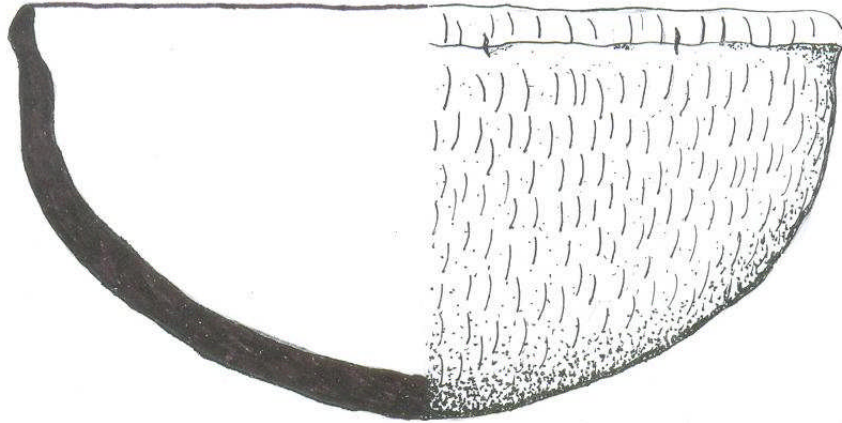
Anexo 04
Desenhos de vasilhames reconstituídos



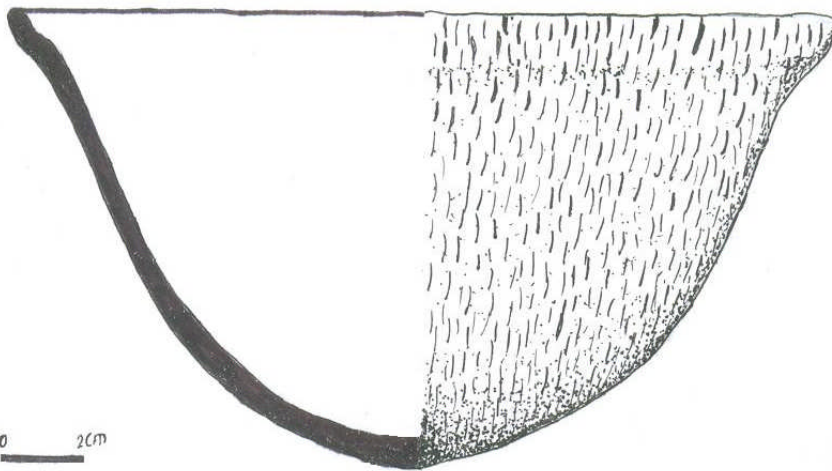
**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 03)**



**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 15)**

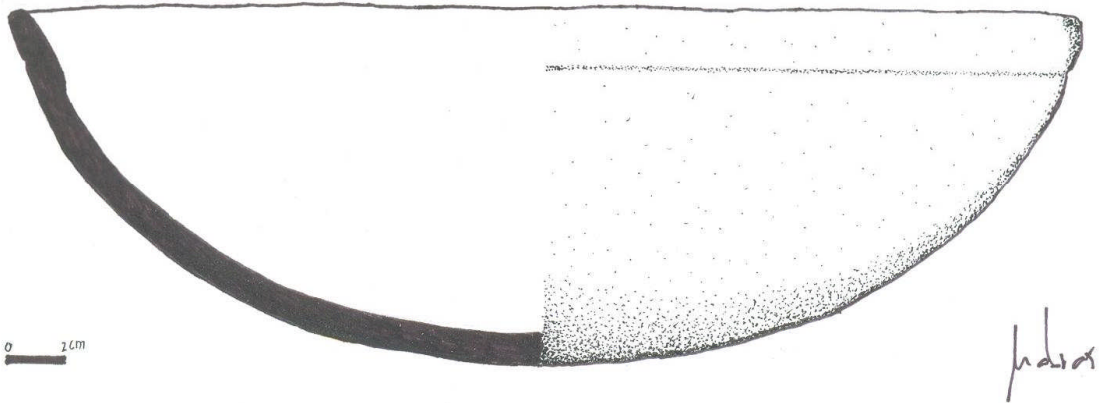


**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 09)**

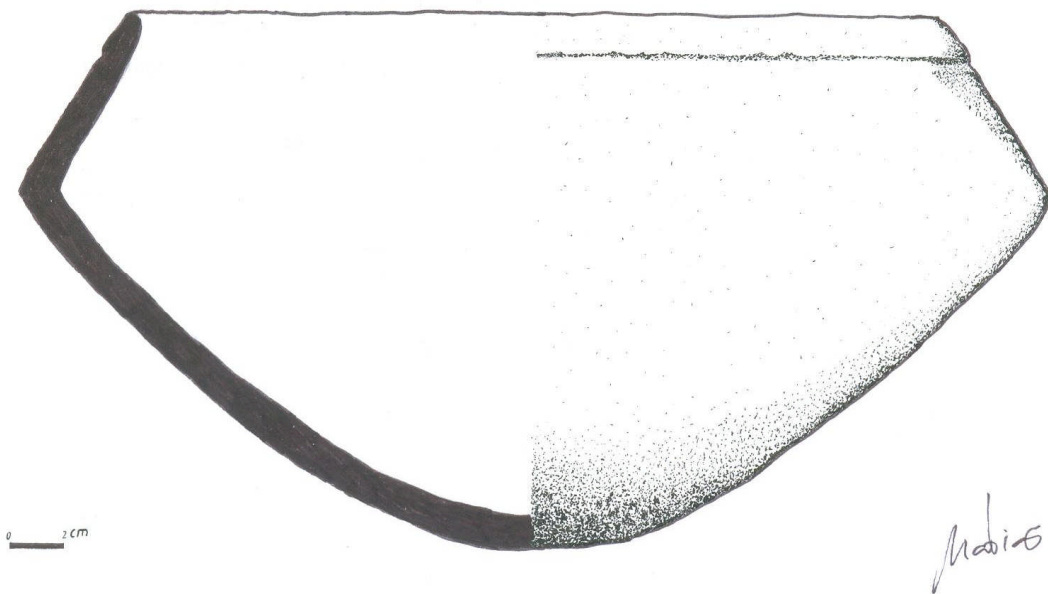


Mabias

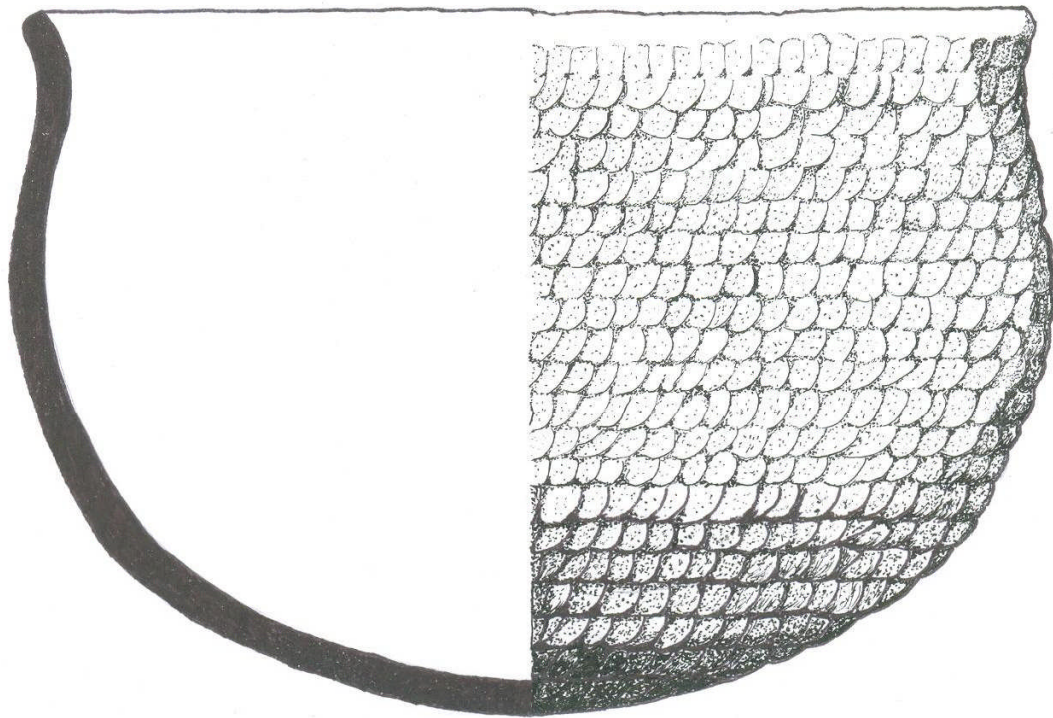
**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 10)**



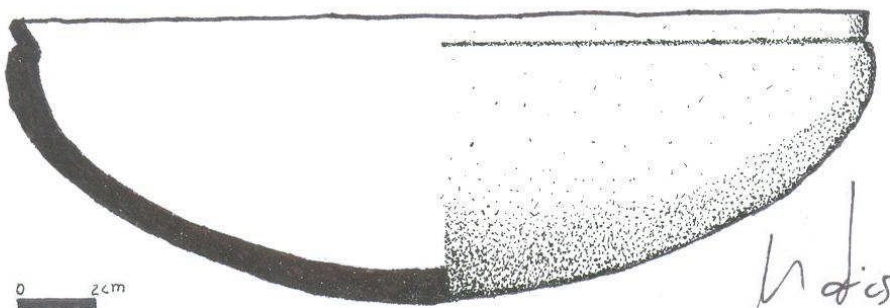
**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 16)**



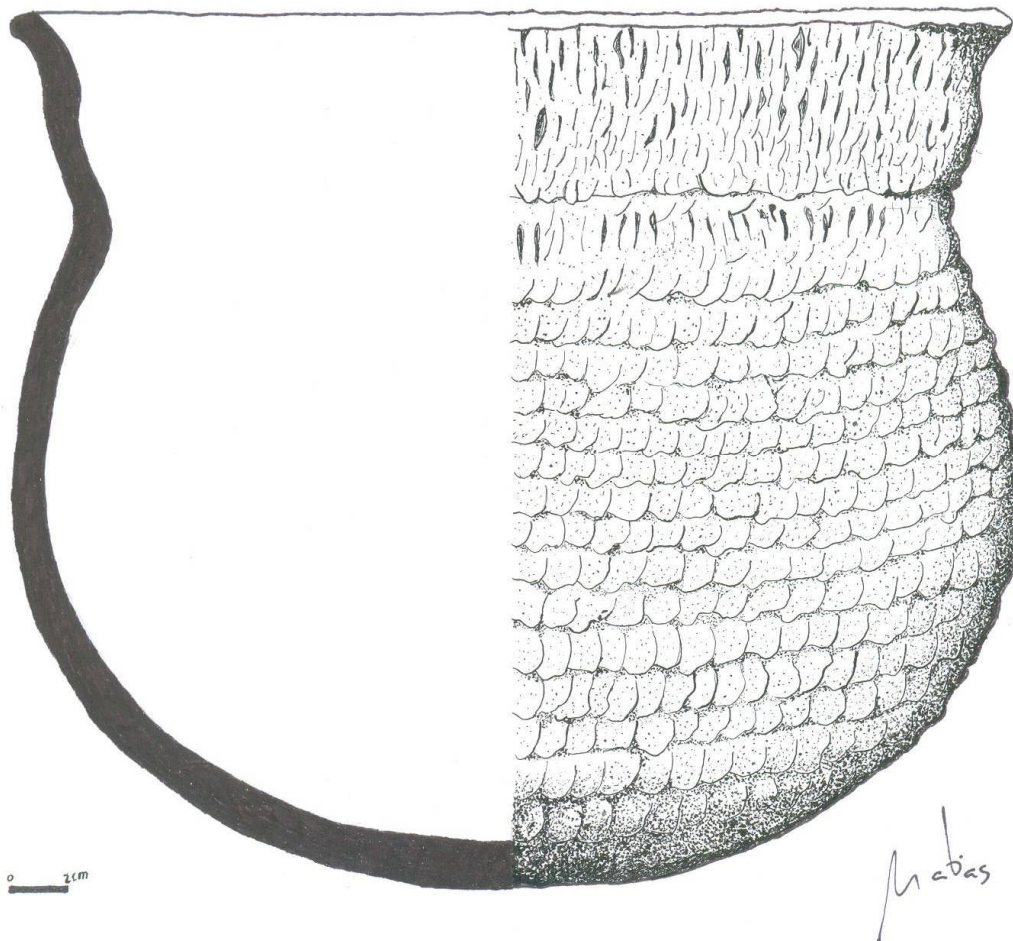
**Sítio Arqueológico Escola Isolada Lagoa dos Esteves
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 17)**



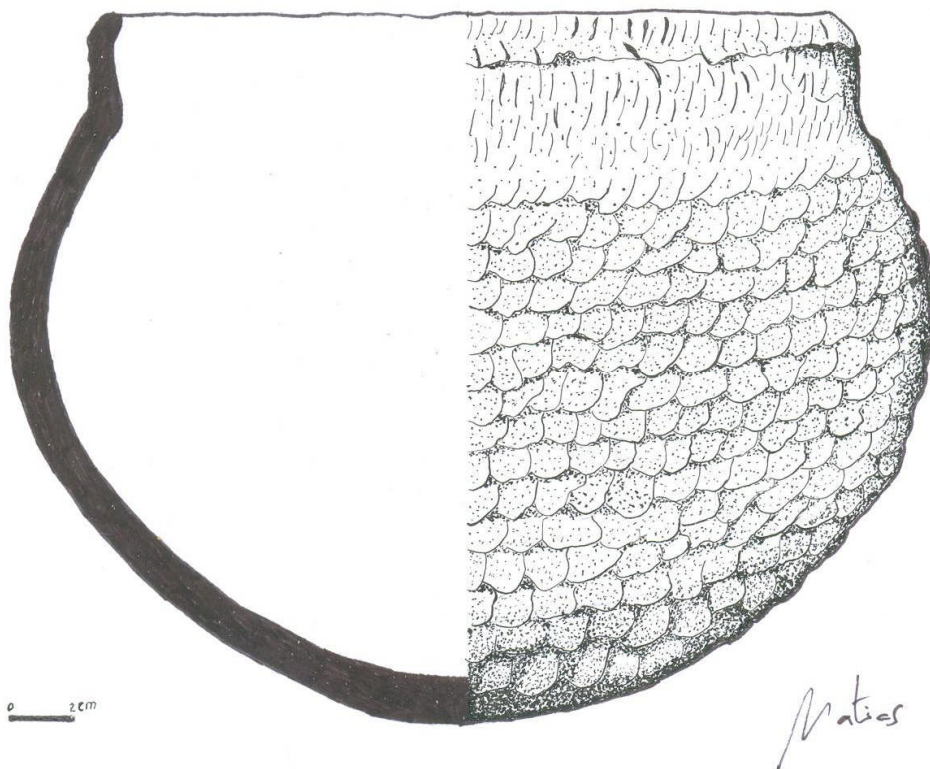
**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Yapepó reconstituído (n° 09 – Mancha 01)**



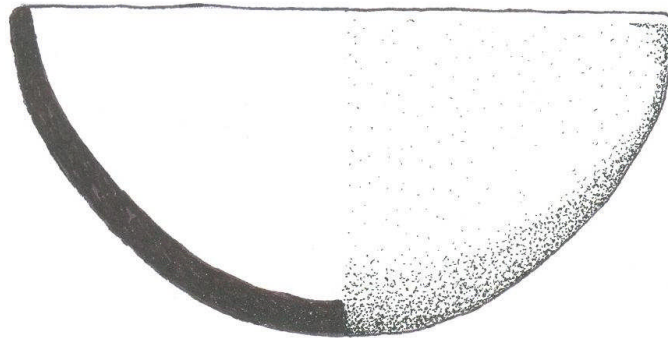
**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 03 – Mancha 03)**



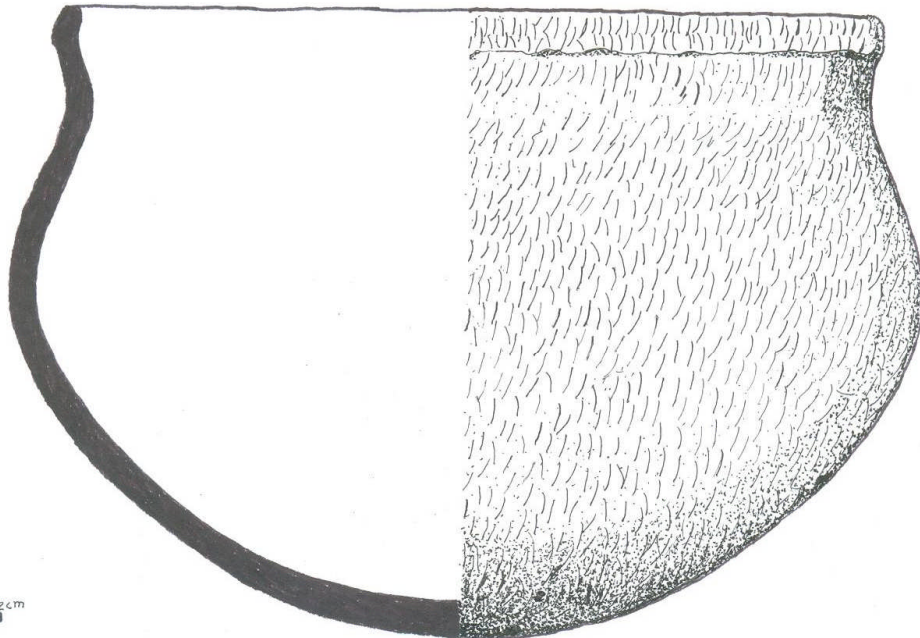
**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Yapépó reconstituído (n° 08 – Mancha 01)**



**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Yapépó reconstituído (n° 14 – Mancha 01)**



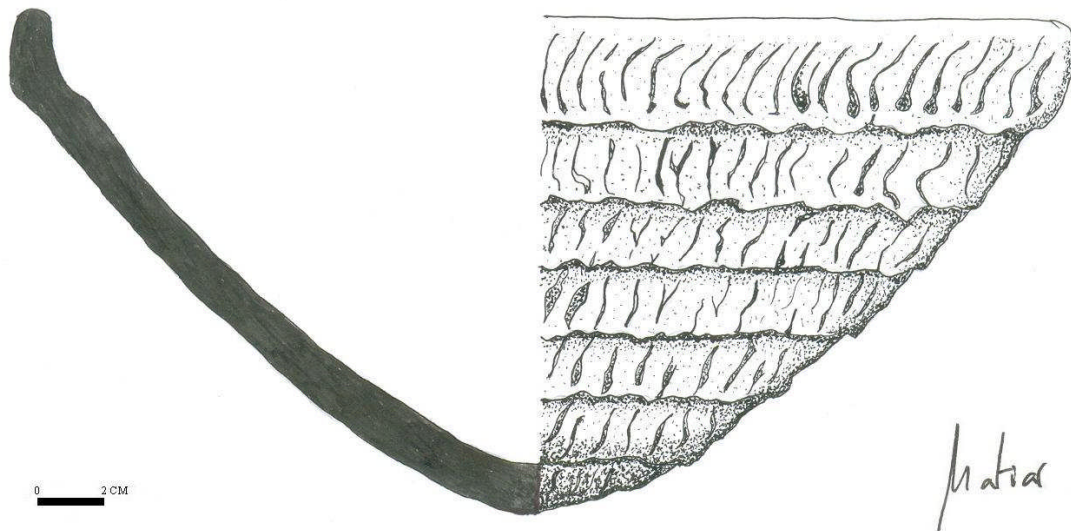
**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Ñaembé reconstituído (n° 05 – Mancha 01)**



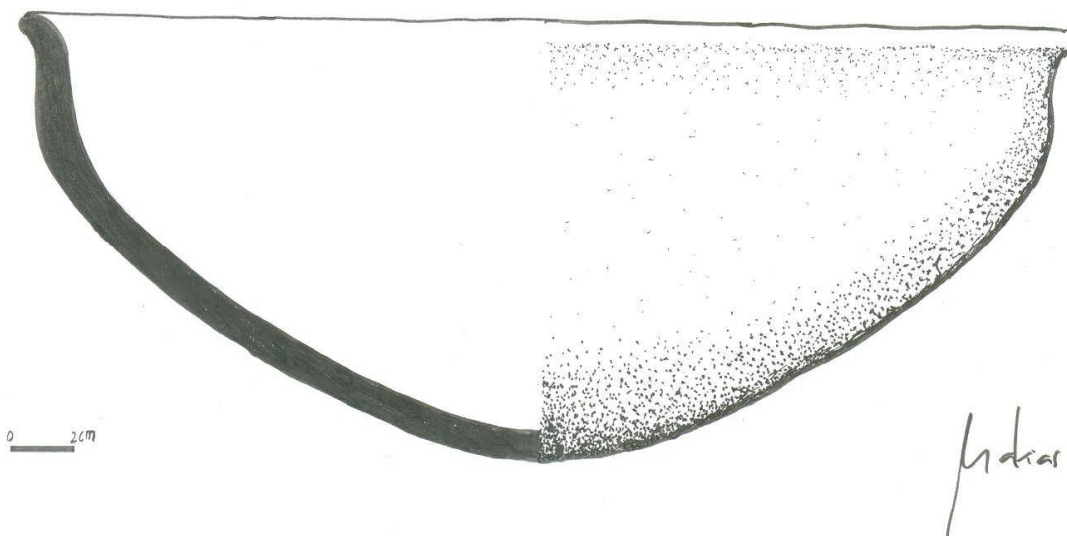
0 2cm

M. Dias

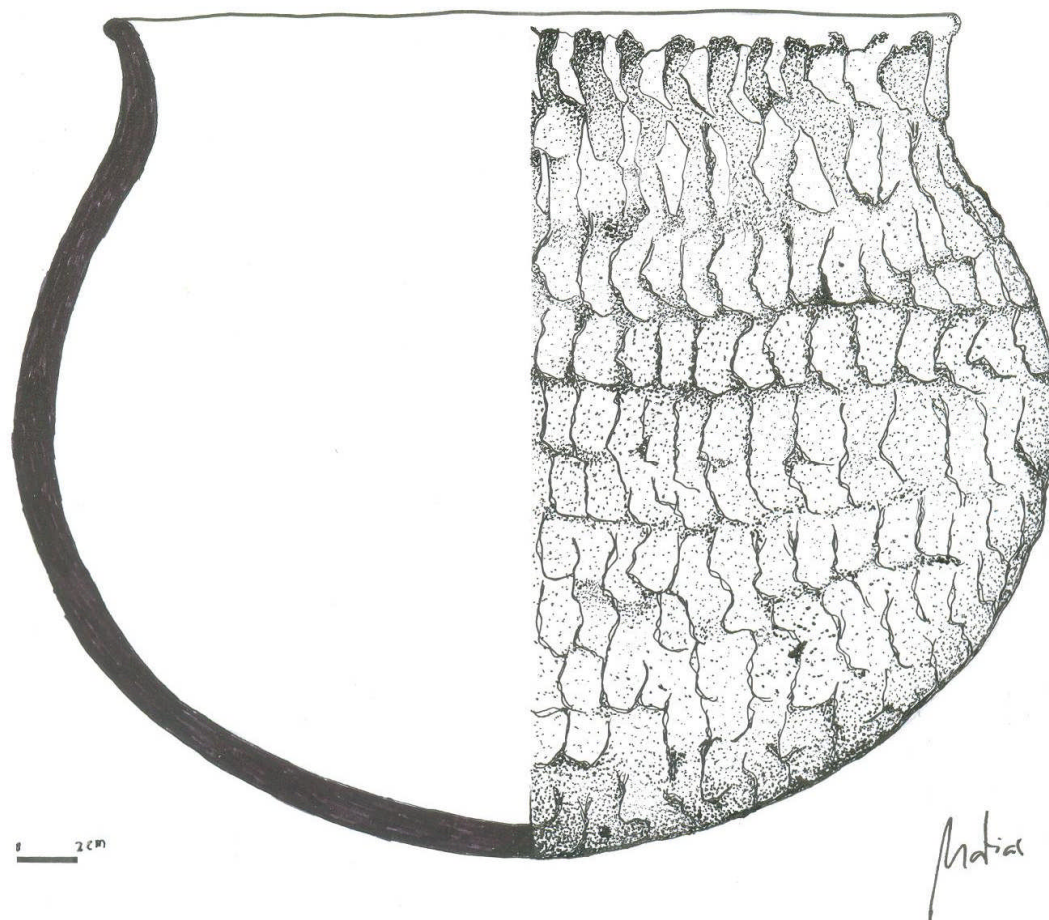
**Sítio Arqueológico Lagoa Mãe Luzia
Yapepó reconstituído (n° 10 – Mancha 01)**



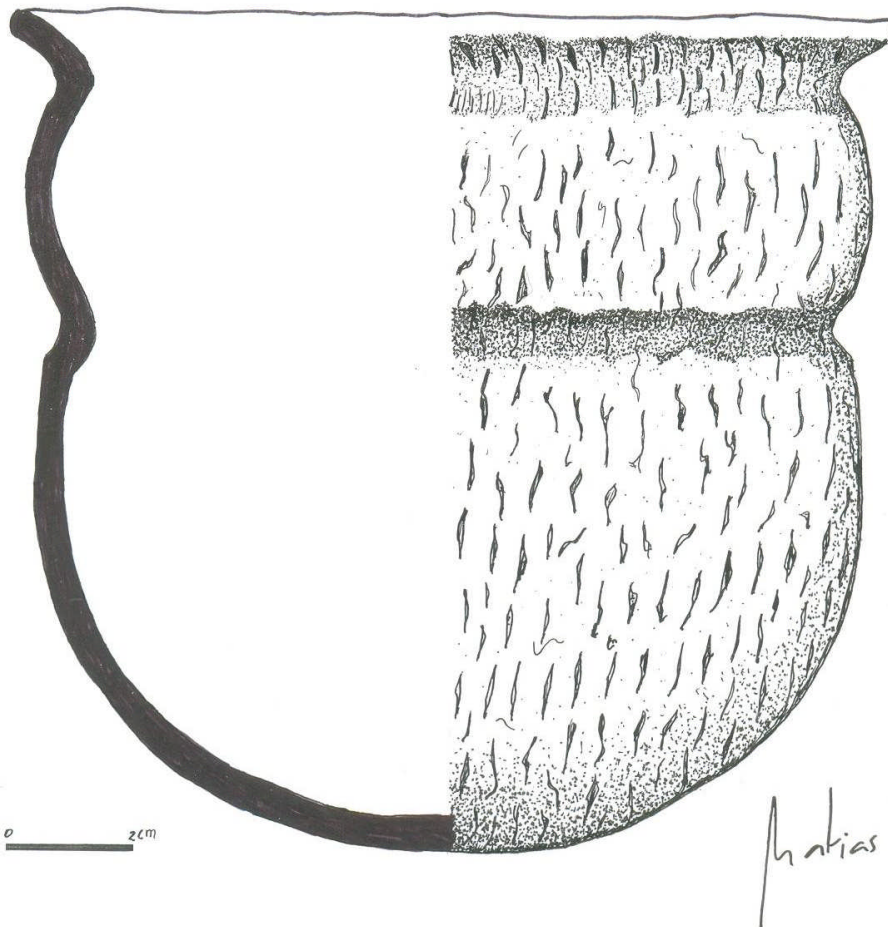
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 13 – Mancha 01)**



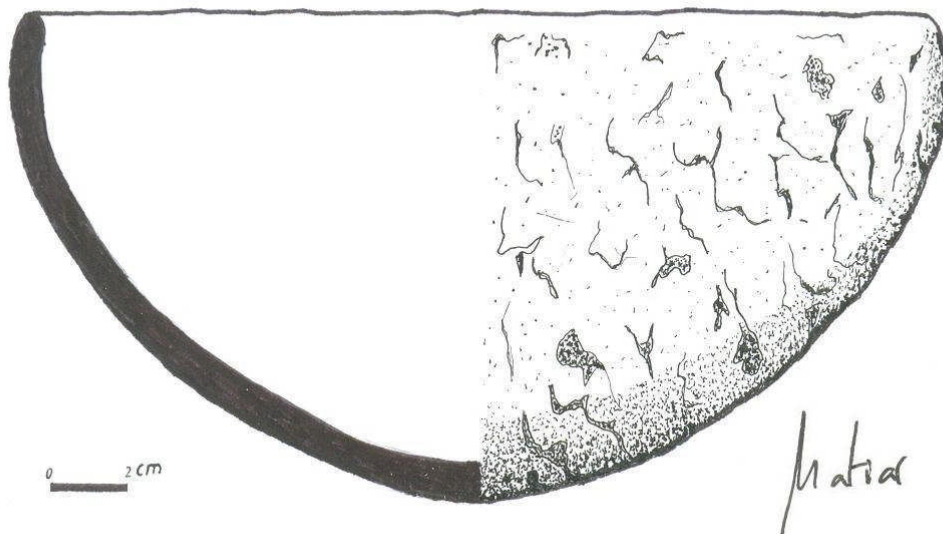
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 10 – Mancha 03)**



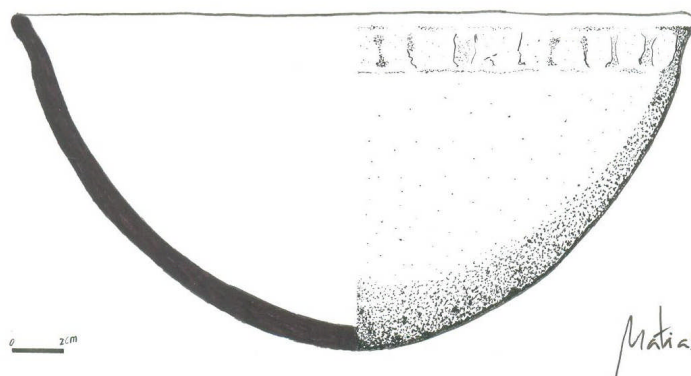
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Yapepó reconstituído (n° 01 – Mancha 02)**



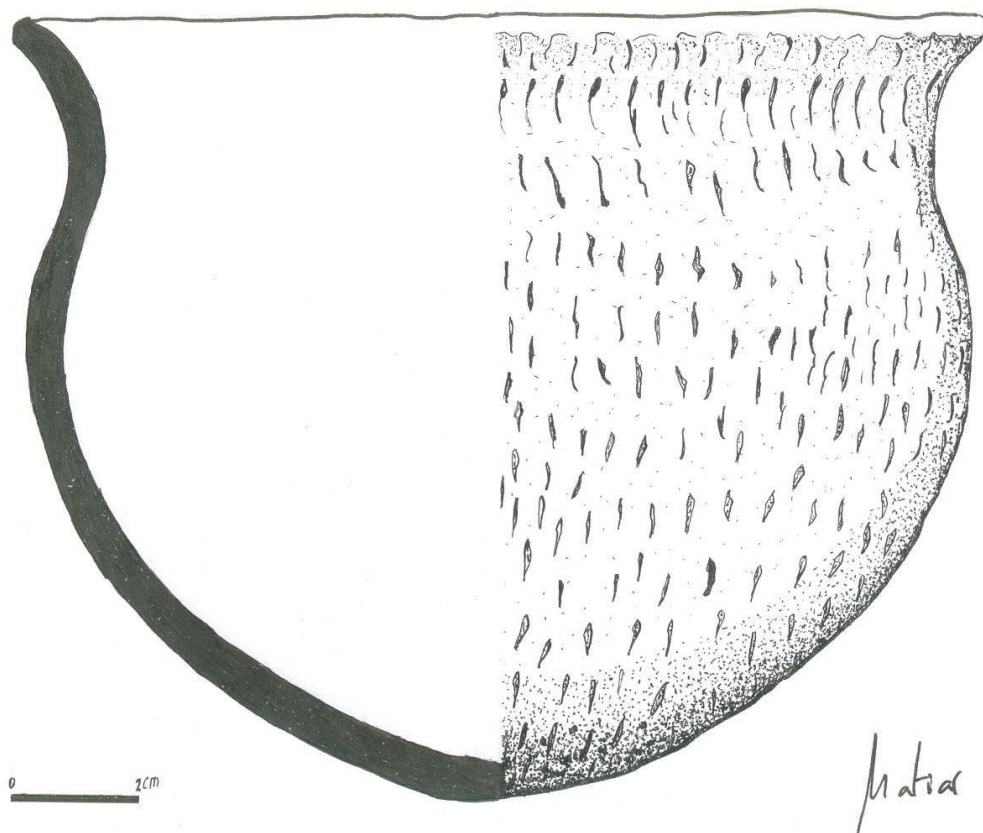
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Yapepó reconstituído (n° 23 – Mancha 02)**



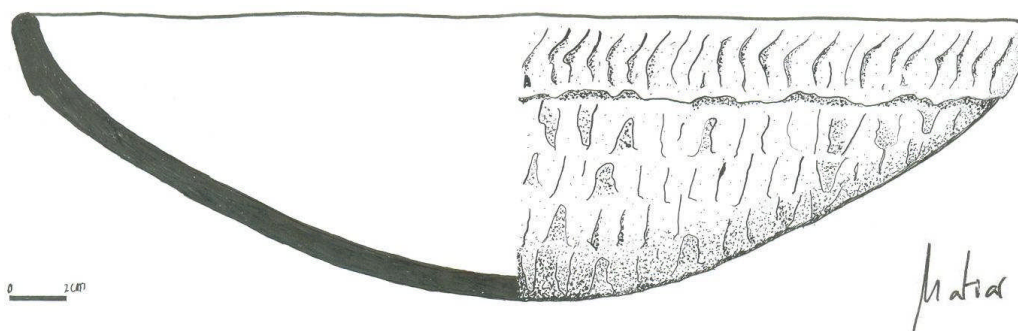
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Cambuchí caguabá reconstituído (n° 04 – Mancha 01)**



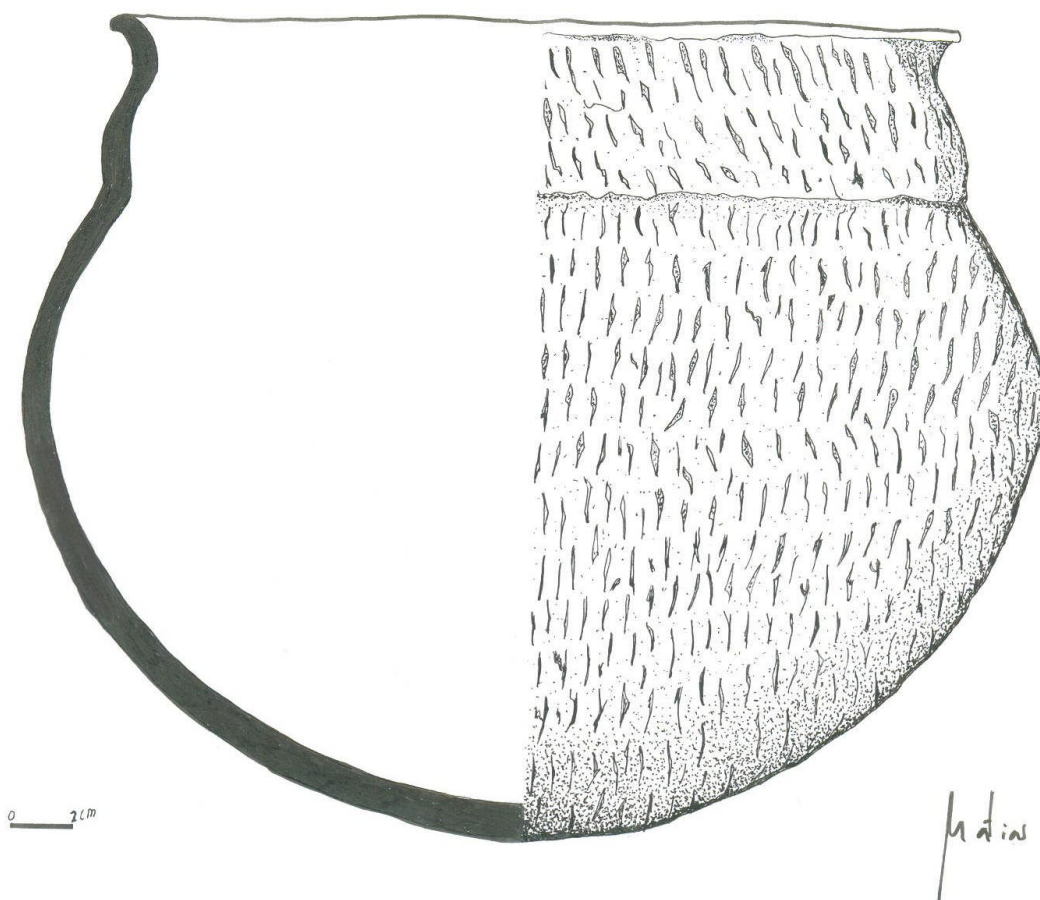
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 06 – Mancha 03)**



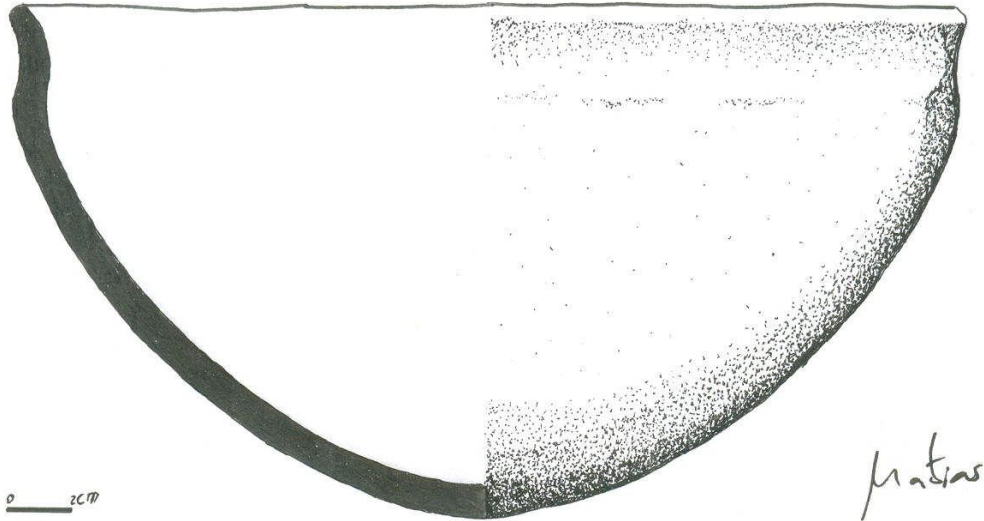
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Yapépó reconstituído (n° 08 – Mancha 01)**



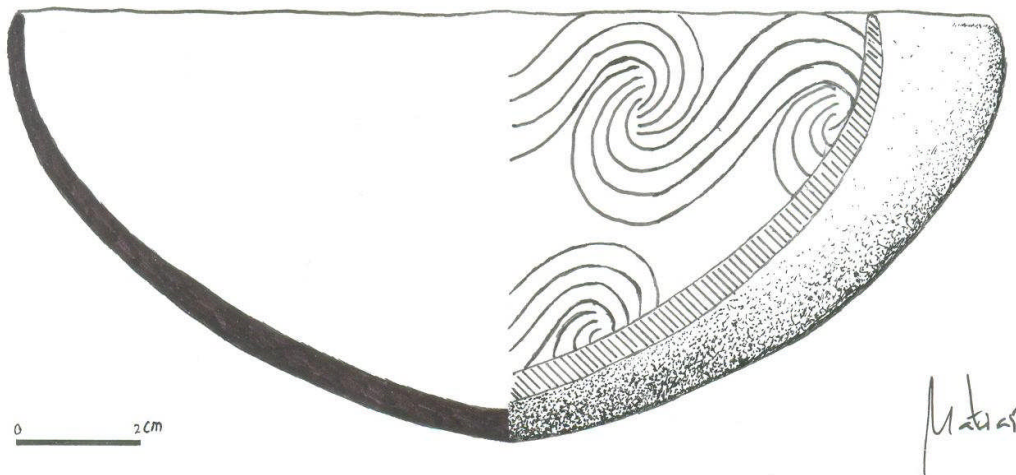
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 10 – Mancha 01)**



**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Yapepó reconstituído (n° 09 – Mancha 01)**



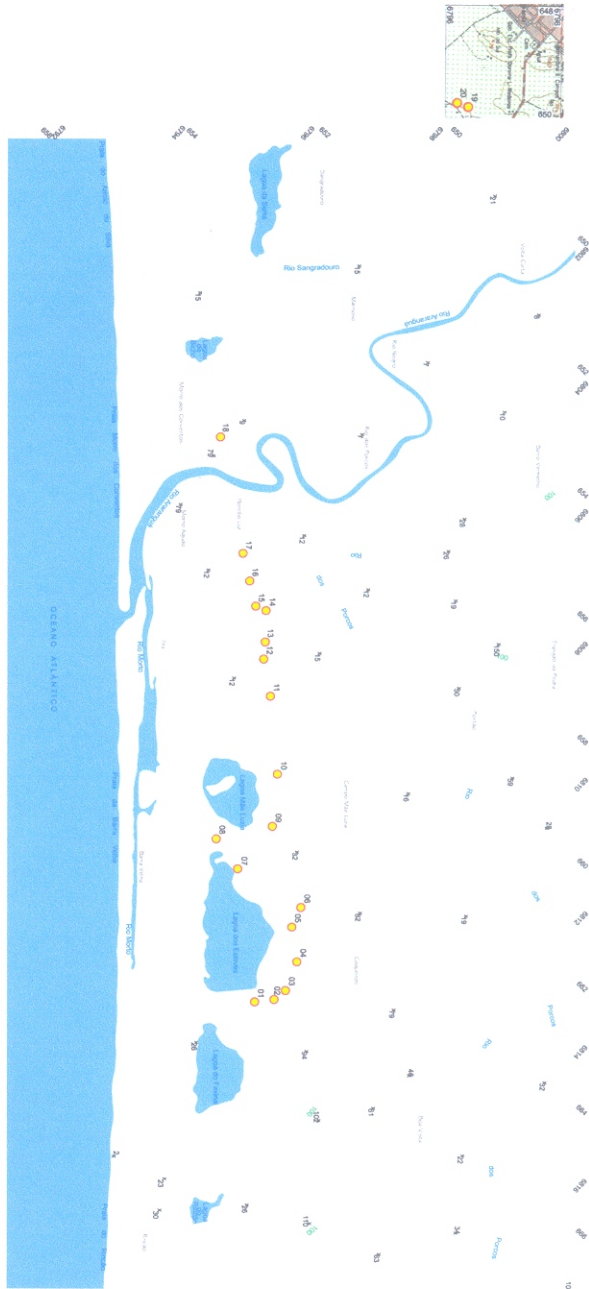
**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Yapépó reconstituído (n° 09 – Mancha 01)**



**Sítio Arqueológico Cemitério Lagoa dos Esteves
Ñaembé reconstituído (n° 17 – Mancha 03)**

Anexo 05
Mapas Ambientais

Mapa Topográfico



- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**
- | | |
|------------------------------|-------------------|
| Estados de Rodagem | Superfície |
| Rodagem Interprais | Vegetação |
| Hidrografia | Altimetria |
| Hidrografia (Córrego, Lagoa) | Cotas de Nível |
| Córrego Rynga | Curvas |
| Tipo de Sítio | Simbologia |
| Sítio Guarani | Ferrel |
-
- LEGENDA**
- | | |
|--|---|
| 01 - Aldeia do Campeiro | 11 - Aldeia da Foz de Malencena |
| 02 - Aldeia do Anjo | 12 - Campo Mata Lusa 04 |
| 03 - Aldeia da Escola Indígena Lagoa dos Esteves | 13 - Campo Mata Lusa 03 |
| 04 - Aldeia do Comendador da Lagoa dos Esteves | 14 - Campo Mata Lusa 02 |
| 05 - Aldeia do Pomar | 15 - Campo Mata Lusa 01 |
| 06 - Aldeia do Povoado | 16 - Aldeia do Morro |
| 07 - Aldeia do Camponês Sika | 17 - Aldeia do Lázaro |
| 08 - Aldeia do Avelar do Murostano | 18 - Aldeia do Balão |
| 09 - Aldeia do Murostano | 19 - Aldeia do Trevo |
| 10 - Aldeia da Lagoa Mata Lusa | 20 - Aldeia da Escola Indígena Caramuru |
-
- Escala Gráfica**
- 0 1000 2000 3000 m
- Declinação Magnética e Convergência Meridiana**
- Declinação Magnética: 11° 07' 42" W
 Convergência Meridiana: 9° 27' 27" W
- Fonte Cartográfica:**
 Cartografia do Projeto de Engenharia de Santa Catarina
- Localização no País**
- Brasil
- Localização no Estado**
- Santa Catarina

<p>UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO</p> <p>GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DO ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM</p> <p>Projeto de Levantamento Arqueológico da Rodovia Interprais TRECHO - MORRO DOS CONVENTOS / LAGOA DOS ESTEVES</p>	<p>Projeto: Arqueologia Guarani no Vale do rio Araranguá, Estado de Santa Catarina</p>
	<p>Bibliográfica: CARTA TOPOGRÁFICA CADASTRO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</p>
	<p>Região: Araranguá / Itara</p>
	<p>Elaborado por: Jaiisson Teixeira Lino</p>
	<p>Escala: 1/50.000 Data: Maio/2007 Autor: C. Interprais/Geol</p>
<p>Edição: Universidade do Extremo Sul Catarinense Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas</p>	<p>Folha: 01/05</p>



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Estradas de Rodagem
 Rodovia Interpraias

Superfície
 Vegetação
 Altimetria
 Contorno de Nível
 Contorno

Hidrografia
 Hidrografia (Canais, Lagos)
 Cursos d'Água

Simbologia
 Fozes

Tipo de Sítio
 Sítio Guarani

LEGENDA

01 - Alvenia do Concreto
 02 - Alvenia da Rocha de Lúzia
 03 - Alvenia da Escola Indígena Lagoa dos Estreiros
 04 - Alvenia do Convento da Lagoa dos Estreiros
 05 - Alvenia do Pinhar
 06 - Alvenia do Matulano
 07 - Alvenia do Camargo Silva
 08 - Alvenia do Vale do Matulano
 09 - Alvenia do Maracani
 10 - Alvenia da Lagoa Mala Lúzia

11 - Alvenia da Rocha de Maracani
 12 - Alvenia da Rocha de Lúzia 05
 13 - Campo Mala Lúzia 01
 14 - Campo Mala Lúzia 02
 15 - Campo Mala Lúzia 03
 16 - Alvenia da Rocha de Mala
 17 - Alvenia do Urubidini
 18 - Alvenia da Estrela
 19 - Alvenia do Trivez
 20 - Alvenia da Escola Indígena Conventinho

Escala Gráfica
 0 500m 1000m 2000m 3000m

Dados da Carta
 Escala: 1:50.000
 Origem: O.S. 23.000.000 E 48.000.000 S
 Datum: S. 1956
 Projeção: UTM
 Altitude: 1000 metros reduzidos por 1984

Fonte Cartográfica
 Departamento de Geologia - UFRS
 Departamento de Geologia - UFSC

Destinação Magnética e Correção Barométrica
 Magn. 40
 Cor. 17' 00"

Localização no País
 Região Sul de Santa Catarina
 Área de Estudo
 BRASIL

Localização no Estado
 SANTA CATARINA

Legenda - Coluna Estratigráfica

Éra	Período	Formação	Unidade Geológica
CENOZOICA	QUATERNÁRIO	Dep. Lagunas	Dep. Lagunas
		Dep. Cadeia de Maracani	Dep. Cadeia de Maracani
CENOZOICA	TERCIÁRIO	Dep. Matulano	Dep. Matulano
		Dep. Triliteiro	Dep. Triliteiro
		Dep. Estreito	Dep. Estreito
		Dep. Itaipava	Dep. Itaipava
MESOZOICA	JURASSICO	Formação Serra Geral	Formação Serra Geral
		Formação Itaipava	Formação Itaipava
PALEOZOICA	PERMIANO	Formação Itaipava	Formação Itaipava
		Formação Perito	Formação Perito

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
 INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
 CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DO ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS
 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Projeto de Levantamento Arqueológico da Rodovia Interpraias
 TRECHO - MORRO DOS CONVENTOS / LAGOA DOS ESTREIVOS

Projeto: Arqueologia Guarani no Vale do rio Araranguá, Estado de Santa Catarina

MAPA GEOLÓGICO

Região: Araranguá / Içara

Elaborado por: Jaisson Teixeira Lino

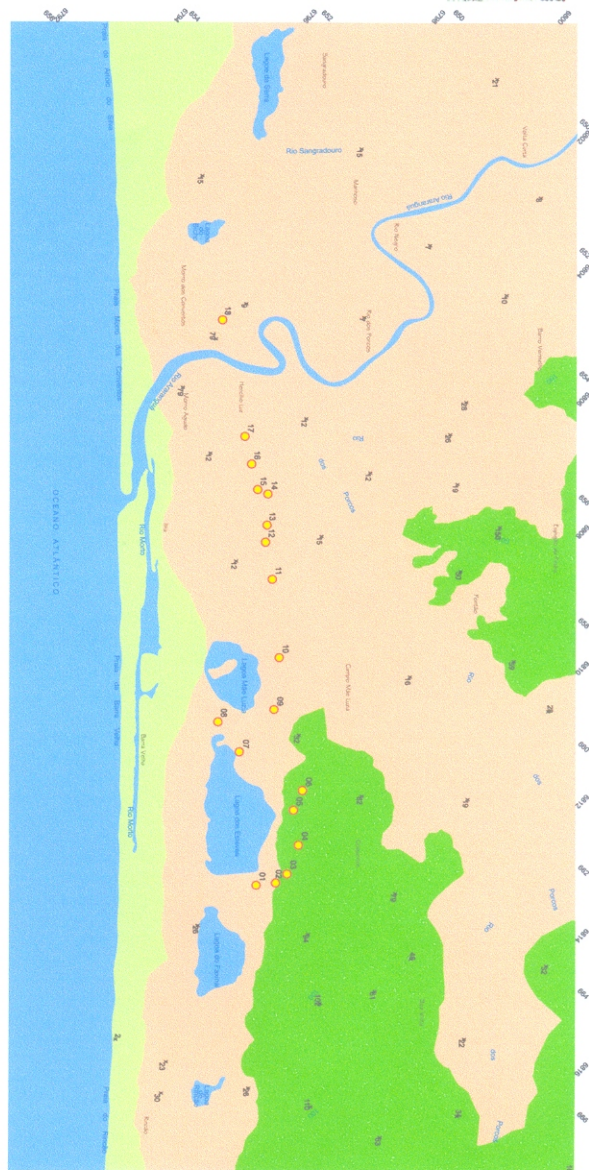
Escala: 1/50.000

Data: Maio/2007

Arquivo: C:\Interpraias\Geol

FONTE: Universidade do Extremo Sul Catarinense/Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas

Figura: 02/05



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Estradas de Rodagem	Superfície
<ul style="list-style-type: none"> Rodovia Interprais Hidrografia Hidrografia (Canais, Lagos) Áreas de Água Sítio Guarani 	<ul style="list-style-type: none"> Vegetação Curvas de Nível Crietas Farol

LEGENDA

01 - Área do Campesinato	11 - Área da Roca de Malanca
02 - Área do Muro	12 - Campo Mata Lusa 04
03 - Área da Escola Técnica Lagoa dos Esteves	13 - Campo Mata Lusa 03
04 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	14 - Campo Mata Lusa 01
05 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	15 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves
06 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	16 - Área da Roca do Muro
07 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	17 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves
08 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	18 - Área da Roca do Muro
09 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves	19 - Área do Cemitério da Lagoa dos Esteves
10 - Área da Lagoa Mata Lusa	20 - Área da Escola Técnica Conversão

Escala Gráfica

0 1000 2000 3000 m

Dados da Carta

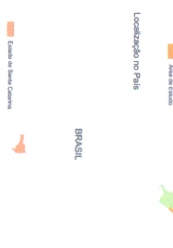
Coordenadas: UTM, Zona 18N, Datum: SAD 69, Escala: 1:50.000, Data: 2007, Autor: Departamento de Estradas de Rodagem, Projeto: Levantamento Arqueológico da Rodovia Interprais

Fonte Cartográfica:

Departamento de Estradas de Rodagem, Santa Catarina

Destinação Médica e Convencional Meridiana

11° 47' 00" S, 50° 47' 00" W



Legenda

0 a 5	Vegetação: Floresta de Indicações (Mantida preservada)
6 a 20	Floresta: Cerradão, Cerrado de Terra Seca
30 a 175	Floresta: Distúrbio, Distúrbio Secundário

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
 INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
 CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DO ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS
 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Arqueologia Guarani no Vale do rio Araranguá, Estado de Santa Catarina

MAPA DE VEGETAÇÃO

Região: Araranguá / Içara Elaborado por: Jaiison Teixeira Lino

Escala: 1/50.000 Data: Maio/2007 Autor: C/Interprais/Geol

Filial: Universidade do Extremo Sul Catarinense - Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas

Projeto de Levantamento Arqueológico da Rodovia Interprais
 TRECHO - MORRO DOS CONVENTOS / LAGOA DOS ESTEVES

05/05

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)